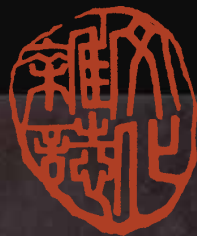


RC

Revista de Cultura
Review of Culture

International Edition **40**

Edição Internacional **40** Outubro/October 2011



豊臣秀吉
とよとみひやうき

秀吉



www.icm.gov.mo/rc



澳門特別行政區政府文化局
INSTITUTO CULTURAL do Governo da R.A.E. de Macau



澳門特別行政區政府文化局
INSTITUTO CULTURAL do Governo da R.A.E. de Macau



EDITOR

Publisher

INSTITUTO CULTURAL
do Governo da Região Administrativa
Especial de Macau

CONSELHO DE DIRECÇÃO

Editorial Board

Ung Vai Meng, Chan Chak Seng,
Wong Man Fai, Luís Ferreira,
Wong Io Fong e Paulo Coutinho
rci@icm.gov.mo

COORDENADOR

Co-ordinator

Luís Ferreira
LuisF@icm.gov.mo

Edição Internacional / International Edition

EDITOR EXECUTIVO

Executive Editor

Paulo Coutinho
PauloC@icm.gov.mo

Edição Chinesa / Chinese Edition

EDITOR EXECUTIVO

Executive Editor

Wong Io Fong

DIRECTOR GRÁFICO

Graphic Director

Victor Hugo Marreiros
VictorHugoM@icm.gov.mo

CONCEPÇÃO GRÁFICA

Graphic Design

Grace Lei Iek Iong

SEPARAÇÃO DE CORES

Color Separation

Tipografia Macau Hung Heng Ltda.
hhengpcl@macau.ctm.net

IMPRESSÃO

Printing

Tipografia Macau Hung Heng Ltda.
hhengpcl@macau.ctm.net

TIRAGEM

Print Run

1100

REDACÇÃO E SECRETARIADO

Publisher's Office

INSTITUTO CULTURAL
do Governo da R.A.E. de Macau
SEP - Sector de Edições Periódicas
Praça do Tap Seac, Edifício do Instituto Cultural, Macau
Tel: (853) 83996381
Fax: (853) 28523660
Email: rci@icm.gov.mo
Internet: <http://www.icm.gov.mo>

RC é uma revista de Cultura e, domínio do Espírito, é Livre. Avassalada ao encontro universal das culturas, servente da identidade cultural de Macau, agente de mais íntima relação entre o Oriente e o Ocidente, particularmente entre a China e Portugal. RC propõe-se publicar todos os textos interessantes aos objectivos confessados, pelo puro critério da qualidade. Assim, as opiniões e as doutrinas, expressas ou professas nos textos assinados, ou implícitas nas imagens de autoria, são da responsabilidade dos seus autores, e nem na parte, nem no todo, podem confundir-se com a orientação da RC. A Direcção da revista reserva-se o direito de não publicar, nem devolver, textos não solicitados.

RC é uma revista trimestral, simultaneamente publicada nas versões Chinesa e Internacional (em Português e Inglês). Buscando o diálogo e o encontro francos de Culturas, RC tem na limpidez a vocação e na transparência o seu processo.

RC is a cultural magazine published quarterly in two versions — Chinese and International (Portuguese/English)—whose purpose is to reflect the unique identity of Macao. The magazine also seeks to promote freedom of expression and through the articles published we hope to stimulate ideas and discussion of topics related to Western/Eastern cultural interchange, especially between China and Portugal.

RC publishes articles covering an extensive range of topics expressing a diversity of views. However, RC is not responsible for ideas and opinions voiced in these articles and thus they cannot be taken as editorial opinion. In addition, we reserve the right to withhold any unsolicited text from publication and the right not to return any unsolicited text.



澳門特別行政區政府
Cultural Institute of Macau

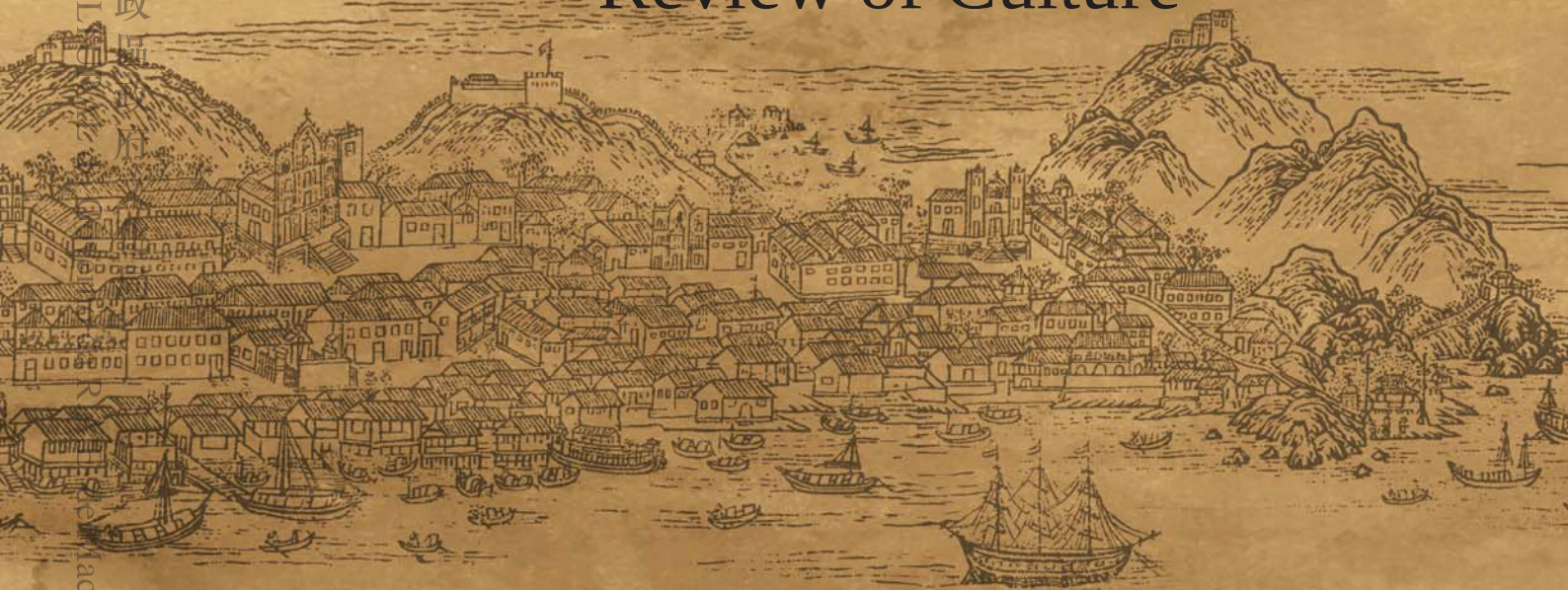


Assine a

Revista de Cultura

Subscribe to

Review of Culture



Preços / Rates

Exemplar Avulso / Single Copy

Macau

MOP 80,00

Ásia / Asia

via aérea / air mail

US\$ 23,00

via marítima / surface mail

US\$ 14,00

Outros países / Other countries

via aérea / air mail

US\$ 29,00

via marítima / surface mail

US\$ 16,00

Assinatura / Subscription

(4 números / issues)

Macau

MOP 160,00

Ásia / Asia

via aérea / air mail

US\$ 72,00

via marítima / surface mail

US\$ 36,00

Outros países / Other countries

via aérea / air mail

US\$ 96,00

via marítima / surface mail

US\$ 44,00

A globalização do conhecimento começou em Macau no século XVI quando os *saberes* do Oriente e do Ocidente se cruzaram nesta terra singular do Sul da China.

No século XXI, o intercâmbio cultural entre os *dois mundos* continua a ser a vocação de Macau.

A *Revista de Cultura* é o veículo dessa vocação.

Knowledge entered into an age of globalisation in Macao in the 16th century when the *wisdoms* of East and West met in this unique part of South China.

In the 21st century, Macao remains dedicated to cultural interchange between *both worlds* in a vocation maintained by *Review of Culture*.



Para fazer a assinatura ou para a compra de números atrasados, s.f.f. preencha e envie o formulário destacável que encontrará nas últimas páginas desta edição.

To subscribe or to purchase back issues, please fill in and mail the form available at the end of this issue.

CONTACTOS

Contacts

Email: rci@icm.gov.mo

Tel: 853-83996381

Fax: 853-28523660



澳門特別行政區政府文化局

INSTITUTO CULTURAL do Governo da R.A.E. de Macau

COLABORARAM NESTE NÚMERO

Contributors to this Issue

RC, n.º 40, IIIª Série, 4.º Trimestre 2011

RC, no. 40, IIIrd Series, 4th Quarter 2011

TEXTOS

Texts

Alfredo Gomes Dias

Arnaldo Gonçalves

Chen Xizi

Clara Sarmento

Johannes Widodo

Lin Hang

Linda Lam Ho

Liu Xiaoshan

Lúcio de Sousa

Maria de Deus Beites Manso

Miguel Dias Santos

TRADUÇÃO

Translation

Marie Imelda MacLeod (Português-Inglês
e Inglês-Português)

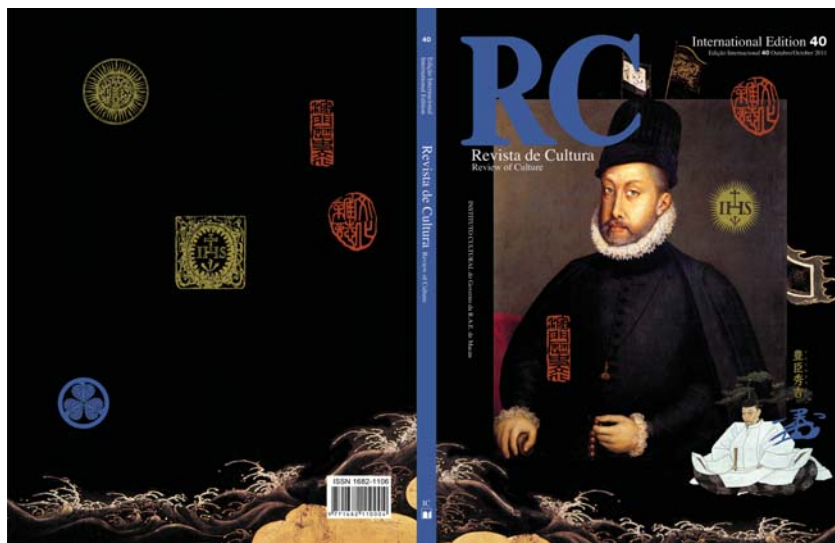
REVISÃO

Proofreading

Chao Siu Fu (Chinês),

Luís Ferreira (Português),

Jennifer Ann Day e Marie Imelda MacLeod
(Inglês)



Design Victor Hugo Marreiros

A NOSSA CAPA

Revista de Cultura regressa à temática recorrente da identidade macaense com a publicação de um estudo inédito da área da linguística acerca dos códigos linguísticos usados intermitentemente e/ou em simultâneo pela comunidade local, no que constitui em si uma marca distintiva dos Macaenses – uma identidade que se suporta e espalha na intersecção dos mundos ocidental e oriental. É a partir da história deste encontro que observamos, nesta edição, fenómenos como o comércio de escravos entre Macau e Manila, a missão do Japão e o surgimento de entrepostos comerciais como Malaca – fundada justamente numa rede marítimo-comercial-missionária que remonta aos séculos XVI e XVII e que se reflecte ainda hoje na marca cosmopolita daquela cidade malaia. Ainda nesta edição retomamos outros aspectos das revoluções republicanas chinesa e portuguesa, nomeadamente o debate sobre o modelo político de Macau (1911-1912) e os efeitos deste acontecimento histórico nas relações sino-portuguesas. Os estudos lusófonos voltam a estar presentes na *RC* em “A *Correspondência Luso-Brasileira*: Narrativa de um Trânsito Intercultural”, um estudo sobre 127 cartas que cobrem o período de 1807 e 1823, da autoria de membros da pequena nobreza rural do Norte de Portugal e, na sua maior parte, há muito emigrados no Brasil.

OUR COVER

Review of Culture picks up the topic of Macanese identity with an article on the linguistic codes used intermittently and/or simultaneously by the local community. This distinctive feature of the Macanese people is part of an identity that has survived and grown in the crossing of Western and Eastern worlds. This encounter also gave rise to other phenomena covered in articles in this issue such as the slave trade between Macao and Manila, missionary activity in Japan, and the emergence of trading posts such as Malacca, which was founded precisely within a missionary, maritime and trading network dating back to the 16th and 17th centuries and can still be detected in the cosmopolitan face of the Malayan city. The Republican revolutions in Portugal and China are revisited, this time looking specifically at the debate over Macao's political model (1911-1912) and the effect of this historic event on Sino-Portuguese relations. Lusophone studies are again included in *RC* with ‘*Correspondência Luso-Brasileira*: A Narrative of Intercultural Traffic’, a study of 127 letters spanning 1807 to 1823 written by members of the minor gentry of northern Portugal who had mostly emigrated to Brazil quite some time previously.

SUMÁRIO

Index

ATRIUM

徳川家康
とくがわいえやす



HISTORIOGRAFIA * HISTORIOGRAPHY

- 6 OS PORTUGUESES E O COMÉRCIO DE ESCRAVOS NAS FILIPINAS (1580-1600)
葡萄牙人在菲律宾的奴隶贸易 (1580-1600)
Maria de Deus Beites Manso e Lúcio de Sousa

- 22 *NANBAN TÇUZU'S CONTRIBUTION TO JAPANESE-PORTUGUESE COMMERCE: ON RODRIGUES' ROLE AS IEYASU'S COMMERCIAL AGENT*
南蛮通辞于日葡贸易中的贡献——传教士陆若汉成为德川家康贸易代理人始末考
Chen Xizi and Liu Xiaoshan

- 33 MELAKA: A COSMOPOLITAN CITY IN SOUTHEAST ASIA
马六甲：东南亚的大都会
Johannes Widodo



DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS * TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES

- 50 PORTUGAL, CHINA AND THE NEW REPUBLICAN REGIMES: CONTINUITIES AND RUPTURES
IN SINO-PORTUGUESE DIALOGUE AROUND THE MACAO ISSUE (1909-1911)
葡萄牙、中国与新共和政体：中葡就澳门问题的对话中的持续与破裂 (1909-1911)
Alfredo Gomes Dias

- 64 O DEBATE DE 1911-1912 SOBRE O MODELO POLÍTICO DE MACAU
有关澳门政治模式的辩论 (1911-1912)
Arnaldo Gonçalves

- 86 REVOLUÇÕES E REVOLTAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA: ENSAIO SOBRE VIOLÊNCIA POLÍTICA (1910-1926)
在第一次共和国的革命与暴动：政治暴力的尝试 (1910-1926)
Miguel Dias Santos

LINGUÍSTICA * LINGUISTICS

- 100 MACANESE IDENTITY: CODE-SWITCHING AND CODE-MIXING IN THE MACANESE COMMUNITY IN MACAO
澳门土生葡人的身份认同：澳门土生葡人族群中的语码转换及混码
Linda Lam Ho

ESTUDOS LUSÓFONOS * LUSOPHONE STUDIES

- 129 *A CORRESPONDÊNCIA LUSO-BRASILEIRA: NARRATIVA DE UM TRÂNSITO INTERCULTURAL*
《葡国-巴西通信》：文化间的叙述通道
Clara Sarmento

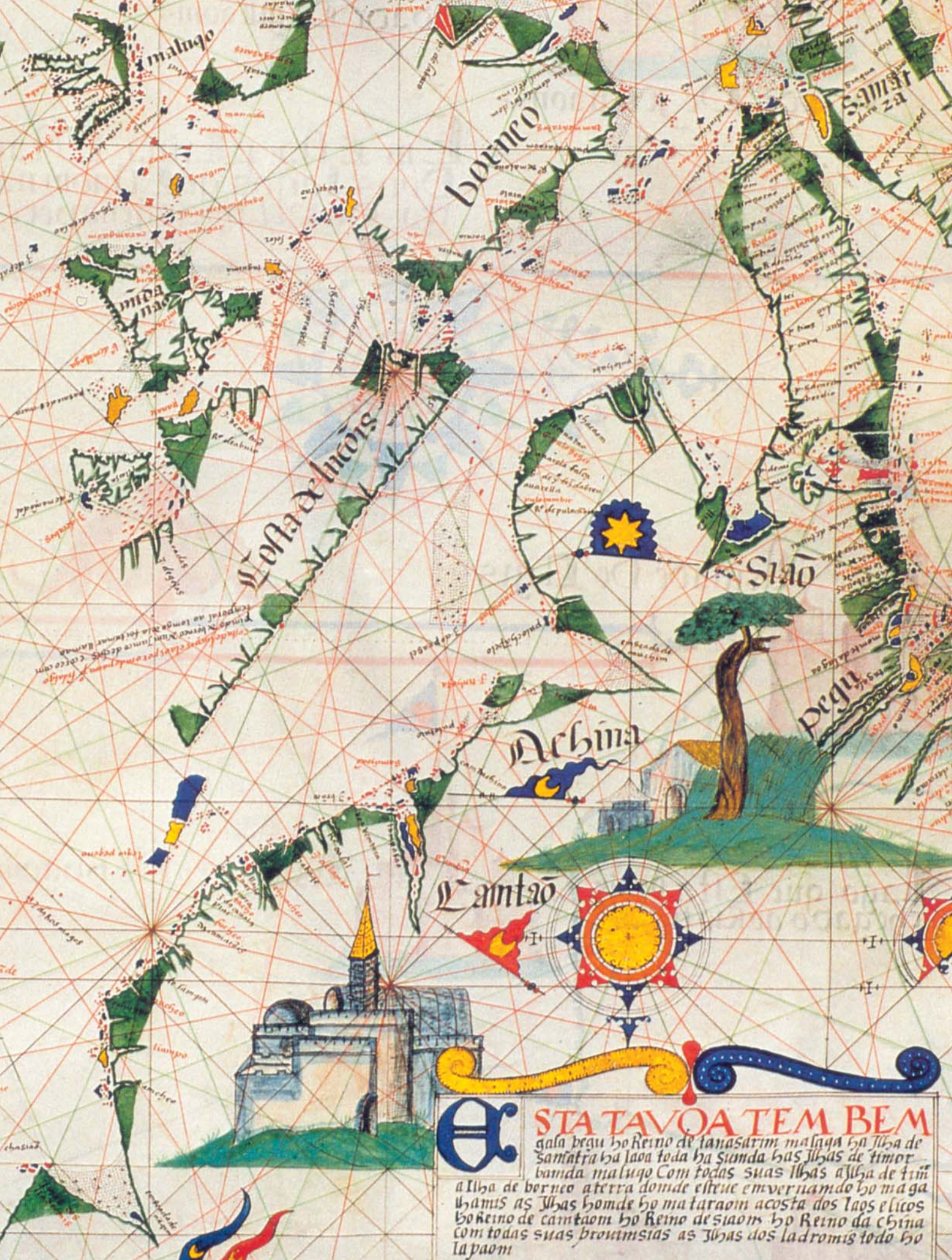
RECENSÃO * BOOK REVIEW

- 147 ZHIDONG HAO, *MACAU: HISTORY AND SOCIETY*
郝志东, *MACAU: HISTORY AND SOCIETY*
Lin Hang

RESUMOS

ABSTRACTS





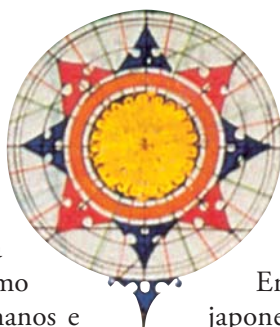
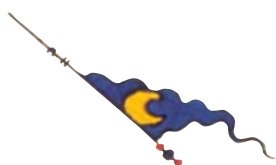
ESTA TAVOA TEM BEM

gala beu ho Reino de tanasarin maluca ha ilha de
Siamtra ha laoa toda ha siunda has ilhas de timor
banda maluco Com todas suas ilhas asha de tim
a ilha de borneo a terra donde estue emvernando ho ma ga
hamis as ilhas homde ho ma taraom acosta dos laos elicos
ho Reino de cantao ho Reino de siao ho Reino da china
com todas suas prouinsias as ilhas dos ladromis todo ho
lapaom



Os Portugueses e o Comércio de Escravos nas Filipinas (1580-1600)¹

MARIA DE DEUS BEITES MANSO* e LÚCIO DE SOUSA**



A chegada dos portugueses à Ásia e a queda do Sultanato de Malaca (1511), então o principal centro de comércio e distribuição de produtos do Sudeste-asiático, alterou a configuração mercantil de toda a região. Como resultado, os mercadores chineses, muçulmanos e de Ryukyu, que habitualmente frequentavam Malaca, deslocaram-se para entrepostos comerciais alternativos, dispersando-se por toda a península malaia, Samatra e Java. Paralelamente, emergem tensões entre os sultanatos islâmicos do Sudeste Asiático e os colonatos lusos.² É também nesta altura que os portugueses entabulam os primeiros contactos com mercadores de origem chinesa. Ambicionam, desta forma, aceder às feiras de Cantão, como seria explicitado pelo cronista João de Barros³ (1496-1570) nas suas descrições da embaixada de Tomé Pires (1516) ao imperador Zhengde 正德 (1491-1521) ou da viagem de Simão de Andrade à China (1519). No pólo oposto dos intentos lusos, as autoridades Ming não estavam interessadas no comércio com os recém-chegados europeus e as frotas envolvidas no contrabando seriam sistematicamente expulsas. Para as autoridades provinciais, os *folanji* 佛郎机, ou

portugueses, representavam apenas uma nova extensão dos denominados *wakō* 倭寇 (a junção de dois caracteres, 倭, significando japoneses, e 寇, bandidos, ladrões, invasores). Em rigor os *wakō* não eram apenas piratas japoneses, mas também chineses, malaio, entre outros, tendo os portugueses – na primeira metade do século XVI – passado, igualmente, a fazer parte daquela designação. É esta influente associação de mercadores-contrabandistas-mercenários-piratas portugueses, à mistura com chineses, e japoneses, que daria origem, na segunda metade do século XVI, à intermediação lusa nos mares da China.

Segundo Yakazaki Takeshi⁴ a presença portuguesa em Macau, a partir de 1557, dever-se-ia a Lin Xiyuan 林希元, que viu na aliança com os portugueses uma forma de libertar, controlar e impedir os ataques de piratas na região de Cantão. A partir daqui, Malaca ficaria definitivamente ligada a Macau através de uma rota que aglutinaria interesses comerciais do “Estado da Índia” e de inúmeros comerciantes privados que circulariam entre a plataforma comercial Malaca-Macau. Durante as décadas que se seguiram à fundação de Macau, o referido comércio desenvolver-se-ia extraordinariamente, sendo marcado por quatro acontecimentos, ocorridos entre 1571 e 1582: o estabelecimento oficial de Manila como capital espanhola nas Filipinas (1571); a consolidação da chegada de prata americana à Ásia, através do galeão de Manila; em 1571, entrou o primeiro navio de Macau,

* Doutorada em História e Professora Auxiliar com Agregação na Universidade de Évora.

Ph.D. in History. Assistant Professor with Habilitation at Évora University.

** Doutorado em Estudos Asiáticos pela Universidade do Porto. Investigador do NICPRI (Núcleo de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais) da Universidade de Évora e bolseiro pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Ph.D. in Asian Studies from Oporto University, currently research associate at the NICPRI (Centre of Research in Political Science and International Relations) and post-doctoral fellow from the Portuguese Foundation for Science and Technology.

Lázaro Luís, Sudeste Asiático e Sul da China, Atlas de 1563. In Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota (eds.), *Portugaliae Monumenta Cartographica*, vol. 2 (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1960).



HISTORIOGRAFIA

em Nagasáqui, cidade que viria a transformar-se no porto de entrada do comércio europeu no Japão; a fusão das coroas.

A ABERTURA DO COMÉRCIO PRIVADO ENTRE MACAU, MALACA E MANILA

A 15 de Abril de 1581, nas Cortes de Tomar, Filipe II de Espanha é coroado Rei de Portugal.⁵ Pelo facto, todas as praças portuguesas seriam obrigadas a prestar um juramento de obediência ao novo monarca. O então vice-rei da *Nueva España*, D. Lorenzo Suárez de Mendoza (1580-1583), ordena que as praças portuguesas no Sudeste Asiático e China sejam informadas da nova conjuntura política. O encargo coube ao governador das Filipinas, D. Gonzalo Ronquillo de Peñalosa (1580-1583), o qual, em 1582, enviou quatro importantes missões diplomáticas: ao capitão-mor de Maluco, D. Diego de Azambuja,⁶ ao então capitão-mor de Amboino, D. Sancho de Vasconcelos,⁷ ao capitão de Malaca, D. João da Gama,⁸ e ao capitão-mor da cidade de Macau, D. Aires Gonçalves de Miranda. O emissário destinado a Macau seria o jesuíta Alonso Sánchez.⁹ Não obstante, a aparente missão diplomática a Macau tinha uma segunda função, esta, subliminar, a qual apenas seria revelada na correspondência entre o então bispo das Filipinas, Domingos Salazar (1581-1594), e o monarca ibérico.¹⁰ O objectivo principal de Alonso Sánchez consistiria em obter junto das autoridades de Cantão, uma base de comércio na China, à semelhança do que acontecia desde 1557 com os portugueses de Macau. Contudo, a embarcação que transportava Alonso Sánchez acabaria por ser confiscada pelas autoridades chinesas e enviada para Cantão, onde ficaria apresada. Através de informadores, esta notícia corre célere, chegando rapidamente ao conhecimento do capitão-mor e dos habitantes da cidade de Macau. Os principais comerciantes portugueses elaborariam então um plano de resgate, reunindo mais de dois mil ducados para subornar as autoridades. Pouco depois, Mattia Pennela, o jesuíta italiano Michele Ruggieri e Lopes Vieira, viajam para a cidade Cantão a fim de negociarem com os mandarins.

As negociações entabuladas seriam bem sucedidas, e os participantes na missão diplomática de D. Gonzalo Ronquillo de Peñalosa, libertados e reconduzidos a Macau.¹¹ Aí, a 18 de Dezembro de 1582, teria lugar uma importante reunião, no Colégio de São Paulo da

Companhia de Jesus, estando presentes as principais personalidades da sociedade europeia a viver em Macau. Como resultado, é elaborado um importante relatório oficial, com a assinatura dos principais nobres e comerciantes da cidade, reconhecendo Filipe II de Espanha como rei de Portugal.

No ano de 1582, o comerciante António Garcês seria capitão-mor da viagem comercial ao Japão. Paralelamente, partiria o experiente mercador André Feio, capitaneando um grande junco pertencente a Bartolomeu Vaz Landeiro e com mercadorias dos jesuítas e cidadãos de Macau. De salientar que apenas uma pequena parcela dessas mercadorias iria na embarcação capitaneada por António Garcês. Após os preparativos finais, os marinheiros chefiados por André Feio assumem as suas posições e, entre os tripulantes desta viagem, surpreendentemente, encontravam-se Alonso Sánchez e a restante tripulação espanhola, que tinham decidido viajar nesta nau. Dada a imprevisibilidade atmosférica, a aparente bonança dos mares da China daria rapidamente lugar a uma grande tempestade. Tanto a nau oficial como a não-oficial correm sérios riscos de naufragar. Após sérias dificuldades em mar alto, o capitão-mor, António Garcês, consegue conduzir a sua embarcação até ao porto de Kuchinotsu. Neste percurso, teria enfrentado nada menos do que três tufões. O outro grande junco, capitaneado por André Feio, devido ao mau tempo, seria desviado para a ilha Formosa, actual Taiwan, onde naufragaria. Nem a grande experiência do capitão André Feio nesta rota – já visitava os portos japoneses desde pelo menos 1574 – conseguiu salvar a embarcação e fazê-la ancorar no porto de destino. Segundo o jesuíta Francisco Pires, depois de o navio ficar encalhado na ilha Formosa, com receio que se desfizesse devido à turbulência das ondas, os tripulantes decidiram construir duas jangadas. Numa delas resguardar-se-iam o capitão André Feio e outros tripulantes, juntamente com os jesuítas Pedro Gomes, Alonso Sánchez, Álvaro Dias e Francisco Pires.¹²

Após o naufrágio, os marinheiros do navio pertencente a Bartolomeu Landeiro, sob as ordens do capitão André Feio, aproveitando a madeira do junco destroçado, acabariam por construir uma embarcação, tendo regressado a Macau. Todavia, os investimentos da cidade e dos jesuítas, ter-se-iam irremediavelmente perdido, causando grande prejuízo à Missão japonesa

HISTORIOGRAPHY

e à comunidade europeia. Conforme nos esclarece Alonso Sánchez, na sua *Relación Breve*, uma vez chegada a Macau, a tripulação a pretende regressar a Espanha com o resultado da missão diplomática, pois ao momento encontravam-se em Cantão, de partida, três navios lusos com destino a Goa. Antes da decisão final, o jesuíta recorreria ainda ao último trunfo: falar “*com um português muy rico y principal de Macan que se llama Bartolome Baez cuyo hera el navio que se habia perdido en la ysla hermosa*”.¹³

Graças à intermediação de Valignano, o jesuíta Alonso Sánchez consegue, finalmente, regressar a Manila a bordo de um barco do armador Bartolomeu Vaz Landeiro, *Señor Capitan desta Ciudad*.¹⁴ A referida embarcação seria capitaneada por Sebastião Jorge, ou Bastian Moxar, nome que lhe seria atribuído em Manila. Entre as inúmeras mercadorias que transportava, encontravam-se escravos de origem africana e do Sudeste Asiático.¹⁵

A viagem em questão – Macau¹⁶ para Manila – trouxe importantes consequências para as respectivas comunidades mercantis já que, nesta ocasião, formalizar-se-ia um acordo informal entre o capitão Sebastião Jorge e o governador das Filipinas, D. Diego Ronquillo (1583-1584). No referido acordo, o capitão português, em nome do comerciante Bartolomeu Landeiro, comprometia-se a enviar, anualmente, um navio a Manila¹⁷. É também através desta viagem que obtemos as únicas informações que possuímos



Retrato de Filipe II por Sofonisba Anguisciola (1532-1625). Museu do Prado, Madrid.

sobre a forma como os grandes mercadores de Macau se faziam representar nos diversos portos para onde navegavam, assim como as mercadorias negociadas. A procuração, produzida em Macau, apresentada pelo capitão Sebastião Jorge às autoridades espanholas nas Filipinas e originalmente em português, seria traduzida para espanhol, tendo sido preservada uma cópia no *Archivo General de Indias*, em Sevilha. Na referida procuração, além de obtermos detalhes sobre os principais representantes comerciais de Landeiro, obtemos informações sobre o envolvimento dos mercadores privados de Macau no comércio de escravos:

HISTORIOGRAFIA

Procuración

Sepan quantos este publico estrumento de la bastante procuración vieren como en el cristiano del nascimiyento de nuestro señor jesucristo de myll y quinyentos e ochenta años a los siete días del mes de março del dicho año en este puerto del nonbre de dios partes de la China en las casas de mi, bernardino de araujo escrivano publico e judicial e de difuntos destas dichas partes por el rrey nustro señor parescio bartolome vaez landero por el qual fue dicho a mi el dicho escrivano e testigos de yusoescritos que el por virtud deste poder hazia como de hecho hizo y ordeno e constituyo por sus procuradores sufçientes e bastantes para en todo generales e bastantes con el mayor modo, via e manera que los podía e devia hazer y en derecho mas valiere a bastian jorge moxar e antonio vaz el viejo e anrrique borges y melchior correa e antonio rrabelo (tachado: mayo) bravo e fernan de soberas y el padre nuno fernandez e antonio garces e antonio teixera lobo e damian gonçalez e antonio vieyra amostradores de la presente carta a los quales todos juntamente e cada uno de por si yn solidun e a quyen mejor lo pudiese hazer dixo el dicho constituyente que con libre e general administracion e dava e otorgava e de hecho luego dio e otorgo y concedio todo su libre y cumplido poder mandado comision especial e general para quellos en su nonbre en este puerto de nonbre de dios de macon adonde // Va tachado mayo, no vala mas le cumpliere e con el presente poder hallarse puedan por el procurador pedir e demandar rescebir e cobrar e a sus manos aver toda su hazienda dinero piezas mercaderias horo plata esclavos y esclavas y todas las mas cossas que suyas fueren y de derecho le pertenesçieren y que de otra parte para el vinyere y estuviere por cobrar vender trocar e canviar y enplear y aruscar en las enbarcaciones naos y navios que bien les pertenesçieren e para las partes que quysieren por mar e por tierra a rriesgo del dicho constituyente hasta serle entregado y en todos sus hechos causas y demandas movidas e por mover ansi en las que fuere aver como rreo por ante qualesquier juezes e juezas a quien el conosçimiyento dello con derecho pertenesçiere de partes los que le poderan poner avaçiones libelos y peticiones dar e firmar en juizio e fuera del e todo lo quel dicho constituyente haria y diria siendo presente sin falta alguna y no seran sytados ni demandados por ninguna avaçion nueva en nonbre del dicho constituyente hasta no ser primero personalmente para dar de la causa verdadera ynformacion y en si rrazonar el officio de procuratorio y usar del el officio de procuratorio y usar del quando la cumpliere con poder deso o estableçer e sostituir otros procuradores e revocallos si cumpliere prometiendo de aver todo por bien hecho E tambien firmo e valedero de oy para todo siempre y delos relevar del cargo que de la satisdación quel derecho en tal caso otorga e obligacion de todos sus bienes e hazienda que para ello obligo y en testimonio de fee y verdad dello firmo este juramento de poder con los testigos que fueron presentes Blas Ribero e valerio gentil y otros e yo el dicho escrivano quedo este poder en mi registro puse a dar vala con los testigos quedan firmados e dellas se hizo sacar por la autoridad que para ello tengo y lo concerte, asi escriv e firme aqui de mio publico signo que esto tal como de yuso se sigue. Pago con el registro çinco maravedies.¹⁸

HISTORIOGRAPHY

Em suma, a subida de Filipe II ao trono de Portugal contribuiu para o desenvolvimento do comércio privado nas regiões periféricas do império, realizado entre as praças portuguesas e espanholas, e que era controlado e financiado pelos mercadores que viviam na região.

O COMÉRCIO DE ESCRAVOS: MALACA, MACAU E MANILA (1580-1600)

Sobre o comércio privado entre as praças portuguesas e Manila chegam-nos diversas notícias referentes ao transporte de escravos para as Filipinas. A escravatura da Índia e de Malaca para Manila é descrita, pela primeira vez, por Frei Domingo Salazar, primeiro bispo das Filipinas, numa carta redigida a Filipe II, datada de 18 de Junho de 1583: *“Los portugueses traen indios esclavos de Malaca y de la India a vender”*.¹⁹ No entanto, Frei Domingo Salazar nada adianta sobre a origem dos escravos nem do(s) mercadore(s) que os negoceiam.

No ano de 1584, na sequência do acordo realizado entre o capitão Sebastião Jorge e o governador D. Gonzalo de Ronquillo, entraram em Manila dois barcos de Macau, pertencentes ao comerciante Bartolomeu Landeiro, carregados de fazendas e escravos. Pouco depois, a 12 de Setembro de 1584, uma importante petição foi apresentada por Gaspar de Ayala, fiscal da *Audiencia de Manila*, para que os barcos portugueses pagassem o *almojarifazgo*.²⁰ O *almojarifazgo*, ou almoxarifado, era um imposto aduaneiro sobre todos os produtos transportados entre os diversos portos da *Nueva España*. Esse imposto variava segundo a região e movimentação comercial de determinado porto. No caso de Manila era 3%. O fiscal que recebia esta taxa denominava-se *almojarife*. A carta de Gaspar de Ayala revela-nos que nesse ano tinha chegado a Manila uma embarcação de Macau, que se tinha recusado a pagar a tributação aduaneira e que transportava escravos e outras mercadorias: *“los portugueses paguen almojarifazgo de sus mercaderías y esclavos tras la llegada a Manila de un barco de Macao”*.²¹

A chegada de escravos a Manila alteraria a configuração do comércio humano na região, o qual, até 1583, era controlado pelos ricos comerciantes de Acapulco e cidade do México. Os comerciantes europeus a viverem no México eram os principais fornecedores de escravos africanos, os quais chegavam à

América, principalmente por intermédio dos negreiros portugueses que negociavam no Atlântico. Este facto pode ser testemunhado através das inúmeras cédulas reais emitidas durante os séculos XVI e XVII para que a elite espanhola nas Filipinas não pagasse direitos, ou *almojarifazgo* (ver *infra*).

Em 1585, o rei Filipe II informa por carta o vice-rei da Índia D. Duarte de Meneses da viagem de Diogo Dias de Boavista, morador em Malaca, às Filipinas. Surpreendentemente, o rei autorizara esta viagem pedindo, inclusive, que fosse bem acolhido e favorecido pelas autoridades:

*“Diogo Dias de Boavista morador nesta fortaleza (Malaca) sou enformado que foi com cartas minhas às Filipinas, e que ha muitos anos que me serve nessas partes: emcomendonos que o favoreceis em tudo o que poder ser, e me enformeis de seus serviços pera lhe fazer a merce que por eles merecer; e escrevereis como vollo asy encomendo, e que recebi a sua carta.”*²²

Embora desconheçamos a rota que Diogo Dias de Boavista terá seguido até às Filipinas, cremos que o percurso tenha sido o de Malaca-Manila. Esta viagem constituiria uma excepção às proibições de contacto comercial entre as esferas portuguesas e castelhanas no Extremo Oriente. É na sequência desta viagem que o então governador das Filipinas, Santiago de Vera, endereçou uma importante carta²³ a Filipe II, requerendo autorização para que o vice-rei da Índia enviasse “escravos negros” para trabalharem nos navios, substituindo a mão-de-obra espanhola:

“En esta tierra tiene Lustra majestad mucha costa(costo) con oficiales del artillero y calafates para el adrezo de las naos y fabrica dellas que siendo Vuestra Majestad servido de mandar al virrey de la yndia me ynvie esclavos negros que alla hazen estos oficios se escusarian estos gastos pues a cada calafate español o carpintero se le dan trescientos ps (pesos?) por unario(?) de salario y con estos se compran en la yndia tres oficiales y o le scripto sobre esto y no me los a ynbiado”.²⁴



D. Duarte de Meneses.

HISTORIOGRAFIA

CÉDULAS REAIS ATRIBUINDO AS LICENÇAS NECESSÁRIAS PARA O ENVIO DE ESCRAVOS PARA AS FILIPINAS, SEM QUE FOSSEM PAGOS DIREITOS²⁵

D. Gonzalo Ronquillo de Peñalosa, governador das Filipinas	15 escravos
Capitão Juan Pacheco Maldonado	2 escravos
Alonso Alvarez de Toledo	4 escravos
Gaspar de Ayala, fiscal da Audiência de Manila	3 escravos
Pedro Rojas, ouvidor da Audiência de Manila	3 escravos negros
Capitão Gabriel de Rivera	2 escravos negros
Ouvidor Francisco Bravo	3 escravos negros
Capitão Juan Maldonado	15 escravos negros
Ouvidor Antonio Ribera Maldonado	3 escravos negros
Gómez Pérez de Mariñas, governador das Filipinas	6 escravos
Hernando de Ávila, tesoureiro de la Real Hacienda de Filipinas	2 escravos
Antonio Morga, assessor do governador das Filipinas	3 escravos negros
D. Francisco Tello, governador das Filipinas	6 escravos negros
D. Francisco Tello, governador das Filipinas	4 escravas negras
Ignacio de Santibáñez, arcebispo de Manila	3 escravos negros
Jerónimo de Salazar y Salcedo, fiscal da Audiência de Manila	3 escravos negros
Alvaro Rodríguez Zambrano, ouvidor da Audiência de Manila	3 escravos negros
Cristóbal Téllez Almazán, ouvidor da Audiência de Manila	3 escravos negros
Pedro Hurtado de Esquivel, escrivão da câmara da Audiência de Manila	3 escravos 2 mulheres de serviço
D. Pedro de Acuña, governador das Filipinas	3 escravos negros
Frei Francisco de Ortega	3 escravos negros
D. Juan da Silva, governador das Filipinas	? escravos negros

HISTORIOGRAPHY

Os escravos negros a que acima nos referimos eram, na sua maioria, originários de Moçambique e serviam nos exércitos privados de mercenários dos grandes comerciantes portugueses.²⁶ Não é possível compreender a expansão portuguesa pelo Sudeste Asiático, China e Extremo Oriente, sem estes escravos a soldo, ou “escravos de peleja”. Durante todo o século XVI, as embarcações portuguesas eram compostas por um diminuto contingente europeu. A conquista de Goa e o alargamento das redes comerciais portuguesas obrigariam a um recrutamento cada vez maior destes escravos. Desta forma, os portugueses utilizam as redes comerciais de fornecimento de escravos pelos guzarates, e criam as suas próprias rotas. As naus da “Carreira da Índia” tinham por hábito fazer escala em Moçambique, onde adquiriam escravos a baixos preços, os quais eram posteriormente vendidos em Goa e enviados para toda a Ásia. Uma das descrições mais interessantes sobre este tipo de comércio é a de um missionário italiano:

*“È questa isola delli portughesi dove hanno una fortezza con capitano molto honorato (D. Pedro de Castro). Sarà grande di longhezza di tre miglia incirca; li habitadori sono alcuni portughesi et altri naturali della terra, che si chiamano caffari: è gente negra et per l'ordinario vanno nudi, et è vecina a terra ferme che si vede; parte sono christiani et parte gentili [...] In questa isola le nave si empiano quasi di questi negri perciocché i portughesi comprano questi negri, fanciulli, homini e donne; il loro prezzo è 5, 6, 7, scudi, et alle volte per una scatola di cotognata si compra un negro e per doi testoni. Queste nostre 4^o nave mi pare che comprassero da 1.200, i quali poi si adotrinano e si fanno christiani, e si servano di loro senza altro salario”.*²⁷

O comércio de escravos entre Macau-Manila e Malaca-Manila esteve na origem de alguma tensão entre os representantes da *Audiencia de Manila*²⁸ (tribunal mais importante da Coroa espanhola nos territórios asiáticos das Filipinas) e os comerciantes privados portugueses. Estes últimos, desafiando as leis vigentes, recusavam-se a pagar o imposto aduaneiro, vendendo escravos e produtos a preços mais baixos do que a concorrência. As autoridades de Manila, em número reduzido, eram incapazes de fazer respeitar a lei. Como último recurso, enviaram ao rei uma carta, informando-o de que chegavam navios com escravos, oriundos de Malaca, de Macau e de outras regiões da China e da Índia que se recusavam a pagar direitos:²⁹

*“A esta tierra traen de Malaca, Macan y otras partes de la China y de la yndia algunos esclavos y porque dicen que los derechos se pagan delos [...] Lo fiscal a pedido se cobren derechos de las mercaderias que de Macan e Malaca se traen y porque hasta agora no se an mandado llevar”.*³⁰

Apesar dos protestos, os comerciantes privados portugueses, possivelmente aproveitando o facto de ser proibido o comércio entre Manila e as praças portuguesas, continuaram a não pagar os 3% de direitos pelos seus escravos e mercadorias, o que aumentou o descontentamento das autoridades espanholas. A situação tornou-se de tal forma tensa, que os representantes da *Audiencia de Manila*, ansiosos por resolver esta situação e, claro está, participarem nos lucros deste comércio ilegal, enviaram para a Europa num mesmo ano duas cartas,³¹ contestando e denunciando a forma como os portugueses negociavam em Manila. No seu conteúdo, as autoridades sublinhavam, entre outras coisas, que os escravos trazidos pelos portugueses deveriam pagar direitos: *“Testimonio sobre que los portugueses paguen almojarifazgo”*.³²

É na sequência desta contestação em torno do comércio de escravos que o monarca Filipe II, a 21 de Janeiro de 1587, expediu uma importante missiva destinada ao vice-rei da Índia, D. Duarte de Meneses (1584-1588), demonstrando ter sido informado das primeiras expedições, de carácter comercial, dos habitantes de Macau em Manila, assim como das tentativas menos conseguidas por parte das autoridades governamentais de Manila em estabelecerem um circuito comercial entre as Filipinas e a China, à semelhança do que acontecia com a colónia portuguesa. A sua posição relativamente a este assunto é inequívoca, condenando qualquer contacto entre as esferas de influência portuguesa e espanhola.³³ Independentemente das proibições, os comerciantes de Macau e Malaca, como sempre tinha acontecido até então, continuam a enviar navios comerciais para as Filipinas. Não obstante as directrizes régias, barcos portugueses continuam a chegar a Manila, como ficaria comprovado na missiva redigida pelo governador das Filipinas, D. Santiago de Vera (1584-1590), para o rei, de 26 de Junho de 1587, informando que, a par dos “*mas de treinta*” navios chineses de “*razonable porte*” que tinham visitado Manila, tinham chegado igualmente dois navios portugueses, os quais tinham conseguido ganhar



HISTORIOGRAPHY

muito dinheiro, causando grande descontentamento no seio da comunidade chinesa.³⁴

Apesar de não possuímos dados concretos sobre o comércio entre Macau-Malaca-Manila até ao final da década de 90, o próprio bispo das Filipinas, Domingos Salazar, a 27 de Junho de 1588, referiu ter escrito uma carta para o rei, enviada via Malaca, pelo que deduzimos a existência de uma embarcação de Malaca a visitar as Filipinas.³⁵ Recorrendo ainda ao memorial do bispo Domingo Salazar, encontramos uma descrição que revela que o capitão Lope de Palacio, então a viver em Macau, enviou confidencialmente para as Filipinas uma carta. Evidentemente que a chegada a Manila deste memorial reservado implicaria uma outra viagem clandestina, que a documentação oficial não revela.³⁶ Podemos, desta forma, concluir que, no ano de 1588, existem duas embarcações em Manila: uma primeira, de Malaca, e uma segunda, originária de Macau.³⁷

No ano seguinte, foi preparada em Macau uma nova viagem ilegal com destino a Manila. Organizada pelo próprio capitão-mor de Macau, Jerónimo de Sousa,³⁸ nela participam os principais mercadores da cidade. Contudo, a morte súbita de Jerónimo de Sousa nas vésperas da partida, lança Macau no caos político e a viagem acabou por ser cancelada. A viagem comercial anual da China para Nagasáqui, devido ao édito anti-cristão emitido por Toyotomi Hideyoshi (1536/37-1598), em 1587, e que ilegalizava a presença dos jesuítas no Japão, também não se realizou. Macau encontrava-se numa situação política e económica complicada, achando-se sem capitão-mor e sem forma de sustento, na medida em que estes trajectos comerciais constituíam o seu financiamento anual. Se o comércio não fosse rapidamente reactivado, a colónia estaria condenada à extinção. O referido édito anti-cristão de Hideyoshi apontava, entre outras acusações, que os portugueses compravam japoneses para os escravizar, e pede para serem libertados, afirmando que pagaria aos portugueses o seu preço em prata.

“Chegarão estes dous homens tristes e enfadados com o recado que trazião, dizendo que Quambacudono, alem de outras muitas cousas com grande ira e indignação dissera, mandou particularmente dizer ao Padre tres.[...]

A terceira: eu tenho sabido que os portugueses e os sioens e cambojas que vem a estas partes fazer

suas fazendas, comprão grande numero de gente e a levão cativa para seos reinos, desnaturando os japãos de sua pátria, de seos parentes, filhos e amigos, e isto hé cousa insufrível. Pelo que o Padre faça que todos os japoens que athé agora se venderão, para a Índia e outras partes remotas, sejam outra vez restituídos a Japão; e quando isto nam for possível pore estarem longe em reinos remotos, ao menos os que agora os portugueses tem comprados os ponhão em sua liberdade, e eu darei a prata que lhe custarão”.³⁹

Quando o novo capitão-mor da cidade, D. João da Gama, chegou a Macau em 1589, o panorama não

Toyotomi Hideyoshi.



Pormenor de biombo *nanban* atribuído a Kano Naizen (século XVII).

HISTORIOGRAFIA

seria possivelmente o mais agradável. Para além do vazio político oficial, a comunidade também atravessava uma grave crise política local, com a morte do comerciante mais importante da cidade: Bartolomeu Vaz Landeiro.⁴⁰ Ávido por obter uma maior margem de lucro, D. João da Gama, contrariando todas as proibições régias, decidiu realizar a viagem anual para a *Nueva España*, em vez de Nagasáqui.⁴¹

Na última década do século XVI o comércio com as Filipinas (Manila) terá diminuído, em detrimento de outras regiões do Oriente, dado não encontrarmos muitas fontes sobre a presença portuguesa em Manila. É também possível, que o porto de Cavite, muito frequentado pelos contrabandistas de Macau e Malaca no início do século XVII, se tornasse num porto mais seguro para este tipo de comércio.

Apesar da escassez de informações, uma carta de Francisco de las Misas, feitor da Fazenda Real das Filipinas, datada de 31 de Maio de 1595, diz-nos que nesse ano tinham chegado a Manila dois barcos de origem portuguesa, um proveniente de Malaca e um outro de Macau, com o objectivo de comercializar mercadorias e escravos.⁴² De facto, o tráfico de escravos atingia grande monta. Em 12 de Julho de 1596, o galeão *San Felipe*, capitaneado por Matias de Landecho, parte de Manila para o México com destino a Acapulco. As fortes tempestades e perigosas correntes quebram-lhe o mastro e o leme e lançam borda fora alguns homens que, assim, encontram a morte. O capitão Matias de Landecho, em carta para o novo governador das Filipinas, Francisco Tello (1596-1602), alega como uma das principais causas dos acontecimentos a sobrecarga da embarcação:

*“me escribe el general don Mathias de landecho como vera Vuestra Magestad por la que ba con esta le dio un temporal tan rrezio que por yr la nao muy sobrecargada ques la cudiçia ordinaria de las naos de trato fue a dar a una de las ysas de Japon.”*⁴³

Um leme improvisado e o conselho de Juan Pobre que estivera em terras de Sol Nascente alguns meses antes, arrastam a embarcação para o Japão. Chegam a terras japonesas a 14 de Outubro de 1596.⁴⁴ Quatro *fune*, ou barcos de pescadores japoneses, vão ao seu encontro⁴⁵ e convencem os principais do galeão a aportarem em Urado em vez de Satçuma ou Nagasáqui, onde inicialmente pretendiam lançar âncora. A 19 de Outubro chegam a Urado ou, mais precisamente, a Tosa. A sobrecarga do galeão fez com que o calado

da embarcação quase tocasse no fundo, numa área de baixa profundidade. Consultados o piloto-mor e o contramestre, decidiu-se que o galeão seguiria o seu percurso. Um pequeno desvio na rota, ocasional ou não, fez com que encalhasse nalgumas rochas e naufragasse. A sua carga foi rapidamente retirada e colocada em lugar seguro, sendo depois confiscada pelas autoridades japoneses ao serviço de Toyotomi Hideyoshi.⁴⁶ O polémico incidente do galeão *San Felipe* também poria a descoberto escravos de origem africana, cujo destino seria o continente americano e serviria para deteriorar as relações comerciais entre as duas regiões.

Podemos, assim, depreender que as autoridades de Manila procuravam colmatar os impedimentos reais na escravização dos autóctones tentando obtê-los a partir da Índia portuguesa, Malaca e Macau, além dos escravos trazidos pela rota *Nueva España*-Manila. Seguindo a rota africana, os espanhóis da América adquiriam os escravos a baixo custo, custo esse que aumentaria com o prolongamento dessa rede desde a América até às Filipinas. Os fretes que eram cobrados por estes escravos também eram superiores, como comprova o *Pliego de cargo a los Oficiales Reales de Acapulco, de los pesos de oro que cobraron, procedidos de fletes y derechos de 10 por 100 de las mercaderías y esclavos llegados a Filipinas* (Acapulco, 27 de Maio de 1598).⁴⁷

Pelas fontes acima discriminadas, podemos verificar existência no último quinto do século XVI de uma importante rede escravagista que unia Malaca e Macau às Filipinas; contudo, seria igualmente oportuno saber se este comércio, monopolizado pelos comerciantes privados portugueses, se prolongava também no sentido inverso, ou seja, a partir dos portos americanos até às Filipinas ou se teria sido irremediavelmente extinto pela concorrência portuguesa na Ásia.

Apoiados nas duas cédulas reais emitidas em Madrid, em 10 de Abril de 1597, a primeira das quais dirigida ao governador das Filipinas e a segunda ao vice-rei do México, regulamentou-se a atribuição de licença a funcionários e outros agentes régios para puderem levar escravos para as Filipinas. As cédulas demonstram igualmente que, apesar da existência de um circuito comercial que se estendia desde as praças portuguesas até às Filipinas e, consequentemente, até à América; também existia um circuito inverso, em que escravos capturados nas costas ocidentais africanas eram transportados para a América, seguindo alguns deles viagem até às Filipinas, via Pacífico:

HISTORIOGRAPHY

CÉDULA REAL PARA O GOVERNADOR
DAS FILIPINAS, DON FRANCISCO TELLO⁴⁸

Don Francisco Tello Cavallero de la Orden de Santiago mi governador y capitan general de las yslas Philipinas y Presidente de mi audiencia Real que e mandado volver a fondar en la ciudad de Manila de las dichas yslas o ala persona o personas a cuyo cargo fuere el gobierno dellas porque e sido ynformado que muchos de los que vienen dessas yslas a la Nueva España y otras partes con liçencia traen para su serviçio de esclavos asi negros como de los del Japon que se traen dessas yslas de la india oriental y conviene tener mucho la mano en estos m.do no permitais ni deis lugar a que se embarquen esclavos por granjeria ni para otros efectos ningunos como quiera que seos conçeде que viniendo el Governador otro anseçesor le podais dar licencia para traer asta seis esclavos y acada uno de los oidores que vinieron quatro y a otras personas honradas mercaderes de causal ofiziales de mi hacienda que tambien vinieren de Asiento a la Nueva España o a estos Reynos para no volver los podreis así mismo conceder licencia para cada dos esclavos y esta orden y Reglas teneis para guardarla precisamente advirtiendо a que ay orden en la nueva españa para que se tomen por perdidos los que vinieren de otra manera.

Fecha en diez dias de abril de mill y quinientos y siete años

CÉDULA REAL PARA O VICE-REI DA NOVA
ESPAÑA, CONDE DE MONTERREY⁴⁹

Conde de Monterrey pariente mi Virrey Gobernador y capitan general de la nueva España o ala persona o personas a cuyo cargo fuere el gobierno della por aber entendido que de las yslas Philipinas se traen a essa tierra y otras partes muchos esclavos así negros como de los de Japon escrivi al governador donde aquellas yslas que en ninguna manera de licencia para embarcarse ni que venga ningun esclavo por granjeria ni notra manera sino fuere que los gobernadores puedan traer asta seis esclavos y cada uno de los oidores que vinieron quatro y a otras personas honradas ofiziales de mi Hazienda o mercaderes de caudal que tambien binieren de asiento a essa tierra o a estos Reynos les pueda dar lizinçia de cada dos esclavos de lo qual estareis advertidos para ordenar al alcade mayor y ofiziales de Acapulco tengan cuidado de cumplimiento y execucion de esta orden y los esclavos que de otra manera vinieren de aquí adelante se tomen por perdidos.

Fecha en diez dias de abril de mill y quinientos y siete años

HISTORIOGRAFIA

NO COMÉRCIO MALACA-MANILA
NOS FINAIS DO SÉCULO XVI

O comércio privado entre Malaca e Manila, constituído não apenas de escravos mas também de outras mercadorias, assumiu tais dimensões nos últimos anos do século XVI que o próprio rei se viu obrigado a interferir.⁵⁰ Em nome do monarca ibérico, Albuquerque ordenou que, à excepção das naus da “Carreira da Índia”, nenhuma outra embarcação se podia dirigir às fortalezas de Maluco e Amboino a carregar cravo para o transportar para Manila, de onde passaria posteriormente para o México através do galeão de Manila para ser distribuído pelos portos espanhóis na América. Estas embarcações ilegais concorriam directamente com a embarcação real que anualmente fazia escala nas fortalezas de Maluco e Amboino para a compra do cravo. O alvará impunha que daquele momento

“em diante nenhum capitão das ditas fortalezas de Maluco e Amboino, nem outro oficial nem pessoa de qualquer calidade e condição que seja, mande nem possa mandar dellas nem doutro qualquer porto de sua jurisdição embarcação alguma par as Manilhas”.⁵¹

Esta lei também demonstra que um dos estratagemas utilizados pelos comerciantes portugueses para contornarem as proibi-

ções reais consistia em enviarem

embarcações para outros portos e daí fazerem os trajectos comerciais com os lugares de destino. Desta forma, em vez de o circuito ser realizado directamente, era efectuado um outro com diversas escalas, sendo a legislação real ludibriada e contornada. O vice-rei da Índia Matias de Albuquerque enviaria a Maluco e Amboino o galeão *São João* com este alvará, para que este fosse publicado e obedecido nas feitorias portuguesas.⁵² Porém, quem seriam os protagonistas deste comércio? Seria ele apenas realizado por pequenos mercadores desconhecidos?

No ano de 1598 o rei receberia informações do seu enviado a Malaca, o licenciado José Paes,

com o cargo de ouvidor-geral para realizar, entre outras coisas a devassa “dos que vão e mandão á Manilha”.⁵³ O resultado deste inquérito para apurar responsabilidades relativamente ao comércio ilegal é deveras surpreendente. As investigações realizadas pelas autoridades governamentais

apuraram que os principais obreiros do comércio praticado via Malaca-Manila eram os próprios capitães, evidenciando que as mais altas patentes do Império português se encontravam envolvidas no comércio ilegal com as Filipinas.

Os representantes da cidade de Malaca, ávidos por participarem no comércio com as Filipinas, escreveriam ao rei, solicitando a legalização de uma via comercial entre as duas regiões. Apesar das proibições vigentes, a Câmara de Malaca confirmou igualmente a participação activa e directa dos capitães da cidade neste comércio. Por sua vez, o monarca numa tentativa para extinguir este trato ilegal, a 10 de Fevereiro de 1598 enviou, de Lisboa, instruções ao vice-rei D. Francisco da Gama para que fosse produzida uma provisão régia interditando este comércio e para a realização de uma “devassa” anual sobre o trato realizado em Manila. Esta “devassa” tinha como objectivo localizar e enviar presos para Goa e Lisboa os portugueses envolvidos nas ilegalidades. Este documento testemunha paralelamente o confronto existente entre as directrizes centrais e a administração local, assim como a frágil estabilidade social e comercial da União Ibérica. Afigura-se, assim, notável, a proporção que este comércio informal ganhou, controlado mormente por portugueses, situação que desafiava abertamente o poder judicial de Goa. Parece-nos significativo que, em detrimento dos interesses do Império, estas altas patentes desvalorizassem a legislação existente, desautorizando-a e desenvolvendo actividades comerciais informais:

“E assy me escreve a Camara da ditta cidade sobre mandar levantar a defesa do comercio desse estado para as Felipinas, que lhe estranho na resposta disto, porque não ha de tratar de



D. Francisco da Gama.



Matias de Albuquerque.

HISTORIOGRAPHY

deixar de haver effeito a dita defesa, em em que se procedeo com fundamentos claros da importancia de que he para o serviço de Deos e meu, e bem desse estado; pello que de novo vos encomendo e mando que façaes cumprir a dita defesa inteiramente; e porque a mesma Camara me escreve que os Capitães de Malaca sem embargo da defesa correm com o dito comercio, mandey passar a provisão que vay nestas vias para cada anno se tirar devassa deste caso conforme a ella, de que tereis particular cuidado, e me escrevereis cada anno o que nisto se fizer.”⁵⁴

No seguimento da correspondência acima analisada, e para desincentivar a participação de altas patentes governamentais no comércio ilegal entre Malaca e Manila, de Lisboa foram enviadas novas instruções ao vice-rei da Índia a 12 de Março de 1598. O monarca ibérico recusa-se a revogar a proibição, exigindo que a mesma fosse cumprida inteiramente. Uma vez mais, ordenava-se a realização de uma “devassa” anual, de forma a apurar as pessoas envolvidas neste trato, para serem julgadas e condenadas por infracção dos seus regimentos e das proibições reais. Uma ideia que nos parece ser curial sublinhar é precisamente esta produção de legislação, com reflexos sobre as posses ultramarinas, procurando atender às necessidades régias e não aos diferentes horizontes geográficos e económicos em que os portugueses se movimentavam, portanto desconhecedoras da realidade sociocultural e económica das sociedades em que se movimentavam os europeus. Podemos assim concluir que uma coisa era a vontade régia, outra era a realidade em que se moviam os comerciantes. Este facto prova que a Coroa não controlava todas as actividades nem que nunca se reproduziu um único modelo de governação e que nem sempre as determinações régias eram atendidas. De qualquer forma, em termos gerais, parece seguro afirmar-se que a clivagem existente entre a realidade económica das fortalezas portuguesas e a legislação real escorada numa forte centralização régia predomina nestes espaços ultramarinos, em que os limites espaciais da legislação eram facilmente alargados e ultrapassados pelos interesses económicos locais. O poder régio não ultrapassava os “limites da fortaleza”. As políticas na região obedeciam aos interesses das autoridades locais, predominantemente não ocidentais, contrariando em inúmeras ocasiões as directrizes dos monarcas ibéricos.

“Eu El Rey faço saber aos que este alvará virem que eu sou informado que depois de ter mandado defender per muitos respeitos de serviço de Deos e meu, e bem do estado da Imdia, o comercio dele pera as Felipinas e das ditas Felipinas para outros lugares do mesmo estado, se não goarda esta minha defessa tão inteiramente como nela he declarado, de que me averia por mui desservido se asi fosse, que não acabo de crer, pelo que mamdo ao meu Vissorrey e Governador da Imdia, que ora he e ao diante for, que faça tirar devassa cada anno das pessoas culpadas no dito comercio, e proceder contra eles breve e sumariamente, como for justiça, fazendosse com efeito execução nos culpados polas penas de sua condenação na dita culpa os capitães de Malaca depois da dita defessa, ora tenham acabado seu tempo, ou estem aimda anualmente na dita capitania, ou a sirvão depois pelo tempo em diante, e nos capitulos de sua residencias se acrecentará este para nelas se perguntar por este caso em particular alem das devasas que conforme a esta provisão mando que se tirem cada anno. E esta se registará nos livros da Relação e contos de Goa, e nos de minha fazenda, e cassa da India e valerá como se fosse carta começada em meu nome e passada por minha chancelaria.”⁵⁵

Entre os diferentes capitães de Malaca gostaríamos de destacar a figura de Francisco da Silva de Meneses, que substituíra Pêro Lopes de Sousa no ano de 1594 e seria substituído por Martim Afonso de Melo (1597). Francisco da Silva Meneses teria sido um dos capitães mais corruptos da fortaleza portuguesa. A sua acção seria de tal forma nefasta, que o próprio vice-rei Matias de Albuquerque se vira obrigado a interferir no seu governo. Apesar de D. Francisco da Silva de Meneses ser oriundo de uma das mais importantes famílias da nobreza portuguesa e de ser Cavaleiro da Ordem de Avis, nem isso parece tê-lo protegido da Provisão Régia que o vice-rei da Índia Matias de Albuquerque emite em Goa a 28 de Março de 1597. Nela constava que um junco propriedade do rei de Camboja se teria recolhido na fortaleza de Malaca. Este junco realizava a torna-viagem do Japão, de onde vinha carregado de mercadorias. O então capitão de Malaca, D. Francisco da Silva Meneses, confiscara o junco e respectiva carga, apesar de tal acto ser ilegal e contrário à legislação vigente. A carga seria composta por prata, tecidos,

HISTORIOGRAFIA

artilharia e “moços e moças”, ou seja, escravos. O vice-rei da Índia Matias Albuquerque ordenava que o capitão de Malaca pagasse o junco e o conteúdo confiscados e “fazer execução nas nãos e quaesquer outros bens do dito Francisco da Silva até realmente pagar a valia do dito junco, prata, fazendas, moços, e moças que nelle vinham.”⁵⁶

Independentemente do motivo subjacente a este requerimento, o rei em carta que escreve para o vice-rei da Índia, D. Francisco da Gama, recusa este pedido, sendo de parecer “que em nenhum modo convinha darse-lhe esta licença nem abrirse este caminho que está cerrado pela defessa que eu delle tenho feito.”⁵⁷

Independentemente de qual o motivo subjacente a este requerimento, o rei em carta que escreve para o vice-rei da Índia D. Francisco da Gama recusa este pedido, sendo do parecer “que em nenhum modo convinha darse-lhe esta licença nem abrirse este caminho que está cerrado pela defessa que eu delle tenho feito.”⁵⁷

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como pano de fundo a fusão das coroas portuguesa e espanhola, evidenciámos como no cenário asiático os comerciantes lusos desempenharam um papel de relevo no comércio escravo das Filipinas. Podemos ainda identificar claramente um circuito de escravos que ligava Malaca e Macau a Manila.

É bastante provável que Macau fornecesse as Filipinas de cativos provenientes do Japão e da Coreia,

pois um elevado número de escravos era transportado anualmente na nau que realizava o circuito comercial entre Macau e Nagasáqui. Paralelamente, podemos também identificar um circuito comercial de escravos asiáticos que ligava Malaca a Manila, assim como um terceiro que ligaria praças indianas, sob administração portuguesa, às Filipinas, as quais seriam os grandes fornecedores de escravos africanos.

Os impulsionadores deste trato – figuras insuspeitas devido ao sistema político e administrativo que representam, ou seja, os interesses da coroa de Portugal – são as figuras do capitão de Malaca e do capitão-mor de Macau. A forma independente como se relacionam com as autoridades de Manila, à revelia das autoridades portuguesas, e apesar das proibições régias, originam correspondência vária. Estas missivas, em formato de proibições e inquéritos, têm como finalidade o encerramento desta rede comercial. São também os abusos dos comerciantes portugueses, recusando-se pagar os fretes cobrados no porto de Manila, que despoletarão queixas por parte dos comerciantes locais e inquirições por parte das autoridades centrais portuguesas. É devido a esta polémica, que o tráfico de escravos protagonizado pelos portugueses, é descoberto.

Apesar da escassez de documentação, podemos, mesmo assim, reconhecer que esta rede de comércio escravo era movimentada e financiada por interesses e dinheiro de investidores privados, mormente comerciantes locais, não existindo sobre eles um controlo régio efectivo. **RC**

NOTAS

- 1 No decorrer do presente artigo, sempre que mencionarmos o monarca Filipe II de Espanha, corresponderá a Filipe I de Portugal. Utilizaremos os vocábulos: “contrabando”, “comércio privado”, “comércio informal”, para caracterizar as movimentações comerciais, nos mares da China, que escapavam ao controlo régio. Quando utilizamos “contrabando”, significa comércio privado que era apenas organizado por comerciantes euro-asiáticos, sem a participação ou conivência das autoridades locais. “Comércio privado” e “comércio informal”, significam comércio fora da esfera de controlo régio, porém com a participação activa das elites administrativas e religiosas locais.
- 2 Peter Borschberg, *Iberians in the Singapore-Melaka Area and Adjacent Regions (16th to 18th century)*, Wiesbaden: Harrassowitz, 2004, p. 33.
- 3 João de Barros, *Ásia de João de Barros. Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente – Terceira Década* (Sexta edição, actualizada na ortografia e anotada por

Hernâni Cidade, Notas históricas finais por Manuel Múrias). Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1946, p. 306.

- 4 Yamazaki Takeshi, “The Maritime interactions between Lingnan, Hainan, Annan and Japan in the 16th century”, in *Maritime East Asia in the 16th and 17th Centuries: New Sources and Perspectives*, Society for the Maritime Asian History, Osaka University, 29 January, 2010, p. 24.
- 5 Rei Filipe II de Espanha, Filipe I de Portugal.
- 6 Carta ao capitão-mor de Maluco, 1582. Archivo General de Indias [AGI], Patronato 24, Ramo 61
- 7 Carta ao capitão-mor de Amboino, 1582. AGI, Patronato 24, Ramo 61
- 8 Carta ao capitão-mor de Malaca, 1582. AGI, Patronato 24, Ramo 61
- 9 Carta do bispo das Filipinas ao rei, Manila, 18 de Junho de 1583. AGI, Patronato 25, Ramo 8.

HISTORIOGRAPHY

- 10 Carta escrita em Manila, a 18 de Junho de 1583. AGI, Patronato 25, Ramo 8.
- 11 AGI, Filipinas, 79, N.17. Lúcio de Sousa, *The Early European Presence in China, Japan, the Philippines and Southeast Asia (1555-1590). The Life of Bartolomeu Landeiro*. Macau: Fundação Macau, 2010, pp. 39-49.
- 12 “Como a gente vio que o junco dava tão grandes pancadas temerão os homens que se desfizesse o junco, e que a madeira matasse a gente, pello que das madeiras dos biles, e velas se fizerão duas jangadas, numa se meteo o Padre Christovão Moreira com huma cabeça das onze mil virgens; e chegou a terra quazi morto da muita agoa que bebeo, porque as ondas virando a jangada, e o levou por vezes debaixo da agoa, e por isso ficou sempre doente e achacozo. Na champana se meteo o capitão Andre e alguns homens e os Padres Pedro Gomes, Alonso Sanchez, Alvaro Dias e eu, e como a maré ja vazava chegamos a terra com muito trabalho pella costa de areal com a maior parte de Japoens que no junco hião o principal delles era moro João”. José Franz Schutte (ed.), *Monumenta Historica Japoniae I. Textus Catalogorum Japoniae 1553-1654*. Rome: Monumenta Historica Societatis Iesu a Patribus Eiusdem Societatis Edita, 1975; Francisco Pires S. J., “Pontos do que me alembra”, Biblioteca da Ajuda, Jesuítas na Ásia, Códice 49-V-3, fl. 2.
- 13 Francisco Colín, *Labor evangélica de los obreros de la Compañía de Jesús en las Islas Filipinas*. Ed. de Pablo Pastells. Barcelona: Imprenta y Litografía de Henrich y Compañía, 1900-1904, vol. 2, p. 300. D. Pedro Torres y Lanzas, *Catálogo de los documentos relativos a las Islas Filipinas existentes en el Archivo de Indias de Sevilla*. Barcelona: Compañía General de Tabacos de Filipinas, 1925-1933, p. clxv.
- 14 AGI, Patronato 24, Ramo 57.
- 15 Carta de Alessandro Valignano endereçada ao governador das Filipinas, D. Gonzalo de Ronquillo, a 14 de Dezembro de 1582.
- 16 Francisco Colín, *Labor evangélica...*, vol. 2, p. 301. D. Pedro Torres y Lanzas, *Catálogo de los documentos relativos a las Islas Filipinas...*, p. clxvii.
- 17 Embarcação de Bartolomeu Vaz Landeiro, capitaneada por Sebastião Jorge.
- 18 Lúcio de Sousa, *The Early European Presence in China...*, pp. 75-80.
- 19 *Ibidem*, pp. 215-217.
- 20 “Información hecha a petición de Bastián Jorge Moxar en nombre de Bartolomé Báez Landero sobre el servicio que hizo de traer de Macao a Manila al padre Alonso Sánchez y padres de la Compañía de Jesús y de la orden de San Francisco. Manila, 28 de abril de 1583.” AGI, Filipinas, 79, N.17, fols. 7-9.
- 21 José Alvarez Taladriz, “Apuntes sobre el Cristianismo y la esclavitud en Japón”, in Valignano, *Adiciones del Sumario de Japon*, ed. de José Luis Alvarez-Taladriz, Tóquio: Universidade de Sophia, 1954, p. 499.
- 22 AGI, Filipinas, 34, n.º 78.
- 23 *Ibidem*.
- 24 J. H. da Cunha Rivara (ed.), *Archivo Portuguez Oriental* [APO]. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1861, Fascículo 3, p. 41.
- 25 20 de Junho de 1585.
- 26 AGI, Filipinas, 18A, R. 3, N. 16.
- 27 AGI, Indiferente, 606.
- 28 Lúcio de Sousa, *The Early European Presence in China...*, p. 122.
- 29 Fr. Fulvius Gregorii S. I. et P. A. Laerzio S. I., P. Ioanni B. Pescatore S. I., Rectori Noviciatus Romani. *Documenta Indica*, vol. 12, 1580-1583. Ed. de José Wicki. Rome: Institutum Historicum Societatis Iesu, 1972, p. 880.
- 30 Audiencia y Cancillería Real de Manila.
- 31 *Recopilación de las Leyes de los Reynos de las Indias (1680). Título Quinze. De los almojarifazgos y derechos Reales. Ley XXII: “En las Filipinas se impuso á tres por ciento, sobre el comercio de las mercaderías para la paga de la gente de guerra. Mandamos, que assi se guarde, y sobresea en lo demás, que se paga de estos derechos”*.
- 32 AGI, Filipinas, 18A, R. 3, N. 13.
- 33 AGI, Filipinas, 18A, R. 5, n.º 30 e 34, n.º 78.
- 34 AGI, Filipinas, 34, n.º 78.
- 35 “E porque na armada que ho anno de 85 foy pera essas partes vos mandey escrever que não avia por meu serviço terem os Castelhanos comercio nenhum nas partes da China e Malluco, nem os Portuguezes nas Filipinas, como entendeis que convem, senão somente boa correspondência huns com os outros; e asy ho mandey escrever ao Viso Rey daquelas partes que ho avia por meu serviço”. APO, Fascículo 3, parte 1, pp. 80-81.
- 36 Francisco Colín, *Labor evangélica...*, vol. 1, p. 354, n. 2.
- 37 Emma Helen Blair, James Alexander Robertson, *The Philippine Islands 1493-1898*. Cleveland, Ohio: Arthur H. Clark, 1903-1909, 55 vols., vol. 7, pp. 72 e 75.
- 38 *Ibidem*, pp. 73-74.
- 39 Relativamente às mercadorias, não obtivemos qualquer informação que nos possa esclarecer se teria existido algum comércio de escravos.
- 40 Emma Helen Blair, James Alexander Robertson, *The Philippine Islands...*, vol. 7, p. 79.
- 41 Luís Fróis, *Historia do Japam*. Edição de José Wicki. Lisboa: Biblioteca Nacional, vol. 4, 1983, pp. 401-403.
- 42 Lúcio de Sousa, *The Early European Presence in China...*, pp. 121-130.
- 43 *Ibidem*, pp. 123-133.
- 44 AGI, Filipinas, 29, n.º 57.
- 45 Carta de 18 de Maio de 1597 de Francisco Tello a Filipe II. HIUT [The Historiographical Institute, The University of Tokyo], Murakami Collection, “Documentos Relativos al Comunicaciones de Filipinas com Japon Sacados del Archivo General de Indias y otras Bibliotecas”.
- 46 Juan Pobre de Zamora OFM, *Historia de la pérdida y descubrimiento del galeón “San Felipe”*. Edición y Estudio por Jesús Martínez Pérez OFM. Ávila: Institución Gran Duque de Alba de la Excma. Disputación Provincial de Ávila, 1997, p. 19.
- 47 Mateu de Mendonça, *Relacion del viagem del Galeon San Phelippe de Su Magd. Arribada que hiço al Japon y su perdida y lo que mas a sucedido anô de 1596*. HIUT, Murakami Collection.
- 48 Juan Pobre de Zamora OFM, *Historia de la pérdida y descubrimiento ...*, pp. 20-24.
- 49 AGI, Contaduría, 901.
- 50 AGI, Indiferente, 606, L. 2, f. 49f.
- 51 *Ibidem*, f. 49f-49v.
- 52 Consulte-se o alvará que o vice-rei da Índia Matias de Albuquerque (1591-1597) manda publicar a 15 de Abril de 1597.
- 53 APO, Fascículo 3, pp. 758-760.
- 54 *Ibidem*, p. 759.
- 55 Esta situação é referenciada na carta do rei, de Lisboa, a 10 de Março de 1598, para o então vice-rei da Índia D. Francisco da Gama. *Ibidem*, p. 862.
- 56 *Ibidem*, p. 828.
- 57 Carta do príncipe para o vice-rei da Índia, de Lisboa, a 12 de Março de 1598, APO, Fascículo 3, parte 2, pp. 869-870.
- 58 APO, Fascículo 3, pp. 751-753.
- 59 *Ibidem*, pp. 701-702.

IAPONIAE INSVLAE DESCRIPTIO.

Ludoico Teisera
auctore.





Nanban Tçuzu's Contribution to Japanese-Portuguese Commerce: On Rodrigues' Role as Ieyasu's Commercial Agent

CHEN XIZI* AND LIU XIAOSHAN**



In *Keichō* 3 (1598), Tokugawa Ieyasu took over command of the country. The status of the missionaries in Japan was expected to be put on a more satisfactory basis. Meanwhile, the Jesuits continued to promote the visits of Portuguese merchant ships and to participate directly in the silk trade, so as to increase their financial revenue and to seek further opportunities. The Japanese daimyos and lords were pleased to receive the Portuguese merchant ships in order to obtain weapons, raw silk, silk fabrics and gold, and to impose harbour taxes. Although Hideyoshi's reign had resulted in neither political nor diplomatic achievements, his enthusiasm for foreign trade had been inherited by Ieyasu.¹ Ieyasu tolerated the missionaries' continued presence in Japan because of commercial convenience. For a period afterwards, the Jesuits' position seemed to become much easier and it was regularised.

RODRIGUES' INVOLVEMENT IN NAGASAKI'S COMMERCIAL AND MUNICIPAL ADMINISTRATION

Rodrigues first met Ieyasu in the summer of 1593. At that time rumor had it that the Portuguese merchants had been so offended by the needless destruction of Jesuit property at Nagasaki the previous year that they refused to return to Japan. Terazawa now regretted dismantling the Jesuit buildings the previous year and expressed anxiety about his own future. He believed, possibly with a certain amount of reason, that if the Portuguese ship did not return, Hideyoshi might well hold him personally responsible for the loss of trade and invite him to commit suicide. The ruler, at that

Detail of a chart of Japan by Luis Teixeira, c. 1591,
in Abraham Ortelius, *Theatrum Orbis Terrarum*, Antwerp, 1595.

* 陈曦子 Doctoral Student of the Graduate School of Social Studies at Doshisha University, Kyoto, Japan; research interests cover Media, Journalism and Mass Communications.

Doutoranda no Departamento de Pós-Graduação da Universidade de Doshisha, Quioto, Japão. Privilegia a investigação sobre os media, jornalismo e comunicação de massas.

** 刘小珊 Ph.D. in History, Professor at the Faculty of Asian Languages and Cultures, Guangdong University of Foreign Studies; research interests cover the History of Japan, History of Sino-Japanese communications, Japanese culture and Sinology of Japan.

Doutorada em História, Professora na Faculdade de Línguas e Culturas Asiáticas da Universidade de Guangdong de Estudos Estrangeiros. As suas investigações versam a História do Japão, a história das comunicações sino-japonesas, a cultura e a sinologia do Japão.

HISTORIOGRAFIA

time, was also anxious about the future of trade with Portugal. Hideyoshi received Rodrigues on several occasions and repeatedly inquired as to whether the *nao* would ever return to Macao. Rodrigues, who fully understood the economic needs of Macao, assured him that it would. Great must have been the relief felt by Hideyoshi, Terazawa, and the Jesuits when Gaspar Pinto da Rocha's ship finally sailed into Nagasaki harbour during the summer of 1593. Michael Cooper has it that

When Pinto da Rocha travelled to the court at Nagoya for the customary presentation of rich gifts to Hideyoshi, he was accompanied by a retinue of Negro guards, dressed in red costumes and bearing golden spears. At the rulers' invitation, the men performed a wild dance to the music of fife and drum. As a mark of appreciation for their strenuous efforts, Hideyoshi ordered that each dancer should receive a white *katabira* robe.²

The summer of 1593 saw several other delegations arriving at Nagoya to pay their respects to Hideyoshi.



Little escaped the keen attention of Rodrigues. On 14 June he watched the arrival of the Ming envoys as they rode through the streets on horses accompanied by a retinue of one hundred and fifty men. The envoys were accorded an elaborate welcome and granted a cordial audience by Hideyoshi. It was also about this time that another embassy from the Philippines reached Japan and travelled to Nagoya. The party was led by a Spanish friar, Fray Pedro Baptista Blázquez. While staying in Nagoya they were visited by Rodrigues, who, unlike the robed friars, was discreetly wearing Japanese dress. Blázquez brought with him two official letters in which the governor of the Philippines conveyed his greetings to Hideyoshi. Maeda, who was handling the embassy from the Japanese side, could make nothing of the Spanish text and so sent the letter around to Rodrigues' lodgings with a request for a translation.

In addition to winning over Terazawa, Rodrigues was also entrusted with gaining the favour of various lords and officials living at Nagoya; in modern parlance he lobbied for the Christian cause and appears to have

Portuguese merchants (detail of a Japanese nanban screen, late 16th-century/early 17th-century).



HISTORIOGRAPHY

had considerable success. One of the most important men he visited at Nagoya was the mighty Tokugawa Ieyasu, second only in power to Hideyoshi. Ieyasu had apparently heard about the talented young Portuguese who spoke Japanese so fluently and invited him to visit him at his residence. The daimyo received Rodrigues with every mark of courtesy and spoke with him on a variety of subjects in the presence of two learned Zen monks, who acted as secretaries for his correspondence with China. He began by asking his guest about the divine providence ruling the world. Rodrigues was not loath to expound the Christian view and argued that the creator must be different from his creatures and that everything was governed by divine providence. This assertion, of course, ran directly counter to the beliefs of the monks, but they remained silent, possibly out of politeness or because they realised that there was no way of refuting an opponent who depended on premises which they themselves would not allow. After listening to Rodrigues for some time, Ieyasu remarked that the Jesuit's reasons seemed good to him and were very logical. He then turned from theology to cosmology and asked whether there was only world or many. Rodrigues answered that there could be only one world, and went on to argue his case by advancing various reasons and mentioning the findings of navigation. As usual, Rodrigues appears to have made a favourable impression, and it was not for nothing that his skill in dealing with people was later emphasised in a confidential Jesuit report about him.³ In any event, Ieyasu invited him back to his residence and presented both him and Brother Cosme with a silk robe each. He told them that he would allow two missionary priests to live secretly in his domain for the time being, and that more would be permitted once Hideyoshi relaxed the 1587 edict.

It was at about this time that the craze for European fashion reached its peak in Japan. Largely as a result of Valignano's embassy in 1591, every Japanese at court made an effort to obtain at least one article of European dress; some nobles even possessed complete wardrobes of cloaks, capes, ruff shirts, breeches, and hats. The craze was not confined to styles of clothing but also extended to diet; the practice of eating veal, which had earlier caused so much abhorrence among the Japanese, grew in popularity. Enthusiasm for European practices went so far that even non-Christians sometimes carried rosaries and learned the Pater

Noster and Ave Maria by heart merely to keep up with the Japanese Joneses.⁴ Of its very nature this artificial movement was merely a passing phenomenon, somewhat similar to the short-lived fad for foreign institutions during the Meiji period; such enthusiasm is invariably succeeded by an equally extreme reaction, and not many years would pass before things Western would be execrated and outlawed by the Japanese authorities.

Rodrigues' involvement in Nagasaki's municipal and commercial administration began in the first month of 1603. During Rodrigues' New Year's visit to Fushima to present his greetings to Ieyasu, the ruler informed him that he was going to replace Terazawa, the then governor of Nagasaki appointed by Hideyoshi, with Murayama. Now the city would be governed by Murayama, together with four elders of the city, all of whom were Christians. Ieyasu also invited Rodrigues to participate in the administration and asked the governors to discuss all matters of importance with Rodrigues and Pasio the vice-provincial. According to the arrangement, Nagasaki's presence as a Catholic had already been recognised publicly by the new ruler of the country.⁵

In 1604, Ieyasu appointed Ogasawara Ichian visiting governor to manage the business in Nagasaki. Together with the appointment, Tokugawa issued the *pancada* system (*ito-wappu* for the Japanese) to impose restrictions on the silk trade in May of the same year in order to settle the disputes between the Japanese and the Portuguese merchants.⁶ It has been proved by numerous historic studies that Ogasawara played an important role in the issuing and implementation of the system. Beyond any doubt, the visiting governor responded more quickly than the trade administration. It was also within its authority to inspect Kyushu and to collect information from Chinese merchant ships. Besides, the position was also responsible for municipal administration. Appreciating the obvious inconvenience of the city's administration, Ogasawara



HISTORIOGRAFIA



Tokugawa Ieyasu.

HISTORIOGRAPHY



suggested to Ieyasu in *Keichō* 5 (1605) that the part of the city overlapping with Ōmura should be incorporated into Nagasaki, and that the daimyo should be compensated by being awarded the nearby district of Urakami. The Shogun approved the plan and sent officials to implement the scheme. Ōmura Yoshiaki was very dissatisfied with the exchange and jumped to the conclusion that the Jesuit was responsible for the latest administrative change. In revenge, he ordered the expulsion of all the Jesuits from his territory. To make matters worse, a year later, he gave up his Christian faith and embraced the Nichiren sect of Buddhism. This setback no doubt exacerbated Bishop Cerqueira's and Organtino's anxieties concerning the Jesuits' involvement in business and municipal administration.

In the same year, Rodrigues made two visits to Ieyasu. In his first visit to court, the Jesuits and Portuguese in Nagasaki were placed in severe financial straits because there was no official voyage to Japan the previous year. Ieyasu was informed of the loss and spontaneously offered the Jesuits an outright gift of 350 taels, as well as a loan of a further five thousand to be repaid at the missionaries' convenience. The same amount was offered to Nagasaki. Ieyasu and his daimyos were all involved in the commerce in Nagasaki, and he was convinced that, 'The presence of the Jesuits is vital for the continuance of Portuguese trade.'⁷ There was no denying that as a result of Rodrigues' increased status, the Jesuit was given a more important position in the municipal administration and trading and thus the ruling class in Japan could less easily neglect the Jesuits' contribution to Portuguese-Japanese trade. On the other hand, it was wise and efficient for Ieyasu to administer Nagasaki through the hands of the Jesuit.

APPOINTED IEYASU'S COMMERCIAL AGENT

Lest perhaps the reader has become a little blasé from reading about the succession of audiences granted to Rodrigues by Ieyasu and other personages, it may be worth noting that it was considered a great honour even to be received in Ieyasu's presence, let alone speak to him informally. As a rule, only the most powerful officials were permitted into the august presence.⁸

To illustrate the honour and veneration paid to the almost legendary ruler, an eyewitness description of an audience granted to a daimyo in December 1609 will not be out of place at this point. Vivero y Velasco was present and left the following account:

There entered one of the greatest nobles of Japan, whose high rank was evident from the gifts which he had brought – bars of silver and gold, silk robes, and other things, all of which must have been worth more than twenty ducats. All of this was first of all placed on some tables, but I do not think the emperor (Ieyasu) even glanced at it. Then at over a hundred paces from where his Highness was seated, this *tono* prostrated himself, bowing his head so low that it looked as if he wanted to kiss the ground. Nobody said a word to him, nor did he raise his eyes to the emperor on entering or leaving. Finally he turned and withdrew with his large retinue, which, according to some of my servants, numbered more than three thousand men.⁹

The new ruler's appreciation and trust of Rodrigues is apparent from the extraordinary generosity he displayed towards the European interpreter. Furthermore, Ieyasu even appointed Rodrigues as his own personal commercial agent at Nagasaki and announced that thenceforth the Portuguese merchants should conduct their transactions through him.¹⁰ In the catalogue of the Jesuit mission, the entry against Rodrigues' name laconically states: 'Father João Rodrigues: conducted business at court.'¹¹

Rodrigues' diplomatic talents were well demonstrated in coordinating the Jesuits' relationship with the new ruler and his nobles and bringing about commercial negotiations. But his delicate appointment as a commercial agent frequently caused him trouble. Despite his efforts, he suffered constant setbacks which placed him in difficult situations and eventually led to disaster.

According to Jesuit accounts, Terazawa dispatched an official down to Nagasaki with orders to buy silk on behalf of Ieyasu from the ship of Horatio Nerete. Disobeying the instructions to seek the advice and help of Rodrigues in the transaction, the man completed the purchase entirely on the basis of his own negotiation. After inspecting the goods, Ieyasu

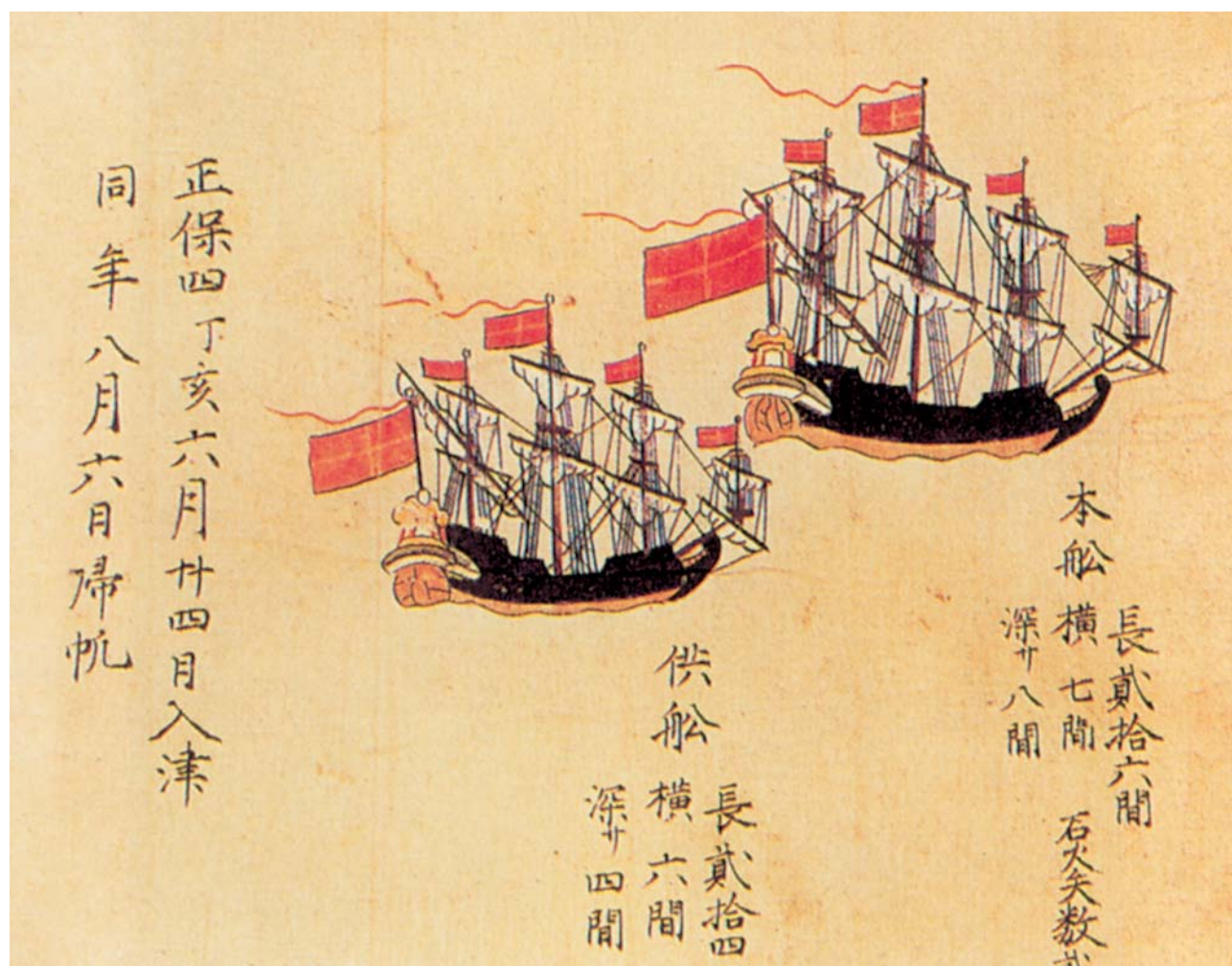
HISTORIOGRAFIA

expressed dissatisfaction with both the quality and price. To exculpate himself the official blamed Rodrigues in particular and the Nagasaki Jesuits in general. Ieyasu once more became angry with the missionaries. Fortunately some friendly non-Christian officials at court managed to convince the ruler that the Interpreter had not been involved in the unsatisfactory transaction.¹²

Several years later, in 1606, the mission suffered another severe setback in Kyushu when one of its staunchest allies turned from protector to persecutor. Once again, Rodrigues was involved. The complicated affair resulted from a proposal by Ogasawara. Thanks to the prosperity created by trade with the Portuguese and other foreign nations, Nagasaki had grown into a sizeable city. Appreciating recent developments and the obvious inconvenience of administering the city,

Ogasawara suggested to Ieyasu that the part of the city overlapping with Ōmura should be incorporated into Nagasaki. Such a proposal ran counter to Ōmura's plan to establish an adjacent settlement in his territories from which he received taxes. It so happened that Rodrigues was at court at when the proposal was approved by Ieyasu. Ōmura Yoshiaki jumped to the conclusion that Rodrigues was responsible for the latest administrative change. As a result, Ōmura wrote to his fief, forbidding his subjects to attend Christian churches or to have any contact with the missionaries. Despite clarification from Cerqueira and Ogasawara, Ōmura refused to change his mind and expelled all the Jesuits from his territory, adding unconvincingly that it was Ieyasu's wish and that he was bound to obey. In fact, Rodrigues had proposed that the reallocation be

Portuguese carracks. Detail of a map of Nagasaki, late 16th century.



HISTORIOGRAPHY

withdrawn and what he had done was to sketch a map of Nagasaki to give to Ieyasu on the orders of Father Francisco Pasio.¹³ Suspicions surrounding Rodrigues' involvement appear to have been eventually cleared up, for there is still extant a copy of a letter written by Ômura to Pasio on 15 February 1607¹⁴ in which the daimyo admits that he was mistaken in expelling the missionaries.¹⁵ But whether or not Ômura ever really came to believe that Rodrigues had no hand in the affair, he remained lost for good to the Christian cause, and the loss was to prove grievous.

In 1609, another trouble befell Rodrigues: he was involved in the incident with the Portuguese ship *Madre de Deus*.¹⁶ On 29 July 1609, Rodrigues proceeded to court as an interpreter for the delegation from the Portuguese carrack *Madre de Deus*, which was under the command of Captain-Major André Pessoa.¹⁷ Although this was Pessoa's first visit to Japan, he was by no means unacquainted with the Japanese. He had fought with them against the Dutch during the siege of Malacca three years previously and had also had dealings with them in the suppression of a riot provoked by Japanese crew in Macao the year before.¹⁸ In the unfortunate incident, some Japanese, most of whom were from a junk commissioned by Arima Harunobu were killed. The matter was finally settled, but only after the Japanese had signed a document, accepting the entire blame for the incident.

Pessoa's delegation was received in an audience with Ieyasu and succeeded in persuading him to issue a prohibition against Japanese going to Macao in order to avoid further conflict. Such a prohibition blocked Japanese merchants from buying silk from Macao and the Portuguese carrack's monopoly was recognised.¹⁹ The prohibition met with intense opposition from the Japanese merchants. Arima seized the chance to take revenge. He informed Ieyasu of the incident and claimed that the Portuguese intended to gain trading privileges through this appeal for prohibition. Ieyasu was annoyed and he ordered Pessoa to be killed; he blamed the Jesuits and the Portuguese in Nagasaki. The order placed the Jesuits in a most unenviable position. As an expedient measure, the vice-provincial Pasio suggested Rodrigues take the blame because, as the interpreter of the delegation, he was bound to be connected with the prohibition. Pasio consulted with Bishop Cerqueira and other senior Jesuits at Nagasaki. It was decided, reluctantly but unanimously, that for

the sake of the mission Rodrigues would have to leave. In this way, they felt, a few more years of peace in Japan could be obtained. Hasegawa naturally expressed himself highly gratified at their decision and promised to favour the Jesuit cause both in Nagasaki and at court to the best of his abilities. But Pasio knew only too well the scant reliance that could be placed on such promises, and subsequent events proved that the governor had little intention of cooperation.²⁰

Ieyasu was surely informed of Rodrigues' exile, but he took no action to protect his commercial agent, the Portuguese Jesuit who had been so dedicated to his profit in business. Nothing would happen to stop the expulsion, and Rodrigues departed for Macao in March 1610.²¹ Despite his contribution to international trade in Nagasaki, from which both the Jesuits and Ieyasu had reaped countless profits, as a foreigner and Jesuit his involvement in commerce attracted the jealousy of his peers and rivalry from local officials, for which he was blamed for the incident and had to leave. As Doi Tadao 土井忠生 said in his *Kirishitan ronko* 吉利支丹論考 (Investigation of Christian):

Murayama Toan the governor of Nagasaki who had long been unwilling to follow Rodrigues' instruction in commerce conspired with Hasegawa Sahyoye to expel Rodrigues.²²

It was very satisfying to the Jesuits in the short term that Rodrigues was appointed Ieyasu's commercial agent, but it turned out that the appointment of a foreigner and missionary to such a delicate post at Nagasaki would cause countless difficulties. Given the features of international trade in the Far East, commercial agents were granted more privileges and took greater responsibilities. In addition to negotiating transactions, Rodrigues, to a large extent, dominated the commerce in Nagasaki by using his special relationship with Ieyasu and the local authorities. In such a situation, Rodrigues' privileges made him influential amongst the Jesuits. But even more important for the missionaries was the connection between his position and the overall planning of the mission which had a decisive influence on its survival in Japan. Furthermore, such an appointment also indicated that Ieyasu attached great importance to the special connection between the Jesuits and the Portuguese merchants because it suited his commercial strategy.

In terms of the mission in Japan, Rodrigues' skilful handling of such a position was, beyond all



VOCABVLARIO DA LINGOA DE IAPAM

com adeclaração em Portugues, feito por
ALGVNS PADRES, E IR-
MAÕS DA COMPANHIA
DE IESV.



COM LICENÇA DO ORDINARIO,
& Superiores em Nangasqui no Collegio de Ia-
PAM DA COMPANHIA DE IESVS.
ANNO M. D. CIII.



HISTORIOGRAPHY

doubt, beneficial to the Jesuits and helpful to their development. As a commercial agent of the ruler of Japan, Rodrigues' presence in Japan was bound to be regularised and this regularisation could reasonably be extended to all Jesuits. As a result, conditions would become a good deal easier for the missionaries.²³ However, at a personal level, his position as a commercial agent of the emperor apparently contradicted his status as a Jesuit missionary, and this was bound to make him a victim in the conflict of interests. Eventually it caused his exile. Within a few years Diogo de Mesquita was writing to Rome, explaining that although everybody at the time had thought that the appointment would be extremely useful for the mission, subsequent experience had proved quite the opposite.²⁴ Nagasaki had become a thriving commercial post and the great *nao* from Macao often brought very large quantities of Chinese silk. To be appointed Ieyasu's commercial agent in such circumstances was a signal honour, but it also involved a great deal of responsibility. In the rough-and-tumble world of international trade the post could not but cause rivalries and enmity in the negotiation between Portuguese merchants and Japanese officials. Thus the appointment of a Jesuit to such a position was bound to do more harm than good to the mission in the long run. But Ieyasu was not a man accustomed to having his orders disregarded, and to have refused to accept the appointment might well have brought about the abrupt demise of the mission.

CONCLUSION

Rodrigues was appointed procurator of the Jesuits and Ieyasu's commercial agent at the peak of the Japanese-Portuguese silk trade. It may therefore be questioned why, in fact, Rodrigues was chosen when other able Jesuits in Japan were not granted the same honour. The answer seems to be fourfold.

Firstly, the two successive rulers of Japan made it a basic state policy to promote foreign trade and to profit from it. The benevolence of both Hideyoshi and Ieyasu was more superficial than real. They tolerated the presence of the Jesuits in Japan for no reason other than to ensure income from foreign trade; Rodrigues was appointed as commercial agent because of his usefulness to the trade.

Secondly, Rodrigues was so renowned for his skill in Japanese that he was better known as *Tçuzu* (interpreter).²⁵ His proficiency in Japanese and talent for negotiation allowed him to handle the foreign business with ease.

Thirdly, he may well have already begun work on his famous *Arte da Lingoa de Iapam* and *Vocabulario da Lingoa de Iapam*. This alone might have been sufficient reason to justify the appointments, even if his early education did not reach the customary standards. According to those who had contact with him, he was learned, sagacious, honest, diplomatic, and was also the best person to act as a commercial agent.

There also appears to have been a fourth, and possibly more cogent, reason for his appointment. Although the Japanese mission was part of the Portuguese Padroado, many of the senior posts were in fact occupied by Spanish and Italian Jesuits. Nobody was more aware of this anomaly than Valignano, and he was at pains to placate the Portuguese, who wished their countryman to have a greater say in the administration of the mission. This lack of Portuguese influence was plainly evident in the number of professed members of the mission, for the professed were ipso facto admitted to the congregation which discussed mission policy. For this reason, Valignano intended to grant the Portuguese missionaries a greater chance to come to the fore and to allow more Portuguese to be professed. As it was, the imbalance amongst the nationalities of the professed in Japan was not much improved. As Michael Cooper noticed,

Of seven Jesuits who were solemnly professed in Japan about the year 1601, only two were Portuguese, one was Italian, and no less than four were Spaniards. Thus the lack of balance which apparently caused much heartburning among some missionaries, continued to exist.²⁶

If he had not been selected as Valignano's interpreter in the delegation which was received by Hideyoshi in 1601, Rodrigues may have spent his life as an anonymous missionary. But fortunately, his talents were not to be buried. With the knowledge and experience accumulated in his contacts with the ruling class of Japan, he became a successful interpreter, diplomat, politician, and merchant as well. His legend and glory will shine forever upon Kyoto, Nagoya, and particularly upon Nagasaki which was the sole port in early modern Japan opened for international commerce. **RC**

Frontispiece of the *Vocabulario da Lingoa de Iapam*.

HISTORIOGRAFIA

NOTES

- 1 Ebizawa Arimichi 海老沢有道, *Nihon Kirisutan Shi* 日本キリス
タン史 (Christian History of Japan). Tokyo: HanawaShobo, 1990,
pp. 115-116.
- 2 Michael Cooper, *Tzuji Rodorigesu* 通辞-ロドリゲス (*Rodrigues,
the Interpreter: An Early Jesuit in Japan and China*). Transl. Tama
Matsumoto 松本玉. Tokyo: Harashobo, 1991, p. 71.
- 3 Ibid., p. 76.
- 4 Ibid., p. 78.
- 5 Gono Takashi 五野井隆史. *Nihon Kirisuto Kyō Shi* 日本キリス
ト教史 (History of Japanese Christians). Tokyo: Yoshikawa Kōbunkan,
1990, p. 194.
- 6 The *pancada* system (*ito-wappu* for the Japanese) established in 1604
by Tokugawa Ieyasu regulated the importing of raw silk from China
during the Edo Period. It was also called *ito-wappu* commercial law.
Sasayama Haruo 笹山晴生 et al. 日本史史料集 *Nihonshi Shiryō
Shu* (Collection of Historical Material in Japan). Tokyo: Yamakawa
Publishing, 1994, p. 179.
- 7 Gono Takashi, *Nihon Kirisuto Kyō Shi*, p. 195.
- 8 Lesser mortals had to be content to conduct their business indirectly.
- 9 Michael Cooper, *Tzuji Rodorigesu*, p. 199.
- 10 The reason why Rodrigues was appointed the secular post appeared
in many contemporary records. In 1601, an official dispatched by
Terazawa, on behalf of Ieyasu, made his purchases entirely through
his own negotiation and disobeyed instructions to seek the advice
and help of Rodrigues. After inspecting the goods, Ieyasu expressed
dissatisfaction with both the quality and price, and to exculpate
himself the official blamed Rodrigues. Ieyasu once more became
angry with the missionaries. Fortunately, Ieyasu was eventually
convinced that Rodrigues had not been involved in the unsatisfactory
transaction. He summoned Rodrigues to court and appointed
Rodrigues his own personal commercial agent. 十六、七世紀イエ
ズ会日本報告集, 第一期第四卷 16-17 *Seiki Iezusukai Nihon
hōkokushū, dai 1-ki, dai 4 kan* (Reports from Japan by the Society of
Jesus from the 16th and 17th centuries, no. 1, vol. 4. Kyoto: Dōhōsha,
1991, pp. 13-15.
- 11 Michael Cooper, *Tzuji Rodorigesu*, p. 200.
- 12 Francisco Rodrigues, British Museum [BM], Add. MSS 9859, ff.
135v-156v.
- 13 25.II.1612, Archivum Romanum Societatis Iesu [ARSI], Jap.-Sin. 2,
f. 164v, reproduced in Diego Pacheco, 'El primer mapa de Nagasaki',
in *Boletín de la Asociación Española de Orientalistas*, 1966, p. 19.
Afonso de Lucena (pp. 208-224, esp. p. 214) seems to have believed
that Rodrigues drew the map.
- 14 Jap-Sin 14(I), ff. 152-53
- 15 Michael Cooper, *Tzuji Rodorigesu*, p. 190.
- 16 The carrack was named *Nossa Senhora da Graça*, but it was better
known in history as the *Madre de Deus*. Michael Cooper, *Tzuji
Rodoriges*, p. 247.
- 17 There had been no official voyage in the previous year, so the *nao*
carried an exceptionally rich cargo of silk. It was Rodrigues' last visit
to court. The delegation carried the usual rich gifts for Ieyasu and the
court officials, but much to the Portuguese chagrin they were made to
wait until the representatives of two Dutch ships anchored at Hirado
had been received in audience, although the Portuguese had in fact
arrived at court five days before their rivals. This was admittedly
only a small setback, but it was a sign that their monopoly on the
trade with Japan had at last been broken. It also meant that Ieyasu
would be less dependent on the Portuguese in future and freer in
his commercial dealings with other European countries. Rodrigues
Girão, in BM, Add. MSS 9860, ff. 129-135.
- 18 A junk commissioned by Arima Harunobo was wintering at Macao,
and the Japanese crew, together with the sailor of another Japanese
ship in port, acted in a provocative way, roaming the streets in gangs of
thirty or forty men, fully armed with guns and swords. The Chinese,
who bore little love for the Japanese at the time and generally regarded
them as their worst enemies, protested to the city authorities about
this conduct. The Portuguese duly asked the Japanese to desist from
such behaviour, but their request went largely unheeded. On 30
November a dispute over a trifling purchase blew up into a full-scale
riot, and Pessoa, as Captain-Major, mobilised the guard in order to
restore order. Some forty Japanese who had barricaded themselves in
a house were killed in the skirmishing before the bishop had arranged
a truce. The fifty Japanese who surrendered were briefly imprisoned.
The matter was finally settled, but only after the Japanese had signed a
document, accepting the entire blame for the incident and absolving
the Portuguese from any responsibility. Rodrigues Girão, in BM, Add.
MSS 9860.
- 19 Doi Tadao 土井忠生, *Kirishitan Ronko* 吉利支丹論考 (Investigation
of Christian). Tokyo: Sanseido, 1982, p. 68.
- 20 Pasio, Nagasaki, 14.III.1610, in ARSI, Jap-Sin 14, ff. 338-38v. Much
of the text of this important letter is reproduced in Arcádio Schwade,
'O desterro do Pe. João Rodrigues (Tçuzu)'. *Anais: II Colóquio de
Estudos Luso-Brasileiros* (Tokyo, 1968). Tokyo: Sophia University,
1968
- 21 Rodrigues Girão, in BM, Add. MSS 9860, ff. 129-135.
- 22 Doi Tadao, *Kirishitan Ronko*, p. 69.
- 23 As proof of the easing of the situation, Terazawa fell from favour and
was dismissed from his post as governor of Nagasaki. In his place
Ogasawara Ichian was appointed as the visiting governor of the city.
Since Ogasawara was visiting rather than resident, Nagasaki was, in
fact, governed by Murayama, the resident administrator, together
with four elders of the city, all of whom were Christians. Michael
Cooper, *Tzuji Rodoriges*, p. 184.
- 24 Diogo de Mesquita, Nagasaki, 2.III.1605, in ARSI, Jap-Sin 36, f. 7v.
- 25 He was known as Rodrigues Tçuzu in Japan.
- 26 Michael Cooper, *Tzuji Rodorigesu*, p. 231.



Melaka A Cosmopolitan City in Southeast Asia

JOHANNES WIDODO*

THE RISE OF COSMOPOLITAN COASTAL CITIES IN SOUTHEAST ASIA (1ST TO 16TH CENTURIES)

The emergence of coastal cities in Southeast Asia was the result of development and change in the overseas trade of two great civilisations: India and China. The ships from the north (China, Japan, and Ryukyu) sailing to the south followed the northern monsoon from January-February and returned home by the southern monsoon from June to August. Indian ships went eastward, pushed by the southwest monsoon from April to August, and returned by the northeast monsoon beginning in December. During the cyclone periods or the changing monsoon seasons, the traders stayed in Southeast Asian ports while waiting for their trading partners from the other parts of the world to arrive. During their stay, the crews and passengers of the ships populated the city¹ and mingled with the local population.

The maritime contact between India and China started in the 2nd century. China exported gold and silk to India by the South Sea and through central Asia, while India exported precious stones and glassware to China. Gold and silver were the main trade items of that time. This trade stopped around 450, when the

gold reserve in China was completely drained. Then, until the early 19th century, China imported precious metals from abroad.²

Pre-urban settlements in Southeast Asia were autonomous villages with closed ecosystems, nestled amid virgin forests, mountains, and seas. Each settlement consisted of scattered houses built with non-durable materials (bamboo, coconut leaves, and wood) with insignificant morphological and typological variations. These indigenous pre-urban villages lacked sufficient institutional foundations for the development of cities, which were later borrowed from India. The Indianisation process was accomplished by countless individuals who acted independently through peaceful trades³ in a slow, gradual process.

In the 1st century, the maritime trading route between the Roman Empire in Europe and China in the Far East was established. From the Mediterranean, the route split into two; one passed through Alexandria, the Red Sea, and the Bab-el-Mandeb strait, and the other went through Babylonia and the Persian Gulf. Both routes converged at the Malabar Coast (west India) and then followed the Bay of Bengal's coastline or, crossing the Indian Ocean, came into the Southeast Asian region.

Before 450, there were two trading routes between China and India. The first route from China to India along the coast of the Indo-Chinese peninsula crossed the Malay Peninsula and then proceeded to southern India. The second route was from southern India to China, which went through the Melaka strait and proceeded along the coast line of the Indo-Chinese peninsula to Vietnam—which was occupied by China at that time.⁴ The Malay Peninsula was the

* Ph.D. in Architecture from the University of Tokyo. Associate Professor at the Department of Architecture, National University of Singapore, currently the co-Director of the Tun Tan Cheng Lock Centre for Asian Architectural and Urban Heritage in Melaka (Malaysia), and Executive Editor of the *Journal of Southeast Asian Architecture*.

Doutorado em Arquitectura pela Universidade de Tóquio. Professor Associado no Departamento de Arquitectura da Universidade Nacional de Singapura, co-director do Centro Tun Tan Cheng Lock para o Património Arquitectónico e Urbano em Malaca (Malásia), e editor executivo do Journal of Southeast Asian Architecture.

HISTORIOGRAFIA

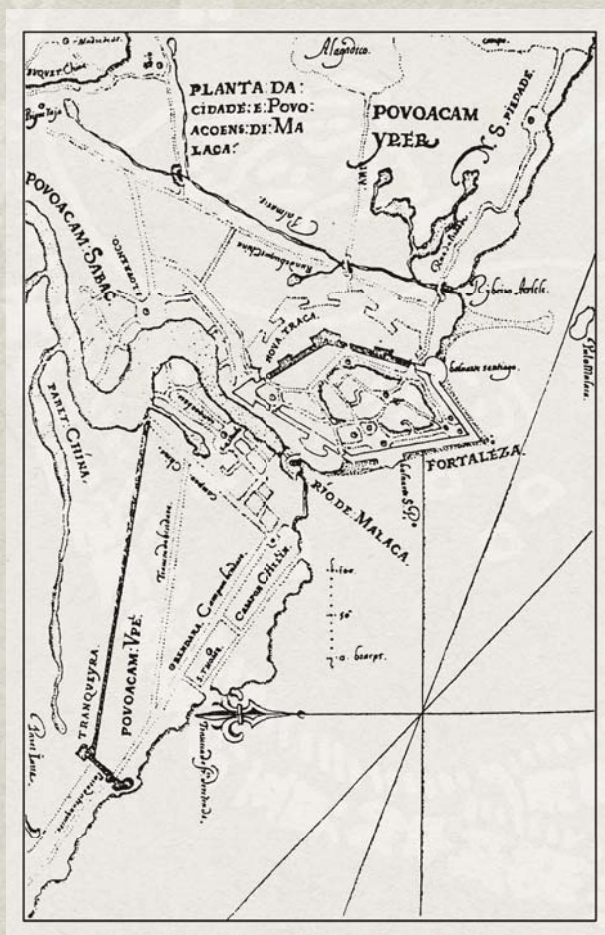


Fig. 1. The settlement of Melaka in early 17th century according to a sketch from the *Declaração de Malaca* by Manuel Godinho de Erédia.

first place where new cities appeared as a result of this international trading network. The Chinese ships stopped in this area for the food that was provided by the local inhabitants. The Tamils from southern India formed a number of settlements (city states) on the west coast of the Malay Peninsula to obtain gold. Because the indigenous population was too small, these city-states often launched expeditions to find additional manpower or slaves elsewhere. The immigration of Indian intellectuals helped the consolidation of kingship and states in Southeast Asia.⁵

The maritime cities in Southeast Asia were founded as settlements of immigrants, who came for different purposes. The native inhabitants lived inland, while the immigrants settled near the seashore. The arrival of these immigrants increased the size of the local population.⁶ In these cities, people of different traditions intermingled while engaging in bartering

and forged new mental and social integration, forming a truly cosmopolitan community. However, in other cases, social and physical barriers existed between the local and foreign inhabitants.

The primary element of the coastal cities of this period was the market for commercial exchange. In contrast to the inland capital, the indigenous port cities featured buildings constructed almost exclusively of non-durable materials (wood, bamboo, and coconut leaves). Even the fortifications of most coastal cities were made of non-permanent wooden palisades. Because of the threat of fire, some indigenous elites constructed small fireproof brick buildings close to their residences to protect their belongings.

Several camps and their surroundings were later developed into larger entrepôts. An entrepôt is a centre of distribution or exchange of foreign merchandise with little or no local product to export. Most entrepôts in Southeast Asia were controlled by the Chinese. Some entrepôts faded for various reasons, such as the decline in international trade activities, the sedimentation process, which made the harbour useless, or the destruction caused by military and political conflicts. However, some entrepôts managed to expand and consolidate into the next stage of urban development—the international trading port—thanks to the policy of the tributary system and the voyage of Admiral Zheng He 郑和 implemented by the Ming Dynasty during the 15th century.

ZHENG HE'S VOYAGES (1405-1433) AND MAZU TEMPLES

Zheng He (or Ma He 马和, his original name, or Cheng Ho in the Fujianese dialect) was born the second son of a Muslim family in Kunyang, located in central Yunnan in southern China. His father and his grandfather were both Haji, and their family name was Ma.⁷ Ma He's father was killed in 1381 by a Ming Dynasty military expedition; he was captured and turned into a eunuch⁸ for the Nanjing palace. He became a close friend of prince Zhu Di 朱棣—who later became Emperor Yongle 永乐帝 or Ming Cheng Zu 明成祖—and Ma He was promoted to the Grand Eunuch rank and received a new family name, Zheng.

Emperor Yongle appointed Zheng He as Admiral to lead a Ming Dynasty armada to extend friendship and trade relations into the Indian Ocean. Zheng

HISTORIOGRAPHY

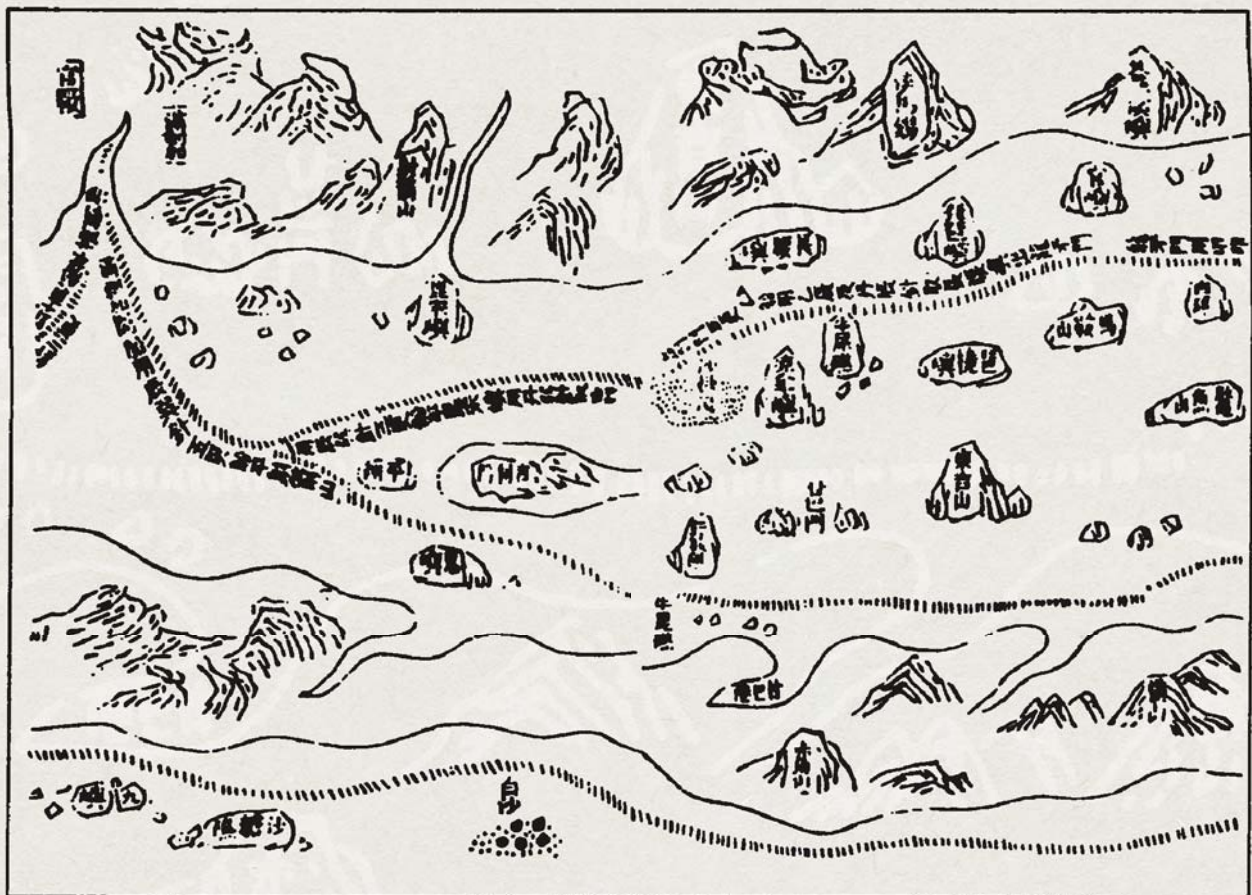
He had a personal intention to make the pilgrimage to Arabia, too. Zheng He's expeditions (1405-1433) planted seeds of new settlements and consolidated all overseas Chinese settlements under Ming's authority. In different places of Southeast Asia, he was commonly called San Bao Gong 三保公 (Sam Po Kong, in Fujianese), or San Bao Da Ren 三保大人 (Sam Po Tay Jin, in Fujianese),⁹ and many temples were erected all over coastal settlements in Southeast Asia to worship him as the founding father of their cities.

Zheng He made a stopover in Quanzhou during his second voyage, and he installed Emperor Yongle's edict to protect the Muslim community here. A tablet signed by Emperor Yongle, dated 16 June 1407, was put on the wall of a garden outside the Ashab mosque. This mosque was built on top of earlier structures. The stone terrace dated from the 8th century, and the worship hall and the minaret were built in the 11th century.¹⁰ Before

Zheng He left China for his fifth voyage, his fleet made a stop in Quanzhou to take locally made porcelain and fine blue-and-white ceramics from Jingdezhen (imperial kilns inland). During his stay of several months here, Zheng He boarded at Lai Yuan Li's guest house near the south gate of the city. He worshipped at Quanzhou's main mosque on Tumen Street near the harbour, as well as at the tomb of two early Muslim prophets outside the city on 31 May 1417. Zheng He also visited a small Muslim hamlet, Baiqi, on a peninsula just north of Quanzhou, to recruit pilots and navigators for his voyage. The village had more characteristics of an Arab village than of a Chinese village (stone buildings with decorative displays of coloured tiles).

The first expedition (1405-1407) was from Nanjing to Calicut, also visiting Champa, Java, Palembang, other places in Sumatra, and Ceylon. The second expedition (1407-1409) was a voyage

Fig. 2. Chart of the Straits of Malacca from the 'Mao Kun map' in the *Wubei Zhi* 武备志 (Treatise on Armament Technology), edited by Mao Yuanyi 茅元仪, 1628. Malacca is in the top left corner.



HISTORIOGRAFIA

to India and to install the new king of Calicut. The third (1409-1411) travelled to Champa, Tanmahsi (Temasek), Melaka, Sumatra (Samudera and Tamiang), and Ceylon. The fourth (1413-1415) was a voyage to Champa, Java, Sumatra, Malaya, Maldives, Ceylon, India and Hormuz. The fifth expedition (1417-1419) voyaged to Champa, Java, Palembang, Aden, Mogadishu, Brawa and Malindi on the west coast of Africa. The sixth expedition (1421-1422) went to Africa—and all over the world. Finally, the seventh expedition (1431-1433) ventured to southern Vietnam, Surabaya, Palembang, Melaka, Samudera, Ceylon, Calicut, Africa, and Jeddah.

*Zheng He's expeditions
(1405-1433) planted seeds
of new settlements and
consolidated all overseas
Chinese settlements under
Ming's authority.*

Zheng He dutifully followed the local customs and performed an extensive ritual to Mazu 媽祖¹¹ before a sea journey. In 1409, before his third voyage, he paid a tribute at the main Mazu temple on Meizhou Island. Because of her protection over Zheng He's successful voyages, the Ming Emperor bestowed the title 'Tian Hou' 天后, or the 'Empress of Heaven', on Mazu. Mazu worship spread from China together with Zheng He's visits and flows of immigrants (especially Fujianese, Chaozhou, Cantonese, and Hainanese) to Southeast Asia in the 15th century. Her temple became the first and oldest primary element in many port cities in this region at the harbour front.

In every southern Chinese immigrant ship, there was usually a special shrine for Mazu, guarding the compass or the steering wheel, the sails, and all passengers aboard. Once the ship reached a good place and they wanted to settle down, the ship was dismantled, but the memory embedded in the spatial-cosmological concept remained and was transplanted into the new adopted land to form a new urban nucleus.

The nucleus of the new settlement was constructed based on a spatial pattern similar to that of the ship, with the Mazu temple located at the end of the axis facing the harbour and two masts placed in front of the temple. The temple housed the statue of Mazu, which once protected the Chinese immigrants' ships during their dangerous voyage to the southern seas. The settlement's spatial structure was like that of an imaginary ship. A small community of Chinese fishermen and traders was then formed around the harbour—living together side by side with the indigenous population and other foreigners' communities with a truly cosmopolitan urban culture.

The Chinese settlement developed on the seaside or river mouth's side, while the native population hamlets were situated deeper into the hinterland or on the opposite side of the river. This logical positioning is related to the logic of economics, such that the Chinese settlers controlled the main economic accessibility—and in doing this, they managed to control the economy of the city. Some good examples of this type of urban nucleus can still be found in Pattani, Melaka, Palembang, Tangerang, and Tuban. The existence of Mazu temples across Southeast Asia, therefore, forms a 'sisterhood' of port cities with a typical pattern from southern China to Japan, Taiwan, Indochina, Thailand, Indonesia, and Malaysia.

In many old Mazu temples across Southeast Asia, pork offerings are prohibited because of the spirit of tolerance planted by Zheng He in his ships. As many of the sailors in his ships were Muslims, non-Halal¹² foods were not served. Although idol worship is prohibited in Islam, Zheng He respected the traditions belonging to some of his sailors. In many cases, within the Chinese temple compound, we can find a Muslim tomb where a figure related to Zheng He (his navigator or translator) was believed to be buried. These temples became centres for pilgrimage and the source of local legends by Chinese and non-Chinese, Muslim and non-Muslim together.

When the Chinese community became stronger and larger, other temples dedicated to different deities and functions appeared. To guard the settlement soil, a temple for the god of land was erected. To protect the prosperity and expansion of markets and business, temples dedicated to the god of war were constructed. Then the family or clan temples appeared, followed by the erection of the community temple. Temples and

HISTORIOGRAPHY

mosques were located side-by-side as a tangible sign of peaceful coexistence and tolerance.

The voyages left traces along the coastal regions of Southeast Asia in the form of early southern Chinese trading posts and colonies. Many of these colonies were situated near river estuaries close to the existing native villages. Some of these early settlements then grew into flourishing entrepôts. The main features from this period were the Chinese temples dedicated to Mazu, the fish markets in front of the temples near the harbours, and the early typology of shophouses.

The Chinese architectural elements, blended with the local-vernacular design patterns and features, created numerous variations of fusion building styles. One good example of this acculturation process is the typical trader's house in Palembang, located in south Sumatra. The house plan and some of its construction methods are of the southern Chinese courthouse origin, but the saddle roof, open veranda, timber material, and raised floor were definitely local. In different cases in the same place, strong elements of Arab, Indian, and even European origins were blended with the Chinese and local-vernacular fusion typology and can easily be recognised.

Zheng He himself never made a visit to Mecca. He died on board ship, aged 62, and was buried in the Indian Ocean according to Muslim custom. In July 1433, the fleet arrived in China. A tomb at the Niu Shou Shan hill, close to Nanjing, was built to honour him and is believed to contain some of his relics. His death was also the end of the great maritime age of China. After the death of Emperor Zhu Zhendi 朱章帝 (the grandson of Emperor Zhu Di) in 1435, the imperial palace was fully controlled by the Confucians mandarins—the enemy of the eunuchs. China turned to complete isolation. All voyages were banned, all ships were destroyed, and all overseas trade and travels were prohibited. After the end of Zheng He's voyages and the gradual decline of tributary trade with China, some sailors and officers of Zheng He's fleet left China secretly with their families and settled down throughout Southeast Asia to find a better life. By the end of the 16th century, tens of thousands of Chinese had settled in such places as Luzon in the Philippines. Most of the Chinese colonies in Southeast Asia in the 16th century were populated by illegal traders or pirates, who tried to make profits from the failing tributary system during the end of the Ming Dynasty period.

There are many artefacts and place names across Southeast Asia that carry the memory of Zheng He's visits to this day. Places related to and temples dedicated to Zheng He are scattered all over Southeast Asia. Besides great port cities such as Melaka, Semarang, and Palembang, temples in Sei Raya (Western Kalimantan), Kuala Trengganu (Kampung Jeram, Sungai Nerus), Penang (Bandar Batu Maung), Kuching (Stapok, Sarawak), Zulu (Southern Philippines), Brunei (stone inscription outside the Brunei palace), the Sampo harbour (estuary of Menam River, Gulf of Thailand), and many other places can be found.

THE RISE OF MELAKA AS AN ENTREPÔT

An entrepôt is a centre of exchange or distribution of foreign merchandise with little or no local commodities to export. The name is derived from the Latin words 'inter' (between) and 'positum' (positioned, placed). Entrepôts in Southeast Asia developed because of the position between two great civilisations: India and China. The main function of these cities was mainly to serve as hubs of maritime trade, not as exporters of local products. The foreign inhabitants were mostly international traders who waited for other traders from different parts of the world, following the change of monsoon seasons. The development of entrepôts was very much enhanced by the Ming Dynasty's effort to bring Southeast Asia under its tributary system. This policy was pursued by sending great expeditions under Admiral Zheng He in the early 15th century. The greatest legacy of Admiral Zheng He in Southeast Asia is peaceful coexistence among different religions and racial groups. He promoted a spirit of tolerance, openness, and inclusiveness through trade and cultural exchange, resulting in a harmonious fusion, communal bond, and strong sense of identity among people and cosmopolitan cities across Southeast Asia.

The history of Melaka might have started long before the arrival of Parameswara from Tanma-hsi (early Singapore); Melaka was mentioned in a Javanese poem in 1324, and it was mentioned again in a list of Siamese dependencies in 1360. The Arabs had long known this place as Melakat, or 'the market'. By the early 15th century, Melaka had risen to become a new Muslim maritime power centre in the strait of Melaka. The Southeast Asian power centre had shifted from

HISTORIOGRAFIA

Sumatra to Java and Melaka, where some entrepôts would evolve into great trading ports in the centuries to come.

Parameswara was born in 1334 as a crown prince in Palembang and crowned as the Maharaja of Palembang from 1390 to 1397. Palembang was attacked and destroyed by Majapahit forces in 1397. Parameswara ran away with 30 followers and landed at Teluk Belanga (on the island of Singapore) in 1397. In the 14th century, the Malay Peninsula was located between two conflicting regional powers: Siam and Majapahit. Just after his arrival, he killed the Siamese ruler in Tanma-hsi, appointed himself as the king of the island, and established himself at the top of the forbidden hill to watch over the market town in the flat land known as the Padang area below the hill. According to Tomé Pires in *The Suma Oriental*, Parameswara's reign in Tanma-hsi was very short because the Siamese forces from Pattani attacked Tanma-hsi to punish him in 1398.¹³ He escaped to Muar, where he settled down for almost five years near the Bertam River. In 1402, he moved to a small fishing village that had a good harbour free of mangroves and a hill that could be easily defended up the west coast of the Malay Peninsula. The place was then called Melaka.¹⁴

Melaka had a population of around 2,000 in 1403. A settlement chief's compound was built on the hill near the harbour at the mouth of the Melaka river, while 'rumah panggung' (vernacular stilt houses) were clustered at the base of the hill. On the other side of the Melaka River, another settlement was developed. A covered bridge, located near the harbour in the estuary, connected these two residential areas opposite the river and served as a marketplace for both internal markets and international trade. According to a traveller's account, during that period there was neither a king nor a kingdom in Melaka.

Melaka's economy depended heavily on overseas trade because of its strategic location in the middle of a trade route between India, China, and Indonesia and because it had very few natural resources. Early Melaka entered a tributary relation with China to free itself from Siam and enhanced its power against other rivals in the region. The Ming Dynasty's Admiral Zheng He visited Melaka several times and placed Parameswara's sultanate under the Ming tributary protection. In Zheng He's time, Ma Huan 马欢 wrote that Melaka was politically unimportant, but it was

rapidly expanding as an entrepôt of international trade between Venice and Maluku.

The ships that had gone to various countries returned to Melaka and assembled; they marshalled the foreign goods, loaded them onto the ships and then waited until the south wind was perfectly favourable. In the middle decade of the fifth moon, they put to sea and returned home. The king of Melaka made a selection of local products, left his wife and sons, brought his chiefs, boarded a ship, and followed Zheng He's treasure-ships, and he attended at court and presented tribute to the Ming emperor. In 1405 Melaka's envoys visited the Ming court, and then Parameswara was appointed a king by the Ming emperor, but unfortunately, the area was seized by the Siamese, who controlled the Malay Peninsula at that time. In 1407, Parameswara sent a second mission with tribute and presents to the Ming emperor. In 1409, Zheng He visited Melaka on his third expedition. An armada of 48 ships reached Melaka after a 20-day voyage and presented Parameswara with an official tablet to raise the status of Melaka and its environs as a kingdom.¹⁵

According to *Ying yai sheng lan* 瀛涯胜览—a report written by Ma Huan—Zheng He later built a wooden palisade, like a castle with four gates and watchtowers, in Melaka, near the harbour.¹⁶ During the night, guards kept watch around bearing bells. Inside the palisade, another palisade was built, resembling a small castle, in which warehouses were located to hold money, food and victuals. This entrepôt was intended to store goods from throughout the Indian Ocean and South Seas before they were brought to China. It is possible that this fort was maintained as a permanent Chinese colony, and the Chinese inhabitants took Malay wives and raised their families in Melaka.¹⁷

Zheng He brought roof tiles from China to Melaka in 1409 to be used on the roof of Melaka's royal palace. These tiles were used after 1424. Before the arrival of the Chinese, all buildings in Melaka utilised wood, bamboo, and Nipah (palm) leaves. The Chinese introduced the first permanent buildings in Melaka.¹⁸ In 1436, Fei Xin 费信, a scholar in Zheng He's ship, wrote in *Xing cha sheng lan* 星槎胜览: 'The people of Melaka are rather dark in skin but those who are fairer in complexion are the descendants of the Chinese.' Hwang Chung (a Chinese traveller) wrote in 'Hai yu' about Melaka before the arrival of the Portuguese

HISTORIOGRAPHY



Fig. 3. Melaka in the 1st half of the 16th century according to a plate from *Lendas da Índia* by Gaspar Correia.

in 1537: 'Pork was eaten by the Chinese who live in Melaka. They live in a hotel, the chief of which always sends female slaves to serve them and sends their food and drink morning and evening.'¹⁹

Parameswara embraced Islam when he married a princess from Pasai (Aceh, northern Sumatra) in 1406, and then called himself Iskandar Shah²⁰ when he was 72 years old. Eight years later, he died. The death of Iskandar Shah was reported to the Ming emperor by his son in 1414, and then he was appointed as the second Sultan of Melaka, Megat Iskandar Shah (1414-1424). Although the Ming chronicle does not mention his burial place, it is believed that Iskandar Shah was buried in Tanjung Tuan near Port Dickson, Malaysia.

According to local Malay legend, Sultan Mansur Shah of Melaka married 'Princess' Hang Liu around 1446-1459 (Cheah 1998: 166-170),²¹ but this event has never been mentioned in any Chinese chronicles. However, a Portuguese traveller, Braz de Albuquerque (1500-1580), reported that, in the Melaka Sultanate (circa 1415-1511), four Xabandars (Shahbandar or Port Master) were appointed to help the administration of justice in the case of foreigners,²² and one of them was a Chinese man. He said that the second Sultan of Melaka, Sri Maharaja (1424-1511), married a daughter of the Captain of the King of China.

Before the Portuguese conquest in 1511, Melaka was largely populated with Javanese slaves or dependants of Javanese merchants. These Javanese were the leading craftsmen of this emporium.²³ There were also the Kling traders from Southern India, numbering about 1,000 people when the Portuguese arrived. They lived in the Kling quarters, which stretched along the suburb of Upe (now called Tengkeru), situated on the right bank of the Melaka River, and along the seashore. They monopolised trade with Maluku and Banda for the most important commodities, such as cloves, mace, and nutmeg, and they were also active as bankers, brokers, and money lenders.²⁴

In 1500, Melaka imported more than 10,000 tons of rice from Siam and several thousand tons from Pegu. In the same year, Melaka imported a large amount of copper and iron equipment and utensils from China. According to the Portuguese, 'Gudang' ('godown') or semi-submerged storage units made from stone to protect goods from fire, could be found in Melaka and Burma ports since the early 15th century.²⁵ Melaka was the last significant pre-colonial entrepôt in Southeast Asia before the emergence of other great trading ports in the region. Later, the Europeans conquered Melaka and turned it into a stepping stone towards the conquest of the rest of Southeast Asia.

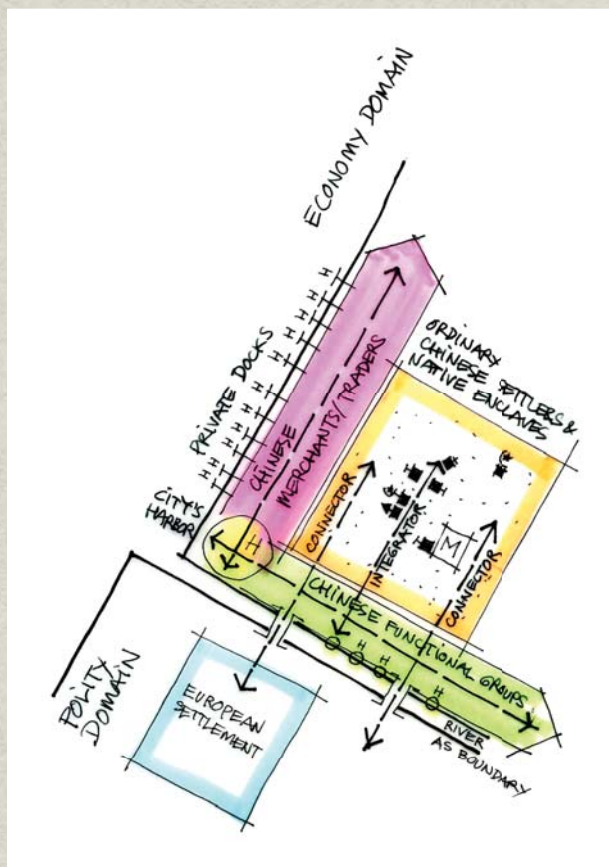
HISTORIOGRAFIA

MELAKA AND THE PORTUGUESE
(1511-1640)

The European penetration to Southeast Asia was initiated by the Portuguese, who captured the city of Melaka in 1511. The Portuguese were followed by traders from Spain, Britain, and the Netherlands in the 16th century, starting a long period of colonialism and the addition of European layers on the urban morphology in Southeast Asia. Under foreign dominance, urban growth rapidly accelerated after 1800, when the European powers implemented the policy of territorial expansion and political imperialism.

For 130 years (1511-1640), Melaka was under Portuguese's reign, and the Malay control was annihilated. The 'A Famosa' (meaning 'famous') fortress was established in 1512 under the command of Afonso de Albuquerque. The Portuguese destroyed the natives' palace and built the bastion on the hill overlooking the harbour and the existing city.

Fig. 4: Morphological diagram of the historic core of Melaka (source: author).



The first fortress of Melaka, as shown on the 1536 map (Fig. 3), was built at the foot of the hill, close to the river mouth. It was a small fortress with a watchtower on its corner. A small chapel built in 1521 by Duarte Coelho was situated on top of the hill, overlooking the fort and the city. St. Francis Xavier, the apostle of the East, preached here before he spread Christianity for seven years in his mission trips to Maluku, the Philippines, Japan, and China. However, he was killed in China on 3 December 1552, and his body was temporarily buried inside the chapel on top of the hill under the main altar before he was removed to his final resting place in Goa, India.

A roofed wooden bridge connected the Portuguese fort with the existing cosmopolitan city across the river. The bridge and the space around it functioned as the city centre and the main market because it was centrally located and directly linked to the main harbour. Sometime before 1606, a more extensive fortification was erected surrounding the fort of Melaka and the entire hill. The chapel on top of the hill was rebuilt into a bigger church and named 'Our Lady of the Annunciation'.

This period was marred by continuous wars and attacks on Melaka by Aceh forces, and then by the Dutch. The main intention of the Portuguese was to control the strait of Melaka, and they had another focus on the spice-producing islands of Maluku.²⁶ Even though they had made their fortune in Maluku, the Portuguese wanted to build their houses, to set up business headquarters, and to have families in Melaka.²⁷

The Portuguese forced all ships to come to Melaka, raising its income and profit. By 1550, the profit from trade in Melaka amounted to four times Portugal's internal revenue.²⁸ They used religious oppression to expand trade. The rapid expansion of Islam in insular Southeast Asia in the 16th century was the reaction toward and the result of Portuguese brutality. Because Spain won control over Portugal (1580-1640) and because of the Portuguese shortage of manpower there, their power in Southeast Asia rapidly dropped.

In the Portuguese map of 1613 (Fig. 1), the morphology of the city was divided into two parts by the Melaka River: the European fortified town and the open indigenous city. This map reflected the Portuguese perspective, which perceived the existing indigenous city merely as the fringe suburbs of their own 'city'. The

HISTORIOGRAPHY

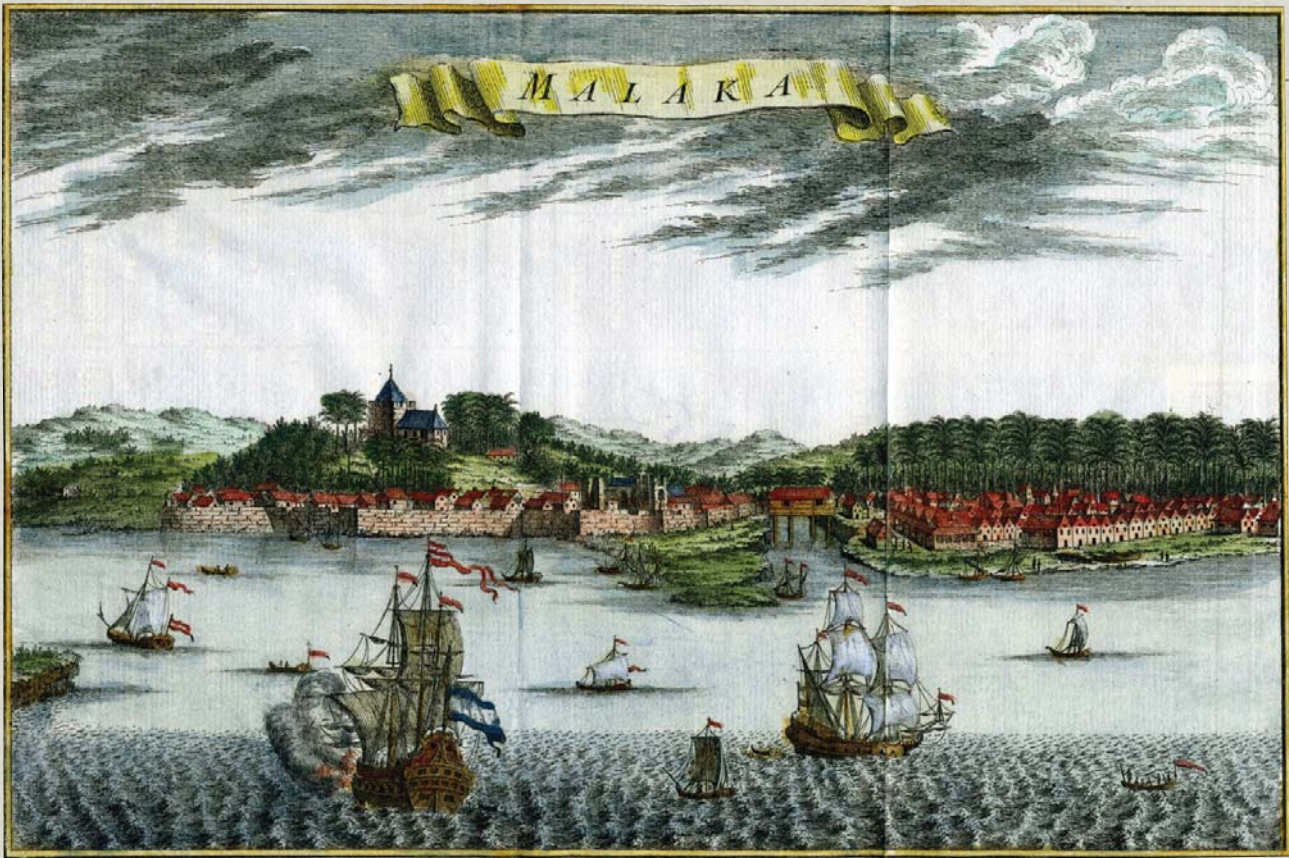


Fig. 5: Malaka, *Histoire générale des voyages*. Paris, Didot: 1750.

existing city was described as the Chinese 'kampung'²⁹ and stretched along the river. The European town was connected to the indigenous city by a single bridge. A Javanese market (Java bazaar) was located at the other end of the bridge, where different racial groups settled down (Javanese, Indians). The local Malays settled rather far from the waterfront, behind the Chinese and other foreigners' settlements. This area was enclosed by a wall with two gates: the Chinese gate near the river and the Tranqueriya gate at the other end. Tranqueriya (or Tengkeri) was the name of this area. The Chinese lived outside the Tranqueriya inner town as well, and their settlement was located along a small ditch called Parit China. At the other side of the river European suburbs were also formed outside the city walls around some outposts' churches. Because of continuous threats of wars, the outer European settlement suburbs were protected by fortifications and artilleries. The Portuguese fortified town of Melaka at the end this era became an isolated settlement protected by heavy artilleries and stockades, waiting for the attack from

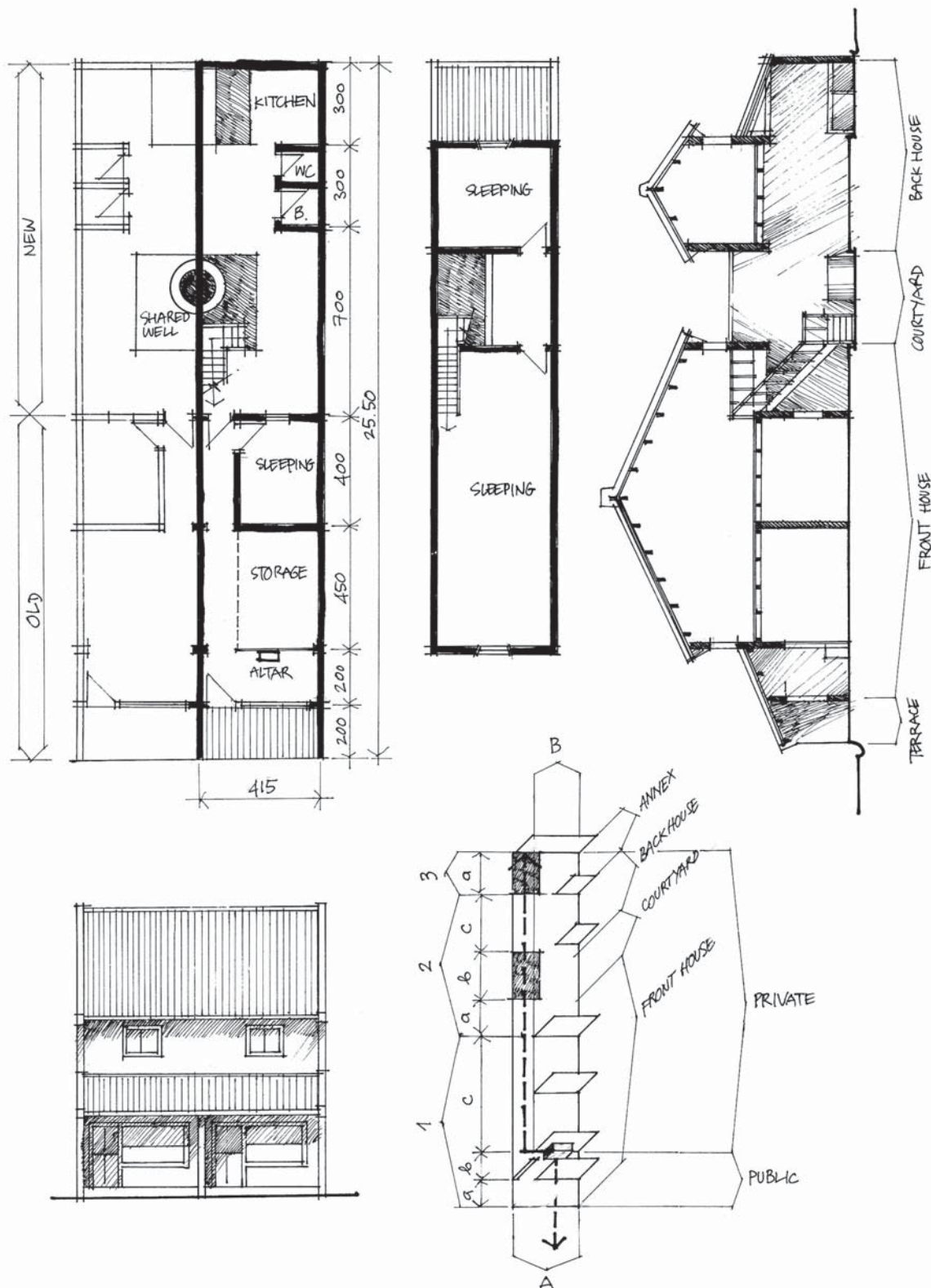
their enemies. The European town was alienated itself from the rest of the city.

MELAKA AND THE DUTCH (1641-1797)

After a long blockade and fierce battles, on 14 January 1641, the fort city of Melaka (A Famosa) fell to the Dutch.³⁰ The main gate of the fortress ('Porta de Santiago') was renovated by the Dutch in 1670 and the insignia of VOC was placed above the gate. For the next 157 years (1641-1797), Melaka was under Dutch VOC rule.

On the left bank of the Melaka River, the cosmopolitan town where most of the Chinese settled was still intact, but the European town inside the fort of Melaka was completely destroyed. Malay carpenters were recruited from Sumatra to reconstruct the European town since the Chinese did not want to supply their artisans to rebuild Melaka and to repair the bridge.³¹ The Dutch changed the name of 'Our Lady of the Annunciation' church to 'St. Paul'.

HISTORIOGRAFIA



HISTORIOGRAPHY

Two hundred-and-fifty of the most eminent Portuguese of Melaka were allowed to board a ship and left for Ceylon. After the Portuguese had been expelled, the Dutch began to destroy almost all the Portuguese monuments. The church on top of the hill inside the fortress was turned into part of the fortress. In 1753, the hill became a burial ground for the Dutch nobles. The Catholic cathedral and two dozen Baroque churches, including the Franciscan monastery, were completely destroyed.³² Then the Dutch created new urban primary elements, some of which remain today. The governor's house or city hall ('Stadhuis') was completed around the 1650s.

Ordinary Chinese lived in small rows of houses made of brick. The house had one courtyard used jointly by the neighbouring house. The front part of the house was a two-storey building used mainly as shop, living space, and storage; the back building was used as the service area. Some units formed a block of row-houses in which each independent unit was separated by party-walls from its neighbouring units. The front terrace was an indispensable part of each dwelling unit and was not opened to the adjacent units. The cooking, bathing, and toilet functions were located in the courtyard area.³³ This early typology of dwelling could be found everywhere within the old core of coastal settlements all over Southeast Asia.

Melaka's population was divided into two general categories: the superior Dutch and the inferior local community. The local community was divided racially into four self-administration units under their respective Captains: Chinese, Javanese, Indians, and Portuguese. According to a census in 1678, Melaka had about 5,000 inhabitants³⁴ sub-divided into several racial categories as follows³⁵: Dutch (civil servants, soldiers, seamen): 145 (3%), Malays: 588 (12%), Indians: 547 (11%), Chinese: 426 (9%), Bugis: 102 (2%). Portuguese: 1,469 (30%), and slaves (unspecified): 1,607 (33%).

The Dutch had no intention to settle and to develop Melaka as their Portuguese predecessors had since they had already chosen Batavia, on the northern coast of Java, as their capital. Melaka was conquered to secure the Melaka strait as their main access to the Indian Ocean and Europe. The development of the European segment was very slow, if not stagnant, compared to the development of the multi-racial

settlement across the river. Large Chinese merchants' houses were built along the coastline with their own private docks with direct access from the sea. During the high tide, boats could upload and download their exported and imported goods directly into these individual houses. During the low tide, the sub-structures of these houses were clearly exposed from the waterfront. The large numbers of the merchants' long shophouses in Melaka was a clear indicator of the Chinese domination of the urban economy of this international port city.

The heart of the old Chinese city was located linearly along an integrator axial road, connected by a river harbour and the temple's complex. The first permanent shophouses were built in the latter half of the 17th century.³⁶ The waterfronts towards the river and the coast were occupied by the Chinese merchant class and functional groups such as goldsmiths, ironsmiths, carpenters, potters, etc. The road along the beach (Heeren-straat, now Jalan Tun Tan Cheng Lok) was occupied by the rich Chinese merchants, while the area along the west side of the Melaka River was occupied by various craftsmen with different professions such as Jalan Tukang Besi, the blacksmiths' street; Jalan Tukang Mas, the goldsmiths' street; and Jalan Tukang Kuli, the coolies' street.

The Chinese lived in 81 brick houses, which comprised about three-fifths of all brick structures of that period. There were also 51 Chinese houses with palm-leaf (Atap or Nipah) structures, comprising only one-tenth of the total Atap structures in Melaka. The Chinese worshipped Mazu in the main city temple, 'Cheng Hoon Teng'. This temple was repaired in 1625 and again in 1644, and it was continuously renovated from time to time.³⁷ The temple was situated at the end of the main axis across the median of the cosmopolitan town and has always been the spiritual centre for the Chinese community in Melaka. This temple was oriented toward swampy ground at the curvature of the river. The lake was later turned into dry land and occupied by vernacular 'kampung'-type houses occupied by a culturally mixed community of Chinese, Malays, Javanese, Arabs, and Sumatrans. Non-Chinese enclaves and temples were haphazardly situated in the middle and around the fringes of the concentration of the Chinese settlement. The racial interwoven characteristic was clearly visible in the urban fabric of the old Melaka town.

Fig. 6. Shophouse typology (source: author).

HISTORIOGRAFIA

Between 1641 and 1795, Kapitan Li bought the hill from the Dutch for use as a burial ground for the Chinese community of Melaka. A temple, Poh San Teng, was built at the slope of the hill in 1795 by Kapitan Chua for Dabogong (or Toapekong) to guard the burial ground.³⁸

The Chinese merchants' extended family houses were located along the old coastline of Melaka (before reclamation) with direct access to the sea. These were very long and narrow houses. The length could reach more than 60 meters with several courtyards. The extended family occupied the front parts, while the back parts were used as service, production, storage, or dwelling areas for workers, connected directly to the open sea (Melaka strait) with private docks or jetties.

Melaka had developed into two completely different entities: the cosmopolitan open city and the closed European town on the opposite side of the river. The cosmopolitan city became a rapidly growing commercial centre and high-density settlement area, while the European town remained a low-density administrative centre. The Europeans settled in and around the hills across the river, opposing the old cosmopolitan urban segment. The direct physical relationship between the European polity domain and the Chinese economy domain was represented only by a bridge across the river boundary in front of the 'Stadhuis' and Jonker Street. The markets within the city were the meeting grounds of everybody, a common place for all racial and cultural groups.

After resisting religious oppression for decades, finally, in 1702, religious freedom was proclaimed in Melaka by the Dutch after the Protestant Netherlands formed an alliance with the Catholic French following the Spanish War. In 1710, the Portuguese residents in Melaka built a new Catholic church north of the Dutch centre. In 1741, on the one hundredth anniversary of Dutch occupation, a new Protestant church—the Christ Church—was built near the city hall (Stadhuis) and inaugurated in 1753.³⁹ When the British took over Melaka from the Dutch briefly in 1795, this church was converted into an Anglican church and remains one today.

The turbulent period of Portuguese rule was followed by a period of economic growth and prosperity under Dutch rule. This phenomenon was seen in the rapid development of the old cosmopolitan urban

segment of Melaka. In 1795, by the end of Dutch colonial rule, the Chinese population in Melaka grew to about 1,500, or one-fifth of the total inhabitants of the city.⁴⁰

MELAKA AND THE BRITISH (1797-1940)

In 1797, the British officially took over Melaka, but the Dutch officials continued to administer the city under the supervision of the British. For about 150 years, until the Second World War, Melaka was under British control. The British came to Melaka only to prevent other colonial powers from disrupting the sea route between India and China.⁴¹

In 1807, Farquhar, a British resident of Melaka, finally destroyed the fort of Melaka to save costs and to prevent it from falling into the enemy's hands (Pintado 1980: 20-21); this was followed by a plan to abandon Melaka and to transfer its population to Penang, but this plan was unsuccessful because the people refused to leave. In 1810, Stamford Raffles arrived in Melaka as a representative of the Governor General of India to the Malay States. Although the British Governor General, Lord Minto, thought that Melaka should be preserved, Raffles thought that there was no possibility that Melaka could regain its position as an emporium, and he foresaw Singapore as the ideal emporium of the future.

The British introduced modern city regulations and infrastructure to Melaka, and it transformed the basic typology of the shophouse and dwelling block in the old urban core of Melaka. To create a healthier and safer city, new urban planning regulations were enforced to create back alleys, chimneys, back yards, fire escapes, fire alleys, pedestrian arcades, etc. The front stairway going straight to the second floor was also required to enable the upper storey to be rented or used safely as a commercial space. By the 1830s, brick had become one of the main export commodities of Melaka. The widespread use of brick for home-building in the Straits Settlements was influenced by Anglo-Indian and Chinese building practices.⁴³ This mixture created a new, eclectic Straits Settlements style, especially visible in the diverse shophouse façade designs in Melaka.

After Penang, Melaka, and Singapore were declared the Crown Colony of the Straits Settlements in 1825, the city of Melaka tried to revive itself again,

HISTORIOGRAPHY

but it never regained a dominant regional position. Melaka became a sleepy backwater city. Melaka lost to Singapore when Singapore was designated the capital of the Straits Settlements in 1832. By the end of the 19th century, the Portuguese population in Melaka had split into two distinct social classes. The first group joined the British and became rich entrepreneurs, while the other half maintained their old way of life as commoners. They lived in separate settlements. The richer class lived in the western suburb (Kampung Serani) and later moved out further to the west. Their former settlement area was taken over by the Chinese. The poorer Portuguese settled along the coast, on both the north-eastern and south-eastern fringes of the city.⁴⁴ The present Portuguese settlement was established by the government of Melaka in 1933 through a resettlement program for these poorer Portuguese. The Chinese immigrants from southern China who arrived

in Melaka in the early 20th century were not rich traders like their predecessors but came from the coolie class. They were brought in to serve the British because the local Malay population refused to work as servants to the foreigners. Soon the Chinese rose to be the majority, outnumbering the other racial groups.⁴⁵ Inter-marriage between different ethnic groups produced a distinct hybrid culture.⁴⁶

Until the mid-20th century, the development of Melaka was very slow compared to that of the other coastal cities in Southeast Asia. Similar to the other coastal cities in this region, the coastline of Melaka was also progressively expanding due to rapid sedimentation and reclamation processes. The stretched rows of Chinese merchants' houses by the coast were now situated deeper inland, locked from the sea. Large ships could not enter the river anymore, and the leading role of Melaka as an international trading port had

Fig. 7. View from the steps of St. Paul Hill toward the historic Padang Melaka, which has been turned into a big shopping mall; at the center is Porta de Santiago. (Source: author, May 2011).



HISTORIOGRAFIA

gone to other places (Penang and Singapore). Melaka remained a sleepy backwater town until it suddenly had to face the harsh reality of the Japanese occupation from 1942 to 1945, being re-occupied by the British after the war, and rising again in 1956 as the site of the pre-announcement of the declaration of independence of Malaysia.

POST-COLONIAL DEVELOPMENTS

The Pacific War in Asia liberated countries in Asia, at least in the political sense—but not necessarily in an ideological sense. New countries declared their independence from their ‘Western colonialists’, which was followed by a conscious effort to create a new identity, often by using ‘nationalism’ as the main ingredient. In post-colonial Asia, architecture is closely related to state ideology. Often, the spirit of nationalism reached a certain point leading to the destruction of buildings or urban segments with high symbolic meaning built by colonialists or alleged collaborators in the past through urban planning policies. Political bias against a certain religion or ethnicity can also justify the act of neglect or destruction of buildings and urban structures attributed to these groups of people or nations.

Rapid economic growth in Asia within the last few decades has dramatically changed the course of its architecture and urbanism. The rationalistic and economy-based models developed in America and Europe have been broadly and carelessly applied to Asian countries, creating conflict, tension, confusion, and loss of identity. New types of contemporary architectural styles, adapted into corporate office towers, commercial super-blocks, and newly-rich housing clusters, stand side-by-side or right inside the historic core of the city. Many fine buildings from the colonial period were destroyed because of anti-colonialism or to make way for trendy and commercially motivated developments. The richness of local traditions and craftsmanship has been replaced by the universal, generic, and repetitive forms of industrial mass production. The acceleration of the cultural and physical transformation process has led to the fragmentation and destruction of old urban fabrics and resulted in a loss of identity and cultural amnesia. The layers of urban history and shared heritages that kept the shared memory of the whole community for

many generations and centuries has been forgotten and, in many cases, gradually or completely erased, to be replaced with new, alien, pathological forms and functions. A large stock of heritage buildings and urban fabrics have been demolished, gentrified, and redeveloped, erasing their own memory and dragging Asian cities into a state of amnesia and identity crisis. The identity and integrity of contemporary Asian cities and their architectural heritages are threatened by rapid economic development, excessive consumerism, rapid changes, and extreme transformation. Asian cities and architecture plunged into identity crisis and had no clear direction, though Asian prospers in the economic sense. Cities in Asia—including Melaka—are fragmented and have lost their coherence.

On 8 July 2008, two historic cities of the straits of Melaka (Malaysia), George Town and Melaka, were designated UNESCO World Heritage Sites because of their outstanding universal value: (1) representing exceptional examples of multicultural trading towns in East and Southeast Asia through the blending of various cultures imprinted on the architecture and urban form, (2) living testimonies to the multi-cultural tangible and intangible heritage and tradition of Asia and of the European colonial influences, as expressed in its religious buildings of different faiths, ethnic enclaves, spoken dialects, festivities, dances, attire, art forms, cuisine, and lifestyle, and (3) reflecting the blend of influences that have resulted in a unique form of architecture, culture, and cityscape that are incomparable elsewhere in East and South Asia, especially through an exceptional range of shophouses and townhouses from differing eras.

Many countries and cities are trying hard to draw mass tourism to boost the economy, including Melaka and Penang. International recognition is being hijacked as a marketing tool or ‘branding’ to attract more tourists and investment. UNESCO World Heritage status is often misunderstood by local governments as ‘recognition for success in attracting tourists for the sake of getting more tourists’, as they have forgotten the more fundamental responsibility to guard the cultural and physical integrity of the place, which now belongs to the world community. The rapid growth of budget airlines across the Southeast Asian region has also contributed tremendously to the expansion of the tourism industry. Tourism and consumerism have turned heritage into a commodity for instant

HISTORIOGRAPHY

gratification, leading to urban gentrification. Heritage sites have been turned into 'theme parks'.⁴⁷

These negative impacts of mass tourism have caused irreversible damage to heritage sites and buildings across the region. An adaptive re-use approach is used excessively and insensitively, imposing permanent damage or loss to the historical layers of the buildings and sites. Façadism, the application of inappropriate building materials and structures, improper usage, loss of traditional craftsmanship, and the commercialisation and commoditisation of cultures and traditions are some examples of negative impacts on heritage conservation.

The official 'historic core' and the 'buffer zone' as defined for the UNESCO World Heritage sites in Melaka and Penang are incorrect and have failed to maintain the integrity and to protect the entire corpus of the 'real' heritages belonging to and defined by the community. Weak heritage protection laws and regulations (such as the transfer of development rights, land-rent control, zoning regulations, etc.), combined with weak implementation and monitoring (such as corruption, the lack of an effective monitoring

system, etc.), aggravated by greed and speculation, have allowed inappropriate transformations and uncontrolled development within the historic core and the buffer zones. The community is often powerless in defending their heritage and themselves. Even the historic 'Padang Melaka' or 'Padang Pahlawan', a historic place in Melaka (Malaysia) where Tunku Abdul Rahman, the founding father of Malaysia, on 20 February 1956 made a formal announcement that British had agreed to grant independence to Malaysia on 31 August 1957, has been turned into a big shopping mall.

UNESCO World Heritage status has been used (or abused) as 'branding' to sell tangible and intangible heritage for mass consumption sold by the tourism industry. Melaka is suffering from similar problems and rapidly dwindling to become a seriously endangered World Heritage site. **RC**

Author's note: This article is based on parts of my book, *The Boat and the City: Chinese Settlements and the Architecture of Southeast Asian Coastal Cities*. Singapore: Marshall Cavendish Academic, 2004.

NOTES

- 1 Anthony Reid, *Southeast Asia in the Early Modern Era: Trade, Power and Belief*, pp. 65-66.
- 2 Shigeru Ikuta, 'Emergence of Cities in Maritime Southeast Asia from the Second Century BC to the Seventeenth Century'.
- 3 Robert R. Reed, 'Indigenous Urbanism in South-East Asia'.
- 4 Shigeru Ikuta, 'Emergence of Cities in Maritime Southeast Asia from the Second Century BC to the Seventeenth Century'.
- 5 Ibid., pp. 4-5.
- 6 Ibid.
- 7 Chinese Hanafite Muslim communities have lived in southern China for many generations, especially in the Yunnan province. Many of them have the family name 'Ma' (the Chinese character for 'horse'), and it is associated with the name of the Prophet Muhammad.
- 8 Eunuchs served as the personal servants of the Emperors and the guardians of the imperial throne at the innermost circle. There is speculation that not all eunuchs were actually castrated because of the secrecy of the palace connections and intrigues. Being a very close personal friend of the Emperor himself and a Muslim who should have been circumcised during his childhood, this great statesman with the thundering voice and strong masculinity who reigned and travelled outside the palace walls is probably one of those exceptional cases.
- 9 'San Bao' means 'the third guardian' (imperial official rank given to him by the Emperor) but could also mean 'three jewels' (popular nickname referring to a small casket containing the remains of a eunuch's manhood treasures).
- 10 Louise Levathes, *When China Ruled the Seas: The Treasure Fleet of the Dragon Throne, 1405-33*, pp. 147-148.
- 11 A maiden named Lin Moniang (A.D. 960-987) is said to have lived in a small fishing village on Meizhou Island, near Putian and Quanzhou in the Fujian province in southern China. Many myths surround her birth, life, and after life. Her most famous miracle is saving her father and brothers from their wrecked ships during a storm. Later, she was worshipped as a sea deity, protector of sailors and fishermen, guardian against bandits and natural disasters, and popularly known as 'Mazu' ('grandmother'). Mazu worship first became popular during the Song dynasty (A.D. 960-1279). After that, temples dedicated to her were erected in the port cities of Southern China (Dandong, Yantai, Qinhangdao, Tianjin, Shanghai, Ningpo, Hangzhou, Fuzhou, Xiamen, Guangzhou, Macao, etc.). When the Portuguese first landed in Aomen ('gate of the bay') in the Pearl River Delta, they saw a temple of Mazu ('Ma-kok-miu') and the place was called Ama-gao ('the bay of Amah or Mother'), or Macao.
- 12 In accordance with or permitted under Islamic Shari'a law.
- 13 *Sejarah Melayu* or the *Malay Annals* gave a different version of Parameswara's story. This Melaka history book mentioned Sang Nila Utama as the one who came from Palembang to Tanma-hsi, established a kingdom here, and was called Tribuana. He ruled for 32 years, and during the rule of his great-grandson, Iskandar Shah, the island was attacked and destroyed by Majapahit. According to this account, Iskandar Shah escaped to Muar and then established the kingdom of Melaka. This version should be regarded as a legend.

HISTORIOGRAFIA

- to praise the king of Melaka and his predecessors. Other reports by Portuguese explorers such as Tomé Pires and Barros, as well as Chinese sources, gave a more realistic and acceptable version of the course of the history of Parameswara.
- 14 According to local legend, Melaka is from the name of a tree under which Parameswara stood, but it could also have originated from the Arabic word 'Melakat,' meaning 'the mart' (see Wilkinson, R.J., 'The Melaka Sultanate', in the *Journal of the Malayan Branch of the Royal Asiatic Society*, Vol. XIII, Part II, 1935, p. 22).
 - 15 Louise Levathes, *When China Ruled the Seas: The Treasure Fleet of the Dragon Throne, 1405-33*, pp. 107-109.
 - 16 The exact location of Zheng He's warehouse and stockade is not known yet, but a local entrepreneur claimed that it was located on the southern side of the Melaka River close to the estuary, covering several blocks of the historic core of Melaka at the present site of the Cheng Ho Cultural Museum. However, there is no archaeological evidence or other reliable source to sustain this claim. In fact, the site used by the museum used to be shophouses which were built during the colonial period. The existed shophouses in this protected historic area were (illegally) demolished and rebuilt using eclectic architectural elements and an incorrect representation of Zheng He's warehouse and stockade with a pair of watchtowers. A bell and a drum ('beduk') were put on the towers, supposedly to represent 'Chinese' and 'Muslim.' The towers were subsequently removed because of illegal construction, ordered by the municipal authority. The museum, besides exhibits about Zheng He's voyages and the tales, also displays some personal ceramics collections and has a tea house and souvenir shop. The story of Zheng He in Melaka has been fantasised, distorted, and commoditised under the pretext of cultural promotion and for the sake of generating tourism revenue. Unfortunately, this reckless representation of history, culture, and architectural style is being promoted as a tourist attraction in Melaka and used in various local and international publications.
 - 17 Shigeru Ikuta, 'Emergence of Cities in Maritime Southeast Asia from the Second Century BC to the Seventeenth Century', p. 8; Louise Levathes, *When China Ruled the Seas: The Treasure Fleet of the Dragon Throne, 1405-33*, pp. 109-110.
 - 18 David G. Kohl, *Chinese Architecture in the Straits Settlements and Western Malaya: Temples, Kongsis and Houses*, pp. 70-71.
 - 19 Kernial Singh Sandhu, 'Chinese Colonization of Malacca: A Study in Population Change, 1500 to 1957 AD', p. 3.
 - 20 Iskandar is the Persian version of the famous Macedonian conqueror Alexander the Great, a name commonly used by Muslim rulers in Southeast Asia.
 - 21 Cheah Boon Keng, compl., *Sejarah Melayu: The Malay Annals. MS. Raffles No. 12*, pp. 166-170. The story of Princess Hang Li Poh is a popular legend that has undergone various distortions and confusion. Unfortunately, these urban legends are quoted widely as 'official history' and are used in various official and promotional publications (government publications, school books, tourist promotions, local and foreign publications, websites, documentaries, etc.). According to the 'official' version, during the peak of the Melaka Sultanate, the Chinese Emperor gave his daughter, Princess Hang Li Poh, to the Sultan of Melaka. Later, her entourage settled in Bukit China (Chinese Hill) and built a well in 1459 that is said to have never dried up. According to this legend, the princess and her entourage, including Ming soldiers, were buried in Bukit China. So far, no hard evidence has been found to support this story. The earliest date on the graves at Bukit China is 1622. Around 1641-1795, Kapitan Li bought the hill from the Dutch for use as a burial ground for the Chinese community in Melaka.
 - 22 Kernial Singh Sandhu, 'Chinese Colonization of Malacca: A Study in Population Change, 1500 to 1957 AD', p. 5.
 - 23 Anthony Reid, *Southeast Asia in the Age of Commerce 1450-1680*. Vol. 1: *The Lands below the Winds*, p. 102.
 - 24 Luis Filipe Thomaz, 'Malacca, the Town and its Society During the First Century of Portuguese Rule', pp. 14-15.
 - 25 Anthony Reid, *Southeast Asia in the Age of Commerce 1450-1680*. Vol. 1: *The Lands below the Winds*.
 - 26 In 1493, the Pope issued a bull that divided the world between the Portuguese and Spanish along a line west of the Azores. Portugal got the eastern part, and Spain the western part. When the Portuguese arrived at Maluku, they were confronted by the Spanish, who had arrived in Maluku and the Philippines from different directions. Under the Treaty of Saragosa of 1529, the Spanish gave up Maluku to the Portuguese, and they were permitted to conquer the Philippines.
 - 27 Ronald Daus, *Portuguese Eurasian Communities in Southeast Asia*, p. 6.
 - 28 SarDesai, *Southeast Asia: Past and Present*, p. 61.
 - 29 The term *kampung* refers to an urban village, an enclave, or a rural-like settlement located in the middle or on the fringe of a city, characterised by low-rise, high-density, and organic growth.
 - 30 Manuel Joaquim Pintado, *A Stroll Through Ancient Malacca*, pp. 19-20.
 - 31 Victor Purcel, *The Chinese in Southeast Asia*, p. 124.
 - 32 Ronald Daus, *Portuguese Eurasian Communities in Southeast Asia*, pp. 6-7.
 - 33 The five-foot-way or covered walkway that breaks through the terrace's party walls was introduced by the British some decades later, as were the special utility zones in the back yards and the back alleys as fire prevention measures and an improvement in sanitary conditions in the inner city.
 - 34 Ronald Daus, *Portuguese Eurasian Communities in Southeast Asia*, p. 9.
 - 35 The result of this census was not so reliable since there might have been some confusion in determining racial categories based only on physical appearance. The definition of 'Portuguese' was not so clear since they were defined as descendants of the Portuguese and had black skin.
 - 36 David G. Kohl, *Chinese Architecture in the Straits Settlements and Western Malaya: Temples, Kongsis and Houses*, p. 73.
 - 37 Ibid.
 - 38 However, the 'official' story is that the temple, which was mistakenly named the Sam Po Kong Temple, was constructed in dedication to Admiral Zheng He and named after a fish that miraculously saved the admiral's ship from sinking after it had been hit by a storm en route to Melaka from China by mysteriously placing itself against the damaged hull.
 - 39 Ronald Daus, *Portuguese Eurasian Communities in Southeast Asia*, pp. 10-11.
 - 40 David G. Kohl, *Chinese Architecture in the Straits Settlements and Western Malaya: Temples, Kongsis and Houses*, p. 73.
 - 41 Ronald Daus, *Portuguese Eurasian Communities in Southeast Asia*, p. 12.
 - 42 Manuel Joaquim Pintado, *A Stroll Through Ancient Malacca*, pp. 20-21.
 - 43 David G. Kohl, *Chinese Architecture in the Straits Settlements and Western Malaya: Temples, Kongsis and Houses*, p. 76.
 - 44 Ronald Daus, *Portuguese Eurasian Communities in Southeast Asia*, pp. 16-17.
 - 45 According to a census in 1957, among Melaka's total population of 80,000 people, 76.1% were Chinese and only 13.4% were Malays, 7% were Indians, and 2% were Portuguese [Ronald Daus, *Portuguese Eurasian Communities in Southeast Asia*, p. 18].
 - 46 Many Chinese married Malays and even Portuguese, creating the new 'Baba' culture. The Dutch also brought many Bataks and Balinese women (who were not Muslims) as slaves to Melaka, and some of them were taken by Chinese as their wives or mistresses.

HISTORIOGRAPHY

- 47 Similarly, the problems arising from mass tourism are also threatening the social and cultural integrity of other UNESCO World Heritage Sites, such as Lijiang and Kaiping in China, where

the commoditisation of heritage, 'Disney-sation,' and 'cultural-theme park-isation' are seriously damaging the cultural and social authenticity of the place and the local community.

BIBLIOGRAPHY

- Cheah Boon Keng, compl. *Sejarah Melayu: The Malay Annals*. MS. *Raffles No. 12*. Kuala Lumpur: The Malaysian Branch of the Royal Asiatic Society, 1998.
- Daus, Ronald. *Portuguese Eurasian Communities in Southeast Asia*. Singapore: Institute of Southeast Asian Studies, 1989.
- Ikuta, Shigeru. 'Emergence of cities in maritime Southeast Asia from the second century BC to the seventeenth century'. *East Asian Cultural Studies*, vol. 27, no. 1-4-1988.
- Kohl, David G. *Chinese Architecture in the Straits Settlements and Western Malaya: Temples, Kongsis and Houses*. Kuala Lumpur: Heineman Asia, 1984.
- Levathes, Louise. *When China Ruled the Seas: The Treasure Fleet of the Dragon Throne, 1405-33*. New York: Simon & Schuster, 1994.
- Pintado, Manuel Joaquim. *A Stroll Through Ancient Malacca*. Malacca: MJ Pintado, 1980.
- Purcell, Victor. *The Chinese in Southeast Asia*. Second edition. Kuala Lumpur: Oxford University Press, 1981.
- Reed, Robert R. 'Indigenous Urbanism in South-East Asia'. In *Changing South-East Asian Cities: Readings on Urbanization*, edited by Y. M. Yeung. Singapore: Oxford University Press, 1976, pp. 14-27.
- Reid, Anthony. *Southeast Asia in the Age of Commerce 1450-1680*. Vol. 1: *The Lands below the Winds*. New Haven: Yale University Press, 1988.
- . *Southeast Asia in the Early Modern Era: Trade, Power and Belief*. Ithaca: Cornell University Press, 1993.
- Sandhu, Kernial Singh. 'Chinese Colonization of Malacca: A Study in Population Change, 1500 to 1957 AD'. *The Journal of Tropical Geography*, vol. 15, June (1961).
- SarDesai, D.R. *Southeast Asia: Past and Present*. Boulder: West View Press, 1994.
- Thomaz, Luis Filipe. 'Malacca, the Town and its Society During the First Century of Portuguese Rule'. *Revista de Cultura/Review of Culture*, Macao, nos. 13-14, 1991.
- Widodo, Johannes. 'Gentrification, Conservation, and Regeneration: Lessons from Urban Conservation Cases in Asia'. Key paper presented at the UNESCO Asia-Pacific International Forum on the Preservation of Cultural Heritage in the Urban Areas, Seoul, 2-3 November 2010.
- . *The Boat and the City: Chinese Settlements and the Architecture of Southeast Asian Coastal Cities*. Singapore: Marshall Cavendish Academic, 2004.

Ruins of St. Paul's, c. 1900.



Portugal, China and the New Republican Regimes

Continuities and Ruptures in Sino-Portuguese Dialogue Around the Macao Issue (1909-1911)

ALFREDO GOMES DIAS*

This paper examines firstly the simultaneity and similarities of the political and social processes that led to the establishment of republican regimes in China and Portugal, and secondly the major issues that remained open between Portugal and China once the new regimes took over.

At the turn of the 20th century the world was heading towards the integration of all nations in the global economy. Technological developments; the ease of navigation, especially following the opening of the Suez and Panama canals in 1875 and 1913 respectively; the rise of migratory flows to an international level; interactions between different territories, colonies and semi-colonies in a global market led by the industrialised countries, were all factors leading to changes in the policies and social environment of many countries. All these revolutionary movements shared two main characteristics: the implementation of republican regimes and the development of a nationalistic spirit. However, world events such as the First World War and the Bolshevik Revolution in 1917, were a major influence on the consolidation of these new republican regimes.

1910: THE DECADE OF ALL REVOLUTIONS

The resolution of the Russian-Japanese war heralded the end of European domination and, simultaneously, recognition of its cultural heritage, the product of centuries of colonial hegemony, industrial leadership and control of the world market.

The conflict between Russia and Japan (1904-1905) started on 8 February 1904 and ended in the Korea Strait on 27 May 1905 with the destruction of the entire Russian fleet. With the signing of the Treaty of Portsmouth on 29 August 1905 Japan was now regarded as an imperial power.¹

Japan gained Russian recognition of its freedom of action in Korea, and took over the Russian lease of Liaodong, plus that part of the railway which linked it with Harbin (renamed the South Manchuria Railway). It also secured the cession from Russia of the southern half of Sakhalin (Karafuto).²

The Japanese victory demonstrated that the world could change the impact of a Europe which continued to lose its hegemony throughout the 20th century, particularly after the signing of the Treaty of Versailles in 1919.

The various changes wrought over the 1910s reflect the revolutionary ideas of the bourgeoisie that had emerged in the shadow of republican and nationalistic ideals. In this period the Persian Constitutional

* Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de Lisboa. Docente da Escola Superior de Educação (Lisboa) e investigador do Centro de Estudos Geográficos.

Ph.D. in Human Geography from Lisbon University. Lecturer at Lisbon's Escola Superior de Educação and researcher in the Centro de Estudos Geográficos.

DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS

Revolution ended with the first constitutional text signed by the Shah in December 1906. In Turkey in the same year the Young Turk Revolution restored the constitution and would open the way for the republican regime established in 1923 by Mustafa Kemal Atatürk. In Mexico, a revolution started in 1910, and by 1917 the constitutional text had been approved in Congress.

In China, this movement was seen in the Wuchang Revolution in 1911, kick-starting the construction of the Chinese republican regime. At the same time, Europe was also recognising new republican movements, such as Portugal where the 1910 republican revolution toppled the Bragança dynasty and initiated the historical period known as First Republic, which in turn was brought down with the military coup of 1926.

Meanwhile, a global 'revolution' was subverting the global order. The First World War changed the map of Europe and helped to push nationalistic ideals into motion. In Russia Lenin's 1914 declaration of 'war' on the world war supported the notion that the only correct proletarian approach was to convert the on-

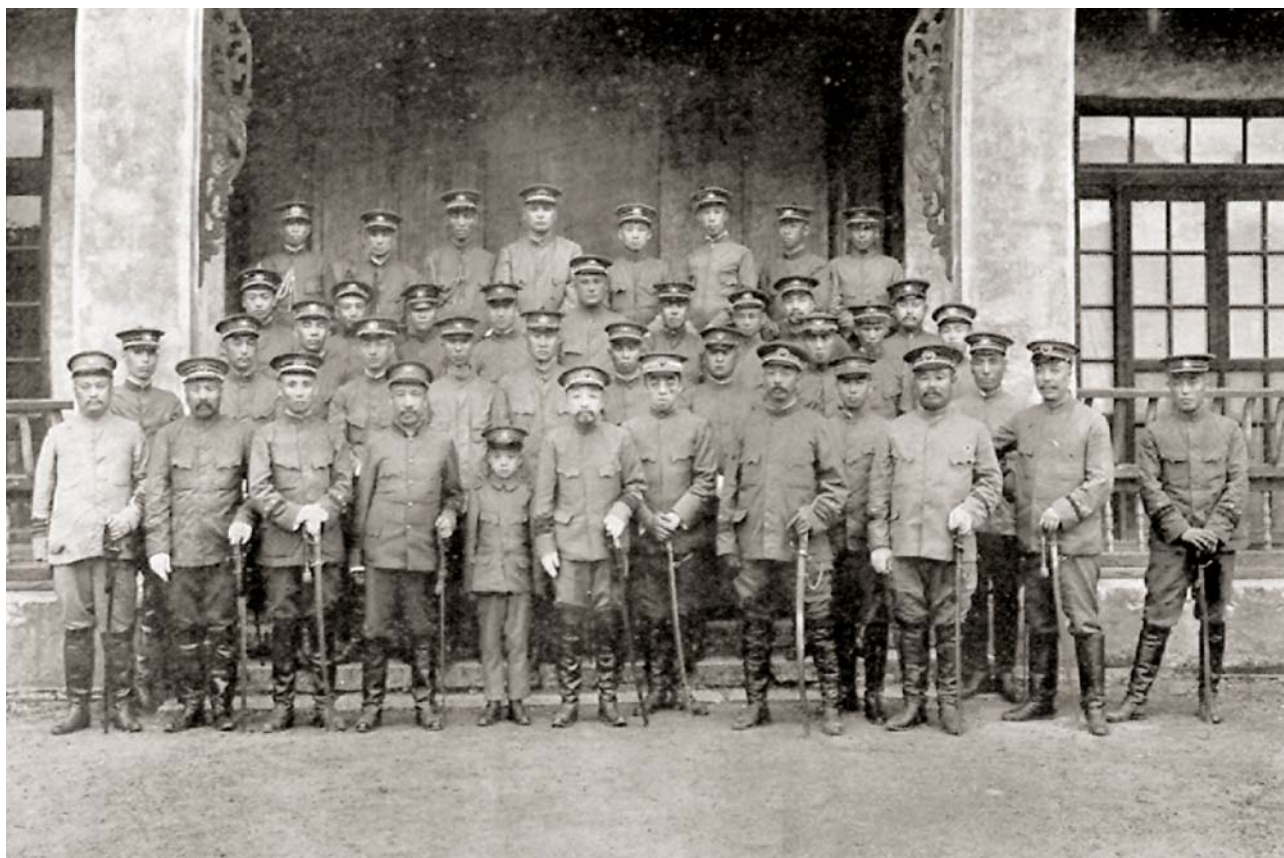
going imperialist war into a civil war.³ This call to civil war was accompanied by a proposal to form a Republic of the United States of Europe which would become the political slogan of Europe's social democrats.⁴

Lenin's call to arms resulted in the Bolshevik revolution of 1917, transforming Russia into a republican regime with new ideologies that had a huge influence on the policies and social movements that became common in the 20th century. According to Hobsbawm, the history of the 20th century cannot be understood without the revolution of 1917, mainly because it was the salvation of liberal capitalism. Indeed, it contributed to defeating Hitler's Germany, encouraged reforms of capitalism and its apparent immunity to the depression of 1929 meant that radical ideas about the free market were abandoned.⁵

THE REPUBLIC IN PORTUGAL

In 1908, King D. Carlos and the crown prince Luís Filipe were murdered in Lisbon. In the same

The dethroned Viceroy Rui Cheng 瑞澄 and the leaders of the Wuchang Revolt.



TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES

year but on the other side of the world, this time in Beijing, in the Celestial Empire, the Empress Cixi 慈禧 died leaving the throne to a two year old child, Pu Yi 溥仪. He would be the last Emperor of China.

In Portugal the Republic was proclaimed in 1910. In China the Republic was proclaimed in 1912. In September 1908, Eduardo Augusto Marques took control of the Macao Government. The year had already been marked by the *Tatsu Maru* incident which led to a serious diplomatic dispute between the two Asian countries, and was used by the Portuguese government to place pressure on the Chinese authorities concerning maritime rights when the maritime and territorial limits of Macao were being discussed.

Thus the events of 1908 give a good picture of how Portugal and China existed, at a time of multiple simultaneities, in their respective transitions to a republican regime, away from the monarchist and imperial regimes that had governed the countries for a long time. These two very different countries, one on the western edge of Europe and the other at the eastern extreme of Asia, each one with its own history and temporal dimension, yet united over centuries via the city of Macao.

After the Portuguese regicide, on 1 February 1908, the Portuguese Republican Party (PRP) and the Freemasons remained politically active and organised the revolution that took place at daybreak on 5 October 1910.⁶

In Lisbon, the royalist resistance felt under the bombing of the *San Rafael* and *Adamastor*, accompanied by the neutrality of the *Dom Carlos*. The king fled to Mafra, and then set sail for Gibraltar before taking up exile in England. In the colonies, the monarchy faded with the messages that arrived by telegraph.⁷

Teófilo Braga was chosen as interim President of the Republic. Afonso Costa took over the organisation of the first Republican Government, which had, from the outset, suffered from opposition from the Freemasons who had not been offered any of the ministerial positions that were created. With a Government trying to reconcile different PRP sensibilities and a President of the Republic who exercised a weak influence on the new regime, it was easy for Afonso Costa to develop an important role that remained alive throughout the years of the First Republic.⁸

In addition to the legislative initiatives of the first provisional Government in social areas and education,⁹

the violent separation between Church and State left marks that deepened in the following years.¹⁰ Social discontent became widespread. The royalist conspiracy in Vila Nova de Gaia, in September 1911, and the military incursion led by Paiva Couceiro in Bragança showed that the monarchy had not been eradicated from Portuguese society.¹¹ The election of the first President of the Constitutional Republic reflected the different factions that existed within the Republican movement, which drifted increasingly to the right during the First Republic until 1926.¹²

But diplomatic initiatives were important, especially once the Portuguese Republic was recognised by Great Britain. The Portuguese Republic was established and the Bragança dynasty came to an end, after having ruled Portugal during 270 years.¹³

Bernardino Machado's government controlled its desire to enter the First World War, in line with the British Government, but it didn't take long to send military expeditions to Angola and Mozambique. Portugal was preparing to defend its main African colonies, long coveted by Britain and Germany, as demonstrated through the Treaty that these two countries signed in 1898. However, the Democratic Party took advantage of every opportunity to try to impose a Portuguese presence in the conflict. In its opinion, Portugal's political autonomy in international relations, the preservation of its territories and international recognition of the new regime were all at stake. Portugal decided to enter the war when, on 30 November 1915, Britain asked the Portuguese Government to capture all German merchant ships anchored at the Portuguese ports. On 23 February 1916, 35 German merchant ships anchored at the Lisbon port were seized, followed by other German ships in the remaining Portuguese ports. On 9 March 1916 Germany declared war on Portugal.¹⁴

War policies caused social unrest, particularly in Lisbon. Afonso Costa's government was becoming more isolated, opening the door for the coup d'état of 5 December 1917, headed by Sidónio Pais. This established a new republic lasting for only one year: in December 1918, Sidónio Pais was murdered in Rossio Station.¹⁵

The war weakened Europe's parliamentary regimes. This was also felt in Portugal, perhaps more so because the country was ruled by a new regime that was far from consolidated. The people viewed

DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS

the new regime, the Republican Party and its elites with increasing distrust. Between 1919 and 1925, Portugal was to have twenty eight governments and three presidents.

Royalist conspiracy, government instability and on-going splits between various republican factions exacerbated workers' uprisings. 1921 is a good example of the climate of instability that marked the First Republic: during this year six governments were formed, yet not one was capable of finding solutions to the political, social and economic problems that Portugal confronted at the time;¹⁶ social unrest continued and gained a new impetus with the birth of the Portuguese Communist Party (PCP) in the month of March; conflict amongst the Republican leaders experienced one of its darkest episodes with the "Bloody Night".

In 1924-1925 the difficulty in forming governments persisted, while non-republic right and the monarchists were reorganising. The army was taking on a growing role in Portuguese politics: after Sidónio Pais' government the military became a stronger presence in the governments of the Republic. After the 18 April 1925 'Generals' Coup', the First Republic came to an end with the 28 May Revolution in 1926: Óscar Carmona, Mendes Cabeçadas and Gomes da Costa established the military dictatorship.¹⁷

... AND THE REPUBLIC IN CHINA

The death of Cixi and the imperial government's decision to offer a foreign consortium the contract to construct infrastructure that would allow the modernisation of the Empire, including the Sichuan-Henan railway, caused a nationalist wave that shook the central provinces of the empire, Hunan, Hubei and Sichuan, which joined Guangdong Province. Between May and June 1911, Sichuan province and its capital, Chengdu, were close to insurrection. The gap between the central government in Beijing and the interests of each province was deeper and deeper, and nationalist ideals had a growing hold in the Chinese revolutionary movement.¹⁸

In October 1911, in Wuchang, the insurgency attained new proportions, with troops taking possession of the city in a few hours. Twelve days later, the revolt spread to Hunan province. By the end of October 1911, the revolt had taken root in seven provinces. The Revolutionary United League, led by

Sun Yat Sen 孙逸仙 (who was commonly known as Sun Zhongshan 孙中山 in the Chinese world), was playing an important role in two cities that, to a large extent, represented China in the eyes of foreigners. In Shanghai, Chen Qimei 陈其美 took the position of military Governor and benefited from his connections with the business community and secret societies, while Jiang Jieshi 蒋介石 (Chiang Kai-shek) was sent by Sun Yat Sen to support the revolt in the city. In Guangdong, Sun Yat Sen's companion Hu Hanmin 胡汉民 took control of the province after the imperial governor fled, once the merchants of Guangzhou rebelled against the imperial regime.¹⁹

In response, the Qing court called up the only member of the military considered capable of conducting a successful offensive against the rebels, Yuan Shikai. While he caused the death of 28,000 insurgents in Wuhan, Yuan Shikai 袁世凯 also planned the fall of the dynasty with Li Yuanhong 黎元洪. The choice of Sun as provisional President, sworn in on 29 December, displeased Yuan who broke off negotiations with the revolutionary movement. On 1 January 1912 the Chinese Republic was declared in Nanjing, and in the following month, Sun appointed Yuan president, as he was considered best placed to succeed in getting the abdication of the dynasty and to prevent the country from falling into a prolonged civil war. On 12 February the emperor Pu Yi abdicated, ending the Manchu dynasty that had kept the imperial throne for 268 years.²⁰

Yuan Shikai, appointed by the imperial court to suppress the insurgents, chose to help them topple the Qing dynasty. Once elected President of the Chinese Republic, his government quickly adopted a dictatorial approach, eventually attempting to restore imperial power. In January 1914 he closed parliament and in May he approved a Constitution that concentrated power in his hands. On the first day of January 1916, he announced the restoration of the monarchy, but on 6 June his death put an end to his imperial desires.²¹

After initially declaring its neutrality, China decided to participate in the First World War, starting in February 1917, and this revealed the country's increasing fragility on the international scene. Although its participation in the conflict was due largely to an attuning of positions with the US, this did not prevent its betrayal over Shandong province. The Treaty of Versailles didn't meet Beijing's expectation that the

TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES

German protectorate of Shandong would be returned to China. Japan claimed immediate compliance with the secret treaty signed with Britain, France and Italy in which they granted the rights to Shandong in exchange for military support against the central powers. After some hesitation, U.S. President Woodrow Wilson joined David Lloyd George and Georges Clemenceau on 30 April 1919 and accepted the rights of Japan in Shandong. Reactions were not long in appearing, not only in China but also in all Chinese communities around the world.²²

In Beijing, opposition to the Shandong 'betrayal' had a major political significance. On 4 May 1919, thousands of students took to the streets and, thanks to spontaneous popular support, initiated a strong movement that became a turning point in the Chinese revolutionary process. It began with two ideological mainstreams that were initially complementary but which subsequently took different stances: one with a nationalist character, led to the reorganisation of the Kuomintang (Guomindang 国民党); the other one, with Socialist aspects, gave origin to the Chinese Communist Party (CCP) in 1921.

From 1922, Sun Yat Sen, who was close to the Soviet Union position, managed to bring the two ideological tendencies together, but only until just after the death of the Chinese Republican leader and his replacement by Chiang Kai-shek. It was in southern China that the 'May 4th Movement' had major repercussions. A wave of social unrest shook everyday life in the main cities of the region, particularly Shanghai, Guangzhou, Hong Kong and Macao.²³

The death of Yuan Shikai came at the beginning of a period, from 1916 to 1926, which saw the rebirth of a desire for autonomy in the provinces, particularly those in southern China. This was in contrast to those in the North which were usually faithful to the ruling power installed in Beijing. It was the period dominated by the 'warlords' who led China into a period of profound instability.

The first warlords were rulers imposed in different provinces through military power. Within a few years, China was divided: Zhang Zuolin 张作霖 (Fengtian 奉天) governed the region of Manchuria; Duan Qirui 段祺瑞 and Xu Shuzheng 徐树铮 (Anfu 安福 group) controlled Central China and Fujian; the Yangzi Valley was in the hands of the Zhili 直隶 group (Cao Kun 曹



Yuan Shikai.

锬 and Wu Peifu 吴佩孚). Over the next years China experienced the struggles between these different lords, with the involvement of several foreign powers. Japan via their interests defended Zhang Zuolin, while Wu Peifu was an ally of Britain. In fact, this period of war only ended in 1949 with the establishment of the People's Republic of China.²⁴

After the 'May 4th Movement', while Sun Yat Sen attempted to rebuild the KMT, resuming the three objectives of the Republican Revolution (nation, democracy and social reform), Chen Duxiu 陈独秀 (one of the strong men of the 'May 4th Movement'), Mao Zedong 毛泽东 and another ten revolutionaries founded the Chinese Communist Party (CCP) in Shanghai. Sun Yat Sen opted for an alliance between nationalists and communists in the hope of finishing with the 'warlords' in a few years, and returning to China its unity and its independence.²⁵

DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS

The agreement between nationalists and communists was a tactical alliance, and ended with the death of Sun Yat Sen in 1925. Sun's successor, Jiang Jieshi, broke away from the Communist Party because he wanted to oppose the revolutionary movement of 1925-1926 in Shanghai, Guangzhou and Hong Kong, and managed to pacify the country's North and reunify China, between 1926 and 1927. There followed the split of the Communist Party which subsequently was outlawed. Workers' movements were fought and the three-day Communist occupation of Guangzhou in December 1927 was fiercely repressed. In the same month Jiang Jieshi established the capital of China in Nanjing.²⁶

PORTUGAL AND CHINA: DIPLOMATIC RECOGNITION OF THE REPUBLICS

The republican regime established in Portugal with the 5 October 1910 revolution did not gain immediate recognition from foreign powers, particularly those European countries which exercised greater influence on the country's political targets. There are many oft-repeated reasons for this: the poor image left by the regicide of 1908, a distrust of the Portuguese republicans' political programme, the danger of political instability in Europe or, simply, the prestige the Portuguese royal family enjoyed in some European capitals.

The need to safeguard their interests in Portugal may have been why the major powers were forced to recognise the new political regime in the country. On 17 October Britain, through the Foreign Office, sent instructions to its representative in Lisbon to maintain any contacts with the provisional government that were considered necessary and convenient to British interests in Portugal. This was the starting signal for what happened on 10-11 November, when in a concerted manner and almost simultaneously, the embassies of Britain, France, Italy, Spain and Germany informed the Portuguese government of their 'de facto' recognition of the new political regime.

However, a few months passed between 'de facto' and official recognition. British diplomats announced to the Portuguese Republican government, headed by Teófilo Braga, that official recognition would only take place after the constitutional legitimacy of the new regime had been acknowledged.



Sun Yat Sen.

Great Britain remained a touchstone on the international political scene and thus influenced the process that would allow widespread recognition of the Portuguese Republic. Almost a year passed before the 'old ally' believed the time had come for foreign powers to recognise the new regime, after the Republican Constitution was promulgated on 21 August 1911. Thus, between August and September of 1911, the Portuguese Republic was recognised by Britain, France, Germany, Spain, Italy, Austria-Hungary, Netherlands, Sweden, Norway, Japan, Greece... and China.²⁷

China was no exception and followed the whole international community in the process that led to its recognition of the Portuguese Republican regime. This is clear in the note from China's Imperial Legation in Lisbon, dated 11 November 1910, and addressed to Bernardino Machado, Minister of Foreign Affairs of the provisional government. In this document, the diplomatic representative of the Chinese Empire stated that he had already been authorised by his government to establish relations with the new Republican government formed in Portugal, stressing that this

TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES

was a country 'duquel la Chine désire particulièrement cultiver les rapports traditionnels d'amitié et de bon voisinage'.²⁸ The Chinese Minister also took the opportunity to request a meeting with Bernardino Machado.

By legal imperative and for international coordination, China also waited for the constitutional legitimacy of the new Portuguese regime to confirm its formal recognition. However, long time before this happened, there was news of the Beijing government's inclination to recognise the republican regime proclaimed in Lisbon. The Chinese Ministry of Foreign Affairs conveyed its intention to the 1st Secretary of the Legation of Portugal in Beijing, Martinho Teixeira Homem de Brederode, on 24 November 1910. In response to the official note of the Portuguese Legation announcing the establishment of the Republic in Portugal, Prince Qing, Chairman of China's Ministry of Foreign Affairs, said to Martinho Brederode that the Imperial Government telegraphed its Minister Liu to send a note to the Portuguese Government recognising the Republic.²⁹

The Portuguese diplomat in Beijing sent the information contained in the note from the Chinese Government to the government in Lisbon on the same day. It seems to have well demonstrated the desire of imperial China to cultivate friendly relations and good neighbourliness between the two countries, as expressed in the note of 11 November, as well as its spontaneous desire to anticipate its recognition of the Portuguese Republican regime, without waiting for the constitutional legitimacy that took a few months to materialise. However, only a few months later, in two telegrams dated 21 and 22 June 1911, the Lisbon government informed Martinho de Brederode that on the 19th the Constituent Courts proclaimed the Republic and confirmed executive power by acclamation.³⁰ Thus a new power was established in Portugal, duly legalised, with all its powers conferred by representatives of the nation and able to initiate, without any restrictions, diplomatic relations with other governments. This way, an important step was taken for the recognition of the Republican regime by the international community, including China.

On 13 September the Legation of Imperial China officially recognised the Portuguese Republic through a diplomatic note signed in Lisbon by the Chargé d'Affaires and addressed to the President of the

Council of Ministers and Minister for Foreign Affairs, João Chagas:

L'Assemblée Nationale Constituante ayant voté la Constitution et élu le Président de la République, j'ai l'honneur, conformément aux instructions de mon Gouvernement, d'informer V. Exc. de la reconnaissance officielle du Gouvernement Impérial à l'égard de la République Portugaise.³¹

The Portuguese Government expressed its thanks in a telegram drafted in the same day: 'Please convey Portuguese government's appreciation of its recognition of Republic'.³² Three days later, the Legation of Portugal in Beijing and Tokyo acknowledged the telegram.

PORTUGAL AND CHINA: CONTINUITIES

Despite the changes of regimes, one issue remained a link between these two countries, and that link was Macao. Therefore, the main political guidelines of the new Portuguese regime for Macao and relations with China should be understood.

As was the case in China, Portuguese republican ideology was built around a nationalist ideal. But in Portugal, nationalism was associated with the priority of preserving its overseas territories and recovering colonial prestige amongst European countries.

Regarding the Macao issue, the provisional republican government had several issues that remained unsolved between Portugal and China. They needed to study the situation and find strategies to move forward. This became a priority for the Portuguese Government's Foreign Affairs, especially because they had to reopen discussions with the Chinese authorities on defining Macao's boundaries. This was the reason given by the Government to create a *Commission Appointed to Study the Pending Issues between Portugal and China* (Comissão Nomeada para Estudar as Questões Actualmente Pendentes entre Portugal e a China), in April 1911.

They knew that it was a very delicate subject and it would be very difficult to find an answer that could satisfy both countries. After the failure of the Sino-Portuguese treaty negotiated in 1903-1904, and the negotiations in Hong Kong between Commissioner Joaquim José Machado and Commissioner Gao Erqian 高而谦, in 1909, the Portuguese government knew that it had to prepare for another diplomatic meeting with the Chinese government.

DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS

The Commission created on 3 April 1911 began its work in the same month and finished on 19 January 1912. It was composed of several figures who were familiar with Macao's political and economic situation and who had also participated in recent diplomatic meetings between Portugal and China.

The Commission consisted of the ex-governors of Macao José Emílio de Santana Castelo Branco (1907), Pedro de Azevedo Coutinho (1907-1908), Eduardo Augusto Marques (1909-1910) and João Marques Vidal (1910). Aníbal Augusto Sanches de Miranda was appointed governor of Macao a few months after the Commission completed its work, and he stayed there from 1912 to 1914.

Two important members with diplomatic experience were Joaquim José Machado, Commissioner in the Sino-Portuguese Conferences of Hong Kong (1909) on Macao's boundaries, and Oscar George Potier, Portuguese consul in Shanghai, and member of the Portuguese Delegations at the Opium Conference, in Shanghai (1909).

The other members of this Commission were Alfredo Augusto Freire de Andrade (Senior Director of Overseas Territories), José Bernardino Gonçalves Teixeira (Senior Director of Foreign Affairs), Augusto Frederico Rodrigues de Lima, Ernesto Júlio de Carvalho Vasconcelos, Joaquim do Espírito Santo Lima and José de Moraes Carvalho Guimarães (from the Foreign Office and Ministry of Overseas Affairs).³³

To sum up, the provisional government tried to bring together in a single commission a group of people whose mission was to reflect and propose a strategy to continue diplomatic dialogue with China. More specifically, this is what explained the choice of Sanches de Miranda as governor of Macao in 1912: he was extremely familiar with all the files studied in the Commission and, importantly, he had also been appointed to participate in the preparatory meetings of the Opium Conference in Hague, in 1911-1912.

FIVE ISSUES UNDER DISCUSSION: «THE CONCLUSIONS

Over nine months, the Commission focused its attention on five points on the diplomatic agenda between Portugal and China, some of which had existed since the mid-19th century: Macao's boundaries, the Macao-Guangzhou railway, the Sino-Portuguese trade

treaty; extradition and nationality, and the opium question.

Through consultation and analysis of its final report,³⁴ in which the minutes of the meetings are transcribed, the political positions taken by the different members who participated in the meetings emerge. However, it is important to emphasise that Portugal and China were both experiencing their own complex political transitions, as each country started the process of establishing its republican regime.

Of the five issues, the problem of defining Macao's maritime and terrestrial boundaries was critical. Moreover, the creation of the Commission had been motivated by the need to resume negotiations with the Chinese authorities on this topic.

The question of Macao's boundaries had to be considered in the context of the city's history since the mid-16th century. It also needed to be directly related to the recognition and legitimisation of Portugal's presence on Chinese territory. However, changes occurring in China after the Opium War I also led to differences in how this problem was broached by the two countries in the absence of any formal understanding. Thus the issue of Macao's limits, and indeed recognition of Portugal's presence on Chinese territory, was defined more by the atmosphere of political, economic and social tolerance present in the city's everyday life, rather than by the formalisation of an agreement on its terrestrial and maritime boundaries.

In 1843, in the year following the signing of the Treaty of Nanjing, Macao's civilian and governing bodies, including Governor Adrião Acácio da Silveira Pinto (1843-1846) the judge José Maria Rodrigues de Bastos and all the members of the Loyal Senate, began a debate and reflection on the future of the territory.³⁵ It was this process that resulted in the drafting of a document to the imperial High Commissioner Qiying 耆英, on 29 July 1843.³⁶ In the first article of this document was the proposal that should clarify all doubts:

in future the land that shall rightfully belong to the Portuguese shall be all that between the Border Gates and the sea of the one side, and the river on the other, as well as Taipa harbour, and the Portuguese themselves are prepared to maintain a permanent military checkpoint at the Border Gates to prevent any wrongdoing or misdemeanours.³⁷

TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES



The imperial High Commissioner Qiying.

This was the beginning of a long process undertaken by the Portuguese and Chinese authorities until they could reach an understanding on the question of Macao's boundaries. The issue was revisited over the years, namely during the negotiations that led to the Sino-Portuguese Treaties of 1862, 1887³⁸ and 1903.³⁹

On the eve of the republican revolutions, Portuguese and Chinese negotiators were in Hong Kong to resume negotiations on the question of Macao's boundaries. Joaquim José Machado and Gao Erqian held a series of official and private meetings, between July and November 1909, in search of a new solution. No agreement had been reached: the parties remained entrenched; the status quo was maintained. Portugal continued to assert occupation of the Macao peninsula and Green Island, Taipa and Coloane.⁴⁰ Despite the failure of the negotiations in Hong Kong, China continued to press Portugal to restart discussions, which ultimately led the first Portuguese Republican government to create the Commission on 3 April 1911.

In short, the work of the Commission had three fundamental ideas about the issue of defining

the boundaries of Macao. The first concerned Portugal's willingness to restart discussions as requested by the Chinese authorities: 'despite anticipating scant success, the commission believed that the Portuguese Government should not refuse to negotiate again'.⁴¹ The second concerned maintaining Portugal's proposed rights to territory encompassing (i) the Macao peninsula, from Ponta da Barra to Portas do Cerco; (ii) maintenance of neutral territory between Portas do Cerco and Passaleão; (iii) the inner harbour; (iv) Green Island, Taipa, Coloane, D. João, Vong-Cam and Lapa, with adjacent islets; (v) the coastal waters of the peninsula and insular territory described.⁴² The third was the result of the recommendation that, should the impasse continue, Portugal should defend the solution already advocated in article II of the Treaty of 1887, namely maintain the status quo.

After the issue of Macao's boundaries came the sensitive and complex issue of opium trafficking and consumption, taking into account the international implications and the fact that it was directly related to the other issues under discussion within the Commission.

The complexity of the matter, and the changes that occurred at the international level, forced the Commission to devote two sessions – the 13th and the 14th, on 2 and 14 June 1911 respectively – to the issue of opium. Sharply differing opinions among the members of the Committee on the correct strategy to adopt were visible. The Hague Conference was being prepared and in particular the signing of the agreement between Britain and China on the opium trade, on 8 May 1911 in Beijing, led the Commission to reflect and discuss the position that Portugal should adopt. The majority maintained the requirement for compensatory measures, but some members drew attention to the fact that this question would no longer have the same negotiating weight that it had had in 1887. On the other hand, Portugal could not withdraw from the internationally concerted positions which were being prepared in The Hague Conference, and Macao should follow the solutions that were found to Hong Kong.

However, the thesis of compensatory measures prevailed, based on the need to ensure economic alternatives to the opium trade that the Macao-Guangzhou railway could supply, and a belief that

DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS

British concessions to China could only be explained by having obtained compensatory measures for Hong Kong. On the other hand, although the Commission members knew the preparations being made for The Hague Conference, some of them expressed doubts that it would take place or if its results would disturb the opium trade in Macao. It was along these lines that Sanches de Miranda considered '[the Conference is not certain (to take place) and thus Portugal believed that it should be at liberty to raise the issue of opium directly with China, as a concession'.⁴³ Sanches de Miranda was chosen by the Ministry of Foreign Affairs to participate in the Portuguese delegation to the Hague Conference in what can be understood as a sign that it was necessary to ensure that the results of the new international forum went no further than had been seen in Shanghai.

By legal imperative and for international coordination, China also waited for the constitutional legitimacy of the new Portuguese regime to confirm its formal recognition.

In the Commission's final report, the opening pages of the chapter on opium underlined the major economic interests that 'raw' and 'prepared' opium, represented to Macao: the former still constituted a significant portion of trade at the port of Macao, while the latter, although the major foreign markets had disappeared, was one of the most significant sources of revenue for the Territory. The Commission was of the opinion that Portugal could not stay on the side-lines of the negotiating process initiated in Shanghai, or go against what the other nations decided on that matter. Therefore, the idea of Portugal requiring compensatory measures for its cooperation in helping to suppress opium in China arose as a way to make up for the serious losses that Macao would suffer when the opium trade disappeared.⁴⁴

By majority, the Commission suggested that the issue of opium should be directly related to the

construction of the Macao-Guangzhou railway and the ratification of the trade treaty as this would ensure Macao's economic development even after the trade in opium came to an end.

The Commission's proposals on the attitude that should be adopted by Portugal in the upcoming conference in The Hague were that the Portuguese Government should define in advance the compensation to be negotiated. In order to bring this proposal to a successful conclusion, Portugal should ask for British cooperation, suggesting that there should be a concerted understanding between the two nations at the conference: 'the allied nation which also has major interests the colony of Hong Kong resting on the opium issue, and which on more than one occasion has promoted Portugal's rights in the Far East.'⁴⁵

In addition to these two points, three more issues were discussed in the Commission on 3 April: the Macao-Guangzhou railway, the Portugal-China trade treaty; extradition and nationality.

Discussions between Portugal and China relating to the Macao-Guangzhou railway had begun in 1902, during the negotiations conducted by José de Azevedo Castelo Branco. The political opposition to the results achieved by Castelo Branco, in particular from João Marques Pereira, should be borne in mind. For this politician with strong links to Macao, the construction of a Macao-Guangzhou railway was impracticable, given the characteristics of the Pearl River delta, but, in addition to the technical question, the problem had to be placed in the political arena.

but should this be achieved and a railway built as far as Canton, or Peking, or even the North Pole it will still be futile unless we can assert our autonomy in Macao with possession of the islands that are ours by fact and right, and unless we can loosen the fiscal stranglehold over all the colony's trade.⁴⁶

Although, in 1911, the Commission continued to regard the construction of a railway to Guangzhou as unfeasible, it emphasised its importance for the development and prosperity of the colony, and advocated in its report that it would be beneficial for Portugal to resume the project, proposing that work proceed section by section where it was technically easier to construct it, in particular to Zhongshan.⁴⁷

The second article of the Sino-Portuguese Treaty of 1887 kept open the question of Macao's boundaries:

TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES

China confirms the whole text of Article 2 of the Lisbon Protocol concerning the permanent occupation and government of Macao by Portugal. It is hereby stipulated that the two governments shall define the boundaries which shall be fixed by special convention, and until such time as the boundaries are defined they shall remain exactly as they are now, with no increase or decrease or change to any part.⁴⁸

Thus, until the Lisbon Protocol and the Beijing Treaty of 1887, the 'Question of Macao' focused on the issue of recognising Portugal's presence in Macao. From that moment until the middle of the twentieth century, the 'Question of Macao' went on to deal with the problem of defining the territory's maritime and terrestrial borders.⁴⁹

However, other issues had crept onto the agenda between Portugal and China, namely the international problem of opium trafficking. The Commission carried on the negotiations begun in 1902, and the Treaty ratified by Portugal in 1903, and proposed introducing some amendments to allow the Chinese authorities to intervene in the administration of the province, including fixing the annual quantity of opium needed for consumption in Macao and the right of the Chinese customs commissioner to verify the monthly balance of opium in store. However, the new treaty would only be signed in Nanjing in 1928, by Wang Zhengting 王正廷, Minister for Foreign Affairs of the nationalist government, and by João Bianchi, Minister of Portugal in China.⁵⁰

The fifth and final question discussed in the Commission related to nationality and extradition. In 1908, Portugal had published new regulations on the extradition of Chinese criminals, without the knowledge of the Chinese Government. With the new regulations extradition was more difficult and thus Chinese criminals could stay in Macao despite Chinese claims. The Chinese authorities wanted to negotiate this issue with the Portuguese Government. Until then, the Sino-Portuguese Treaty of 1887 regulated extradition, and the Governor of Macao typically accepted the orders of the Guangzhou Governor.⁵¹

The Commission's opinion on this matter was in favour of the Chinese claims, suggesting that the 1908 regulations be cancelled and that Chinese criminals should continue to be extradited under the clauses of the 1887 Treaty. Thereafter, attempts

should be made to negotiate a new extradition treaty. However, the Commission suggested that the Portuguese Government should send the governor of Macao instructions to follow when the Chinese authorities demanded the extradition of Chinese criminals: extradition should be an administrative procedure; the governor should confirm the suspect was Chinese and had not engaged in any felony in the Portuguese territory; if the Chinese request had religious or political motivations the process should be delayed; if the accused risked being sentenced to death the Governor of Macao should intercede with the authorities in Guangzhou. The nationality issue essentially focussed on how easy it was for a Chinese to gain Portuguese nationality in Macao and thus to escape Chinese justice.⁵²

MACAO: NEW ENCOUNTERS,
OLD DISAGREEMENTS

Despite the differences and distances that existed between Portugal and China, Macao witnessed the change from old monarchies to young republics which contributed decisively to the modernisation of both countries.

Despite the different routes each of the republics travelled, their convergence in the early days of establishing republican regimes in both Portugal and China should be underlined.

Macao's position in this period of simultaneous change transforms what could be regarded as an accident of history into a phenomenon whose interrelations should be stressed. Not for the first time, the tiny territory acted as a bridge between the two countries experiencing changes in their regimes.

China's recognition of the Portuguese Republic occurred under the Qing dynasty. The imperial Government's willingness to establish relations with the new Portuguese regime should not be neglected. Any study of Sino-Portuguese relations which is confined to moments of disagreement or misunderstanding will always be a poor vision of history, particularly in the case of Macao and its centuries of existence as a unique example of meetings of civilisations.

The Portuguese government's recognition of the Republic of China was more constrained by a diplomatic game involving foreign powers with interests imbued in the old empire. Portuguese diplomacy's

DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS

dependence on Britain may have delayed its recognition of the Chinese Republic, but had as its counterpart the mitigation of the most alarming images transmitted by the government of Macao. Perhaps by being overzealous and with the aim of achieving the greatest security for the city during a period of great political and social unrest in Guangzhou, Governor Álvaro de Melo Machado feared riots, raids and wars that eventually did not materialise.

We can argue that the recognition of the Republicans was a routine process of diplomacy between the two countries. In part, we can endorse this idea: it was very difficult for China or Portugal to refuse to recognise the new regimes that replaced the Qing and Bragança dynasties respectively. But, apart from diplomatic routines, there is a further moment of meeting, with mutual wishes of friendship and good neighbourliness.

The issues that constituted the 'Macao question', in particular defining the territory's maritime and terrestrial boundaries, remained on the table of Sino-Portuguese discussions. The republics kept the same positions defended by the monarchist and imperial Governments.

In a word, this meant that Macao remained a meeting point between Portugal and China regardless of political regimes, a peace cemented in neutrality and dialogue. **RC**

Editor's note: This paper was presented at the seminar 'Allegiance of Revolutionaries: Seminar Commemorating the 100th Anniversary of the 1911 Revolution', organised by the Macao Historical Archives, September 2011.

NOTES

- 1 Pierre Renouvin, *Historia de las Relaciones Internacionales (Siglos XIX e XX)*. Madrid: Ediciones Akal, 1998, pp. 497-498.
- 2 W. G. Beasley, *The Rise of Modern Japan*. London: Weidenfield and Nicolson, 1990, p. 151.
- 3 V. I. Lenine, 'A Guerra e a social democracia na Rússia'. In *Obras Escolhidas*. Lisbon: Edições Avante, 1981, p. 564.
- 4 Ibid., p. 563.
- 5 Eric Hobsbawm, *A Era dos Extremos. História Breve do Século XX (1914-1991)*. Lisbon: Editorial Presença, 1996, p. 91.
- 6 João B. Serra, 'Do 5 de Outubro ao 28 de Maio. A instabilidade permanente'. In *Portugal Contemporâneo*, edited by António Reis. Lisbon: Alfa, 1990, vol. 3, pp. 14-16.
- 7 Rui Ramos (coord.), *História de Portugal*. Lisbon: Esfera dos Livros: 1910, p. 579; João B. Serra, *ibid.*, p. 19.
- 8 João B. Serra, *ibid.*, pp. 589-594.
- 9 Maria Cândida Proença, 'A educação'. In Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisbon: Tinta-da-China, 2009, pp. 169-189.
- 10 Vitor Neto, 'A questão religiosa: Estado, Igreja e conflitualidade sócio-religiosa', *ibid.*, pp. 129-148.
- 11 Rui Ramos, 'Do 5 de Outubro ao 28 de Maio', p. 611; A. H. Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. 3. Lisbon: Presença, 1998, p. 247.
- 12 A. H. Oliveira Marques, *ibid.*, p. 245.
- 13 Alfredo Gomes Dias e Vincent Ho, 'Portugal, China, Macao and the Beginning of Republican Regimes (1908-1927)'. *Revista de Cultural Review of Culture* 36 (2010), pp. 6-17.
- 14 João B. Serra, 'Do 5 de Outubro ao 28 de Maio', pp. 52-53; A. H. Oliveira Marques, *História de Portugal*, pp. 250-251; Maria Cândida Proença, 'A questão colonial'. In Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, pp. 205-228;

- Aniceto Afonso, 'Portugal e a guerra nas colónias', *ibid.*, pp. 287-299; Isabel Pestana Marques, 'Portugal nas trincheiras: os combatentes portugueses em França (1917-1919)', *ibid.*, pp. 301-318.
- 15 João B. Serra, 'Do 5 de Outubro ao 28 de Maio', pp. 53-59; A. H. Oliveira Marques, *História de Portugal*, pp. 252-264; Ernesto Castro Leal, 'A transformação política da República: as direitas da direita antiliberal'. In Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, pp. 485-502.
- 16 João B. Serra, 'Do 5 de Outubro ao 28 de Maio', pp. 62-67.
- 17 Ibid., pp. 81-84; A. H. Oliveira Marques, *História de Portugal*, pp. 272-279.
- 18 Jonathan D. Spence, *The Search for Modern China*. New York: W. W. Norton and Company, 1990, pp. 262-268.
- 19 Ibid., pp. 263-264; Jonathan Fenby, *History of Modern China. The Fall and Rise of a Great Power (1850-2008)*. London: Penguin, 2008, pp. 119-120.
- 20 Cf. Jonathan D. Spence, *The Search for Modern China*, pp. 264-265; Jonathan Fenby, *History of Modern China*, pp. 119-124.
- 21 Immanuel Hsü, *The Rise of Modern China*. Oxford: Oxford University Press, 1995, pp. 470-482; Jonathan Fenby, *History of Modern China*, pp. 126-138.
- 22 Immanuel Hsü, *The Rise of Modern China*, pp. 494-495; Jonathan Fenby, *History of Modern China*, pp. 292-294.
- 23 Jonathan D. Spence, *The Search for Modern China*, pp. 310-325; Immanuel Hsü, *The Rise of Modern China*, pp. 501-505; Jonathan Fenby, *History of Modern China*, pp. 141-149.
- 24 On this subject we recommend reading David Bonavia, *China's Warlords*. Hong Kong: Oxford University Press, 1995. Also, cf. Immanuel Hsü, *The Rise of Modern China*, pp. 482-486; Jonathan Fenby, *History of Modern China*, pp. 139-156.

TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES

- 25 On this subject we recommend reading Chow Tse-Tsung, *The May 4th Movement. Intellectual Revolution in Modern China*. London: Harvard University Press, 1960. Also, cf. Immanuel Hsü, *The Rise of Modern China*, pp. 514-518; Jonathan Fenby, *History of Modern China*, pp. 143-144.
- 26 Jonathan D. Spence, *The Search for Modern China*, pp. 341-360; Immanuel Hsü, *The Rise of Modern China*, pp. 523-531; Jonathan Fenby, *History of Modern China*, pp. 157-182.
- 27 Alfredo Dias, 'Macau entre Repúblicas'. *Macau* 8, October 2001, pp. 74-84.
- 28 Official note, November 11, 1910, from China's Imperial Legation to Minister for Foreign Affairs, Bernardino Machado (Arquivo Histórico-Diplomático-Ministério dos Negócios Estrangeiros: 3ºP-A.3-M.13).
- 29 Official note, November 24, 1910, from President of Chinese Foreign Office, Prince Ching, to Portuguese Legation in China (Arquivo Histórico-Diplomático-Ministério dos Negócios Estrangeiros: 3ºP-A.3-M.13).
- 30 Official note, June 30, 1911, from Portuguese Legation in China to minister of Foreign Affairs, Bernardino Machado (Arquivo Histórico-Diplomático-Ministério dos Negócios Estrangeiros: 3ºP-A.3-M.13).
- 31 Official note, September 13, 1911, from China's Imperial Legation to Minister for Foreign Affairs, João Chagas (Arquivo Histórico-Diplomático-Ministério dos Negócios Estrangeiros: 3ºP-A.3-M.13).
- 32 'Queira V. Exª exprimir esse governo alto apreço do governo português pelo seu reconhecimento República', *ibid.*
- 33 *Relatório e Actas da Comissão Nomeada para Estudar as Questões Actualmente Pendentes entre Portugal e a China*. Lisbon: Ministério dos Negócios Estrangeiros, Imprensa Nacional, 1912, p. 4.
- 34 *Ibid.*
- 35 Alfredo Gomes Dias, 'As negociações de 1843/44'. *Macau* 34, February 1995, pp. 36-42.
- 36 *Artigos que foram apresentados pelas autoridades de Macau ao delegado do Alto-Comissário Imperial em 29 de Julho de 1843*. In Arquivo Histórico Ultramarino, SC-DGU-SR: 005: Correspondência de Macau e Timor-CX030-1839.
- 37 'no futuro que o terreno que de direito pertence aos Portugueses é todo o que medeia entre o Cerco ou Barreira e o mar por um lado, e o rio por outro assim como o porto da Taipa oferecendo-se mesmo os Portugueses a conservar sempre um Posto Militar no lugar da Porta do Cerco para evitar qualquer transgressão ou para que sejam evitadas quaisquer desordens.' *Ibid.*
- 38 On this subject we recommend reading António Vasconcelos de Saldanha, *O Tratado Impossível. Um Exercício de Diplomacia Luso-chinesa num Contexto Internacional em Mudança, 1842-1887*. Lisbon: Instituto Diplomático-Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006.
- 39 Alfredo Gomes Dias, 'Marques Pereira e as Negociações de 1902'. *Macau* 85, May 1999, pp. 72-75.
- 40 António Vasconcelos Saldanha and Carmen M. Radulet, *Missão na China. 1909-1910*. Macao: Fundação Macau, 1999 e Alfredo Gomes Dias, '1909: Os limites de um diálogo'. *Macau* 6, April 2001, pp. 34-43.
- 41 'entendeu a comissão, se bem que não alimentando uma grande esperança de êxito, que não deve o Governo Português recusar-se a mais uma vez negociar'. *Relatório e Actas da Comissão Nomeada para Estudar as Questões Actualmente Pendentes entre Portugal e a China*, p. 5.
- 42 *Ibid.*
- 43 'duvidosa a reunião da Conferência, entendia que Portugal deveria ficar em condições de apresentar livre e directamente a questão do ópio à China, como concessão', *ibid.*, p. 35.
- 44 *Ibid.*, p. 13.
- 45 'a nação aliada, que tem também ligados à questão do ópio grandes interesses da colónia de Hong-Kong, e que mais dumavez tem velado pelos direitos portugueses no Extremo-Oriente', *ibid.*, p. 13.
- 46 'Mas que tivessem conseguido isto, ou que o caminho-de-ferro se prolongue até Cantão, até Pequim ou até ao Pólo norte, de nada nos servirão tais coisas se não tivermos firmado a nossa autonomia em Macau com a posse das ilhas que são nossas de facto e de direito, como temos demonstrado por bastantes vezes, e se não tivermos afastado para fora das nossas águas o cordão dos postos fiscais que sugam por assim dizer todo o comércio da colónia.' João Feliciano Marques Pereira, 'A questão do Extremo-Oriente e a missão portuguesa na China'. *Ta-ssi-yang-kuo, Arquivos e Anais do Extremo Oriente Português*, 2nd series, vols. 3-4. Macao: Direcção dos Serviços de Educação e Juventude de Macau/Fundação Macau, 1995, p. 345.
- 47 *Relatório e Actas da Comissão Nomeada para Estudar as Questões Actualmente Pendentes entre Portugal e a China*, p. 8. For more on the negotiations in China by José de Azevedo Castelo Branco consult Documentos Apresentados às Cortes na Sessão Legislativa de 1903 pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros. Negociações com a China. Lisbon: Ministério dos Negócios Estrangeiros/Imprensa Nacional, 1903; *Ta-Ssi-Yang-Kuo, Arquivos e Anais do Extremo Oriente Português (1889-1903)*. Macao: Direcção dos Serviços de Educação e Juventude de Macau/Fundação Macau, 1995 and Alfredo Gomes Dias, 'Marques Pereira e as Negociações de 1902'. *Macau* 85, May 1999, pp. 72-75.
- 48 'A China confirma, na sua íntegra, o Art. 2º do Protocolo de Lisboa, que trata da perpétua ocupação e governo de Macau por Portugal. Fica estipulado que comissários dos dois governos procederão à respectiva delimitação, que será fixada por uma convenção especial, mas enquanto os limites se não fixarem, conservar-se-á tudo o que lhe diz respeito como actualmente, sem aumento, diminuição ou alteração por nenhuma das partes.' José Ferreira Borges de Castro, *Nova Coleção de Tratados, Convenções, Contractos e Actos Públicos Celebrados entre Portugal e as Mais Nações*, vol. VII, 1887-1888. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1912.
- 49 António Vasconcelos de Saldanha, *O Tratado Impossível*, pp. 914-915.
- 50 Wu Zhiliang 吴志良, *Segredos da Sobrevida. História Política de Macau*. Macao: Associação de Educação de Adultos de Macau, 1999, pp. 259-269.
- 51 *Relatório e Actas da Comissão Nomeada para Estudar as Questões Actualmente Pendentes entre Portugal e a China*.
- 52 *Ibid.*

O Debate de 1911-1912 sobre o Modelo Político de Macau

ARNALDO GONÇALVES*

O debate dos primeiros anos da República sobre a reforma político-administrativa de Macau travou-se em redor da extinção do Leal Senado, a histórica Câmara proclamada sede da primeira república democrática do Oriente.¹ Trata-se da primeira prova de força da jovem república portuguesa para alterar uma correlação de forças favorável ao grupo sociocultural de ascendência portuguesa que detinha na prática o poder político e económico.² Há manifesta discrepância entre os investigadores quanto ao número de portugueses residentes na colónia, mas sabe-se que à medida que o comércio se desenvolveu e esta ganhou maior prosperidade, começou a atrair uma população errante oriunda do continente chinês que aqui ocorria para comerciar e que, pouco a pouco, se foi instalando.³ Trata-se de uma população cada vez mais numerosa que ganha maior relevância em termos económicos, o que não é correspondido em termos de representatividade política. Prevaleceu, durante algum tempo, a ideia que isso se deveu à política colonial do governo republicano em Lisboa mas sabe-se hoje que as resistências à inclusão social do grupo maioritário da população partiram de grupos de influência local perfeitamente identificáveis.



A iniciativa do governador Álvaro de Melo Machado, um governador de transição entre o último governador monárquico (Eduardo Augusto Marques) e o emblemático José Carlos da Maia, de reduzir substancialmente o peso político do Senado em benefício das instituições representativas do poder metropolitano tem por isso um sentido emblemático. Trata-se de uma iniciativa política que pode ser compreendida no esforço do regime saído da Revolução Republicana de 1910 de consolidar os mecanismos de controlo político sobre as províncias ultramarinas, mas ainda hoje parece pouco claro porque um governador de transição se deu ao trabalho de afrontar os interesses instalados em favor da preservação da ideia da soberania. Até porque o desiderato de transformar Macau numa colónia autónoma, seguindo o modelo de Hong Kong e Singapura, nunca foi concretizada apesar do Tratado de Amizade e Comércio de 1887, celebrado entre Portugal e a China, apontar para a “perpétua ocupação e governo de Macau por Portugal”.⁴ Portugal nunca terá tido, segundo uma perspectiva, a autoridade política suficiente para o implementar⁵ ou a consciência da situação precária do seu poder soberano sobre o enclave terá/ imposto, segundo outra visão, aos governantes locais e de Lisboa grande realismo e pragmatismo na aproximação à China.⁶

A iniciativa política de Álvaro de Melo Machado desenvolve-se nos anos 1911 e 1912 em troca de cartas com o ministro Azevedo Gomes, passa pela

* Doutoramento em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Católica, Portugal, é assessor jurídico do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais de Macau (IACM)

Ph.D. in Political Science and International Relations from the Catholic University of Portugal, he's currently senior legal advisor to the Macao Civic and Municipal Affairs Bureau (IACM).

DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS

intervenção equívoca do Conselho Colonial e pelos debates no Conselho do Governo que aprontará o primeiro Projecto de Bases para uma Reorganização Administrativa da Província de Macau publicado em *Boletim Oficial* em Maio de 1912.⁷ O Conselho de Governo congregava, na altura, algumas figuras marcantes da vida política e pública da colónia, como o poeta Camilo de Almeida Pessanha, os militares Hugo Castelo Branco, Evaristo Pinheiro de Almeida e José David Freire Garcia, o secretário do Governo Manuel Ferreira da Rocha, o delegado do Procurador da República Álvaro Corrêa Mendes, o bispo José da Costa Nunes, o inspector da Fazenda Ernesto Goes Pinto e o presidente da Câmara José Luís Marques. De debate *inter pares* a discussão alargar-se-ia, provocando tomadas de posição sobre o projecto de José Luís Marques, Constâncio José da Silva, Francisco Hermenegildo Fernandes.⁸ Os contestatários não demoveriam o governador da sua intenção de avançar com a reforma político-administrativa da colónia e assinariam um abaixo-assinado de protesto ao Presidente da República Manuel Arriaga, veiculado pelo representante de Macau no Conselho Colonial, o senador António José Gonçalves Pereira.

Não é seguro se o bloqueio do projecto de reforma política terá estado na origem da renúncia do governador em Julho de 1912, mas o seu “Relatório do Governo” de 1911 persiste como um testemunho fiel do Macau da época, das dificuldades com que se confrontou na relação com o lóbi português local, na acção de fomento e desenvolvimento que apostou, e da instabilidade nas “fronteiras” externas de Macau provocadas por localidades vizinhas, ao que tudo indica espicaçadas por Cantão.⁹ Diz no Relatório “enquanto o jogo e o ópio não desaparecerem, todos os recursos disponíveis ou em excesso devem ser empregados em valorizar a Colónia, em conquistar-lhe elementos de vida e de desenvolvimento”. E mais adiante

“a política dos governadores para com a população e as autoridades chinesas tem de ser uma política de aproximação. Quanto à população chinesa de Macau, representa ela como já se disse a parte vital da colónia, o elemento valioso de progresso e desenvolvimento. O governador deverá pois aproximar-se dela, conhecer as suas aspirações, atender às suas necessidades, para que possa também orientar os seus esforços no sentido do Maio bem da Colónia”.¹⁰

Trata-se de uma visão muito à frente do seu tempo, onde eram comuns os preconceitos rácicos quanto à maioritária população chinesa.

Apesar do projecto de reforma do sistema político da colónia não ter encontrado acolhimento por parte das autoridades em Lisboa, o impulso já estava dado. O projecto teve continuação em novas iniciativas apresentadas ao abrigo das Leis n.ºs 277 e 278 de 15 de Agosto de 1914, designadas “Bases Orgânicas da Administração Civil e Financeira das Províncias Ultramarinas”, já no mandato de José Carlos da Maia como governador de Macau.¹¹ Elas provocaram um novo e animado debate entre personalidades políticas locais como Francisco Anacleto da Silva, Velhinho da Costa, Guimarães Lobato, César de Andrade, Luís e Henrique Nolasco da Silva, José Freire Garcia, José Luís Marques, João Jacques Lima Gracias e Manuel Silva Mendes.¹² Ater-nos-emos, neste artigo, ao primeiro debate político do início da década de 1910, que cremos característico de uma nova aposta da política colonial que fez o seu caminho à medida que o governo republicano consolidou o seu poder.

A INICIATIVA DE ÁLVARO DE MELO MACHADO. O QUADRO POLÍTICO-CONSTITUCIONAL

Álvaro de Melo Machado foi oficial da Marinha Portuguesa sendo nomeado governador interino de Macau em 17 de Dezembro de 1910 e demitindo-se do cargo em 22 de Março de 1913. Sucedeu ao governador monárquico Eduardo Augusto Marques de quem foi ajudante-de-campo e secretário-geral.¹³ Foi chefe de gabinete do governador-geral de Moçambique em 1914-1915. Foi agraciado em 1926 com o grau de Cavaleiro da Ordem Militar de Avis, recebendo em 1927 o grau de Comendador da mesma Ordem. Em 1938 recebeu a distinção de Grande Oficial da Ordem Militar de Cristo. Durante os anos 1930 foi administrador-delegado nos Caminhos de Ferro de Benguela. Foi fundador do escutismo em Macau. Alguns historiadores atribuem-lhe a condição de maçom,¹⁴ membro da Loja Liberdade, de Lisboa, e depois da Loja Camões, de Macau, mas o seu nome não consta dos registos do Grande Oriente Lusitano.

Álvaro de Melo Machado, oficial da Marinha Portuguesa.



DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS

O Leal Senado era em Macau o símbolo da autoridade e do poder local, território que usufruiu de grande autonomia relativamente aos governos de Lisboa e Goa durante parte significativa da sua história. O Senado foi o órgão governativo mais importante de Macau durante mais de dois séculos, desde da sua fundação até 1783, em resultado da reforma interna desenvolvida durante o reinado da rainha D. Maria I que restringiu os poderes e a sua autonomia. É bom recordar que em 1783, através das providências régias, a rainha concedeu ao governador de Macau poderes fundamentais e o direito de veto sobre as decisões do Senado. As providências ditaram que o governador, com poderes alargados, deveria intervir em todos os assuntos relacionados com a administração e governo de Macau. Antes desta reforma política de 1783, o governador era essencialmente o comandante das forças militares portuguesas de Macau, não participando directamente na administração da cidade portuguesa.¹⁵ Nessa data estabeleceu-se um equilíbrio entre os dois principais órgãos de governo próprio da colónia e é nesse sentido que Almerindo Lessa chama ao Leal Senado a sede da primeira República Democrática do Oriente.¹⁶

A revolução republicana de 5 de Outubro de 1910 triunfou por razões que encontram a sua última explicação no Ultimato inglês e na reacção da oposição republicana aos seus termos insultuosos. Hermano Saraiva anota que os primeiros anos do governo republicano são, do ponto de vista político, marcados pela luta entre as correntes em que se dividia o Partido Republicano, logo que conquistou o poder.¹⁷ Até à implantação da República, o movimento republicano teve um só objectivo: derrubar a monarquia. Logo que esta caiu sentiram-se os efeitos da falta de um programa claro e coerente da parte dos republicanos. Um sector exigia reformas radicais, feitas a reboque dos sentimentos da opinião pública, sendo dominante um sentimento anticlerical. Outro sector era mais brando e defendia uma linha de transigência e conciliação com os interesses existentes, tendo o apoio dos níveis mais elevados da burguesia republicana. O primeiro sector formou o Partido Democrático; o segundo dividiu-se entre o Partido Evolucionista de António José de Almeida e o Partido Unionista de Bento Camacho. O período de afirmação e acerto entre estes dois grupos seria de 1910 a 1914.

Uma segunda fase da Primeira República associa-se aos acontecimentos da Primeira Guerra

Mundial de 1914-1918. O Partido Democrático de Afonso Costa defendeu a entrada de Portugal na Guerra baseando-se no argumento que era a única forma de defender as colónias.¹⁸ Sabe-se que, em 1913, havia sido concertado um pacto entre a Grã-Bretanha e a Alemanha para a divisão (ao meio) dos territórios compreendidos no Ultramar Português, concerto que seria suspenso com o detonar da guerra.¹⁹ A postura dos governos republicanos foi por esta razão profundamente nacionalista e patriótica, configurando o que alguns historiadores de esquerda designam por uma política colonialista não distinguível da dos governos monárquicos²⁰. Dessa leitura diverge Oliveira Marques que considera que coube aos governos republicanos uma grande responsabilidade no fomento ultramarino e que, apesar das consequências nefastas da instabilidade política em Portugal, os esforços desenvolvidos pelos governos coloniais foram bem sucedidos.²¹ Oliveira Marques regista, desde logo, a criação do Ministério das Colónias em 1911, considerando que a designação de “colónia” não tem o sentido pejorativo que se lhe atribui normalmente, tratando-se de uma moda de influência francesa. Marques recordava a propósito a criação, em 1894, do *Ministère des Colonies*. O que parece certo, em sua opinião, é que não “existe doutrina nova de administração porque do ponto de vista constitucional as colónias continuavam a julgar-se parte da Nação”.²² Lembra que Bernardino Machado, primeiro ministro dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa, afirmara que o novo governo considerava as províncias ultramarinas um território tão sagrado quanto o da metrópole.

Na verdade, no articulado da Constituição de 1911 e noutros textos legais a palavra “colónia” aparece juntamente com “províncias” com sentidos idênticos.²³ A República irá introduzir mudanças essenciais na administração dos territórios ultramarinos. Institui princípios novos de governo colonial, destinados a dar um desenvolvimento ininterrupto a esses territórios os quais apontam no sentido da descentralização. Nos começos de 1914, o primeiro governo de Afonso Costa submeteu ao Congresso um projecto de Lei destinado a definir as regras básicas da administração ultramarina renovada. Estas leis são as Leis Orgânicas, as quais são aprovadas em geral já no governo de Bernardino Machado e para cada uma das províncias durante o terceiro governo de Afonso Costa (1917).²⁴

TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES

A Constituição de 1911 é parca nas suas referências às “províncias ultramarinas”²⁵ Pelo artigo 9.º esclarece que uma das câmaras do Parlamento, o Senado, é constituído por tantos senadores quantos resultem da eleição, cabendo três por cada distrito do continente e as ilhas adjacentes e um por cada província ultramarina. Pelo artigo 25.º estipula que compete ao Senado “privativamente aprovar ou rejeitar, por votação secreta, as propostas de nomeação dos governadores e comissários da República para as províncias do Ultramar”. Pelo artigo 67.º estabelece que “na administração das províncias ultramarinas predominará o regime da descentralização, com leis especiais adequadas ao estado de civilização de cada uma delas”.²⁶ A iniciativa de Álvaro de Melo Machado tem por isso um sentido antecipatório do que seria, *a posteriori*, a política do governo republicano para as colónias.

A POSIÇÃO DO MINISTRO DAS COLÓNIAS. INTERVENÇÃO DO CONSELHO COLONIAL

Pelos documentos de que há registo, o processo inicia-se com um telegrama de 18 de Maio de 1911, referência n.º 51, do governador para o ministro da Marinha e das Colónias.²⁷ Ali o governador comunica ao ministro da Marinha e das Colónias a sua posição de que “o Leal Senado deveria ser extinto revertendo as suas receitas para encargos do Governo da Província”. Em seu lugar, Álvaro Melo Machado propunha a “representação efectiva no Conselho da Província e no Conselho do Governo com membros portugueses, da comunidade chinesa, além dos funcionários actuais”. A forma do processo de eleição seria regulamentada pelo governador em Conselho. Álvaro Melo Machado acrescenta não existir receio de “perturbação da ordem pública porque a medida será bem recebida pela colónia

O Largo do Senado em dia de festa, ca. 1915. In Rogério Beltrão Coelho, *Álbum Macau 1844-1974*, 2.ª ed. Macau: Fundação Oriente, 1990.



DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS

sensata. A eleição de deputados será realizada após prazos marcados na lei”.²⁸

Em ofício para o ministro da Marinha e das Colónias, Amaro Azevedo Gomes, de 26 de Maio de 1911, o governador retoma a indicação anteriormente dada (20 de Março de 1911) sobre os “inconvenientes da existência do Leal Senado de Macau”. Em resposta à questão que havia sido posta pelo ministro (em telegrama) “se se inclina para a supressão dessa arcaica e inútil instituição”, Melo Machado reafirma a opinião anterior, “não se eximindo de demonstrar quanto vantajosa seria para a Província a supressão do Leal Senado”.²⁹ Melo Machado recorda que, em 24 de Fevereiro de 1911, a Santa Casa da Misericórdia enviara aos vogais do Conselho da Província um ofício avisando da necessidade de “demandar o Leal Senado por não pagamento de dívidas”. Alguns dias depois fora submetido à aprovação daquele Conselho o orçamento do Leal Senado de que não constavam quaisquer dívidas. Pedidas explicações ao Leal Senado, relata o governador, este declararia após insistência ter uma dívida no valor de 11 000 patacas em importâncias não liquidadas à Fazenda Pública, em subsídios em falta ao Liceu e outros compromissos. O Conselho da Província, diz, decidiu a devolução do orçamento ao Leal Senado para inscrição das importâncias em falta, declarando o Leal Senado (em resposta) não poder inscrever as dívidas “por não ter com que as pagar, nem saber como aumentar as receitas”.

Nas palavras do governador, o Conselho da Província “não sabendo como conciliar a disposição da Lei que o inibe de aprovar orçamentos com déficit com as **choradeiras do Leal Senado** resolveu deixar a resolução para melhor oportunidade”. O governador alude a poder ter usado esta situação para “dissolver a Câmara que declara não saber como administrar-se e nomear uma comissão administrativa”, pois “o Leal Senado continua a resistir de uma forma importante às indicações das obras públicas (serviços) na parte que se refere a obras municipais”. Poria tal hipótese de lado porque a comissão administrativa teria a vantagem de não criar dificuldades ao governo, mas na prática continuariam “a subsistir os mesmos inconvenientes de duplicação de serviços e sua má organização”. Anota o governador que tal estado de coisas “apenas serve para acarretar despesas e criar dificuldades” pelo que ainda que se avance com a medida proposta – a extinção do Leal Senado –

não deve o ministro reear “que tal medida possa alterar a ordem pública”, pois “toda a gente hoje tem uma grande indiferença pelo Leal Senado sendo nas eleições necessário sempre enviar os polícias marítimos em número bastante para aprovarem a constituição da mesa”.³⁰ (negritos nossos)

Melo Machado considera que está no ânimo de todos a “inutilidade de tal instituição podendo haver meia dúzia de indivíduos que **para fazer política se lembrem de protestar**”. Tais protestos, afirma o governador, “seriam platónicos porque esta gente é tudo o que há de mais pacífica e medrosa”. Álvaro de Melo Machado conclui com uma referência à insubordinação da tropa portuguesa de Macau durante os incidentes de 29 de Novembro de 1910, pouco mais de um mês após a implantação da República em Portugal. (negritos nossos)

Os termos empregues pelo governador são evidência de uma críspação em relação ao lóbi português local, organizado no Leal Senado e que compreenderia os adversários políticos de Melo Machado.³¹ Percebe-se dos documentos conservados no Arquivo Histórico Ultramarino que o ministro, face aos termos acalorados empregues pelo governador, terá querido ouvir o Conselho Colonial sobre aquelas propostas. Sabendo-se as simpatias republicanas de Melo Machado persiste uma grande interrogação quanto ao tipo de relacionamento que manteve com Amaro Justiniano de Azevedo Gomes, seu camarada de armas. Azevedo Gomes nasceu em 19 de Janeiro de 1852, sendo oriundo da ilha do Pico, nos Açores.³² Assentou praça na Armada Portuguesa em 1873, iniciando uma carreira naval que o levou a primeiro-tenente em 1885, capitão-tenente em 1891, capitão-de-fragata em 1901 e capitão-de-mar-e-guerra em 1908. Prestou serviço militar em várias unidades em Portugal e nas colónias, integrando o Governo Provisório com o cargo de ministro da Marinha e Ultramar entre 7 de Outubro de 1910 e 3 de Setembro de 1911. Foi eleito deputado pelo círculo eleitoral de Lisboa nas primeiras eleições depois da implantação da República. Foi julgado em Conselho de Guerra em 1912 na qualidade de comandante do cruzador *Almirante Reis* por incidente militar em que esteve envolvido, sendo absolvido. Em 1921 foi eleito senador pelo círculo de Angra do Heroísmo, chegando a vice-presidente do Senado. Faleceu em Lisboa em 3 de Dezembro de 1928. Sabe-se ainda que Amaro Azevedo Gomes pertenceu aos partidos Unionista e Liberal de

TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES

que o Partido Democrático de Afonso Costa se viria a assumir como herdeiro.

O Conselho Colonial, estrutura consultiva do governo republicano,³³ pronunciou-se sobre o pedido do governador a 18 de Novembro de 1911, sendo vogal relator Pedro Coutinho, já Azevedo Gomes saíra do Governo.³⁴ No parecer, o Conselho começa por enumerar as razões apresentadas pelo governador para a extinção do Leal Senado, referindo que consultada sobre o assunto a 2.^a Repartição da Direcção-Geral das Colónias esta informara que, se não era de recear que a extinção do município produzisse reacção dos cidadãos de Macau, “é de admitir que a medida não será apreciada no país” por razões tanto de princípio como circunstanciais. Por um lado, “a manutenção e maior força a dar aos municípios” constituía um

princípio basilar das instituições democráticas, não se compreendendo que a República fosse extinguir no seu início uma instituição municipal de tantos anos”. Por outro, ainda que as populações não se interessassem pelos assuntos municipais seria de presumir que com “uma conveniente noção das garantias individuais e sociais todos se apliquem com mais deslevo a zelar pelos interesses da comunidade”. Concluía a Direcção-Geral das Colónias por considerar necessário “dar nova organização ao município de Macau, com representação da comunidade chinesa e que se harmonizasse mais com os interesses da cidade”. No entender da mesma Direcção-Geral, os Conselhos do Governo deveriam ser instituições diferentes das Câmaras Municipais, devendo ter uma parte electiva sem que tivessem de tratar das questões municipais.

O edifício da Santa Casa da Misericórdia de Macau, inícios do século xx.



DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS

O Conselho Colonial anotaria que “não é justo atribuir ao Leal Senado a inteira responsabilidade das dificuldades financeiras com que luta porque muitas das despesas resultam de actos que mereceram a sanção superior” e quando assumiu tais encargos não se previa a diminuição das receitas.³⁵ O Conselho adiantou ainda que na província, dadas as suas condições especiais, “não se justifica o desdobramento de alguns serviços como os de Obras Públicas e de Instrução em municipais e do Estado”, havendo vantagem em que estejam sob directa dependência do Governo da colónia. Tendo isso em conta, “quaisquer modificações nas atribuições do Leal Senado, ou na sua supressão, tornam indispensável a reorganização administrativa da província de Macau”. Nessa conformidade, concluiu ser “da maior conveniência e justiça que seja facultada às colónias pronunciarem-se sobre a sua organização” e que o governador fosse encarregado de fazer elaborar um projecto de reorganização administrativa da colónia. Esse projecto seria tornado público e discutido em Conselho de Governo, sendo, após a discussão, remetido ao Ministério das Colónias com a informação final do governador e cópias das actas de sessões em que foi discutido.

Assinam o parecer de 17 de Novembro de 1911 11 membros do Conselho Colonial, distinguindo-se as assinaturas de Alfredo Augusto Andrade, Armando Guedes Moreira, Pinto Santos, Eduardo Marques, Manuel Fratel, Augusto Ribeiro, Arnaldo Mendes de Maltez, Pedro de Azevedo e António Gonçalves Pereira. Este último é o representante de Macau no Conselho. Quem era Gonçalves Pereira? Sabe-se que nasceu em 26 de Julho de 1855 no concelho de Caminha, foi médico naval, tendo em 1886 alcançado o posto de segundo-tenente, desempenhando cargos directivos no Arsenal, na Cordoaria e no Hospital da Marinha. Viveu em Macau, onde casou com a filha mais velha do político Pedro Nolasco da Silva.³⁶ Foi eleito senador em 1916, fazendo parte das Comissões de Higiene e Assistência, Marinha, Guerra, Finanças, Orçamento e Colónias.

Não é difícil de adivinhar uma intervenção directa do conselheiro Gonçalves Pereira no parecer do Conselho Colonial desfavorável às pretensões de Melo Machado de reforço da posição institucional do governador, como principal responsável pelo governo da colónia, preocupação que teria acolhimento na proposta de lei apresentada ao Congresso pelo futuro Ministro das Colónias, Almeida Ribeiro, em 1914.³⁷

Essa dedicação aos interesses locais seria retribuída com a eleição de Gonçalves Pereira para o Senado, em representação da colónia, em 1915.

O DEBATE DO PROJECTO DE REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DE MACAU NO CONSELHO DE GOVERNO DA PROVÍNCIA

Cumprindo as orientações do ministro das Colónias de elaboração de um projecto de reorganização administrativa de Macau, “projecto que deveria ter a máxima publicidade”, nas palavras do ministro, o governador Álvaro Melo Machado impulsionou um conjunto de reuniões com representantes dos interesses locais e funcionários da administração colonial, reuniões que ocorreram no contexto do Conselho do Governo e que tiveram início a 7 de Junho de 1912.³⁸ Já no seu “Relatório de Governo” de 1911 colocava a tónica no desígnio de iniciar a reforma dos serviços da colónia e a incomodidade perante a situação municipal ao afirmar que embora respeitáveis

“os sagrados princípios da participação das populações na administração dos bens comuns, verdade é que a sua adopção nesta província pelas fórmulas escolhidas é pelo menos um flagrantíssimo ataque a esses mesmos ideais de representação popular e ainda mais uma manifesta desigualdade em prejuízo da parte maior, mais laboriosa, mais útil e mais rica da população da colónia”.

Esta percepção do desajustamento do modelo de representação política de Macau é clara na seguinte passagem:³⁹

“Pois toda essa grande maioria constituída pela população chinesa onde praticamente se encontram todos os capitalistas e todos os industriais, ou melhor os verdadeiros elementos da vida da colónia – porque a população portuguesa é essencialmente pobre e formada quase exclusivamente por funcionários civis e militares – não tem um único representante no município, não dá um único eleitor, pelo simples motivo de que não sabe português, não conhece as nossas leis e não está portanto em condições de se interessar pela composição de uma Câmara Municipal. Resulta pois deste estado de coisas que o Leal Senado de Macau, isto é os interesses de

TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES

66 000 habitantes é administrado pela minoria insignificante representada pela pequeníssima população portuguesa, com exclusão ainda de todos os militares em activo serviço, de todos os funcionários, de todas as mulheres e de todas as crianças”.

Tal facto imporia, na perspectiva do governador, a simplificação da gestão da cidade pois

“numa área tão reduzida como a do concelho de Macau, onde a cada passo se encontra em conflito as atribuições da Câmara e do governo, onde estas duas entidades não podem evidentemente coexistir sem que uma venha a subordinar-se à outra os inconvenientes da manutenção de um município não podem deixar de ostentar-se com uma constante persistência”.⁴⁰

E a concluir afirma:

“a organização que proponho e que há tempo tive ensejo de dar a conhecer nas suas linhas gerais ao governo da Metrópole é sem dúvida preferível à existência de corporações arruinadas, sem crédito, cerceadas nas atribuições e dirigidas em nome dos princípios da representação popular pela minoria inaceitável de elementos que mal contam na vida económica da província”.⁴¹

Na primeira reunião do Conselho do Governo, o governador daria conta das hesitações que teve entre nomear uma comissão alargada para estudar a matéria e elaborar, desde logo, um projecto que servisse de base à discussão no Conselho. Optaria pela segunda hipótese pelas seguintes razões:

“A morosidade do trabalho das grandes comissões e a urgência de apresentar o plano de reorganização antes de o Parlamento votar as leis orgânicas das colónias levam-me a preferir a segunda das formas indicadas. Assim com o auxílio de dois funcionários da província elaborei um projecto de bases para a reorganização administrativa que fiz publicar em *Boletim Oficial*”.

Melo Machado informaria do aviso dirigido aos habitantes da colónia, às corporações oficiais e chefes de repartição para apresentarem, até 5 de Junho de 1912, pareceres e propostas sobre o projecto de reorganização anteriormente publicitado. Na sequência deste convite seriam recebidas várias sugestões, cabendo ao Conselho do Governo “propor a reorganização que mais convenha aos interesses da colónia”. Adiantou que, apesar de ser o autor do projecto, “não tinha intenção

de coagir os membros do Conselho à aprovação desse plano, desejando apenas que os vogais emitissem a sua opinião, lutando pelas posições que achassem mais conformes às necessidades de Macau”.⁴²

Constituíam o Conselho do Governo as seguintes pessoas:

- governador Álvaro de Melo Machado;
- juiz substituto Camilo de Almeida Pessanha;
- capitão-de-fragata Hugo de Lacerda Castelo Branco, inspector de obras públicas;
- tenente-coronel Evaristo Pinheiro de Almeida, chefe dos serviços de saúde;
- tenente-coronel José David Freire Garcia;
- secretário-geral, Manuel Ferreira Rocha;
- delegado do Procurador da República, Álvaro César Correa Mendes;
- governador do bispado, Padre José da Costa Nunes;
- inspector da Fazenda, Ernesto Espregueira Goês Pinto;
- Presidente da Câmara Municipal, José Luís Marques.

Da análise das actas das reuniões percebe-se a existência de três sensibilidades que marcaram a discussão do normativo e, depois da aprovação da versão final do projecto, o debate público que terá tido eco em jornais da comunidade portuguesa, como o *Echo Macaense* e *O Liberal*.⁴³ A primeira sensibilidade favorável à eliminação do Leal Senado é constituída pelo governador, o secretário-geral, os chefes de serviço da administração colonial e o delegado do Procurador da República. A segunda sensibilidade, opositora à extinção do Leal Senado, integra o poeta e juiz-substituto Camilo Pessanha, o presidente da Câmara Municipal José Luís Marques e o militar José David Garcia. A terceira sensibilidade, em geral alinhada com o governador, mas procurando extrair concessões para os interesses que representava (a Igreja), era ocupada pelo bispo Alves Martins.

Sendo significativo o número de maçons neste Conselho,⁴⁴ não parece existir uma posição coordenada deste grupo sobre as questões em debate. O alinhamento parece fazer-se pela proximidade ou apartamento de cada um dos membros do Conselho quanto aos lóbis locais.

A posição de Melo Machado estriba-se em oito argumentos: a) a inadaptação da organização municipal portuguesa à realidade específica de Macau por três

DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS

razões: a pequenez do território, o seu encravamento em território estrangeiro e o distanciamento da metrópole; b) a falta de representatividade do elenco municipal: o facto do número de pessoas elegíveis para cargos municipais rondar os 30 ou 40 numa população de 100 mil habitantes; c) o controle efectivo do município por um pequeno grupo de 20 pessoas, entre os quais dez militares ou funcionários reformados; d) a completa ausência de representação política da população chinesa; e) a inexacta ideia da representação popular (em Macau), base das instituições municipais portuguesas; f) inexistência em Macau de pessoas que se dedicassem aos serviços municipais; g) o alheamento da população portuguesa dos progressos da sua terra; h) a necessidade de maior autonomia administrativa para Macau através de uma única corporação administrativa que tivesse atribuições de administrar e promover o bem-estar e progresso da colónia.⁴⁵

O presidente da Câmara Municipal, José Luís Marques, funda a defesa da manutenção do *statu quo* em seis argumentos: a) a extinção do Leal Senado é um atentado às liberdades públicas e um vexame para a população de Macau “tão digno de se manter em município quanto o povo da metrópole e de outras colónias”; b) a duplicidade de administrações estatal e municipal existe nas capitais de distrito (do continente) e, se o Senado não tem rendimentos para a prestação de serviços a seu cargo, “é porque o Governo não tem concedido os rendimentos que por lei lhe pertence”; c) o reduzido número de elegíveis acontece em Macau e nalguns concelhos de Portugal; d) a incompetência da gestão do município não é seu exclusivo, existindo em serviços do Estado; e) a vantagem da substituição do mecanismo de eleição no município pelo previsto para o novo organismo não colhe porque a percentagem dos eleitos será sempre diminuta e “a província será governada autoritariamente pelo Governador ou por

Palácio das Repartições, com as instalações provisórias do Banco Nacional Ultramarino, ca. 1910. In Rogério Beltrão Coelho e Cecília Jorge, *Álbum Macau: Memória da Cidade*. Macau: Livros do Oriente, 2005.



TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES

uma oligarquia de funcionários públicos”; f) a acusação de sentimentalismo para a continuidade do Senado não vingará, indo a vereação do Senado “perante os altos poderes do Estado e o país inteiro, invocando as suas tradições, a dignidade ofendida, os princípios democráticos que regem a constituição da República Portuguesa”.⁴⁶

Confrontando as duas linhas de argumentação, a perspectiva do governador funda-se numa preocupação de racionalização das despesas de governação da colónia e na ausência de representatividade social da elite instituída em dirigente dos destinos da colónia, enquanto a do presidente da Câmara se baseia nas tradições municipalistas tão caras aos monárquicos e à elite colonial e persiste na defesa dos privilégios da mesma elite. Como tantas vezes aconteceu, antes e depois, na história de Macau, o choque entre “metropolitanos” e “filhos da terra” fazia-se sentir perante a absoluta indiferença das outras comunidades residentes em Macau, mantidas significativamente à margem da vida do enclave.⁴⁷

Outros pontos de vista expressos. Na linha do que dissera o governador, Ernesto Goês Pinto adiantava “não vejo que seja de receber a razão apresentada de que é necessária e indispensável a instituição municipal em Macau com o fundamento que até em África adentro ela existe. O que nós precisamos de vez é de **deixar a vida contemplativa do passado** e pensarmos a sério que se limitando como se limita de facto a administração do governo de Macau a uma cidade, o facto de haver administração municipal duplica os serviços, é uma fonte constante de atritos e dá o resultado prático da absorção do mais fraco pelo mais forte (o Estado)”. (negritos nossos)

Camilo Pessanha explicitava a sua posição de manutenção da separação entre município em serviços de Estado:

“desejo a conservação do Leal Senado por motivos de ordem histórica e pelos princípios democráticos que justificam a manutenção daquela corporação municipal”.

E, sobre a questão da representação, dizia “reconheço o facto realmente grave de que em Macau não há elegíveis em número bastante para constituir uma vereação que possa na verdade interessar-se pelos assuntos municipais”. Proporia, em alternativa à pura extinção do município, a constituição do Leal Senado

“em parte por eleição directa como a actual Câmara e em parte por nomeação do governador da província, à semelhança das comissões municipais”.⁴⁸

Manuel Ferreira da Rocha questionava, por sua vez,

“que princípios democráticos são postergados pela manutenção da actual situação e não pela sua extinção. Que democracia é esta que pretende manter como representantes de uma população de 100 000 indivíduos, meia dúzia de pessoas sempre recrutadas do reduzido número de 30 ou 40 elegíveis? A parte mais importante da população de Macau, 97% do seu número total, é a comunidade chinesa. É a parte importante da população que tem na sua mão o comércio, a indústria, a propriedade, as forças vivas da província. É precisamente esta comunidade que não tem um representante seu na administração pública. Que democracia é essa se os seus princípios exigem semelhante anomalia?”

O bispo de Macau atinha-se a argumentos utilitários

“se o critério para a conservação do Leal Senado fosse o critério histórico e do sentimentalismo o município de Macau devia continuar a sua existência ainda que em face das tradições históricas as glórias do Leal Senado são do tempo em que ele administrava toda a colónia e não da época a que foi reduzido a uma simples corporação municipal”.

E continuava

“entendo que o critério que nos deve dirigir não deve ser baseado somente em razões históricas e sentimentais. Estamos numa época de utilitarismo e vida prática. O Leal Senado é actualmente de conveniência e utilidade para a colónia? [...]. Pela discussão que ontem e hoje aqui se travou, pelos factos e argumentos de peso que aqui se apresentaram contra a não existência do Leal Senado eu convenci-me que a Câmara Municipal de Macau não tinha razão de ser [...] Voto pela supressão da Câmara Municipal de Macau e pela criação de um corpo legislativo constituído por metade dos membros electivo, a outra metade por membros natos. Os membros electivos seriam tirados na proporção que se fixasse da comunidade macaense e chinesa”.

DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS

A concluir o primeiro debate geral o secretário-geral proporia à votação do Conselho uma resolução com o seguinte texto:⁴⁹

“O Conselho do Governo aprova como princípio fundamental da organização administrativa da província de Macau que nesta província haja uma única administração abrangendo as actuais administrações provincial e municipal e em conformidade com este princípio resolve propor a supressão do actual conselho de governo e dos actuais municípios e a substituição destas corporações por uma única assembleia provincial com funções legislativas de administração”.

Posta à votação, a resolução seria aprovada por maioria, votando a favor Hugo de Lacerda Castelo Branco, Manuel Ferreira da Rocha, o bispo José da Costa Nunes, Álvaro Correa Mendes e Ernesto Goês Pinto. Votariam contra Camilo Pessanha, Evaristo Pinheiro de Almeida, José David Garcia e José Luís Marques. Ao que se percebe o governador não terá exercido o direito de voto.

No dia 12 de Junho de 1912 seriam reatados os trabalhos do Conselho, suscitando o governador a questão prévia de, face ao princípio aprovado quanto à nova reorganização administrativa e de junção num único conselho das funções legislativas e administrativas, qual ser a melhor forma de continuar os trabalhos. Vingaria o entendimento de discutir o projecto, capítulo a capítulo, artigo a artigo, sendo apresentadas as emendas pelos conselheiros.

Na impossibilidade de analisarmos, ponto por ponto, as discussões na especialidade do projecto de reorganização administrativa, são as que constam do quadro *infra* as temáticas que envolveram tomadas de posição mais explícitas (e oponíveis) dos conselheiros.⁵⁰ Por limitações de espaço resumiremos o comentário às questões com relevância política.

A primeira questão com relevância política de fundo tem a ver com a entrada de cidadãos de etnia chinesa na entidade resultante da reorganização municipal que adoptaria o nome de “Leal Senado”. Teria a natureza de assembleia provincial com funções legislativas e de administração, bem como órgão de consulta do governo. Pronunciou-se sobre o assunto Camilo Pessanha, afirmando não ver necessidade que os vogais do Leal Senado, membros da comunidade chinesa, tivessem a qualidade de cidadãos portugueses por nascimento ou naturalização. Essa posição

fundava-se na percepção de ser difícil saber-se os chineses nascidos em Macau, dado ser pequeno o número de naturalizados e não ser de tomar como certas as declarações que apresentavam, pelo que se deveria “aceitar no Senado quaisquer chineses tenham ou não a qualidade de cidadãos portugueses”. Manuel Ferreira da Rocha pronunciou-se no sentido oposto. Sendo o “novo” Leal Senado um órgão político da administração com funções legislativas e de administração

“não é possível admitir que dele façam parte estrangeiros não naturalizados, por um princípio de soberania nacional que é puramente instintivo: para administrar e legislar para um território português é necessário antes de tudo ser português”.

Se não se admitem estrangeiros, opinou Ferreira da Rocha, “com mais razão ainda devemos proibir a admissão de chineses que não provem a qualidade de cidadão português; doutra forma seria estabelecida uma excepção, entre todos os estrangeiros, para os súbditos da China, excepção de efeitos desastrosos, atenta a situação especial da colónia”. O secretário-geral do Governo reafirmaria a necessidade de ser-se cidadão português para poder ser membro do Leal Senado. A proposta seria aprovada com voto contra de Camilo Pessanha.

Quanto à forma de eleição desses representantes da comunidade chinesa vingaria a posição que a eleição se faria no Leal Senado de entre os chineses que tivessem nacionalidade portuguesa e residissem habitualmente na colónia. O secretário-geral adiantou, a esse propósito, um argumento decisivo: seria perigosa a eleição de cidadãos chineses sem restrições e impraticável a solução alvitada da eleição imediata dos 40 maiores contribuintes da contribuição predial por serem insignificantes as contribuições liquidadas. Os termos empregues não iludiam a questão de fundo “não é politicamente recomendável que vá tomar parte no Leal Senado qualquer chinês, nosso inimigo, que se lembre de obter a justificação de naturalidade e os votos dos contribuintes miseráveis”.⁵¹

Uma outra questão que suscitou grande discussão nos membros do Conselho de Governo foi a representação dos interesses de Portugal na China. Expressaram-se duas posições: os que pela importância achavam que deveria ser o governador de Macau o representante dos interesses portugueses face à China;

TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES

QUADRO RESUMO DAS QUESTÕES ENVOLVIDAS NO PROJECTO DE REORGANIZAÇÃO

N.º	Questão	Votos contra
1	Substituição do Conselho do Governo e do Leal Senado por uma única entidade	David Freire Gracia José Luís Marques
2	Uma única administração abrangendo a provincial e municipal e substituindo as existentes por uma Assembleia Provincial com funções administrativas e legislativas	Camilo Pessanha Evaristo Pinheiro Almeida José David Garcia José Luís Marques
3	Número de vogais eleitos igual ao número de vogais natos ⁵² excluindo o Governador	Camilo Pessanha
4	Maior número de vogais da comunidade portuguesa	Camilo Pessanha Álvaro Correa Mendes
5	Integração apenas dos chineses com cidadania portuguesa por nascimento ou naturalização na futura instituição	Camilo Pessanha
6	Eleição dos representantes da comunidade chinesa feita pelo Leal Senado	Camilo Pessanha Evaristo Pinheiro Almeida David Freire Garcia
7	Constituição da nova entidade: vogais natos, nove eleitos, sendo quatro pela comunidade chinesa, e cinco pela comunidade não-chinesa. Os membros representativos da comunidade chinesa seriam eleitos pelo Leal Senado de entre indivíduos da comunidade cidadãos portugueses por nascimento, naturalização ou habitualmente residentes na colónia	-----
8	Não criação de um Conselho Executivo	Camilo Pessanha Hugo Castelo Branco Manuel Ferreira Rocha

os que, tendo em conta o ambiente de instabilidade vivido na China pouco tempo depois da revolução republicana conduzida por Sun Yat Sen 孙逸仙 e o seu Partido Nacionalista e a proximidade de monitoração das grandes potências, consideravam indispensável que fosse um ministro plenipotenciário oriundo da carreira diplomática e do Ministério dos Estrangeiros. Camilo Pessanha punha bem a questão quando afirmava:⁵³

“Os longos anos que tenho de permanência nesta colónia firmaram em mim a convicção que Portugal deve ter sempre um ministro em Pequim que acompanhe a acção dos outros ministros

européus, que siga de perto a política chinesa e que possa, rapidamente, resolver um problema urgente. Evidenciou-se bem essa necessidade por ocasião da revolta dos Boxers. A missão que ao Ministro cabe desempenhar não pode ser cumprida pelo governador de Macau que vive muito longe do campo em que tais funções devem ser exercidas”.

Opinião contrária seria defendida pelo governador Álvaro de Melo Machado que tinha a seu lado o próprio presidente da Câmara Municipal.⁵⁴ A tese baseava-se na proximidade do governador aos problemas da China e

DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS

na a centralidade das questões de Macau no plano das relações bilaterais:⁵⁵

“Questões de Macau que se procuram resolver por intermédio da nossa legação eternizam-se e são dificilmente tratados porque os próprios representantes de Portugal não conhecem a colónia, não sabem das suas necessidades, não sabem quanto ela pode ceder e em quanto não pode transigir”.

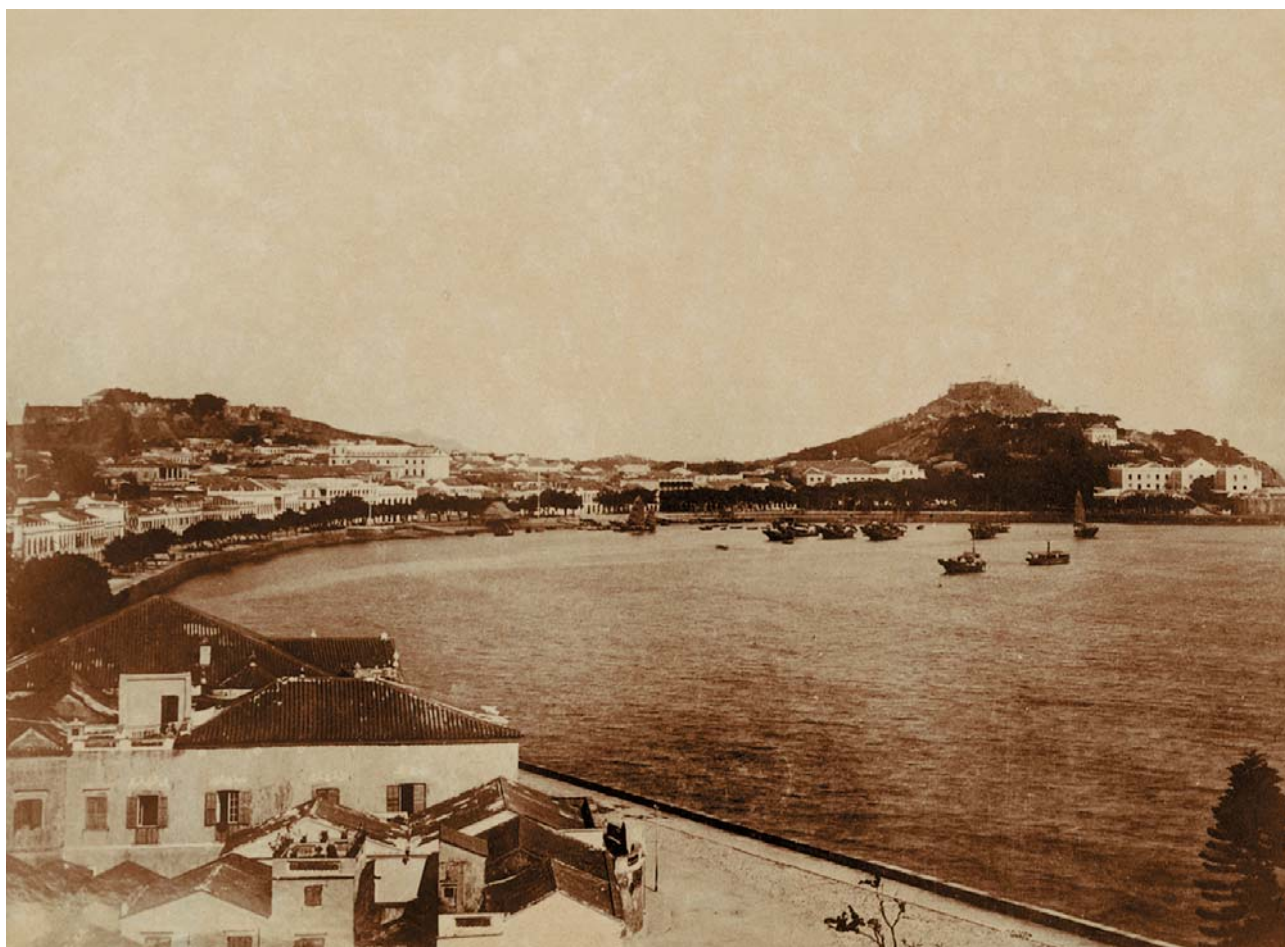
A experiência truculenta do relacionamento com Cantão ajudava à defesa da unicidade na representação diplomática portuguesa.⁵⁶

“Nas próprias relações do governador de Macau com o vice-rei de Cantão, o ministro de Portugal na China tem chegado a intervir, não permitindo ao cônsul a transmissão dos ofícios do Governador até mesmo modificando estes. É fácil prever as dificuldades que resultam desta situação

em que pode mesmo suceder que o Governador proceda por ordem do ministro das Colónias e a sua acção seja contrariada pelo representante de Portugal na China”.

Por sua vez o secretário-geral afastaria a possibilidade de ser o governador o representante dos interesses de Portugal para toda a China por razões práticas, já que não seria possível que os secretários e cônsules de carreira do Ministério dos Estrangeiros ficassem subordinados ao governador de Macau “que necessariamente das funções diplomáticas e consulares há-de saber menos que eles”. E lembrava que os serviços diplomáticos estavam dependentes do Ministério dos Estrangeiros e não do Ministério das Colónias e que centrar num único funcionário funções tão diversas seria “criar uma confusão de serviços que fatalmente vai prejudicar a orientação da política externa que o Ministério dos Estrangeiros pretende fixar”.⁵⁷ A

Vista da Praia Grande, ca. 1905. In Rogério Beltrão Coelho, *Álbum Macau 1844-1974*, 2.^a ed. Macau: Fundação Oriente, 1990.



TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES

proposta seria rejeitada por maioria com votos a favor do presidente da Câmara, o chefe dos Serviços de Saúde e o delegado da comarca, sendo estabelecida uma redacção compromissória com uma dupla representação.⁵⁸

Uma outra questão que suscitaria algum debate teve a ver com a administração de instituições de instrução e beneficência sob tutela da Igreja.⁵⁹ O bispo Alves Martins manifestar-se-ia contra a intervenção do poder civil nesta matéria, considerando essa questão da esfera de competência da Igreja “a forma como são administrados os bens desses estabelecimentos, o emprego dado às esmolas e doações que lhes foram feitas não pertence ao Estado”.⁶⁰ No que respeita aos estabelecimentos de ensino seria ainda mais claro “só admito a ingerência do poder civil (*sic*) quando se trate de higiene, como nas casas de beneficência e quando nesses estabelecimentos se observem os programas oficiais. Nesse caso a ingerência do governo deve limitar-se à fiscalização do ensino, isto é, ao modo como são cumpridos esses programas”. Manuel Ferreira da Rocha manifestar-se-ia contra a posição do bispo, afirmando que o governador da colónia deveria fiscalizar a administração de tais instituições, sejam religiosas ou não, pretendendo-se fiscalizar o emprego das quantias que foram dadas para fins de caridade, sendo indiferente que “a instituição que as emprega pratique o culto de alguma religião ou não siga religião alguma”. No fundo, o secretário-geral colocava o problema da articulação entre a legislação (e as práticas) de Macau e a Lei de Separação da Igreja ainda não em vigor na colónia. Proporia uma redacção alternativa prevendo a intervenção do governador na fiscalização daquelas entidades com o voto do Conselho da Província. Votaria contra o bispo Alves Martins.⁶¹

O problema da articulação entre as autoridades civis e religiosas colocar-se-ia ainda a propósito do pagamento de vencimentos aos sacerdotes a qual estava dependente da entrada em vigor da Lei de Separação entre o Estado e a Igreja. Manuel Ferreira da Rocha proporia, como medida provisória, que até que esta lei entrasse em vigor o orçamento da colónia previsse uma verba necessária ao pagamento dos vencimentos dos sacerdotes cujos ordenados fossem pagos pelo cofre da província. O bispo Alves Martins interviria, concordando com a proposta do secretário-geral, lembrando a situação (e importância) da manutenção do Padroado do Oriente “que tanto contribui para o

prestígio e influência de Portugal no Oriente e que ainda hoje representa um dos mais poderosos elementos de nacionalização que possuímos”.⁶² A relevância desta instituição seria enfaticamente sublinhada:

“Ferir o Padroado é ferir a Nação nas suas tradições gloriosas, no seu prestígio, na sua influência e no papel civilizador que tem a desempenhar entre os povos orientais. E essas coisas não as pode desprezar um país que tenha consciência da sua missão histórica. [...] Há muitas nações que desejam gozar do enorme prestígio do Padroado e se um dia ele morrer para nós, irá ressuscitar nas mãos de outros e transformar-se numa arma de influência, de influência para eles mas de perda para nós.”

Concluído o debate na especialidade, seria nomeada pelo governador uma comissão de redacção final do projecto constituída pelos vogais chefe dos Serviços de Saúde, o secretário-geral, o delegado da comarca, o inspector da Fazenda e o presidente da Câmara Municipal. Tal projecto definitivo teria publicação em *Boletim Oficial*, conjuntamente com as actas das sessões realizadas e as comunicações recebidas dos habitantes de Macau.⁶³ O projecto de bases organizava-se em 14 capítulos de 282 artigos. Destaca-se de forma breve a descrição da província de Macau compreendendo “todo o território português da China” dividida em duas circunscrições, uma relativa à parte continental e outra à parte insular da colónia.⁶⁴ A província seria administrada “por um magistrado com a denominação de governador, nomeado nos termos da Constituição portuguesa, com as atribuições fixadas por este decreto e por outras leis vigentes”. Na província funcionariam “uma assembleia provincial com funções legislativas e de administração intitulada Leal Senado de Macau”. A tal entidade competiria as funções de corporação consultiva do governador e as funções correspondentes às corporações municipais portuguesas. Junto a esta funcionaria um tribunal administrativo e de contas, intitulado “Conselho de Província”.⁶⁵ Essa assembleia municipal seria presidida pelo governador de Macau sendo composta por nove vogais natos (o secretário da colónia, inspector das circunscrições, comandante das forças militares, conservador dos registos, delegado do Procurador da República, chefe dos Serviços de Saúde, director das Finanças, director das Obras Públicas e capitão dos portos) e por nove vogais eleitos.⁶⁶ Dos vogais

DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS

eleitos, quatro pertenceriam à comunidade chinesa e cinco à comunidade não chinesa. A eleição dos quatro representantes da comunidade chinesa seria feita por votação do Senado entre indivíduos pertencentes a essa comunidade “que sejam cidadãos portugueses por nascimento ou naturalização e residam habitualmente na colónia”. A eleição dos cinco pertencentes à comunidade não chinesa seria feita por sufrágio directo em termos idênticos aos realizados nos municípios da Metrópole.

Com a publicação deste projecto de reorganização administrativa Álvaro de Melo Machado entabulava uma das mais importantes reformas legislativas da história de Macau, revelando um estatuto e uma visão estratégica muito para além do seu tempo. Aliás, questões como a convivência entre o titular do poder executivo e o poder legislativo, as prerrogativas dos “filhos da terra” face à maioritária população chinesa, a aplicação da soberania portuguesa à colónia permaneceriam, nos 87 anos seguintes, como problemas irresolúveis do seu estatuto jurídico-político. De certa forma, o Estatuto Orgânico de 1976 seria uma projecção de preocupações já sentidas por Melo Machado e o seu carácter inovador relativiza-se aos olhos modernos perante este projecto de reorganização de Macau de um governador de transição entre a monarquia e a República.

COMENTÁRIOS DA COMUNIDADE PORTUGUESA

Nos meses que se seguiram à publicação do projecto de reorganização de Macau oriundo do Conselho do Governo foram chegando ao palácio do Governo algumas opiniões (14) providas da comunidade portuguesa residente na colónia, entre elas a reafirmação de posições de membros do Conselho que haviam votado vencidos. A mais significativa é a que é subscrita pelo presidente do Leal Senado, José Luís Marques, a qual inclui um projecto alternativo de remodelação da instituição aprovado em sessão do Senado, a 28 de Maio de 1912, por José Luís Marques e pelos vereadores Constâncio José da Silva, Francisco Hermenegildo Fernandes, Elísio Tavares, António Alexandrino Gonzaga de Melo. Trata-se de um acto de desafio claro à autoridade do governador e uma base para as movimentações que este grupo irá desenvolver junto dos poderes políticos em Lisboa. É um facto assaz curioso que os quatro vereadores do Leal Senado

sejam ao mesmo tempo membros da Loja Camões n.º 309, fundada em Macau em 1909 na dependência do Grande Oriente Lusitano, a qual “abateria colunas” em 1914.⁶⁷

No parecer, o autarca acusa o governador de, com a referida reorganização, querer “destruir o regime municipal na colónia [...] tendo a certeza de desde há algum tempo se projecta tal extinção”, e afirma que

“a proposta de tal extinção nunca seria aprovada pelo Parlamento da República Portuguesa porque isso representaria uma odiosa excepção para o povo desta colónia, perfeitamente assimilado ao povo da metrópole, com os mesmos direitos, com as mesmas aspirações”.⁶⁸

Na mesma linha de argumentação o autarca protesta ter a certeza

“de que o município de Macau não será extinto porque a sua extinção traduziria a mais completa negação dos princípios democráticos em que assenta o actual regime e representaria uma repulsão da própria constituição política da República Portuguesa”.

Em alternativa, a Câmara Municipal contrapõe um normativo simplificado composto por 30 artigos, reforçando poderes, competências, integrando serviços dependentes do governo e criando mecanismos de financiamento quer sobre o orçamento da colónia quer directamente na metrópole.

Um outro contributo interessante é do bispo Alves Martins, que analisa em detalhe as consequências políticas da entrada em vigor da Lei de Separação do Estado das Igrejas em termos da manutenção (ou não) do Padroado do Oriente.⁶⁹ O bispo considera que a ser rompida a Concordata existente com a Santa Sé assiste a esta o direito de reaver o Padroado e entregá-lo a quem o entender, pelo que os bens das missões portuguesas na China “irão parar às mãos dos futuros missionários encarregados pela Santa Sé das missões actualmente denominadas portuguesas”. O bispo entende que o

“governo português tem um dilema, ou entra em negociações com a Santa Sé para estabelecer as bases das relações futuras entre a Igreja e o Estado, nas colónias portuguesas, e assim terá assegurado os direitos do Padroado, ou rasgando a concordata de 1886 sem a substituir por outro diploma sujeita-se a perder todos os privilégios que ela lhe concedia”.

TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES

O bispo Alves Martins extrai desta questão a falta de legitimidade do governo da Província de aprovar os regulamentos de tutela sobre as confrarias e outras instituições de beneficência, “regulando e fiscalizando a sua administração, obrigando-as ao cumprimento das leis e regulamentos em vigor podendo dissolver as suas mesas e nomear comissões administrativas até nova eleição”. O prelado considera que não se percebe que o Conselho de Província goze de privilégios sobre as irmandades, confrarias e instituições congêneres, que possa julgar as suas contas de exercício, revelando o projecto de diploma “tendências absorventes”. A concluir, o bispo Alves Martins afirma “Separe-se a Igreja do Estado, mas *Caesaria, Caesari, Dei, Deo*. Fique o Estado com o que lhe pertence mas dê à Igreja o que é da Igreja e coloque-as ao abrigo da lei comum”.

Um comentário exemplificativo das reacções dos interesses locais é do de Constâncio José da Silva, vice-presidente da Câmara Municipal e proprietário do jornal

A Verdade. O tom que usa é confrontacional, retórico, directo. José da Silva começa por dizer que a projectada reorganização do Senado é “uma desorganização, sendo mesmo inconcebível a possibilidade de ser aprovada pelo governo da República”.⁷⁰ Afirma, por outro lado, que o projecto traduz “a mais completa negação dos princípios democráticos-liberais em que assenta o actual regime do país” estando “em guerra aberta com a própria Constituição da República Portuguesa”. Nessa linha cataloga a supressão do Leal Senado como

“uma afronta às franquias e liberdades municipais [...] uma corporação cujas honrosas tradições constituem uma das páginas mais fulgurantes da história da colónia, em suma desta última parcela que ao povo desta cidade se tem ainda conservado das suas garantias políticas e que – estranho contraste – nem mesmo a finada monarquia tentou jamais esbulhá-lo”.

José da Silva tenta desmontar o que no seu entender é a tentativa de “fazer passar por câmara

Palácio do Governo, ca. 1905. In Rogério Beltrão Coelho, *Álbum Macau 1844-1974*, 2.^a ed. Macau: Fundação Oriente, 1990.



DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS

municipal algo que não o é”, mas apenas a tentativa de manter o Conselho do Governo “modificado, ampliado e disfarçado sob o título de ‘Leal Senado’ e com a designação de ‘corporação municipal’”. Isso reflectir-se-ia no facto da nova entidade ser presidida pelo próprio governador e integrado pela burocracia administrativa. José da Silva acusa Melo Machado “de implantar um regime essencialmente centralizador”, atribuindo-se o “direito suspensivo, o direito de veto sobre todas as deliberações da corporação a que se dá o título de ‘Leal Senado, os quais se hão-de amoldar fatalmente à vontade e aos caprichos dele”. O político/jornalista considera que o projecto contraria frontalmente o artigo 67.º da Constituição da República que prevê um regime de descentralização para as colónias, e tem como propósito último implantar não a autonomia mas “a autocracia que as instituições vigentes repelem e contra a qual se insurgem, ofendidos e justamente indignados todos quantos professam as ideias e os princípios democráticos e liberais”.⁷¹ Outro menos abrasivo mas na mesma direcção é do chefe dos Serviços de Saúde, tenente-coronel médico Evaristo Pinheiro de Almeida, que assevera que a orientação do projecto legislativo é de “absorver e concentrar no chefe da colónia todos os serviços e todas as atribuições das diversas repartições da cidade” e tendo a corporação municipal regras próprias a sua existência “seria uma excrescência, uma anomalia que viria a prejudicar o efeito do conjunto”.⁷²

Na mesma linha, o capitão dos portos de Macau Hugo Lacerda assinalava que a procura de autonomia administrativa coexiste com

“uma ‘amalgamação’ do conselho do governo com a câmara municipal sob o rótulo de Leal Senado, o que por assim dizer vem completar o plano que não se poderá chamar de descentralização mas antes de autonomia, **em que o espírito autocrata por natureza da raça latina** se manifesta através da malha de um bem urdido articulado, embora com louváveis ímpetus de bem servir o país e a colónia”.⁷³

Francisco Hermenegildo acrescentava

“afigura-se-me em relação aos poderes conferidos ao Governador da província que a descentralização que se pretende não se consegue pelo dito projecto, obtendo-se apenas a deslocação da **centralização do Governo da Metrópole para o da província**, o que em certos casos pode trazer ainda mais inconvenientes, como é intuitivo”.

E replicava “é uma necessidade que exista em Macau a corporação municipal, devendo por isso tratar-se da sua remodelação e não da sua extinção que será uma afronta aos brios deste povo e às tradições gloriosas da sua corporação municipal”.⁷⁴

Também José David Garcia se afirmava

“incompetente para apreciar o referido projecto, contudo a uma das suas disposições me vou referir – a extinção do município – não por sobre tal disposição possua especiais conhecimentos, mas por **um natural sentimento de filho desta terra** que não desejo ver menosprezada nem excluída do regime municipalista”.⁷⁵ (negritos nossos)

Revelando a envolvente política que o caso tomava, o senador António Gonçalves Pereira dava conhecimento em nota para o secretário-geral de um protesto dirigido por vários munícipes da cidade de Macau ao Presidente da República por seu intermédio e do ofício de resposta dirigido ao primeiro subscritor Pedro Nolasco da Silva.⁷⁶ Na informação, Gonçalves Pereira dava conta que o primeiro magistrado da República o havia recebido em audiência ouvindo “com atenção e interesse a leitura da representação, que por vezes apoiou, assim como ficou ciente das causas que perturbaram a marcha regular dos serviços do Leal Senado de Macau, por causa da crise que tem assoberbado o país”. Nas palavras de António Gonçalves Pereira, o Presidente da República

“louvou a resolução sensata do Conselho Colonial quando discutiu o projecto de extinção do Leal Senado e pediu-me que comunicasse a V. Exa., a fim de disso dar conhecimento ao Exmo. Presidente do Leal Senado, que se a Constituição lhe tirou a faculdade de intervir directamente na questão, ele apresentará em Conselho de Ministros a aludida representação”.

Ali recomendaria que “só depois de apreciadas devidamente as actas das sessões em que esse assunto for aí debatido é que se deveria tomar uma resolução definitiva que nunca seria de certo a da extinção de uma tão antiga e veneranda instituição”.

O principal lóbi local mexia-se junto dos políticos republicanos em Lisboa, criando o atrito necessário ao bloqueamento da iniciativa do governador Melo Machado, forçando, ao que tudo indica, a sua saída do cargo do governador e a substituição pelo tenente-coronel Sanches de Miranda, que se manterá até à vinda do prestigiado Carlos da Maia.

TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES

CONCLUSÃO

Não parece haver nos registos do Senado, uma das Câmaras da Assembleia da República de então, vestígios de que este debate macaense tenha transpirado do palácio da Praia Grande para o auditório do parlamento português. Nem existe traço que a iniciativa temerária de Melo Machado tenha incendiado os ânimos dos parlamentares portugueses em socorro das liberdades municipais “ameaçadas”. Macau era uma pequena colónia ao pé dos grandes centros do domínio colonial português de então: Angola, Moçambique e Goa. Apenas na sessão n.º 111 do Senado, que tem lugar em 14 de Junho de 1912, aparece uma muito ténue referência a Macau a propósito da nomeação de representantes diplomáticos para as colónias.⁷⁷ A discussão envolve os senadores Bernardino Machado, Bernardino Roque, Peres Rodrigues e Arantes Pedrosa. Na mesa encontrava-se uma proposta do senador Peres Rodrigues de nomeação de um ministro de segunda classe para o Oriente. Bernardo Roque opinava não concordar com a nomeação de um diplomata desse nível bastando um de primeira classe, baseando-se no argumento que o número de portugueses existente no Japão era diminuto (cerca de 96), sendo nas suas palavras “quasi todos macaístas, o que não quer dizer que não mereçam da mesma forma como portugueses a mesma protecção da Pátria”. Na troca de palavras que

tem com Bernardino Machado fica-se a perceber que a representação diplomática incluía a China e o Japão e que o nível de representação era mais do que suficiente. Segundo Bernardino Roque

“no tempo em que os nossos negócios na China eram mais importantes e a nossa representação maior que é hoje representava-nos ali o governador de Macau e nunca houve queixas contra essa representação”.

Isso explicaria não ter havido necessidade de mandar um ministro exclusivamente para cada um desses países “já que não querem que a representação no Oriente seja feita pelo Governador de Macau a representação seja feita por um cônsul de primeira classe e não por um ministro de segunda porque as despesas diminuam consideravelmente”.

A iniciativa de Melo Machado de reorganização do sistema político da colónia morria, assim, no novelo da política republicana num tempo de crise económica e de sucessão de governos provisórios em Lisboa e de atraso endémico da colónia de Macau, dividida entre uma elite colonial que controlava os cordéis da política local e uma significativa e rica comunidade chinesa colocada à margem das decisões da província. O carácter visionário da reforma falhada de Melo Machado perdura, no entanto, até aos dias de hoje, influenciando visões quanto à governação de Macau tanto na Primeira República como já durante o Estado Novo. **RC**

NOTAS

- 1 Não é propósito deste artigo caracterizar o grupo etnocultural habitualmente designado por “macaenses”, “macaístas”, ou “filhos da terra”. Para uns, é todo aquele que nasceu em Macau independentemente da sua origem étnica, para outros trata-se de “mixed-blooded”, isto é, cidadãos portugueses provenientes de ligações inter-rácicas de portugueses com malaia, goesas, e chinesas. Inês Costa Pessoa dá um bom contributo para o tema em “A comunidade portuguesa em Macau nos anos 80 e 90”, in *Janus Online*, 2001, in http://www.janusonline.pt/portugal_mundo/port_2001_3_2_12_f.html.
- 2 Para uma análise consistente da dimensão identitária do “macaense” ver Raymond A. Zepp, “Interface of Chinese and Portuguese Cultures”, in Rolf Dieter Cremer (ed.) *Macau City of Commerce and Culture. Continuity and Change*, 2.ª ed. Hong Kong: API Press, 1991, pp. 153-164; Ana Maria Amaro, *Das Cabanas de Palha às Torres de Betão. Assim Nasceu Macau*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas/Livros do Oriente, 1998; João de Pina-Cabral, *Between China and Europe: Person, Culture and Emotion in Macao*. Londres, Nova Iorque: Continuum, 1992.
- 3 Parece de se aceitar a estimativa de Ana Maria Amaro que avalia os portugueses em 500 em 1563/1564, 473 em 1625 e 737 em 1878 e começos do século xx. Ana Maria Amaro, *Filhos da Terra*. Macau: Instituto Cultural, 1998. Raymond Zepp, por seu lado, avalia a composição da população da seguinte forma: 18 000 chineses *versus* 4500 portugueses em 1825, 30 000 chineses em 1834, 55 400 chineses *versus* 4431 portugueses no censo de 1878, 145 000 chineses em 1920 e 200 000 chineses em 1926. Cf. Raymond A. Zepp, “Interface of Chinese and Portuguese Cultures”, p. 154.
- 4 Assim se infere do artigo 2.º. Ver sobre o Tratado, seus antecedentes e negociação, Lourenço Maria Conceição, *Macau entre Dois Tratados com a China*. Macau: Instituto Cultural, 1988 e Francisco Gonçalves Pereira, *Portugal, a China e a “Questão de Macau”*. Macau: Instituto Português do Oriente, 1995, pp. 39-44 e 149.
- 5 Jonathan Porter, “The Past is Present. The Construction of Macau’s Historical Legacy”, in *History and Memory*, vol. 21, n.º 1, Primavera-Verão 2009, p. 77.
- 6 Arnaldo Gonçalves, “Macau, Timor and Portuguese India in the context of Portugal’s recent Decolonization”, in Stewart Lloyd-Jones e

DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS

- António Costa Pinto (eds.), *The Last Empire. Thirty Years of Portuguese Decolonization*. Bristol e Portland: Intellect Books, 2003, pp. 53-67.
- Norman MacQueen ("Macao: End of a Special Case", in *The World Today*, vol. 41, n.º 8-9, Agosto-Setembro 1985, p. 167) chama-lhe "um imperialismo pragmático"
- 7 *Boletim Oficial de Macau*, Suplemento Extra n.º 3, 13 de Julho de 1912. Macau: Imprensa Oficial.
 - 8 Presidente e vereadores do Leal Senado. Constâncio José da Silva e Francisco Hermenegildo Fernandes eram também membros da Loja Luís de Camões n.º 309, subordinada ao Grande Oriente Lusitano. Constâncio José da Silva era ainda director do jornal *A Verdade*, porta-voz dos republicanos em Macau. Vide Arnaldo Gonçalves, "A Primeira República, Macau e os Maçons", *Revista de Cultura/Review of Culture*, n.º 36, Outubro 2010, pp. 55-64.
 - 9 Diz o governador, em 2011, no seu "Relatório de Governo", "o desassossego em Cantão atirou para Hong Kong e Macau milhares de indivíduos. Enquanto em Hong Kong esses indivíduos procuram aplicar os seus capitais comprando prédios por preços fabulosos, estabelecendo casas comerciais e industriais, em Macau os capitais retraem-se desesperadamente sendo portanto os resultados obtidos pela Província embora lisonjeiros pelo acréscimo do movimento comercial consequência desse aumento de população extraordinariamente desproporcionados em comparação com os benefícios que Hong Kong tem experimentado. [...] Macau vegeta ainda, a braços com a intriga, sentindo o capital acudir-lhe com todo o excesso da população que adquiriu mas incapaz para o fazer sair do terrível retraimento". Cf. Álvaro Melo Machado, "Relatório de Governo", Arquivo Histórico de Macau [AHM], ref. AH0000838.
 - 10 Álvaro Melo Machado, "Relatório de Governo", pp. 16, 18 e 85.
 - 11 Cf. *Diário do Governo* n.º 143, 15 de Agosto de 1914, republicado em Macau no *Boletim Oficial*, Suplemento ao n.º 47, 26 de Novembro de 1914.
 - 12 Célia Reis, "Discussões em torno da administração de Macau de 1914 à centralização dos anos 30", *Oriente*, n.º 14, Abril de 2006, pp. 105-124.
 - 13 João Guedes, "Há Cem anos: A última campanha naval ultramarina da monarquia portuguesa", *Tempos do Oriente*, 18.6.2010, <http://temposdoriente.wordpress.com>; Manuel Teixeira, verbete "Rua de Álvaro de Melo Machado", in idem, *Toponímia de Macau*, vol. 2. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1997, pp. 119-120.
 - 14 João Guedes, "A Maçonaria no 5 de Outubro em Macau", *Tempos do Oriente*, 5.10.2010, in <http://temposdoriente.wordpress.com>.
 - 15 A qual cabia ao Senado, uma espécie de conselhos dos homens-bons tradicional na organização municipalista portuguesa.
 - 16 Almerindo Lessa, *A História e os Homens da Primeira República Democrática do Oriente. Biologia e Sociologia de uma Ilha Cívica*. Macau: Imprensa Oficial, 1974.
 - 17 José Hermano Saraiva, *História de Portugal*. Mem-Martins: Publicações Europa-América, 1993, pp. 499-500.
 - 18 Afonso Costa foi a mais importante figura política da 1.ª República. Nasceu em Seia em 6 de Março de 1871, formando-se em direito na Universidade de Coimbra (1894) e doutorando-se no ano imediato. Foi sucessivamente docente da Faculdade de Direito da mesma Universidade, da Escola Politécnica de Lisboa, da Faculdade de Direito de Lisboa. Foi advogado, fazendo parte dos conspiradores de Coimbra aquando da revolta de 31 de Janeiro de 1891. Foi eleito deputado pelo Porto (1899; 1900), sendo candidato republicano às eleições legislativas de 1900, 1901, 1904 e 1906. Foi um dos maiores oradores do seu tempo e fez parte dos quadros do Partido Republicano Português. Participou em várias conspirações a última das quais levaram à revolução de 4-5 de Outubro de 1910. Foi ministro de Justiça do Governo Provisório (1910-1911), chefiando a ala de esquerda do Partido Republicano que daria lugar ao Partido Democrático. Foi chefe de vários governos depois de 1915, passando à oposição em 1927. Foi membro da Maçonaria Portuguesa desde 1905 chegando ao grau 33. Morreu em Paris em 11 de Maio de 1937. A. H. Oliveira Marques, Paulo Guinote, Pedro Teixeira Mesquita, João José Alves Dias, *Parlamentares e Ministros da 1.ª República (1910-1926)*. Lisboa: Edições Afrontamento, 2000, pp. 175-176.
 - 19 Hermano Saraiva, *História de Portugal*, p. 500. No mesmo sentido, Rui Ramos (coord.), Bernardo Vasconcelos e Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro, *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2.ª ed., 2010, pp. 591-592.
 - 20 Fernando Rosas, Maria Fernanda Rollo, *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Tinta da China, 2009; Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto (coords.). *A Primeira República Portuguesa entre o Liberalismo e o Autoritarismo*. Lisboa: Edições Colibri, 2000.
 - 21 António Oliveira Marques, *A Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 3.ª ed., 1980, pp. 96-99.
 - 22 *Ibidem*.
 - 23 A designação de colónia aparece nos séculos XVII e XVIII e o termo "província" entra no léxico por via legislativa nos fins do século XIX, falando a Constituição de 1822 em "Ultramar" e "Províncias Ultramarinas". O regime republicano manteve a designação de "províncias" entre 1911 e 1920, retomando a partir deste último ano e até 1926 o termo de "colónias" para designar os territórios fora do território continental (com excepção das ilhas atlânticas). Ver João José Brandão Ferreira, "A colonização portuguesa no século XIX à luz da estratégia", *Revista Militar*, <http://www.revistamilitar.pt/>
 - 24 Diz Oliveira Marques que estas Leis Orgânicas tinham como objectivo dotar as colónias de autonomia administrativa e financeira e reforçar os mecanismos de controlo orçamental, evitando o desperdício e o descontrolo, crónico nos últimos executivos monárquicos. Como veremos adiante parte da argumentação do Governador em favor da extinção do Leal Senado tem a ver com este aspecto. Cf. Oliveira Marques, *A Primeira República Portuguesa*.
 - 25 *Constituição da República Portuguesa de 1911*. Coimbra: Livraria Editora França, 1911, in <http://purl.pt/6925/3/>.
 - 26 *Ibidem*.
 - 27 Arquivo Histórico Ultramarino [AHU], Direcção-Geral do Ultramar [DGU], 2.ª Repartição, Conselho Colonial, 1911, Pasta 9, Guia n.º 56/1911, Telegrama encriptado n.º 67, de 18 de Maio de 1911, com descodificação manuscrita.
 - 28 *Ibidem*.
 - 29 Não existe cópia no AHU do telegrama do ministro da Marinha e das Colónias para o governador de Macau. Segundo informação que colhemos junto de responsável do Arquivo vários documentos terão sido perdidos na divisão do Ministério entre Ministério da Guerra e Ministério do Ultramar. AHU, DGU, 2.ª Repartição, Conselho Colonial, 1911, Pasta 9, Guia n.º 56/1911, Ofício n.º 51, de 26 de Maio de 1911, com carimbo "Ultramar. 12 de Junho de 1911. 2.ª Rep. n.º 335".
 - 30 Governador de Macau, Ofício n.º 51, de 26 de Maio de 1911, AHU, 2.ª Rep., *ibidem*.
 - 31 Trata-se de um grupo social formado por antigos militares, funcionários públicos aposentados e pequenos comerciantes que aqui casaram com senhoras de famílias macaenses abastadas e mantinham sob seu controlo os únicos lugares de representação política na colónia. Para este grupo qualquer representante do poder metropolitano que reforçasse as ligações a Lisboa era naturalmente um adversário a abater.
 - 32 Fundação Mário Soares, Arquivo, Biografias, in <http://www.fmssoares.pt/aeb/crono/biografias?registo=Azevedo+Gomes>.
 - 33 Por Decreto de 23 de Agosto de 1911, seria criado o Ministério das Colónias. Cf. <http://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1401.pdf>.
 - 34 AHU, DGU, 2.ª Repartição, Conselho Colonial, 1911, Pasta 9, L 10.º, n.º 49/1911. Documento com endosso à esquerda "Consulta

TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES

- acerca dos inconvenientes da existência do Leal Senado de Macau. Vogal Relator Ex. Sr. P. Coutinho". Despacho "Concordo, Data 20.11.1911. Assinatura ilegível".
- 35 Parecer do Conselho Colonial L. 10.º, n.º 49.1911, *ibidem*.
- 36 Pedro Nolasco da Silva foi presidente da Associação Promotora da Instrução dos Macaenses, fundador e director da Escola Comercial Pedro Nolasco, chefe do Expediente Sínico e provedor da Santa Casa da Misericórdia.
- 37 República Portuguesa, Administração Civil das Províncias Ultramarinas, "Proposta de lei orgânica e relatórios apresentados ao Congresso pelo Ministro das Colónias, Artur R. de Almeida Ribeiro". Lisboa: Imprensa Nacional, 1914, in www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1408.pdf.
- 38 Seguimos, a partir de agora, a transcrição feita das actas do Conselho do Governo da Província em *Boletim Oficial*, Suplemento Extra n.º 2, 13 de Julho de 1912. Acolheremos na medida do que for útil as anotações de Célia Reis, "Discussões em torno da administração de Macau. 1910-1914", in *Oriente*, n.º 10, Dezembro de 2004, pp. 40-57.
- 39 Cf. Álvaro Melo Machado, "Relatório de Governo", AHM, ref. AH0000838.
- 40 *Ibidem*, pp. 47-48.
- 41 *Ibidem*, p. 49.
- 42 *Boletim Oficial de Macau*, Suplemento Extra n.º 2, 13 de Julho de 1912.
- 43 As referências são de Célia Reis "Discussões em torno da administração de Macau: 1910-1914", pp. 40-57. Não existem no Arquivo Histórico de Macau exemplares dos números dos jornais *Echo Macaense* e *O Liberal* saídos durante 1912.
- 44 Eram maçons Camilo Pessanha, José Luís Marques e muito provavelmente o bispo Alves Martins. Sobre o governador Álvaro de Melo Machado existem indicações contraditórias a esse respeito.
- 45 *Boletim Oficial de Macau*, Suplemento Extra n.º 2, 13 de Julho de 1912.
- 46 *Ibidem*.
- 47 É decisivo contributo que João de Pina-Cabral dá para a análise da identidade macaense não como um *tertius genus* entre as identidades "portuguesa" e "chinesa", mas como uma sobreposição das heranças portuguesa, chinesa e outras, o que explica a facilidade com que este grupo social passa por português ou chinês consoante o contexto em que opera e as vantagens grupais que pode extrair daí. Cf. João da Pina-Cabral, *Between China and Europe. Person, Culture and Emotion in Macao*. Também David Brookshaw, recensão de "Between China and Europe", *Revista de Cultura/Review of Culture*, n.º 16, Outubro 2005, pp. 140-142.
- 48 *Ibidem*.
- 49 *Boletim Oficial de Macau*, Suplemento Extra n.º 2, 13 de Julho de 1912.
- 50 Adaptado do quadro usado por Célia Reis in "Discussões em torno da administração de Macau. 1910-1914", p. 54.
- 51 Curiosa a actualidade deste problema em termos da questão da reforma do sistema político actualmente vigente em Macau. Cita-se ainda do *Boletim Oficial de Macau*, Suplemento Extra n.º 2, 13 de Julho de 1912.
- 52 Os vogais natos eram os chefes de serviço.
- 53 *Ibidem*.
- 54 Já no "Relatório de Governo" de 1911, Melo Machado dava a entender a necessidade da protagonismo do Governador em relação à China "tenho a certeza da necessidade política que em breve sentiremos de cooperar com a China na sua regeneração e de não contrariarmos os interesses de uma nação amiga, perto da qual vivemos e a quem não podemos nem devemos de forma alguma ser prejudiciais por esta forma". Cf. Álvaro Melo Machado, "Relatório de Governo", AHM, ref. AH0000838.
- 55 *Ibidem*.
- 56 O delegado do Ministério Público manifestava-se favorável a que Portugal confiasse ao governador a sua representação na China, uma vez que os assuntos a tratar limitavam-se aos de Macau.
- 57 *Boletim Oficial de Macau*, Suplemento Extra n.º 2, 13 de Julho de 1912.
- 58 Esta dualidade colocar-se-ia inúmeras vezes sob administração portuguesa de Macau, na aprovação do Estatuto Orgânico pós-Constituição de 1976, na negociação da Declaração Conjunta entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Popular da China sobre a Questão de Macau, e finalmente na preparação da Cerimónia de Transferência de Poderes da Administração de Macau para a China.
- 59 O projecto (artigo 60.º) previa a intervenção do Conselho da Província, como Tribunal de Contas provincial, no julgamento das contas de gerência das associações e estabelecimento de beneficência e instrução. Ver "Projecto de Bases para uma Reorganização Administrativa da Província de Macau", proposta definitiva, in *Boletim da Província de Macau*, Suplemento Extra n.º 3, 13 de Julho de 1912.
- 60 *Ibidem*.
- 61 *Ibidem*.
- 62 *Ibidem*.
- 63 *Ibidem*.
- 64 Artigos 1.º e 2.º do Projecto.
- 65 Artigo 5.º do Projecto.
- 66 Artigos 6.º a 8.º do Projecto.
- 67 Eram também membros desta Loja Adrião Acácio Silveira Pinto, Lobo de Ávila e José Vicente Jorge Silva. Manuel Ferreira da Rocha, o secretário-geral do Governo, foi com alguma probabilidade membro da Loja. A Loja "abateria colunas" em 1914 ao que parece por desaguisados entre os seus membros.
- 68 Documento n.º 7 anexo ao Aviso da Secretaria-Geral do Governo da Província de Macau publicado, com anexos, no *Boletim Oficial da Província*, Suplemento Extra n.º 1, 13 de Julho de 1912.
- 69 Documento n.º 3 anexo ao Aviso da Secretaria-Geral, *ibidem*.
- 70 Documento n.º 11 anexo ao Aviso da Secretaria-Geral, *ibidem*.
- 71 *Ibidem*.
- 72 Documento n.º 14 anexo ao Aviso da Secretaria-Geral, *ibidem*.
- 73 Documento n.º 6 anexo ao Aviso da Secretaria-Geral, *ibidem*.
- 74 Documento n.º 11 anexo ao Aviso da Secretaria-Geral, *ibidem*.
- 75 Documento n.º 13 anexo ao Aviso da Secretaria-Geral, *ibidem*.
- 76 Na verdade, sogro do senador António Gonçalves Pereira e patriarca de uma das famílias mais tradicionais e com maior poder em Macau. Documento n.º 12 anexo ao Aviso da Secretaria-Geral, *ibidem*.
- 77 Assembleia da República, Senado da República, *Diário do Senado*, 1.ª Legislatura, 2.ª Sessão Legislativa, acta n.º 111, 14.6.1912, pp. 8-9.



de Portugal

Porto, 21 de Janeiro de 1919.

SUMARIO

Solidariedade governativa

Decreto n.º 8, abolido em Portugal e seus domínios o regime republicano e restabelecendo a monarchia

Decreto n.º 9, suspendendo as garantias constitucionaes

Decreto n.º 10, ordenando que a publicação de todos os annuncios, editaes e publicações, que se faziam no «Diário do Governo», se façam d'ora avante no «Diário da Junta Governativa»

Decreto n.º 11, é auctorizada a organização do Batalhão de Voluntarios Academicos

Decreto n.º 12, readmitindo os funcionarios afastados do serviço publico por motivos politicos

Portaria, ordenando que os ordens de pagamento sejam visados pelos chefes de contabilidade dos respectivos ministerios

Ministerio do Reino

Decreto n.º 13, o batalhão n.º 5 da antiga Guarda Nacional Republicana passa a denominar-se «Guarda Real do Porto»

Despachos, exonerando o Inspector da Policia Judiciaria do Porto e nomeando o Inspector da policia da mesma cidade

Ministerio das Relações Exteriores e da Justiça

Decreto n.º 14, revogando a lei de 20 de Abril de 1911, que estabeleceu a separação das Egrejas do Estado

Ministerio da Fazenda

Despachos, excedendo 30 dias de licença ao Director da Alfandega do Porto e nomeando Abel Martins Pinto para exercer, em commissão, o mesmo cargo

Ministerio das Obras Publicas

Portaria, nomeando administrador de J. dos Correios e Telegraphos

Ministerio da Agricultura, Commercio, Industria e Trabalho

É concedido feriado em todas as feiras dependentes d'este ministerio

Arrephas

Em virtude do difficuldades materiaes de impressao, deixou de publicar-se hontem o «Diário da Junta Governativa».

Presidencia da Junta Governativa

Decreto n.º 8

Interpretando o sentimento nacional, expresso pelas ardentes aclamações do Exército de terra e mar e pelo Povo Português; considerando que a aclamação de S. M. El-Rei o Senhor D. Manoel II importa o reconhecimento e a acceitação das leis constitucionaes do Reino, que o mesmo Augusto Senhor jurou cumprir e guardar e que são a base fundamental da organização monarchica do Estado Português; attendendo á conveniencia e necessidade de definir os direitos e deveres de todos os cidadãos portugueses, annullando e revogando as leis republicanas que respeitam á constituição politica do Estado, a Junta Governativa do Reino, em nome d'El-Rei, ha por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º—É abolido em Portugal e seus domínios o regime republicano e restabelecida a Monarchia Representativa.

Art. 2.º—Entra immediatamente em vigor a Carta Constitucional da Monarchia Portuguesa de 29 de abril de 1826 e as reformas constitucionaes promulgadas até 4 de outubro de 1910.

Art. 3.º—É restaurada a Dynastia da Serenissima Casa de Bragança na Pessoa do Seu Augusto Representante Sua Magestade El-Rei O Senhor Dom Manoel II.

Art. 4.º—O poder legislativo e executivo pertence propriamente á Junta Governativa do Reino.

Art. 5.º—Fica revogada toda a legislação em contrario, e especialmente as leis constitucionaes promulgadas pela republica.

Os ministros e secretarios de Estado de todas as repartições o façam publicar e cumprir como n'elle se contém.

Porto e Paços da Junta Governativa do Reino, 20 de Janeiro de 1919.

Henrique de Palva Coucetro
Antonio Sollari Allegro
Visconde do Banho
Luiz Cypriano Coelho de Magalhães
Conde de Azavedo

Decreto n.º 9

Sendo necessario assegurar por maneira rapida e eficaz a manutenção da ordem publica emquanto durarem as naturaes perturbações que são consequencia da mudança de regime politico, a Junta Governativa do Reino, em nome d'El-Rei, ha por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º—Ficam suspensas, desde a data da publicação d'este Decreto, as garantias consignadas no artigo 145.º e seus §§ da Carta Constitucional da Monarchia Portuguesa.

Art. 2.º—Esta suspensão durará pelo tempo que for necessario para a segurança interior do Estado, nos termos do § 34.º do mesmo artigo.

Art. 3.º—A Junta Governativa do Reino, ou o Governo que a substituir, dará conta ás cortes, logo que reunidas forem, da execução d'este decreto.

Art. 4.º—Fica revogada a legislação em contrario.

Os Ministros e Secretarios de Estado de todas as repartições o façam publicar e cumprir como n'elle se contém.

Porto e Paços da Junta Governativa do Reino, 21 de Janeiro de 1919.

Henrique de Palva Coucetro
Antonio Sollari Allegro
Visconde do Banho
Luiz Cypriano Coelho de Magalhães
Conde de Azavedo

Decreto n.º 10

A Junta Governativa do Reino, em nome de El-Rei, ha por bem decretar o seguinte

Artigo 1.º—Todos os annuncios, editaes, avisos e outras publicações exigidas por lei e que até agora eram publicadas no «Diário do Governo» serão inseridas d'ora avante no «Diário da Junta Governativa do Reino de Portugal», sem o que não terão nenhuma validade nem produzirão qualquer effeito.

Art. 2.º—Fica revogada a legislação em contrario.

Os Ministros e Secretarios de Estado de todas as repartições o façam publicar e cumprir como n'elle se contém.

Porto e Paços da Junta Gover-

nativa do Reino, 21 de Janeiro de 1919

Henrique de Palva Coucetro
Antonio Sollari Allegro
Visconde do Banho
Luiz Cypriano Coelho de Magalhães
Conde de Azavedo

Decreto n.º 11

A Junta Governativa do Reino em nome d'El-Rei ha por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º—É auctorizada a organização de um Batalhão de Voluntarios Academicos na cidade do Porto para defesa da Patria e da Monarchia que, tão brilhantemente, acaba de ser restaurada.

Art. 2.º—Este Batalhão, logo que seja constituido, fica sujeito ás leis e regulamentos militares do Exército com as modificações que oportunamente serão decretadas.

Art. 3.º—É auctorizada a incorporação n'este Batalhão dos alumnos da Universidade do Porto que forem officiaes do Exército ou da Armada quando não sejam absolutamente indispensaveis ao serviço das suas armas

§ unico—Nos mesmos termos é permitido o alistamento dos alumnos que sejam praças de prelo do Exército ou da Armada

Os ministros e secretarios do Estado do Reino e Instrucção Publica o façam publicar e cumprir como n'elle se contém.

Porto e Paços da Junta Governativa do Reino, 21 de Janeiro de 1919

Henrique de Palva Coucetro
Antonio Sollari Allegro
Visconde do Banho
Luiz Cypriano Coelho de Magalhães
Conde d'Azavedo

Decreto n.º 12

A Junta Governativa do Reino em nome d'El-Rei, ha por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º—Todos os magistros e funcionarios civis que serviam empregos vitalicios do Estado, ou dos corpos e corporações administrativas, á data de 4 de outubro de 1910, e que, posteriormente, foram demittidos ou afastados da actividade do serviço, serão readmittidos e collocados nos



Revoluções e Revoltas na Primeira República

Ensaio sobre Violência Política (1910-1926)

MIGUEL DIAS SANTOS*



INTRODUÇÃO

A facilidade com que os republicanos derrubaram a monarquia, na revolução de 5 de Outubro, não pode iludir-nos sobre o papel que a violência política assumiu no conjunto da experiência republicana. Na verdade, o choque entre uma ordem política marcada pelo laicismo e pela secularização e uma ordem marcada pela tradição conduziu a uma ruptura do consenso inicial entre os republicanos e os sectores monárquico-clericais e católicos, entre a cidade e a província. Por outro lado, as dissensões doutrinárias assumidas pelas diferentes correntes do Partido Republicano conduziram a diferendos insuperáveis sobre o projecto republicano, mais conservador para uns, mais radical para outros. Revolucionária para uns, a política devia, para os moderados, gerar consensos, atraindo o mundo conservador. Mas ruptura com o aparente consenso inicial não explica a instabilidade permanente. A crise estrutural do Estado, agravada por contingências conjunturais, como a Grande Guerra, favoreceu a violência política dos sectores que ficavam excluídos do poder.

* Doutoramento em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e investigador no Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da mesma Universidade. Para além de vários artigos em revistas científicas, publicou, entre outros, *Os Monárquicos e a República Nova* (2003), *Arlindo Vicente e o Estado Novo. História, Cultura e Política* (2006), *A Contra-Revolução na I República 1910-1919* (2010).

Ph.D. in Portuguese Contemporary History from Arts Faculty of Coimbra University; researcher at Coimbra's University Centre for 20th Century Interdisciplinary Studies. In addition to numerous articles in scientific journals, he published, among others, *Os Monárquicos e a República Nova* (2003), *Arlindo Vicente e o Estado Novo. História, Cultura e Política* (2006), *A Contra-Revolução na I República 1910-1919* (2010).

Arredada da reflexão historiográfica como objecto autónomo,¹ pode aceitar-se genericamente que a violência teve grande influência nas mudanças operadas na estrutura política e institucional da I República.² No âmbito deste ensaio, analisamos a violência política durante a vigência do regime inaugurado a 5 de Outubro de 1911, considerando “os planos da violência como elemento de estrutura social, de regulação política e de conteúdo simbólico-cultural”.³ Isto é, consideramos a violência política e as suas implicações no combate pelo poder e controlo do Estado e a lenta gestação de uma retórica autoritarista, centrada no conceito de “ordem”, e as leituras necessariamente críticas sobre a República e a sua governação.

A revolução republicana, vista como etapa na construção da modernidade política em Portugal, revelará afinal as dificuldades que são ínsitas ao processo revolucionário moderno, como aconteceu com a China. A crise da dinastia manchú, o estado de semicolonização face à Europa e as lutas entre facções internas impediam uma modernização das instituições chinesas. Conspirações e revoltas anteciparam a queda fatal do império milenar, a 12 de Fevereiro de 1912, inaugurando-se uma nova era sob a égide da República. O novo regime, chefiado por Yuan Shikai 袁世凱, haveria porém de confrontar-se com novo ciclo de violência entre o poder e os senhores da guerra.⁴

SOB O SIGNO DA CONTRA-REVOLUÇÃO (1911-1913)

Em Portugal, a reacção ao programa laicista e secularizador, instituído pelo governo provisório, gerou

DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS



TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES



a primeira grande ruptura com a República operada pelo sector conservador, monárquico-clerical. Entre 1911 e 1913, a República teve que confrontar-se com a reacção dos sectores que defendiam a tradição e temiam a evolução do regime para uma “democracia de massas”.

Durante esta conjuntura, a violência política repartiu-se entre a acção dos voluntários da República e da Carbonária, empenhados na defesa do regime, e a actividade subversiva dos sectores monárquico-clericais. A conspiração interna mantinha ligações estreitas com a emigração, na Galiza e outras regiões de Espanha, em Paris, Londres e Brasil, de onde veio importante contribuição financeira para a contra-revolução. A Portugal chegavam armas e bombas através da Galiza e de outras regiões de fronteira, como provam as múltiplas apreensões feitas em diferentes regiões, como em Ponte da Barca, onde o governador civil de Viana do Castelo apreendeu 55 pistolas automáticas, 4 carabinas, 38 cartuchos para carabinas e 400 cartuchos para pistola.⁵ Os sectores mais envolvidos em actividades subversivas incluíam os antigos caciques monárquicos, os influentes locais, padres e militares, que manobravam as populações no sentido de preparar uma revolta geral contra a República. O resultado visível dessa intensa acção contra-revolucionária foi um conjunto de levantamentos populares, no Porto e regiões limítrofes e região de Castelo Branco e, em 1912, nas terras de Basto, em Celorico e Cabeceiras de Basto, onde as populações, orientadas pelo clericalismo e pelo caciquismo, responderam ao chamamento dos sinos da igreja e, armadas de foices, de enxadas e cacetes, invadiram os edifícios concelhios e arvoraram a bandeira monárquica.

Este arremedo contra-revolucionário ficaria sobretudo conhecido pelas incursões monárquicas de 1911 e 1912. A primeira teve apenas uma troca de tiros em Vinhais, mas a segunda desenhou-se através de ataques à praça de Valença e a um longo combate em Chaves, a 8 de Julho de 1912. A coluna de Paiva Couceiro, com 470 homens armados com 360 espingardas *Mauser*, com 120 cartuchos por arma e duas peças de artilharia, haveria de travar um longo combate, durante cerca de 8 horas, na madrugada de 8 de Julho, contra 170 praças de Cavalaria 6, Infantaria

Uma manifestação anticlerical em Lisboa, em Janeiro de 1912.
In *Ilustração Portuguesa*, 1912, vol. 1.

DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS

19 e Guarda Fiscal, antes de retirar vencido para a fronteira, levando atrás de si cerca de 30 mortos e 150 feridos.

A violência política da contra-revolução contaria ainda, nesta primeira conjuntura, com a “primeira outubro”, tentativa de revolta liderada por João de Azevedo Coutinho, que terminou com a destruição das redacções dos jornais *O Dia* e *A Nação*. No total, neste período, a contra-revolução monárquica provocou cerca de 80 mortos e centenas de feridos, e o país “gastou muita energia” nos confrontos através da mobilização de meios humanos e materiais de valor considerável. As prisões encheram-se de prisioneiros políticos para os quais se criaram tribunais especiais, o Tribunal das Trinas, atacaram-se e incendiaram-se igrejas e destruíram-se jornais. As tensões e os ódios aumentaram, enquanto o regime foi forçado a criar legislação penal de excepção para fazer face às ameaças da contra-revolução.⁶

No campo republicano, este período ficou igualmente pela tensão entre a República e os sectores operários, que esperavam a melhoria das condições de vida e de trabalho. Ao contrário da expectativa geral, firmada no “bacalhau a pataco”, registou-se uma subida de preços enquanto os salários não se alteravam. Apesar da instituição do descanso semanal, os protestos e as greves aumentaram ao longo de 1911, tendo-se registado 161 greves, com a oposição crescente dos patrões e do próprio o governo provisório. As greves começaram a ser controladas e reprimidas pela GNR, pelo exército e até pelos batalhões de voluntários de defesa da República. Muitas organizações operárias foram encerradas pelos administradores de concelho, e o movimento operário alvo da hostilidade da República, impotente para resolver a questão social. Os mais radicais, ligados ao anarco-sindicalismo, começaram a atacar a República, acusando o regime de servir os interesses da burguesia e reprimir a classe trabalhadora.⁷ Um dos momentos de maior tensão aconteceu em Setúbal, quando uma greve do sector das conservas foi reprimida pela GNR, que matou dois grevistas e prendeu alguns activistas operários.

No início de 1912, foi proclamado o estado de sítio para responder a nova vaga de greves e



Afonso Costa.

manifestações dos trabalhadores, que começaram no Alentejo mas depressa se alargaram a Lisboa e Porto. Em 1913, durante o governo de Afonso Costa, agravou-se a tensão dentro do campo republicano, com a revolta de 27 de Abril, levada a cabo por sócios da *Federação Radical Republicana* e da *Sociedade n.º 1 de Instrução Militar Preparatória*. Os revoltosos tentaram sublevar várias unidades militares de Lisboa, sob o comando do capitão Lima Dias, de Infantaria 5, gritando vivas à “República radical”. Os distúrbios provocados por republicanos radicais continuaram com tiroteio e ataques com bombas em Lisboa, terminando noutra tentativa revolucionária, a 20 de Julho. A actividade da “Formiga Branca” aumentou de actividade neste período, com ataques a jornais adversários, como o *Dia*, incendiado e destruído.

Em síntese, a violência política desta primeira conjuntura resultou das rupturas operadas, à direita, por conservadores do bloco monárquico-clerical e católico; à esquerda, pelo operariado e anarco-sindicalismo e pelos radicais republicanos. Se uns recusavam a modernidade política da República, os radicais reivindicavam a República social e progressista que tinha sido prometida no período da propaganda republicana. A guerra, mais do que gerar consensos, aprofundou divisões e trouxe o exército para o conflito político.⁸

A GRANDE GUERRA E A VIOLÊNCIA POLÍTICA (1914-1919)

A eclosão da I Guerra Mundial aprofundou as divisões políticas e ideológicas em Portugal e favoreceu o surgimento de novos focos de violência política. Entre 1914 e 1919, data em que se realizou a conferência de Paz em Versalhes, Portugal assistiu a um vasto conjunto heteróclito de movimentos políticos e militares, entre conspiratas, revoltas (ou tentativas), levantamentos e manifestações populares, revoluções e pronunciamentos. Junte-se a copiosa propaganda a favor e contra a guerra, as actividades de espionagem e contra-espionagem e o agravamento das condições de vida, os ataques de populações famintas, e o quadro

TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES

político-social deste período revela as profundas clivagens sociais da República e o agravamento da conflitualidade política.

O ano de 1914 ficou marcado pelo início da guerra e, em Portugal, pela divisão do país entre intervencionistas e anti-intervencionistas. Nos primeiros militavam o Partido Democrático e os sectores do exército próximos dos “Jovens Turcos”, onde pontificavam oficiais como Correia Barreto, Sá Cardoso, Vitorino Godinho, Maia Magalhães e Pereira Bastos, entre outros, defensores da reforma do exército dentro do espírito democrático e republicano. O campo oposto recebeu toda a casta de descontentes, desde os republicanos moderados aos radicais, como Machado Santos, até aos monárquicos, católicos, socialistas e operários. O vasto sector antiguerista defendia a intervenção para defesa das colónias, atendendo ao

consenso nacional que existia em torno do nosso património colonial.⁹

A primeira manifestação de violência política contrária aos desígnios belicistas teve coloração monárquica, foi a chamada “Segunda Outubro”, resultado de uma intensa actividade conspiratória interna com ligações a Espanha, onde chefiava João de Azevedo Coutinho. Apesar de contrária à política traçada por D. Manuel a partir do exílio, a revolta de Mafra iniciou o conjunto de movimentos político-militares contrários à beligerância portuguesa. Voltou a falhar a maior parte da máquina conspirativa, com uma organização alargada no território nacional, e o movimento resumiu-se a um ataque de civis à Escola de Tiro de infantaria, que se armaram com 200 espingardas e 2800 munições, para avançar em direcção a Lisboa. A coluna foi travada depois de uma

Uma manifestação em Lisboa de protesto contra as greves em 1911. In *Ilustração Portuguesa*, 1911, vol. 1.



DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS

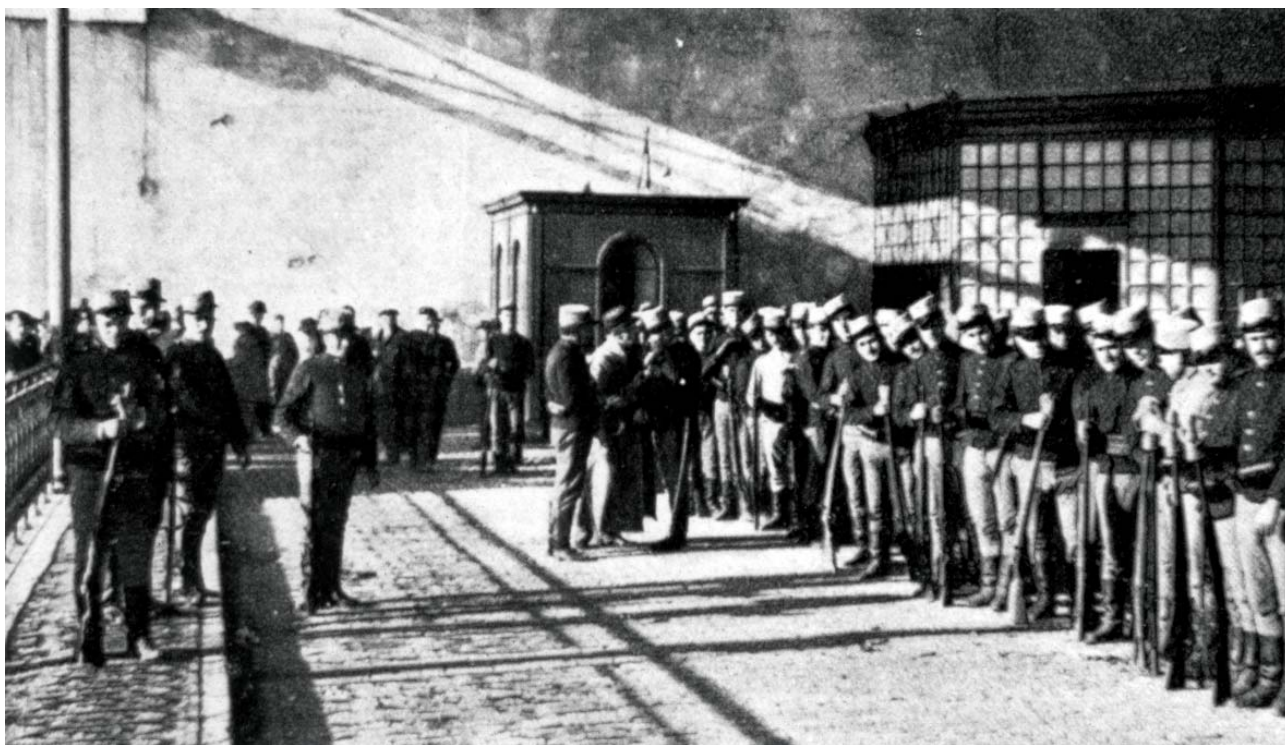
pequena escaramuça militar perto de Torres Vedras, e no resto do país registaram-se cortes de linhas de comunicação e ataques bombistas a pontes e linhas de caminho-de-ferro.

Em reacção, fizeram-se centenas de prisões de civis e militares e foram expulsos do país políticos proeminentes da Causa Monárquica, para além dos já clássicos ataques aos jornais realistas, como *O Dia*, *A Nação*, *Jornal da Noite*, *Restauração*, *Talassa* e *Ridículos*.¹⁰

A tensão crescente entre o governo e o exército acendrou a dinâmica conspirativa de muitos oficiais contrários ao Partido Democrático, empenhados num movimento militar. Foi quando o Presidente Manuel de Arriaga resolveu a tensão com a estrutura militar, convidando o general Pimenta de Castro para governar. As facilidades criadas à organização dos monárquicos, incluindo uma amnistia geral, e a integração dos oficiais afastados pelo democratismo aumentaram a conflitualidade social e provocaram a reacção do radicalismo republicano, criando condições para uma das mais violentas revoluções, o 14 de Maio. O comité revolucionário era constituído por Sá Cardoso, Álvaro de Castro, Norton de Matos, António Maria

da Silva e Leote do Rego e a revolução reproduziu o modelo de 5 de Outubro. A marinha bombardeou posições oficiais em Lisboa a partir dos navios de guerra fundeados no Tejo, enquanto grupos de civis coadjuvavam a infantaria a atacar os regimentos fiéis ao governo, como Infantaria 16, chefiado por Gomes da Costa e Gonçalo Pimenta de Castro. Como os reforços da 7.^a Divisão (Tomar), chefiada pelo general Jaime Leitão de Castro, nunca chegaram, as forças governamentais, comandadas por oficiais passivos, foram facilmente vencidas. A revolução repunha o poder democrático através de um dos mais violentos movimentos militares, que terminou com cerca de 150 a 200 mortos e mais de mil feridos, em Lisboa, Porto e Santarém. Seguiram-se ataques aos centros monárquicos, à Liga Naval, Escola de Guerra, a igrejas e à residência de conhecidos monárquicos. A violência extrema e o ódio associados ao 14 de Maio, que perdurou na memória dos contemporâneos, ditaram vários assassinatos, como o famoso Homero Lencastre, antigo espião republicano agora ao serviço do trono. Mais tarde, João Chagas, convidado para chefiar o governo, sofreu uma tentativa de assassinato do senador João de Freitas, que foi depois brutalmente

A estação do Rossio sob a vigilância dos militares durante a greve dos ferroviários em Janeiro de 1911. In *Ilustração Portuguesa*, 1911, vol. 1.



TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES

espancado pela multidão de populares. As esquadras da polícia foram varridas por actos de vandalismo e saque de bens monetários, perpetrados pelos revolucionários civis que perseguiram os polícias de Pimenta de Castro.

*Entre 1911 e 1913,
a República teve que
confrontar-se com a reacção
dos sectores que defendiam
a tradição e temiam
a evolução do regime para uma
“democracia de massas”.*

Pouco tempo depois, em Agosto, rebentava outra revolta monárquica, preparada entre Lisboa, Braga e Espanha, com o envolvimento dos oficiais da Galiza: Paiva Couceiro, Jorge Camacho, Sousa Dias, Costa Alemão, Satúrio Pires e Júlio da Costa Pinto. O objectivo era conquistar a divisão militar de Braga, revoltando os Regimentos de Infantaria 20 (Guimarães) e 29 (Braga) depois de ataques de grupos de civis. O incumprimento habitual dos oficiais conspiradores explica o insucesso do movimento, apesar de conseguirem entrar em Infantaria 20, e a prisão da maioria dos envolvidos.¹¹

Entretanto, as dificuldades com o abastecimento de alimentos e bens de primeira necessidade, o aumento de preços e a inflação generalizada, agravados com a entrada de Portugal na guerra, aumentaram a tensão social e fomentaram diversos assaltos e o confronto com a polícia. As greves e manifestações, os ataques a comboios de alimentos e a lojas e armazéns agravaram a conflitualidade e acendravam o ódio aos democráticos e aos governos da União Sagrada. A “guerra das batatas”, ocorrida a 19 de Maio de 1917, simboliza o estado de espírito das populações famintas, que em diferentes regiões do país, entre 1916 e 1917, assaltaram lojas e comboios comerciais e afrontaram igualmente os administradores de concelho e os açambarcadores. No dia 19 de Maio, milhares de pessoas famintas saíram à rua para assaltar a cidade, mercearias, padarias e armazéns de bacalhau, deixando um rasto de destruição

por todo o lado. O governo reagiu com violência, através da força armada do exército e da GNR, tendo resultado dos confrontos 18 mortos e 56 feridos. O estado de espírito das populações, marcada pelo agravamento do custo de vida, dava força aos opositores do governo e do regime, legitimava a larga frente conspirativa contrária à mobilização do exército, envolvendo monárquicos, católicos, clérigos, republicanos e sindicalistas.¹²

No final de 1916, quando se preparava a partida das primeiras forças para o teatro de guerra europeu, Machado Santos ensaiava o primeiro movimento militar contrário à mobilização, marcada para Janeiro de 1917. O insucesso do movimento, conduzindo à prisão Machado Santos, não demoveu as forças contrárias, envolvidas num enorme esforço de propaganda contra a guerra e de uma intensa actividade conspiratória que terminou noutra revolução, iniciada a 5 de Dezembro, e chefiada por Sidónio Pais. Nela estiveram envolvidas forças de Infantaria 23, um esquadrão de Cavalaria 7 e oficiais de Artilharia 1, Infantaria 5 e da Escola de Guerra.

A revolução dezanovista durou três dias e foi uma das mais violentas, contando cerca de 350 mortos e 1000 feridos. Apesar da superioridade das forças leais ao governo, a vitória sorriu aos insurrectos, que beneficiaram da indolência dos radicais, os grupos de civis que desta vez ficaram em casa, e do facto de muitos oficiais democráticos estarem no *front*. Sidónio Pais e os seus “cadetes” contaram, pela primeira vez, com o apoio de muitos civis armados, das associações anarco-sindicalistas e funcionários públicos. Uma multidão varreu completamente a sede do Partido Democrático e os escritórios do jornal *O Mundo*.¹³

O Sidonismo, mais do que ensaiar uma nova solução política, com o presidencialismo, inaugura uma nova fase de violência política, opondo conservadores e radicais, antes de preparar o terreno para os primeiros pronunciamentos do exército. Logo a 8 de Outubro, os radicais republicanos ensaiam uma revolta na marinha, que se repetiu em Maio e Outubro, em Coimbra e Évora. As prisões encheram-se de prisioneiros republicanos enquanto o confronto político-partidário dava azo a abomináveis crimes de sangue, que deixavam os seus autores na mais absurda impunidade. Na noite de 16 de Outubro de 1918 ficou famoso o ataque sinistro a 150 prisioneiros políticos, episódio conhecido como “leva da morte”, de que resultou o homicídio de sete indivíduos,

DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS

incluindo o visconde da Ribeira Brava, e ferimentos em outros 60.¹⁴ No final de Janeiro de 1919 foi também assassinado o monárquico Jorge Camacho, antigo chefe do Estado-Maior da Galiza. Recolhido a Serpa, sua terra natal, depois da amnistia de Sidónio Pais, foi preso e acusado de tentar restaurar o trono no Alentejo. Jorge Camacho foi assassinado quando chegava a Lisboa, no momento em que uma multidão ululante vituperava os presos à saída da estação de comboio, no Terreiro do Paço.¹⁵

A instabilidade política e social adensa-se com o agravamento das subsistências e a pneumónica, que atingiu mortalmente cerca de 60 mil pessoas. A luta do anarco-sindicalismo, já sob influência dos ventos marxistas, passou entretanto das tradicionais greves sectoriais para uma greve geral, agendada para 18 de Novembro. A manifestação foi brutalmente reprimida pela GNR e por forças do exército e terminou com cerca de mil prisioneiros. Entretanto, as ameaças públicas à vida de Sidónio Pais levaram os sectores militares conservadores a organizarem as Juntas Militares, empenhadas em garantir a continuidade do Sidonismo em caso de assassinato do Presidente da República. O Sidonismo, apesar das sopas dos pobres, revelava-se impotente para debelar a instabilidade crónica, evidenciando as várias fragilidades do Estado. A “Formiga Branca” fora substituída pela “Formiga Negra”, que atacava com a mesma violência figuras republicanas e os seus órgãos de imprensa. No Norte, imperavam os grupos de civis monárquicos que vigiavam, agrediam e prendiam conhecidos revolucionários, muitos casos de vingança, sob a protecção da autoridade policial de Solari Alegro, futuro ministro do reino da monarquia restaurada.

A morte de Sidónio Pais, assassinado a tiro por José Júlio Costa, um ardente republicano, a 14 de Dezembro, provocou um braço de ferro entre as Juntas Militares e o Dezembrismo, sob chefia de Tamagnini Barbosa. Para além do pronunciamento de Monsanto, a 23 de Dezembro, chefiado por João de Almeida, a Junta Militar do Norte, que governava efectivamente no Porto, atacou Vila Real, no dia 6 de Janeiro, para evitar a subida ao poder dos republicanos.

No dia 10 de Janeiro deu-se uma tentativa revolucionária em Santarém, que foi prontamente atacada por forças de Lisboa, Porto e uma coluna de Braga, terminando com 11 militares mortos. Nesta fase, e em reacção, os comandos militares do Norte decidiram

avancar para a restauração da monarquia, concretizada a 19 de Janeiro, através de um pronunciamento e da entrega do poder a uma Junta Governativa presidida por Paiva Couceiro. O movimento monárquico provocou uma curta guerra civil, conhecida como “guerra de boas vontades” devido à baixa intensidade militar dos combates. O conflito desenrolou-se sem grande dureza, com a passividade das forças monárquicas e a falta de munições a facilitarem o avanço da República e o desenlace veloz do conflito. Exceptuando-se alguns confrontos, em Águeda, Angeja, Albergaria-a-Nova, Estarreja e Mirandela,¹⁶ esta última pela intensidade dos bombardeamentos, a guerra civil teve baixa intensidade. Ainda assim, o conflito militar saldou-se pela existência de seis mortos e 27 feridos em combate, do lado republicano, num total de cerca de 150 mortos e centenas de feridos.¹⁷

Em Lisboa, as forças de Cavalaria e a Artilharia de Queluz, que ocuparam Monsanto, a 22 de Janeiro, não resistiram aos ataques dos revolucionários civis e de forças comandadas por Vieira da Rocha: um batalhão da Marinha, um grupo de metralhadoras, uma companhia da GNR, parte dos Regimentos de Infantaria 1 e 11 e praças dispersas vindas de Infantaria 16. A maioria dos regimentos de Lisboa manteve uma estranha neutralidade.

Terminava assim, no início de 1919, o conjunto de perturbações e de violência resultante da conjuntura de guerra.¹⁸ O regresso dos democráticos ao poder, em vez de pacificar a sociedade, viria a açodar o descontentamento geral, plasmado na pulverização do sistema partidário. A derrota do movimento monárquico praticamente anulou a questão do regime, mas a violência não desapareceu. A questão social redobrou de intensidade e o estado republicano continuaria sob fogo cerrado, incluindo do exército, até 1926.

REVOLUÇÃO SOCIAL E REVOLTAS MILITARES (1919-1926)

A terceira fase da violência republicana mantém a diversidade de actores sociais, com a substituição da ameaça monárquica pela ameaça operária: os operários e as associações sindicalistas, sob influência do movimento marxista, desenvolveram acções violentas de contestação, que incluíam greves, ataques bombistas, incêndios e destruição de vias

TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES



Sidónio Pais.

DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS

de comunicação e equipamentos sociais; a GNR e o exército envolvem-se em conspirações e tentativas de revolta com idiossincrasias ideológicas distintas, isto é, de um lado os sectores radicais da Marinha e do Exército, defensores da república ideal, mais radical e progressista; do outro lado, o exército dos moderados e conservadores, muitos inimigos “da política”, apostado em intervir para regular a política e impor a “ordem” e a “autoridade” do Estado.

O Sidonismo, mais do que ensaiar uma nova solução política, com o presidencialismo, inaugura uma nova fase de violência política, opondo conservadores e radicais, antes de preparar o terreno para os primeiros pronunciamentos do exército.

Com efeito, depois de derrotada a ameaça monárquica, o país viu-se envolvido num turbilhão de agitação social protagonizado pelos sectores operários e sindicalistas, liderados pela União Operária Nacional, e denunciando já a influência marxista. As greves e manifestações constantes dos operários, o incêndio do edifício dos correios, em Lisboa, em 1919, e os panfletos a apelar à revolução social, revelavam a extensão do movimento trabalhador. Em Junho, o Parlamento era confrontado com o ataque policial à sede da União Operária Nacional onde, segundo o governo, a polícia teria encontrado quatro bombas de dinamite prontas a explodir. No Barreiro, a GNR fora autorizada a abrir fogo sobre os grevistas. Dos confrontos entre as autoridades e os manifestantes resultaram 30 prisões e o arremesso de bombas contra vários carros eléctricos de Lisboa. Nos anos seguintes, Lisboa assistiu a um intenso combate vindo dos sectores operários que frequentemente fazia acompanhar as reivindicações grevistas de atentados com bombas.

No campo republicano, as tensões internas e a desconfiança face ao Exército explicam o reforço do

GNR, ao nível dos meios humanos e recursos bélicos. Com efeito, desde 1919 que a reforma da GNR, protagonizada pelo Partido Democrático, a preparava para defender o regime da ameaça conservadora do Exército e do crescente espírito revolucionário. O decreto n.º 5568, de 10 de Maio de 1919, criava uma verdadeira força militar, comandada por retintos republicanos (que tinham que comprovar a fé republicana), determinava o aumento dos efectivos e a atribuição de um arsenal de artilharia e metralhadoras pesadas.

A GNR, sob a liderança de Liberato Pinto, interferiu na luta político-partidária e subversiva ao lado do republicanismo de esquerda, contribuindo para o ambiente de perturbações que marcou este período da República. Em 1921, participou em duas tentativas revolucionárias falhadas mas, a 19 de Outubro, uma revolta chefiada por Manuel Maria Coelho, com a Marinha e oficiais da GNR, conseguiu o poder pela força. Essa revolta ficou marcada pela violência extrema, de que resultou o cruel assassinato do chefe de governo, António Granjo, juntamente com Carlos da Maia e Machado Santos, todos heróis do 5 de Outubro e acusados de apoiar as forças conservadoras, nomeadamente a “República Nova”. Foram igualmente assassinados o comandante Freitas da Silva e o coronel sidonista Botelho de Vasconcelos, para além de um motorista. O ajuste de contas com o sidonismo parece ter instigado a violência da dramática “noite sangrenta”.¹⁹

Nos anos seguintes continuaram as revoltas ou tentativas de revolta da responsabilidade dos sectores radicais, como o golpe de 10 de Dezembro de 1923, chefiado pelo capitão-de-fragata João de Carvalho. A instabilidade crónica, porém, ia estimulando um discurso intervencionista da caserna, vindo dos sectores políticos e intelectuais, como a *Seara Nova*, que começou a defender uma ditadura reformista como solução temporária para a instabilidade política. Inspirados em Espanha e em Primo de Rivera, os sectores militares nacionalistas, monárquicos e integralistas tentaram um movimento militar no dia 18 de Abril de 1925, envolvendo Sinel de Cordes, Raul Esteves e Filomeno da Câmara. O conflito com as unidades militares fiéis ao governo de Vitorino Magalhães teve como consequência 14 mortos mas, apesar de derrotado, serviria de antecâmara para uma intervenção mais vasta que derrubou a República a 28 de Maio de 1926.²⁰

TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES

A CRISE DO ESTADO
E A RETÓRICA AUTORITARISTA

A violência política da República, analisada em simples bosquejo, reflecte afinal a crise do Estado, visível já no final da Monarquia e aprofundada durante a República. Um dos elementos nodais do estado moderno reside no facto de dispor do monopólio do exercício da força, do poder coercivo. Durante a República, pelo contrário, a violência política funcionou como elemento estruturante das relações político-sociais e como instrumento de combate pelo poder. Durante anos, a República permitiu e instrumentalizou a utilização da força por grupos de civis, fosse a Carbonária, os muitos “Grupos de Voluntários” ou a famosa “Formiga Branca”, grupos radicais que nas principais cidades zelavam pela pureza ideológica do regime e pelo predomínio do Partido Democrático. Os batalhões de voluntários possuíam uma pequena estrutura formal que dependia directamente do Ministério do Interior ou dos Governos Civis, tinham uma organização paramilitar e faziam treino regular

sob a supervisão de um oficial ou sargento do Exército. Juntamente com a Carbonária, organização onde se recrutavam os cabecilhas, atacavam e destruíam jornais da oposição, procediam à espionagem, vigiavam, prendiam, espancavam e, em alguns casos, executavam os “inimigos” da República.

Os adversários políticos, uma vez no poder, durante o governo de Pimenta de Castro, mas especialmente durante o Sidonismo e a Monarquia do Norte, procederam do mesmo modo, protegendo e estimulando a intervenção de grupos de civis fiéis ao governo. Durante a Monarquia do Norte, os grupos de civis organizaram-se em forças policiais paralelas, exercendo poderes sobre outros cidadãos, apenas com o beneplácito do ministro do reino, Solari Alegro. O exercício arbitrário da força, tolerado ou estimulado, explica não só o volume de conspirações, revoltas e revoluções, muitas abortadas, é certo, mas adensando o ódio político. Resultou deste ódio político um número elevado de assassinatos políticos cometidos durante este período, fossem monárquicos, republicanos e padres. O homicídio político constituiu uma das formas mais

Postal comemorando a 1.ª incursão de Paiva Couceiro, com as respectivas vinhetas.



DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS

vulgarizadas de violência política desta conjuntura conturbada, atingindo chefes de estado, como Sidónio Pais, ou simples militantes políticos anónimos. A matança hedionda de 1921, onde pereceram Machado Santos, António Granjo e Carlos da Maia, que ficou para a história com o nome sinistro de “a noite sangrenta”,²¹ abalou profundamente a opinião pública da época, mas era apenas um sintoma de uma prática corrente que nem sempre foi devidamente punida pelas autoridades judiciais. Não existem números oficiais para este tipo de crimes, algumas fontes referem 27 outras 34, até 1919.²² Mas as vítimas mortais apresentam números perturbadores para um observador actual, como, aliás, para muitos coevos. No geral, terão morrido em resultado da violência política da República mais de 1500 pessoas,²³ para além de milhares de prisioneiros. É um número superior ao número de vítimas mortais de soldados portugueses na I Guerra Mundial, que na frente europeia se cifrou em 1341 indivíduos.

Ao nível da retórica, a violência política foi desde cedo explorada pelos adversários políticos. Os panfletos da Galiza justificavam as movimentações anti-republicanas com os excessos e as violências praticados pela “tirania” republicana. Num panfleto dirigido “À Marinha Portuguesa” invocava-se o ambiente de dissolução que ameaçava os alicerces da sociedade para fazer a contra-revolução num país onde “imperava a anarquia e a ‘indisciplina social é completa’”.²⁴ Outro “Manifesto”, saído da lavra de Paiva Couceiro, distribuído com a primeira incursão da Galiza, evocava o terror da “minoridade republicana” instituído como garantia de sobrevivência do regime:

“Abandonada pela opinião geral, a República entrou, então, de frente e resoluta, no período declarado dos desvarios tirânicos e escandalosos, procurando pela corrupção, pelo terror, e pela força, conservar entre mãos a autoridade, que lhe fugia, sem mesmo, na cegueira do seu facciosismo feroz, se preocupar com a contradição flagrante, que processos dessa espécie significavam, ao serviço de uma intitulada democracia liberal”.²⁵

Para além da legitimidade, a violência assumiu papel determinante como referente simbólico-cultural para a maioria dos coevos, que depressa associaram o regime republicano à violência política. A retórica anti-republicana elaborou, ao longo dos 16 anos do regime,

e prolongou-a depois no Estado Novo, a tese de uma “república sanguinolenta”, feroz e anárquica, que tinha no regicídio a sua génese, a sua matriz fundacional. O legitimista João Franco Monteiro gravou nas páginas da *Nação* o sentimento crescente de muitos portugueses:

“gerada a república numa poça de sangue, nunca a ordem poderia assegurar-se em terras portuguesas. Baseou-se o regime no mais nefando crime, porque o era da mesma forma se os assassinos não fossem príncipes, tem os alicerces nos caboucos da dissolvência. A bomba e o tiro, a anarquia e a indisciplina são as lógicas consequências da hecatombe”.²⁶

Forjada na violência, a República estaria assim condenada a viver na instabilidade permanente e na desordem, tendo Lisboa como “metrópole europeia do anarquismo, da bomba e da dinamite”.²⁷ Esta retórica contribuiu para a formação de uma cultura política autoritarista que exaltava a “ordem” como principal tarefa do Estado.

Estruturante na evolução dos 16 anos da República, a violência política foi também determinante para a interpretação historiográfica ulterior e para a propaganda anti-republicana. Na historiografia do Estado Novo, a violência “demagógica” dominou um discurso histórico que legitimava as soluções ditatoriais da “Nova Ordem”, apresentadas como a antítese da “Baldúrdia sanguinolenta” republicana.²⁸ A tese, apesar de desprovida de algumas das suas nuances ideológicas, foi recuperada por outras leituras historiográficas mais recentes, para as quais a sobrevivência da República e o domínio do Partido Democrático se alicerçaram no “terror jacobino”.²⁹

Em resumo, e para terminar, parece assim claro que o fenómeno da violência política durante a I República só será devidamente compreendido se o equacionarmos à luz do confronto de “ideologias, crenças e percepções que incitam ao ódio entre pessoas e grupos, à hostilidade, e que são chaves na instigação de certos conflitos políticos”.³⁰ Por outro lado, a generalização da violência pode ser entendida como ausência de regulação imposta pela erosão da autoridade moral. É pelo menos a tese de Durkheim, segundo a qual é necessário conferir autoridade moral às normas e às práticas sociais, “sem as quais a disciplina se apresentará como pura regulação externa, artificial”.³¹ Para este sociólogo,

TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES

a violência resulta da ruptura com a solidariedade e o sistema de normas e valores, expondo a ambição e os desejos mais extravagantes do ser humano.³² A falta de consenso ou coesão social em torno do novo regime explicam o desinteresse pela ordem social, estimulando a conflitualidade e a violência política e

social permanentes como instrumentos de combate pelo poder. A violência política institucionalizara-se mas haveria de provocar uma mudança na estrutura política, operada pelo exército, investido de um desígnio nacional, e preparada pelo ambiente ideológico dos anos vinte. **RC**

NOTAS

- 1 Recentemente foi publicado um livro sobre a violência social na I República. Leia-se Maria Rita Lino Garnel, *Vítimas e Violências na Lisboa da I República*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.
- 2 Júlio Arostegui (ed.), “Violência y política en España”, in *Ayer*, 13, Madrid: Marcial Pons, 1994, p. 20. Para este autor, a historiografia deve analisar o papel que a violência desempenha na mudança histórica e investigar o seu significado no contexto das relações políticas.
- 3 *Ibidem*, p. 25.
- 4 Cf. J. M. Roberts, *História do Século XX*. Lisboa: Presença, 2007, vol. 1, pp. 191-195.
- 5 *Diário de Notícias*, n.º 16382, 21-6-1911, p. 1. O mesmo aconteceu em Aveiro: “Acham-se apreendidas: 5 carabinas de cavalaria e uma Mauser, e 23 carregadores com cinco balas cada; uma caixa de madeira com 0,33 m de comprido [...], completamente cheia de balas de diversos tipos; dois lotes de rastilho; 11 caixas de lata com fulminantes para dinamite; 33 cartuchos de dinamite; mais uma grande porção de rastilho, uma caixa de lata com cartuchos carregados; 11 pistolas Browning’s e 31 caixas de balas respectivas. O resultado das diligências efectuadas provam e justificam as medidas de rigorosa investigação a que se tem procedido neste Distrito” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT], MI, DGAPC, maço 35, fls. 45-46; ANTT, MI, DGAPC, maço 35, fls. 45-46, doc. n.º 789).
- 6 Foi o caso da Lei de 30 de Maio de 1912.
- 7 Cf. António José Telo, *O Sidonismo e o Movimento Operário: Luta de classes em Portugal, 1917-1919*. Lisboa: Ulmeiro, 1977, p. 54.
- 8 Sobre este primeiro período de violência, leia-se Miguel Dias Santos, *A Contra-Revolução na I República*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2010, I Parte.
- 9 Leia-se Nuno Severiano Teixeira, *O Poder e a Guerra 1914-1918. Objectivos na Entrada de Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.
- 10 Cf. Miguel Dias Santos, *A Contra-Revolução...*, pp. 289-292.
- 11 *Ibidem*, pp. 317-319.
- 12 Sobre este período, leia-se Filipe Ribeiro de Meneses, *União Sagrada e Sidonismo. Portugal em Guerra (1916-1918)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000.
- 13 Cf. Douglas L. Wheeler, *História de Portugal 1910-1926*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1978, pp. 155-156.
- 14 Cf. Sousa Costa, *Páginas de Sangue*, vol. 2 - Buiças, Costas & C.ª. Lisboa: Livraria Editora Guimarães, 1939, pp. 245-250.
- 15 Cf. *ibidem*, pp. 273-274.
- 16 Cf. Arquivo Histórico Militar, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 1, pasta 2, “Diário de Campanha” da 5.ª divisão militar.
- 17 Arquivo Histórico Militar, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 5, pasta 3; *ibidem*, pasta 2, “Diário de Campanha” da 5.ª divisão militar; Douglas Wheeler, *História de Portugal...*, p. 223.
- 18 Sobre este período, leia-se Miguel Dias Santos, *A Contra-Revolução...*, Parte III.
- 19 Cf. Douglas L. Wheeler, *História de Portugal...*, p. 228-230. Leia-se ainda José Brandão, *A Noite Sangrenta*. Lisboa: Publicações Alfa, 1991.
- 20 Cf. Aniceto Afonso, *História de uma Conspiração. Sinel de Cordes e o 28 de Maio*. Lisboa: Notícias Editorial, 2000.
- 21 Cf. José Brandão, *A Noite Sangrenta*.
- 22 O opúsculo *A Obra da República*, pp. 17-18, da autoria do Integralismo Lusitano, indica 34 assassinatos políticos. Douglas L. Wheeler indica que só entre 1915 e 1920, 27 indivíduos foram assassinados por razões políticas.
- 23 Dados que Douglas L. Wheeler refere apenas para o período de 1915-1919, mas que poderão, segundo a nossa investigação, tomar-se como referência para toda a república.
- 24 Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio de Luís de Magalhães, caixa 52.
- 25 Transcrito em Carlos Malheiro Dias, *O Estado Actual da Causa Monarchica*. Lisboa: Edição do Autor, 1912, p. 98.
- 26 “8 Anos de Tragédia”, in *Nação*, n.º 161416, 2-2-1916, p. 1.
- 27 Henrique Paiva Couceiro, *A Democracia Nacional*. Coimbra: Edição do Autor, 1917, p. 92.
- 28 Leia-se João Ameal, *História de Portugal das Origens até 1940*, 6.ª ed. Porto: Livraria Tavares Martins, 1968, pp. 693-712.
- 29 Veja-se, entre outros, Vasco Pulido Valente, *A “República Velha” (1910-1917)*. Lisboa: Gradiva, 1997.
- 30 Júlio Arostegui (ed.), “Violencia y política en España”, in *Ayer*, 13, p. 23.
- 31 Vicenzo Ruggiero, *La violencia política. Un análisis criminológico*. Barcelona: Anthropos Editorial, 2009, p. 62.
- 32 *Ibidem*, p. 63.

Macanese Identity: Code-switching and Code-mixing in the Macanese Community in Macao

LINDA LAM HO*

INTRODUCTION

While a substantial amount of research has been dedicated to the study of social motivations of Cantonese-English code-mixing and the identity-related issues in Hong Kong, systematic studies that specifically deal with the code-switching and code-mixing phenomena in the Macanese community have rarely been addressed. Even fewer studies undertake to examine in detail how the solidarity or shared identity indexed by the mixed code relates to the local interactional work that participants are undertaking in a speech event. The investigation of these aspects calls for an interactional sociolinguistic approach in analysing the code-switching and code-mixing in the Macanese community, which creates a space for the present study. Adopting Gumperz's (1982) notion of 'we/they-codes' and Myers-Scotton's (1993) notion of 'code-switching itself as an unmarked choice', the present study aims to examine the social motivations of code-switching and code-mixing in the Macanese community with a primary focus on social motivations and discourse functions relating to ethnic identity.

Building upon the available body of the research, the present study focuses on both code-mixing and code-switching between different languages in the

Macanese community, including Cantonese, English, Mandarin and Portuguese. Specifically, the study attempts to address the following four questions concerning the code-switching and code-mixing phenomena in the community:

What are the social motivations of code-switching and code-mixing phenomena the Macanese community?

What are the discourse functions of code-switching and code-mixing?

What are the patterns of code-switching and code-mixing?

Modern-day Macao is an independent territory of the People's Republic of China, which has undergone extraordinary developments, from a small fishing port in the 16th century to a world-class city with a flourishing tourist and gambling industry. Macao is now an integrated part of China, where it currently has the status of a 'Special Administration Region' (SAR) and the opportunity to continue its pre-handover economic and social system for 50 years following 1999. Like Hong Kong, it functions with a socio-economic system which is significantly distinct from that of the rest of China, as the Chinese government promised 'One Country, Two Systems'. Before the handover of its sovereignty to China on 20 December 1999, Macao had been administered by Portugal since 1557 for 443 years. The existence of a long-lasting colonial presence in Macao has had important effects on the formation of a distinct Macao culture and identity in the territory.

The population of Macao in 2010 is estimated to be 549,500. According to By-census 2006, 94.3% of Macao's population was of only Chinese ethnicity; the remaining 6% included Portuguese and other origins.

* 何琳 SM.Sc. by Research in Linguistics from the University of Edinburgh. M.A. in Chinese-English Translation from the Chinese University of Hong Kong. She is currently a part-time English lecturer working for various universities and colleges in Macao. Her main research interest is in Bilingualism/Multilingualism, Language and Identity, Discourse Analysis.

Pós-graduação em Linguística na Universidade de Edimburgo. Mestrado em tradução Chinês-Inglês pela Chinese University of Hong Kong. Actualmente, lecciona em vários estabelecimentos de ensino superior de Macau. Bilinguismo/multilinguismo, linguagem e identidade e análise do discurso são os seus principais campos de investigação.

Those who were of Portuguese ethnicity accounted for 1.6% (Statistic and Census Services Macao SAR Government, 2007). Chinese and Portuguese are the official languages of Macao. In the *Sino-Portuguese Joint Declaration* of 1987 regarding the transition of Macao in 1999, Portuguese is designated to be the second official language (after Chinese) in the Macao Special Administrative Region. The official languages are used in all official documents and communications in government departments. Portuguese is used only in the government and public sectors, and spoken by about 0.6% of the population in Macao (Statistic and Census Service Macao SAR Government, 2007). It is not used in the commercial and business circles. Portuguese has little use for an ordinary Macao resident in his/her everyday life. Cantonese, a dialect spoken in Macao, shows a different picture. It is most widely spoken. According to By-census 2006, more than 95% of the population spoke Cantonese (Statistic and Census Service Macao SAR Government, 2007). English was widely used in trade, tourism and commerce. The Macanese language, a creole generally known as *Patuá*, was still spoken by several dozen Macanese.

INTRODUCTION TO THE MACANESE COMMUNITY IN MACAO

When the Portuguese vessels set foot on the Chinese soil in the mid 16th century, their crew was exclusively male, due to the rule that no women were allowed to embark. The first generation of the Macanese was therefore the outcome of the breeding between five hundred Portuguese and five hundred Indian and Malay women. A few years later, the Portuguese's commercial relations with Japan, the Philippines, Siam, Cochín-China and other lands in Asia facilitated marriages with women of these regions. Portuguese men began as early as in the 16th century to marry Chinese women, who were sold by their parents or robbed by the Portuguese from others as goods for trade (Almaro, 1994). In the 17th century, many Japanese Christians took refuge in Macao when the Church was persecuted in Japan. The second generation of the Macanese is believed mainly to be the product of Portuguese men and Japanese women and Chinese women, who at that time lived in the territory (Teixeira, 1982). The intermarriages between Portuguese men and Chinese women continued in the 18th century.

The definition of Macanese is ambiguous. There is no consensus on the definition of 'Macanese'. The very nature of the Macanese as a community that occupied an intermediary area between the Chinese majority and the Portuguese administrative minority makes for many situations of uncertain definition. For some, the Macanese are those who were born and lived in Macao, regardless of their ancestors' ethnicity. For others, the Macanese are merely the descendants of the Portuguese who were born and lived in Macao. Leonel Alves, a Macanese legislator and lawyer expressed his personal opinion on the definition of 'Macanese': 'A typical Macanese has to be Macao-born or a Eurasian with partial Portuguese blood, mostly the mix of Portuguese and Chinese blood' (Wang, 1995, p.1). In addition to the typical Macanese, he also classified some other types of Macanese: 'racially Portuguese Macao residents who were born in Macao; Portuguese residents who were not born in Macao but have assimilated into the local culture; and Portuguese-speaking Chinese who had received a Portuguese education since childhood and have blended well into local Portuguese society' (Wang, 1995, p.1). On the other hand, in an interview carried out by Pina-Cabral (2002, p. 39) in 1992, a Macanese informant gave a clear sense of the main terms of self-identification as to be a Macanese is 'fundamentally to be from Macao with Portuguese ancestors, but not necessarily to be of Sino-Portuguese descent'.

Pina-Cabral (2002), a Portuguese anthropologist, uses the following four criteria to define the Macanese:

- (1) language – whether the individual or his family members have definite links to the Portuguese language;
- (2) religion – whether the individual or his family members are Catholic;
- (3) race – whether the individual or his family members are Eurasians; and
- (4) individuals – whether they identify themselves as Macanese.

From Pina-Cabral's point of view, any Macao-born resident who fulfils all the above-mentioned criteria should be considered Macanese. Those who are in possession of all the above features make up the core membership of the Macanese community. However, there are some special cases where an individual does not possess one or two of the criteria but can still be considered Macanese (cf. Yee, 2001, p. 131).

LINGUISTICA

LANGUAGE SITUATION AND ETHNICITY OF THE MACANESE COMMUNITY

Language proficiency is a major marker of identity in the Macanese community. Most Macanese are bilingual or multilingual, speaking fluent Portuguese, Cantonese and English. Since the late 1970s, most of the Macanese have become Cantonese speakers, but their levels of proficiency vary. In a survey conducted among the Macanese in 1995, 50.2% of the respondents were found to speak Cantonese, while 46.4% spoke Portuguese at home. With regard to writing, an overwhelming majority (87%) claimed that they used Portuguese as their written language, while only 4.8% and 5.8% wrote in Chinese and English respectively. Furthermore, 66.7% of the respondents read Portuguese newspapers, compared with only 13% and 11% who read newspapers in Chinese and English (Yee, 2001). The use of the Portuguese language distinguishes the Macanese from other ethnic Chinese. However, there are remarkable signs indicating that the Portuguese language is losing its ground among the younger Macanese generation. They are much less proficient in Portuguese than the older generation. Proficiency in Portuguese among the younger and teenage Macanese has decreased significantly since the 1990s (Yee, 2001). An increasing number of Macanese families are sending their children to English schools instead of Portuguese schools to study English as a second language.

After the Portuguese armed forces left the city in December 1975, there was a change in the Macanese's ethnic positioning. By the late 1980s, Cantonese gradually became the home language of most Macanese homes. A major contribution to this was the growth and spread of the Cantonese TV programs of Hong Kong. In addition, the Macanese no longer live in identifiable districts occupied exclusively by the Macanese, such as areas near the churches. Owing to the economic boom in the 1980s, many Macanese families have moved to new residential areas. Gatherings among the Macanese families have thus become less frequent. A Portuguese language environment does not exist any more. According to By-census 2006, among the resident population aged three or above, the proportion of residents using Portuguese as their home language continued to decline, dropping from 1.8% in 1996 to 0.6% in 2006 (Statistic and Census Service Macao SAR Government, 2007).

For roughly three centuries, Macao's main language was *Patuá*, a creole derived from Portuguese, Cantonese, Malay, Sinhalese, English, Spanish and a string of other European and Asian languages (Pereira, 1984). It is very close to the Portuguese maritime creoles that were spoken in most parts of the Portuguese maritime empire. Pereira (1984) gives the following account on *Patuá's* origin: 'Apart from the Malay and Spanish influence, it was influenced by the Indian canarin or language of Goa. The greater part of its syntactic forms is of Chinese origin' (p. 54). It took root in Macao and was transmitted from parents to children during those three hundred years, until the last century. It was used as a home language and was used by the Chinese in their daily communication with the Macanese. Nowadays, the Macanese are schooled in standard Portuguese and have mostly abandoned *Patuá*. Within the community, only a few families speak the Macanese Creole nowadays.

The Macanese ethnic identity has always been ambivalent with a combination of Portuguese and Chinese origins and cultures, but does not belong completely to either of these two groups. Since the mid 19th century, the subjects of the King of Portugal living in Macao integrated into their language, culture and life style the whole of the maritime world of East Asia and gradually developed their unique life style and distinctive identity while remaining Portuguese and Catholic. For most of the 20th century, the Macanese defined themselves as 'Portuguese of the Orient' (Pina-Cabral, 2002, p. 38). However, the Macanese started to look for some other ways that stressed their intercultural identity after the departure of the Portuguese troops from Macao in 1975 and the opening of China to an international economy.

Most of the Macanese felt strongly bound by their Macanese identity and signalled this by means of a set of cultural referents shared in the worlds of both the Chinese and the Portuguese before the handover in 1999. However, except for the few Macanese who had studied in Portugal, most of them did not feel comfortable within the Portuguese circle. There were two distinctive Portuguese-speaking social circles in Macao before 1999, which were the Macanese and the Portuguese expatriates. Power struggles between the Macanese and Portuguese from Lisbon were sometimes very severe between the 1940s and the 1980s, as the latter occupied high-ranking positions

LINGUISTICS

in the government and felt a cultural superiority over the former. As the majority of the Macanese were locally born, many of them were emotionally attached to Macao and regarded it as their home. In spite of their Portuguese heritage, they had little enthusiasm for Portugal. Common Portuguese ancestors, shared languages and cultures, and the Catholic religion had served for a long time as powerful integrative forces that bound the Macanese together. But in the past three decades, these common forms of heritage have undergone substantial changes. Social integration and convergence between the Macanese and local Chinese has accelerated in recent years through intermarriages, the Hong Kong mass media, the improved Cantonese proficiency of the Macanese and the almost generalised use of English by the Chinese middle-class. According to a recent study, intra-Macanese marriages constituted 44% of all Macanese marriages during the 1960s and the 1970s, and the number decreased to only 30% in the 1980s and the 1990s. Within the same period, the proportion of Chinese spouses in Macanese marriages increased significantly from 42% to 64%. While intermarriages between Macanese and Portuguese declined from 14% to 6%. The study found that the Macanese community had been increasingly influenced by Chinese culture, but on the contrary, the Portuguese influence had weakened (Yee, 2001).

Regarding the future of the Macanese community, Article 42 of Chapter 3 in the Basic Law states: 'The interests of Macao residents of Portuguese descent are protected by the laws of the Macao Special Administrative Region; their customs, culture and traditions shall be respected' (Basic Law, 1999, cited in Yee, 2001, p. 143), though the term 'Macanese' is not specifically mentioned in this article. Members of the dominant community in Macao, the Chinese community, hold different attitudes towards the preservation of the Macanese as an ethnic group and Portuguese culture. The younger generation Chinese tend to be more positive, with the desire to preserve the Macanese ethnic group as a unique feature of Macao which makes it different from other cities in China. However, the older generation of local Chinese are reluctant to integrate with the Macanese, and therefore they pay only lip service to preserving Portuguese culture.

Attitudes of the Chinese community aside, the Macanese community may have a tendency to lose their own distinct cultural heritage and Portuguese

language in the near future as they gradually integrate with the Chinese community through processes such as intermarriage and acceleration of cultural assimilation. Understandably, some Macanese leaders have expressed their concerns that the Macanese culture and the Portuguese language may eventually disappear in Macao, citing evidence that the Macanese's cultural integration with the Chinese community is accelerating, and that the language policy of maintaining Portuguese language as one of the two official languages on a par with the Chinese language has been unsuccessful. Those Macanese who chose to stay in Macao after 1999 have adapted themselves to the political and economic changes. Their attempt to assimilate themselves into the Chinese community is manifested in their endeavours to learn Mandarin and written Chinese. This, in a long run, raises the question of whether Macanese as a distinct ethnic group will become extinct in the future.

CODE-SWITCHING
AND CODE-MIXING PHENOMENA

Although a distinction has often been made in the literature between code-switching and code-mixing, this distinction is controversial with some scholars questioning its usefulness of the distinction. Hatch (1976, p. 202) maintains that there is no sharp distinction between intersentential code-switching and intrasentential code-mixing and Gumperz (1982, p. 77) rejects the distinction on functional grounds and treats them both as 'situational shifting'. Others find it important and useful, particularly if the goal is to develop a grammar of language mixing. For the purpose of the present study, I adopt the term code-switching to refer to the use of various linguistic units (words, phrases, clauses and sentences) primarily from two participating grammatical systems *across* sentence boundaries within a speech event. Under this view, code-switching, which is motivated by socio-psychological factors, is intersentential and may be subject to discourse principles. On the other hand, code-mixing, defined as intrasentential, is constrained by grammatical principles and may also be motivated by social-psychological factors. Therefore, I use the term code-mixing to refer to the mixing of various linguistic units (morphemes, words, modifiers, phrases) primarily from two participating grammatical systems *within* a sentence.

LINGUÍSTICA

This study was undertaken with three Macanese informants whose ages ranged from 25 to 53, all of whom were fluent in Portuguese, Cantonese and English. In addition, one informant speaks Mandarin. However, their competence in these four language varieties varied. All three informants were male, and all born and raised in Macao. None of them had had overseas education experience. At the time of the study, they were all employees working for B&B Lawyers. Given that variation with gender in language alternation is not the focus of the present study, it is believed that the corpus that had been established did not present a significant gender bias.

One of the three informants, C, who was in his 50s, was working as a registered trainee lawyer in Macao Bar Association at the time of the study. He had been a paralegal at B&B Lawyers for seven years since he acquired his Law Degree from the University of Macau in 2004. Prior to his current job, he was an economic inspector for the Economy Bureau of the Macau Special Administrative Government. The other two young informants, J and V, who were both in their mid twenties, were working as secretaries for B&B lawyers at the time of the study. C and J's language repertoire consisted of Portuguese, Cantonese and English. V had a good command of Mandarin in addition to his proficiency in Portuguese, Cantonese, and English. Neither of the two younger informants had been to university for higher education.

Before going on to the details of the data collection process, I would like to give a brief introduction of the law firm that the three informants worked for at the time of the study. B&B Lawyers is a law firm based in Macao, which provides legal advice and services for both domestic and international clients. The company was founded in the early 1980s and was expanded by two Macanese in the 1990s. Their legal practice areas cover various fields such as banking, insurance, intellectual property, corporate law, information and technology, gaming law and public law. The law firm have created a multicultural work environment to 27 lawyers, notaries and trainees, along with a supporting staff of thirty. Their multinational team come from Macao, Portugal, Mainland China, India, Angola and the Philippines. The legal services they provide have involved projects in a wide range of languages such as English, Portuguese, Spanish, French, German, Cantonese and Mandarin.

To explore language alternation phenomena, I had the desire to ground my analysis in naturally occurring conversations, and to adopt a qualitative approach to analysis. Drawing on the interactional sociolinguistic approach adopted in previous studies of language alternation and ethnic identity, data were collected through the three following means: participant observation, audio-recording of natural conversations, and questionnaires.

Firstly, I conducted participant observation, which involved 'observing a community while participating as much as possible in its activities oneself' (Cameron, 2001, p.48). In order to gain a solid understanding of the three informants and their work environment, I spent four hours on four consecutive days observing their conversations in the law firm, B&B Lawyers, noting patterns of their language alternation. I chose to focus on the spontaneous conversations conducted by the two young Macanese informants, J and V, who seemed to frequently alternate between Cantonese and Portuguese during their conversations in the law firm.

The second method used in the data collection was to audio-record natural conversations. I asked two informants to self-record their interactions in the workplace, in peer group social settings and at home. All of the informants gave their consent to record their conversations. Spontaneous conversations were recorded on an on-going basis, and the recordings thus obtained contained conversations involving language alternation among Portuguese, English, Cantonese and Mandarin. A small digital recorder was loaned to the two informants for self-recording of their interactions when socialising with family members, friends and colleagues. These interlocutors of the two informants came from diverse sociolinguistic backgrounds, including Macanese, Macao Chinese, Portuguese, and Africans who spoke Portuguese. The recordings provided a means to assess their language alternation phenomena in different settings, such as social gatherings, home and the workplace. A total of 13 one-hour digital tapes were collected in the course of the study. The majority of the conversations were recorded by the younger informant, J, in the law firm. The remaining conversations were recorded by the older informant, C, during the 40th wedding anniversary banquet of a Macanese couple, and at his home.

Finally, the questionnaire study that I carried out involved the same three informants. The objectives

LINGUISTICS

were to examine how attitudes affected the language choice and use among the Macanese, and to explore their attitudes towards the minority language and the majority language, Portuguese and Cantonese respectively. The questionnaire was written in English, the language in which the informants were fluent. Two direct methods including direct questioning and semantic differential scales were adopted in the questionnaire to investigate the Macanese's attitudes towards four language varieties and issues associated with these languages. The questionnaires for all three informants were filled out in the informants' office, on the basis of mutual agreement and convenience.

The methodology chosen to analyse the data of the present study was informed by the ethnographically-oriented interactional sociolinguistic approach to the study of language and ethnic identity in bilingual or multilingual settings. The approach views social identities as fluid and constructed in linguistic and social interaction, with a focus on the negotiation of identities through code-switching and language choice. Gumperz's (1982) work on 'we-/they-codes' and 'situational/metaphorical code-switching' grounded an understanding of code-switching as another means through which speakers express social and rhetorical meanings and signify ethnic identities. Another well-established framework related to the negotiation of ethnic identities through code-switching is the Markedness Model, proposed by Myers-Scotton (1993). According to this model, in some settings, code-switching itself serves as a way of in-group communication and can be seen as an unmarked choice. A major goal of the present study is to find out the patterns, social motivations and discourse functions of language alternation in the Macanese community in Macao and seek to raise consciousness to preserve the linguistic distinctiveness of the Macanese community.

LANGUAGE AND ETHNIC IDENTITY IN MULTILINGUAL CONTEXTS. A REVIEW

Malesevic (2004) has provided an overview of several of the most important sociological approaches to ethnic identity, from the materialist emphasis of Marxism and 'rational-choice' theory to the more subjective assessment of social constructivism. Some theoretical approaches stress the individual within the group, while others consider ethnic identity as

essentially a collectivist phenomenon. Some stress material and tangible features, others believe in the greater motive force of subjective and symbolic attachment (cf. Edward 2009). For instance, according to LePage and Tabouret-Keller (1985), ethnic identity generally involves some combination of a sense of place, common origin and destiny; shared culture and/or language; a measure of consensus on the evaluation of out-group 'others'; active self-identification with the in-group; ascription to it by outsiders; and/or some idea of biological kinship and inheritance. From Joseph's (2004) point of view, ethnic identity, which is sometimes used as a synonym of 'national language', is 'focused on common descent and on a cultural heritage shared because of common descent, rather than on political aspirations for autonomy' (p. 162). Edwards (2009) suggests that a fuller version of ethnic identity might be the following:

Ethnic identity is allegiance to a group—large or small, socially dominant or subordinate—with which one has ancestral links. There is no necessary for a continuation, over generations, of the same socialisation or cultural patterns, but some sense of a group boundary must persist. This can be sustained by shared objective characteristics (language, religion, etc.), or by more subjective contributions to a sense of 'group-ness'; or by some combination of both. (p. 162).

LANGUAGE AND ETHNIC IDENTITY

Over the last few decades, there has been much debate about the relationship between language and identity and there is some consensus that language is a marker of ethnic identity (Giles, 1977; LePage and Tabouret-Keller, 1985; Joseph, 2004). Researchers who support this hypothesis argue that speakers who have strong group identification are likely to consider language to be an important symbol of their identity, and this identification may translate into greater use of language itself. For instance, Joseph (2004) points out that language and identity are 'ultimately inseparable'. Furthermore, Giles (1977) views language identity as an important gauge of language vitality in any given community. It has been claimed that ethnic identity is intrinsically connected with language and language is commonly used as an identification to separate one community from another. For example, high ratings for solidarity features could also indicate that the language

LINGUISTICA

serves as a strong identity marker for the community (Fosold, 1984). Social identity and ethnic identity are in large part established and maintained through language (Gumperz, 1982). Within the 'social identity theory', which was developed by Taifel (1981), social identity is 'defined by individual identification with a group, a process constituted first by a reflexive knowledge of group membership, and secondly by an emotional attachment or specific disposition to this belonging' (Benwell and Stokoe, 2007, p. 25).

As a symbolic marker of individual and group identity, language may function as an important boundary device to separate and bind different sub-populations. This is exemplified in a number of Asian contexts. In Hong Kong, the use of English, as a linguistic symbol of the dominating foreign power, was once consciously avoided and considered a sign of disloyalty to the Hong Kong identity in the 1980s and 1990s (Pennington and Yue, 1994). The Hong Kong identity was dominant and in great measure signalled by Cantonese at that time. However, as the 1997 handover approached, English became less perceived as an alien property signifying the British colonial domination, and more as an economically useful international language. An increase in positive attitude towards English from 1990s onwards reflects Hong Kong's pursuit of modernity, cosmopolitanism, and connections with the global economy (Pennington and Yue, 1994). On the other hand, the status of Cantonese identity was firmly established by the 1980s. Cantonese occurred heavily in all of the major forms of expressions of the Hong Kong identity such as movies, popular music and television, as well as being the linguistic code which dominated everyday interactions among the stabilised population of Hong Kong (Simpson, 2007). A second linguistic innovation during the 1980s and 1990s was the significant rise of a use of Cantonese-English mixed code, which distinctively serves as a new marker of the Hong Kong identity. The mixed code was rapidly spreading in a number of domains, such as the government, the media, employment and education, encoding a further linguistic development of an independent innovative identity of Hong Kong with its roots in Cantonese (Li, 1996). As pointed out by Bhatia and Ritchie (2006), code-switching can be promoted if mixing becomes the marker of cultural or social identity, leading to individuals' positive self-identification of being bilingual. They further note that the creativeness of code-switching

has been widely exploited in advertising all around the globe (Bhatia and Ritchie, 2006).

In India, the linguistic diversity is remarkable. As King (1994) pointed out, India has a number of officially recognised languages which is similar to the number of major languages spoken in Western Europe. One hundred and fourteen languages were recorded in the 1991 census in India. The largest group of languages spoken in India today is the Indo-Aryan languages while the Dravidian languages comprise the second largest language family in India, including major languages such as Kannada, Malayalam, Tamil and Telugu. In addition to Indo-Aryan and Dravidian, there are languages classified as Tibeto-Burman, the Naga languages and Austro-Asiatic languages. The four major languages of the Dravidian language family, together with the eight major languages of the Indo-European family accounted for the language spoken by the majority of the population.

When India first attained independence in 1947, it was faced with the task of governing and integrating an ethnically and linguistically mixed population in a new state free of the controls of colonial rule. The country's leadership first regarded a shared official language as a way to bind the distinct population in India. Therefore, Hindi was promoted to become a new link language for the nation. However, with strong resistance to the perceived imposition of a northern Hindi identity from the Dravidian South of the country, such a promotion of Hindi proved to be unpopular. The government then revised its national language policy in order to allow for the use of English as an identity-neutral official language in government affairs alongside Hindi. Owing to the massive ethno-linguistic diversity and a wide range of religious and social variation, it has not been possible to forge any strong national identity for India based on one single language alone. The government therefore facilitated the maintenance and growth of different regional linguistic identities within the new nation through its allowance of a range of state languages. Meanwhile, a three-language formula in education to encourage the learning of two other languages besides the dominant state languages was adopted by the government for the promotion of a national identity (Simpson, 2007).

In the Philippines, the situation is quite similar. A *de facto* linguistic situation is in effect in the country. The local vernaculars are used at home and in the neighbourhood, while Filipino serves as the national

LINGUISTICS

lingua franca and English is present as the language of wider communication, the language of economic mobility and employment. The Philippine culture is a mixture of the cultures of different ethnic groups, such as Malay, Chinese, Spanish and American. The Filipinos have chosen Tagalog-based Filipino as their linguistic symbol of national identity for legal and symbolic convenience, but in a rather wide range of domains in everyday life, they opt for being multilingual and adopt a mixed linguistic life. Code-mixing between English and Filipino is an increasing trend, particularly popular among the younger generations. The earlier mixed pidgins in the Philippines such as Bago in Northern Luzon and Chabacano in Spanish settlements, perhaps together with a Filipino English pidgin in the future, explain the Filipinos' roots (Pennington and Yue, 1994).

There are a remarkable number of countries characterised by considerable ethnic and linguistic diversity in Southeast Asia. For instance, in Burma, now officially renamed Myanmar, at least seventy languages are spoken, and they are linked to a similar number of ethnicities and identities (Bradley, 1994). Since its independence from British colonial power in 1948, the languages of the dominating groups, such as Karen, Mon, Shan and Kachin have been used as a means of dissimilating from the ethnic Burman majority. For the government, the Burmese language functions as an important element to consolidate control over the country, and has thus been promoted throughout the nation accordingly. One major aspect of the post-independence development of the national language in Burma/Myanmar was the attempt to downgrade the status of English. As a result, the use of English almost vanished from Burma/Myanmar for several decades until it was recently recognised officially as the linguistic tool to communicate with the outside world (Pennington and Yue, 1994).

In the case of Singapore, as a new state with no sense of collective identity among its inhabitants prior to the establishment of full independence from the British in 1965, its population is ethnically mixed with various descendants of immigrants from southern China, India and Malaysia, as well as many different sub-groups. The post-independence government of Singapore made the decision to attempt to maintain its multi-ethnicity and to build an overarching national identity. It was declared by the government that Mandarin Chinese, Malay and Tamil would all be registered as co-official

languages. English would be added as a fourth official language for the pragmatic reason that English was the established language of government and administration and had been commonly used as a language for inter-group communication. Furthermore, the government also declared that Malay would be the national language of Singapore, alongside its status of being an official language. However, the earlier plans to develop Malay as a more widely used language were discontinued because of the permanent separation from Malaysia. Hence, the role of Malay as a national language has become symbolic and restricted.

In contrast, English has become increasingly more important and widely used in commerce, industry, politics and law. In education, English has to be learned by all students in Singapore and is the sole medium of instruction at university level. English use at home has also increased from 11.6% in 1980 to 20.2% in 1990 (Simpson, 2007). One feature of today's Singapore is that many conversations carried out among three ethnic groups, Chinese, Indians and Malay show extensive code-switching to and from English.

Concerning the development of a national identity, the natural means of constructing a shared identity, including Chinese, Indian and Malay was not available to the government due to the lack of a long national history. The government instead used the need for survival of the nation in face of the economic challenges as a means of creating a common, binding identity. The government maintained its previous strong commitment to Singapore as a multiracial nation-state, and emphasised the goals of economic growth and equal rights and opportunities as uniting Singapore (Simpson, 2007). Although the Singaporean policy of multilingualism does not directly bring about integration and the growth of a single national identity, it has nevertheless been instrumental to the harmony of different racial groups in the country, allowing for a collective identity to evolve (Simpson, 2007).

NEGOTIATION OF LANGUAGE AND ETHNIC IDENTITY IN MULTILINGUAL CONTEXTS

Traditionally, the key linguistic means of negotiation of identities discussed in the bilingualism/multilingualism literature include code-switching, code-mixing, and language choice. The *Sociopsychological*

LINGUISTICA

approach, which is the first paradigm to investigate the negotiation of identities in multilingual contexts, comprises a wide number of inter-group approaches, drawing upon Taifel's (1981) theory of social identity (cf. Agnihotri and Sachdev, 1998).

Drawing on Taifel's framework, a theory of ethnolinguistic identity which regards language as a salient marker of ethnic identity and group membership is initially known as Social Accommodation Theory (Giles, 1977) and has been refined and evolved into what is now referred to generally as Communication Accommodation Theory (CAT), extending Social Accommodation Theory to all aspects of communication. CAT proposes that individuals indicate their positive attitudes towards each other by adapting their communicative behaviours to those of their interlocutor, which is known as *convergence*. On the contrary, individuals can also distance themselves from the interlocutor by refusing to modify their original communicative style, which is known as *divergence* (Chin and Wigglesworth, 2007, p. 118).

Criticisms of sociopsychological approaches are commonly directed at the over-simplification and essentialisation inherent in their conceptual premises (Hamers and Blanc, 2000; Hoffman, 1989). The one-to-one correlation between language and identity is criticised for its monolingual and monocultural bias, which regards individuals as members of homogeneous and bounded ethnolinguistic communities. The monolingual bias obscures the fact that there are hybrid identities and complex linguistic repertoires of bilinguals/multilinguals living in the modern globalised world. Ethnographic investigations of multilingual contexts have posed challenges to the homogeneous view of minority communities and have revealed significant in-group differences in patterns of language contact and social organisation (Husband and Khan, 1982).

There are some studies with a focus on the role of code-switching in the construction of Asian ethnic identities. For instance, the work of Milroy and Li (Milroy and Li, 1995; Li *et al.*, 1998) on a Chinese community in the Tyneside area in the UK sought to provide an integrated model of language choice and code-switching. The researchers constructed an 'ethnic index' of the strength of ties that a particular individual had to others of the same ethnic group. They found that this ethnic index helped to explain patterns of language choice in that the use of certain code-

switching strategies was related to an ethnic network. Li (1998) analysed the productions of Chinese-English bilingual children in the two sub-groups of the Chinese community in Tyneside, the Cantonese Punti families and Ap Chau families, and found that the Ap Chau families had many more opportunities to preserve their ethnic contacts and used Cantonese with a wider range of interlocutors in the Chinese community. As a result, children from these families were able to maintain more knowledge of the Chinese language, culture and history than their peers from the out-groups. Another study conducted by Lo (1999) in America is one of the few studies addressing the linguistic construction of Asian-American identities. Lo (1999) examined a conversation in which code-switching was adopted as a means of 'crossing' (Rampton, 1995, p.280), which 'focuses on code-alternation by people who are not accepted members of the group associated with the second language they employ', by one of the participants, while another participant disproved the code-switching and refused to acknowledge the addresser's appropriation of Korean-American identity.

Interactional sociolinguistics focuses on the negotiation of identities in code-switching and language choice, and views social identities as fluid and constructed in linguistic and social interaction. Two volumes which appeared in the 1980s, Gumperz's (1982) collection on language and social identity and Le Page and Tabouret-Keller's (1985) ethnographic study of language use in the Caribbean, signified a transition from sociopsychological approaches to ethnographically-oriented interactional sociolinguistics. Gumperz's (1982) ground-breaking work based on earlier insights of Fishman (1965) pioneered an understanding of code-switching as another resource through which speakers express social and rhetorical meanings and index ethnic identities. Le Page and Tabouret-Keller's (1985) investigation of the complex linguistic repertoires of West Indian communities demonstrated that multilingual speakers move around in multidimensional social spaces and that each act of speaking or silence may constitute an 'act of identity'. For Le Page and Tabouret-Keller's (*ibid.*), linguistic behaviour involves 'shifts of identity' on the part of the speaker, through which he/she 'proclaims' his/her identity. Inherent in their work is the notion that social groups are constructs of individuals who choose to identify themselves with particular groups from time

to time. The most well-known sociolinguistic model of negotiation of identities through code-switching is the Markedness Model by Myers-Scotton (1993, 1998). This framework views talk as a negotiation of rights and obligations between speaker and addressee, and attempts to explain language choices as negotiations of self-identity and desired relationships with others.

THE GUMPERZ' NOTION OF CONTEXTUALISATION AND A SEQUENTIAL APPROACH TO ANALYSIS OF CODE-SWITCHING

In making sense of utterance meaning, one often has to access certain background information or assumptions in order to validate 'hypothesis-like tentative assessment of communicative intent' (Gumperz, 1992, p. 230), and to ultimately decide on how an utterance is to be interpreted. Rejecting the traditional view of context as unidirectional in the inferential process, Gumperz considers the relationship between message and context bidirectionally, in other words, while the interpretation of an utterance in conversation is based on context, the context itself is constantly undergoing revision and updating in the course of the conversation (*ibid.*). Under this view, Gumperz regards that the context is dynamic and interactively constructed. Therefore, Gumperz (1992) defines the notion of contextualisation as:

Speakers' and listeners' verbal and nonverbal signs to relate what is said at any one time and in any one place to knowledge acquired through past experience, in order to retrieve the presuppositions they must rely on to maintain conversational involvement (p. 230).

According to Gumperz (1982), contextualisation cues are 'surface features of messages from which speakers (use to) signal and listeners (use to) interpret what the activity is, how semantic content is to be understood and how each sentence relates to what precedes or follows' (p. 131). Such cues may consist of 'formulaic routines, formulaic expressions, discourse routines such as openings and closings, speech delivery features such as prosody (loudness, tempo, stress, intonation, silence, laughter, back channels) and even of language alternation' (*ibid.*, p. 129). Gumperz (1982) explicitly states that code choice, including code-switching, style switching or selection among phonetic, phonological or morpho-syntactic options, works as a contextualisation cue. Specifically, he remarks,

Code-switching signals contextual information equivalent to what in monolingual settings is conveyed through prosody or other syntactic or lexical processes. It generates the presuppositions in terms of which the content of what is said is decoded (p. 98).

The choices between languages that speakers make in conversation are determined not just by situational factors, such as topics, participants or settings, and the roles that the languages have in different social domains, but also by dynamic and creative factors that support expressivity (*ibid.*).

Developing on Blom and Gumperz's (1972) idea that code-switching worked as a meaningful device that helps speakers to re-define the conversational context, Auer (1984) carried out research on code-switching behaviours among second-generation of Italian immigrants in southern Germany, using a conversation analytic approach. His work made a landmark in the study of conversational switches as devices that serve a variety of discourse-structuring functions. The aim of Conversation Analysis is to study 'the order/organisation/orderliness of social action' (Psathas, 1999, p. 2). Conversation Analysis shares the same assumption with Speech Act Theory that 'Talk is social action' (Austin, 1962; Searle, 1969). Auer (1995) proposes an approach that takes into account the sequential environment in which code-switching occurs—'the utterances both preceding and following the switching of codes' (p. 116). Accordingly, he interprets the meaningfulness of switches at the local level of the immediate conversation with an emphasis on their function in establishing sequences or demarcations between individual acts of speech (*ibid.*). Therefore, analysing an instance of code-switching sequentially will involve outlining the contextual factors and interactional activities prior to the switch, and note in the subsequent turn any display of the co-participant's recognition of the interactional meaning conveyed by the switching of codes. Milroy and Li (1995) also demonstrate how code-switching can be used as an instrument to organise the *sequentiality* of discourse, indicating special effects in sequences of speech. Drawing on the identification of adjacency pairs in Conversation Analysis, they argue that speakers act locally in order to achieve goals within the on-going interaction, instead of focusing on rationalisations that relate the choice of code to its overall societal function (Li, 1998, 2005).

LINGUISTICA

According to Gumperz (1982), languages form a structure and are functionally differentiated by 'we-code' and 'they-code' in bilingual/multilingual communities. He suggests that the ethnically specific, minority language comes to be regarded as a 'we-code' and is 'associated with in-group and informal activities' (p. 61), whereas the majority language serves as the 'they-code' and 'is associated with more formal, stiffer and less personal out-group relations' (ibid., p. 66). Gumperz notes that different languages are functionally differentiated in multilingual communities. In code-switching, the 'we-code' and the 'they-code' are often used within the same conversation. For most users of these terms, 'we-code' and 'they-code' refer respectively to the ethnic language of a bilingual community and the language of the wider society within which that community forms a minority. The opposition of 'we-code' versus 'they-code' presupposes a particular relationship between monolingual and bilingual communities, as well as particular types of social relationship within the minority community (Auer, 1998). Because of this association, the identities associated with the two codes become co-selective.

Blom and Gumperz (1972) describe language choice in the Norwegian village of Hemnes as involving two varieties, namely a local dialect and a standard form of Norwegian being used in different situations. For instance, casual observations and recording of free speech among locals in 'homes, workshops, and the various public meeting places' show that only the dialect is used in these settings. However, in 'church services, presentation of text material in school, reports and announcements at public meetings', the standard form of Norwegian is used instead (Blom and Gumperz, 1972, pp. 125-126). Another study conducted by Myers-Scotton (1993) in Kenya, East Africa, can also exemplify Gumperz's idea of 'we-/they-codes'. In this bilingual community, English and Swahili functions as the high languages and 'they-codes', whereas the various local languages function as the low languages and 'we-codes'.

It has also been found that language alternation in the classroom reproduces language practices of the wider community. For example, Camillert (1996) reports that code-switching in Maltese classrooms conveys the same values and identities as those associated with the use of the two languages in the Maltese society. Maltese is used 'to convey friendliness and warmth and to reduce the distance between the teacher and the learners', while

English is used 'to increase the social distance between the participants' (p.85). This dichotomy clearly echoes Gumperz's 'we-/they-codes'.

However, Gumperz's framework raises issues for its grounding on language segregation. Language alternation does not always constitute a meaningful juxtaposition that is symbolic. The 'we-/they-codes' distinction is not agreed upon by all researchers. For example, Gafaranga and Torras (2001) posit that code-switching 'is, not any occurrence of two languages within the same conversation, but rather any instance of deviance from current medium which is not oriented to as requiring any repair' (p. 1). Auer (1991) pinpoints the problematic nature of this formulation:

The often invoked characterisation of languages as a 'they-code' and a 'we-code' tends to be used as an *a priori* schema imposed on code alternation data from outside. It is also too gross and too far away from participants' situated, local practices in order to be able to capture the finer shades of social meaning attributed to the language in a bilingual repertoire. (p. 333)

Myers-Scotton (1993) argues that when code-switching is an unmarked choice, it symbolises speakers 'dual membership', constituting a default option that is meaningful as a signal of shared, multilingual identity. Similarly, Auer (1998) proposes the notion of a 'fused lect' to denote a mixture-by-default, where the blending of structures from various language sources does not have any particular conversation-structuring function. In contrast, the combination of structures is meaningful as a symbol of group identity and mode of conversation. Gafaranga (2000) further indicates that 'language alternation may be an instance of deviance from language separateness, but it may also be a code in its own right' (p. 82). The fact that the adoption of code-switching may itself be an 'act of identity' can be clearly seen in the study of 'crossing' carried out by Rampton (1995), who describes adolescents in Britain using features of Punjabi and Creole so as to create a trans-racial 'common ground'.

The 'we-/they-codes' distinction breaks down in situations such as that described in Meeuwis and Blommaert (1998). They describe the Lingala-French language code-switching patterns among Zairians in Belgium as a type of 'monolectal code-switching', which means it is a combination of structures that is perceived by speakers as one code in its own right, acting as the

LINGUISTICS

default choice in in-group communication with the same functions and effects as those usually associated with languages (Meeuwis and Blommaert). In Zaire, French is the official language. All the national languages of Zaire are integrated with French and thus spoken as code-switching varieties. For example, Lingala-French and Swahili-French, two code-switching varieties, both have their own range of social, stylistic and register variation (Gardner-Chloros, 1995).

Gafaranga and Torras (2001) note that bilingual speakers of Kinyarwanda-French, Catalan-Castilian and Castilian-English may mix elements of their languages as if they are speaking one single language. Singh (1983) points out that in India, speakers with social aspirations may adopt English as their 'we-code' and Hindi as their 'they-code' to show themselves to be a different kind of minority group. A similar case where the 'we-/they-codes' distinction fails to account for the variation and the code-switching behaviours is reported in Swigart (1991) where code-switching forms a variety on its own in Dakar, known as Urban Wolof.

For British-born Caribbeans living in London, the 'we-code' and 'they-code' are more difficult to establish. For example, an ethnographic study of the community combined with an analysis of real conversational practices carried out by Sebba and Wootton (1998) suggests that both the ethnic minority language London Jamaican and the majority language London English have some of the features of being the 'we-code', particularly for young Caribbean Londoners. London Jamaican serves as the 'we-code' for the exclusion of outsiders in the domain of family and peer groups, mainly in informal situations. However, London English also has characteristics of the 'we-code' since it is used among family and peers in the most intimate discussions and is the preferred code for most of the participants in the study. The study suggests that the notion of 'we/they-codes' is much more complex than a simplistic equation of 'we-code' with the ethnic minority language and 'they-code' with the majority language.

In Hong Kong, Li (1996) demonstrates how code-switching is a 'local pragmatic response to the symbolic domination of English in Hong Kong' (p. 49). In Hong Kong, Cantonese, which is a majority language, can be seen as a 'we-code' for both teachers and students in classrooms where English is learnt as a second language. On the other hand, English, which has the higher status, is distant from the ethnic

Chinese population and functions as a 'they-code'. Teachers make use of the two languages to 'negotiate for different role relationships with the students' in Hong Kong schools where the medium of instruction is English rather than Cantonese (*ibid.*, p. 68). Sebba and Wootton (1998) demonstrate that the notion of 'we-code' and 'they-code' is much more complicated than what is implied by invoking contrasts in language use regarding to gross association of situational factors by showing cases of 'we-/they-codes' in various contexts. Their study shows that English, which functions as a 'they-code', is widely used in formal situations such as business and higher education, while Cantonese, a 'we-code' is used in informal conversations.

Gumperz (1982) proposes two types of language alternation, which are 'situational code-switching' and 'metaphorical code-switching'. Situational code-switching occurs when distinct varieties are associated with changes in interlocutor, context or topic, and is therefore a direct consequence of a diglossic distribution of the varieties. This kind of language alternation can be directly related to the roles that each language has and the norms on the appropriateness of different language choices in specific sets of domains of social activity. In situational code-switching, where a code or a speech style is regularly associated with a certain class of activities, it comes to 'signify or connote them', so that its use can 'signal the enactment of these activities even in the absence of other clear contextual cues' (Gumperz, 1982, p. 98).

The case of metaphorical code-switching is more complicated than situational code-switching. Metaphorical code-switching occurs when there are changes in language variety without any 'external prompting' (Gumperz, 1982, p. 98). The signalling mechanism involved is 'a shift in contextualisation cues, rather than a shift in topic and other extra-linguistic context markers that characterise the situation' (*ibid.*, p. 81). In metaphorical code-switching, the purpose of introducing a particular variety into the conversation is 'to evoke the connotations, the metaphorical 'world' of that variety' (p. 98). Situational code-switching and metaphorical code-switching are different in the sense that situational code-switching consists of 'direct application of the norm', while metaphorical code-switching works through 'violation of co-occurrence expectations' (Gumperz, 1982, p. 98), that is to say, metaphorical code-switching is 'orderly' because it

LINGUISTICA

is 'an instance of deviance from the norm of one-situation-one-language' (ibid, p. 98). Metaphorical code-switching is also functional, as it is used when the speaker wants to convey a meaning beyond what she or he says (Gumperz, 1982). Under this view, metaphorical code-switching has a 'semantic effect', which 'depends on the existence of a regular relationship between variables and social situations'.

There is one type of non-functional language alternation, which is referred to as 'conversational code-switching' by Gumperz. Gumperz (1982) further explains that this type of code-switching 'occurs in conditions of change where speakers' ethnic identities and social background are not matters of common agreement' (p. 64). Briefly, conversational code-switching is viewed as repairable deviance.

In addition to Gumperz's (1982) list of conversational functions, which includes 'quotation, interjection, reiteration, message qualification, addressee specification, a change in the participant constellation, and inclusion or exclusion of bystanders' (pp. 75-84), Auer (1984) also describes several conversation-oriented functions of code-switching, which include 'the highlighting of reported speech, parentheses or side-comments, recitations or quasi translations for emphasis, change of mode, language play and topicalisation' (Ch. 3). Furthermore, according to Milroy and Li (1995), typical functions of code-switching are to 'express disagreement, to refuse an offer or to initiate a repair on the part of the listener' (p. 288). Appel and Muysken (1987) offer a taxonomy of five functions of code-switching, which consist of 'referential, directive, expressive, phatic and metalinguistic' functions. Citing Poplack (1980), they stress that code-switching has an expressive function, which may be used by speakers to emphasise a mixed identity.

Some recent research on code-switching corpora examines how Conversation Analysis can be supplemented when relevant aspects of the social meanings are being taken into consideration. For example, Chen (2007) concludes from his/her examination of a corpus of Taiwanese/Mandarin code-switches in TV talk shows in Taiwan several functions which contribute to the organisation and structuring of the discourse, such as 'bracketing side-comments, reported speech, or self-repair, within turns; and for side-sequences, obtaining of the floor, and repair/reformulation, between turns' (pp.130-131).

Motivations to choose one language over another are multiple and complex. Myers-Scotton (1993) has proposed the Markedness Model of Code-switching, focusing on social motivations of code-switching. This model was developed by Myers-Scotton and her associates in a series of publications (Myers-Scotton, 1993, 1998). It was mainly influenced by Elster's (1989) Rational Choice model, which was set out to ask questions such as what the social motivations of code-switching are. Myers-Scotton (1993) answers the question by stating that 'the decision to engage in code-switching is a prime example of an intentional, if often unconscious, social message in a bilingual community' (pp. 1259-1260). The Markedness Model assumes that all linguistic code choices are 'indexical of a set of rights and obligations holding between participants in the conversational exchange' (Myers-Scotton, 1988, p.52) and suggests that 'speakers' language choices are not random but predictable via a set of indicators that are associated with each of the languages in their repertoire' (Myers-Scotton, 1993, p. 90).

From Myers-Scotton's (1993) point of view, language choices are either 'unmarked' or 'marked'. Myers-Scotton (2006) notes that in every multilingual community there is always 'a continuum of choices for a particular interaction type that are considered unmarked' (p. 159). 'Unmarked' is thus understood both as the 'default' choice and the most frequent choice. In regard to language, the unmarked choice is 'the linguistic variety which is most expected' (Myers-Scotton, 1993, p. 83). For example, for bilinguals in France, the unmarked code choice in a government office is French but not the other languages they speak. Or for most English-Spanish bilinguals in America, the unmarked choice for the elderly relatives in a family gathering is Spanish. With family and friends, in-group values prevail, however, in out-group situations 'it is the more dominant members who can influence the unmarked choice' (Myers-Scotton, 2006, p. 159).

In the Markedness Model of code-switching, Myers-Scotton (1993) indicates that there are two types of unmarked code-switching: 'sequential unmarked code-switching' and 'code-switching itself as the unmarked choice' (p. 114). The two types of unmarked code-switching occur under different circumstances, but ultimately have related motivations: 'sequential unmarked code-switching' is triggered by 'a change in the situational factors, during a talk exchange' (ibid.).

When one or more of the situational factors change within the course of a conversation, it may cause changes in the unmarked Rights and Obligations set, which is external to the speaker. As a result, the speaker will switch codes if he or she wishes to index the new unmarked Rights and Obligations set.

Speaking two languages within the same conversation is also an unmarked choice for speakers in bilingual countries. Such switching is intrasentential and sometimes within the same word. Myers-Scotton (1993) explains code-switching itself as the unmarked choice as follows:

The motivation for such switching is the same as that for choosing a single linguistic variety which is an unmarked choice. When the speaker wishes more than one social identity to be salient in the current exchange, and each identity is encoded in the particular speech community by a different linguistic variety, then those two or more codes constitute the unmarked choice (p. 162).

The optimal choice may turn out to be the alternate use of two languages or, in other words, 'code-switching itself can constitute an unmarked choice', if speakers choose to use language alternation to symbolise their social identity and social relationship in certain settings (Myers-Scotton, 1993, p.117). Unlike Fishman and Gumperz, Myers-Scotton does not see this type of language alternation as a case of repairable deviance. However, the details of Myers-Scotton's statements regarding 'code-switching itself as an unmarked choice' are debatable and problematic. As Myers-Scotton (1993) herself notes, this type of language alternation is not found in all bilingual communities. It is community-specific rather than the result of simple mathematical addition.

According to the Markedness Model of Code-switching, the marked choice is the 'linguistic variety which is most unusual' and 'a break from the communicative norm' (Myers-Scotton, 1993, p. 89). In turn, they are two types of marked choices. The first type is when the speaker switches from one language to the other to 'negotiate a different Rights and Obligations set', or more commonly a change in the speech situation (Myers-Scotton, 2006, p. 160). The speaker making a marked choice is to call for a new situation, for a new Rights and Obligations set to be in effect. In the case of marked code-switching, the speaker initiates to re-define the context, starting the

negotiation of the 'speaker's persona and the speaker's relation to other participants' (Myers-Scotton, 2006, p. 160). Hence, making a marked choice can be seen as a negotiation about the solidarity or the power dimension (Myers-Scotton, 2006). In this type of marked code-switching, only one variety is used at one time. The second type of marked code-switching is when speakers momentarily use language B in a discourse language A. Myers-Scotton (1993) identifies that such instances of code-switching are functional and deviant from the norm of 'one-situation-one-variety' (p. 169).

Assumptions about identities and indexicality made in Myers-Scotton's Markedness Model have faced a number of criticisms. Firstly, critical sociolinguists argue that identity should not be used as an explanatory concept in linguistic contexts, since the concept of identity itself needs explanation (Cameron, 1990; Johnstone, 1996; Tannen, 1993). Secondly, the essentialised links between languages and specific national or regional groups have been criticised for neglecting the fact that individuals may also construct particular identities through linguistic resources of groups to which they don't belong (cf. Cutler, 1999). Finally, a number of researchers are concerned about the notion of indexicality and the unproblematic link it posits between languages, identities and speech events. For example, Auer (1998) and Li (1998) argue that the notion of indexicality is too static to have the potential to capture the diversity of interactions in multilingual contexts, and the macro-sociolinguistic aspects of the speech situation will never wholly determine patterns of code-switching and language choice.

POSTSTRUCTURALIST APPROACHES TO THE STUDY OF NEGOTIATION OF LANGUAGES AND ETHNIC IDENTITIES IN MULTILINGUAL CONTEXTS

In the past two decades, owing to the pioneering efforts of Gal (1989), Heller (1995), and Woolard (1989), sociolinguistic and anthropological research on multilingualism paved a solid foundation in poststructuralist and in political economic analysis. As a result, many researchers started to consider language choices in multilingual contexts as integrated into larger social, political, economic, and cultural systems. Pierre Bourdieu, a French sociologist, explains that the official language or standard variety becomes the language of hegemonic institutions because both the dominant and the subordinated group misrecognise it

LINGUÍSTICA

as a superior language (Bourdieu, 1982). Under this view, ideologies of language are not about language alone, but instead are always socially situated and bound to questions of identity and power in societies (Woolard, 1989).

Building on the basic premises of Bourdieu's model, Woolard (1989) contends that symbolic domination is grounded in the wide acceptance of the value and prestige of a particular linguistic variety, rather than in numerical disparities between majority and minority communities. Gal (1989) similarly notes that speakers may use the microstructures of interaction to transform linguistic norms and their own stigmatised social identities. Heller's ethnographic investigation of language choice in public and private settings in Canada from 1978 to 1990 has laid the foundation for the poststructuralist study of negotiation of identities, showing that language can no longer be seen as unproblematic markers of particular identities. Drawing on her ethnographic work, Heller (1995) developed a theoretical framework for exploring ways in which language practices and negotiation of identities are bound in power relations. This framework implies that code-switching needs to be examined not as a unique phenomenon but as a part of a range of linguistic practices which speakers employ to achieve their goals and to challenge 'symbolic domination' (Heller, 1995, p. 376). Citing examples from a Montreal company and a school in Toronto, she demonstrates how code-switching allows speakers to gain access to different roles by switching from French to English or vice versa, thereby various ambiguities inherent in the situation (Heller, 1995).

IDENTITY-RELATED ANALYSIS OF CODE-SWITCHING AND CODE- MIXING PHENOMENA IN THE MACANESE COMMUNITY IN MACAO

This section introduces the types of code-switching and code-mixing identified from the data. The code-switching and code-mixing patterns with their working definitions described below are to be applied to the whole data analysis chapter. In the following, I briefly present the patterns of code-switching and code-mixing by looking at the types of language alternation which regularly occur in the data. Five types of code-switching and code-mixing have been identified: Cantonese-Portuguese

code-switching; Cantonese-Portuguese code-mixing; Cantonese-English code-switching; Cantonese-English code-mixing; and Cantonese-Mandarin code-switching respectively. They are classified on the basis of the language pair involved in the conversations.

As mentioned before, the language behaviour of the Macanese in Macao is characterised by the use of four distinct language varieties: Portuguese, English, Cantonese and Mandarin. All informants of this study seem to have a good command of speaking Portuguese, Cantonese and English. One informant is competent in Mandarin. It is observed that Cantonese-Portuguese code-switching occurs the most frequently in the data. Cantonese-Portuguese and Cantonese-English code-mixing are relatively less common. Cantonese-English code-switching is relatively rare, and Cantonese-Mandarin code-switching is very rare in terms of the number of utterances in the data. This preliminary classification of the patterns of code-switching and code-mixing in the Macanese community in Macao will be examined against the data in the following sections of this chapter, with an aim to find out the social motivations and discourse functions of code-switching and code-mixing in the community.

(1) *Cantonese-Portuguese Code-switching*

It is observed that Cantonese-Portuguese code-switching is very common in the data. As noted before, there are a significant number of cases in which the informants alternate between Portuguese and Cantonese in their conversations. Cantonese-Portuguese code-switching is defined to be, for the purpose of this study, involving an utterance in which the alternations between Cantonese and Portuguese take place across sentence boundaries. The following extract shows an instance of Cantonese-Portuguese code-switching.

The conversation takes place in the law firm. J and V, as typical code-switchers in the community, are both entirely capable of speaking monolingually in either Cantonese or Portuguese. The language pair involved in the conversation consists of Cantonese (plain characters) and Portuguese (bold).

Extract 1

J: **Isto é uma nova nomeação.**

'This is the new appointment.'

V: E.

'Er.'

J: 呢個係啲啦, 我諗. 唔係啲又. 有啲呢個 (nei1 go3 hai6 gaa3 laa1, ngo5 nam2. m4 hai6 ngak1 jau6. jau5 ngak1 nei1 go3).

This CL COP PRT SFT, I think. NEG COP PRT again. Is PRT this CL

'This is the one, I think. Just a second. This is the one.'

V: **É muito forte.**

'It is strong.'

J: **É mesma geração.**

'It is the same generation.'

(2) *Cantonese-Portuguese Code-mixing*

Another type of language alternation between Cantonese and Portuguese is Cantonese-Portuguese code-mixing. By Cantonese-Portuguese code-mixing, I refer to the alternation between Cantonese and Portuguese within clause boundaries. In such cases, the utterances are mostly produced in Cantonese. In other words, the base or matrix language is Cantonese. Portuguese elements (lexical or syntactic) are occasionally inserted or mixed into the utterances. It is observed that Cantonese-Portuguese code-mixing is relatively less common in the data. Extract 2 illustrates such utterances.

Again, the conversation is carried out by the two young Macanese, J and V. It takes place in the same law firm. The language pair involved in the conversation includes Cantonese (plain characters) and Portuguese (bold).

Extract 2

J: 呢個 **teste** 唔應該我哋做 (nei1 go3 teste m4 jing3 goi1 ngo5 dei6 zou6).

This CL teste NEG should I PL do.

'It is not our job to do this test.'

V: 唔? (ng4?)

What?

'What?'

J: 我話呢個 **teste** 唔應該我哋做 (ng5 waa6 nei1 go3 teste m4 jing3 goi1 ngo5 dei6 zou6).

I say this CL teste NEG should I PL do.

'I said that it is not our job to do this test.'

(3) *Cantonese-English Code-switching*

The term Cantonese-English code-switching refers to the utterances involving alternations between Cantonese and English at clause boundaries. However, instances of Cantonese-English code-switching are relatively rare in the data, with only a few cases having

been singled out. Consider the following extract which illustrates an instance of such a switch.

The conversation is conducted between two Macanese during the 40th wedding anniversary banquet of a Macanese couple. The languages involved are Cantonese (plain characters) and English (italics).

Extract 3

A: 佢哋話換六合彩 (keoi5 dei6 waa6 wun6 luk6 hap6 coi2).¹

He/she PL say claim Mark Six Lottery.

'They say that they are going to claim the prizes of their Mark Six Lottery.'

C: 邊個有睇? (bin1 go3 jau5 tai2?)

Who CL COP check?

'Who has checked the result?'

A: 上個啲乜嘢上到喔 (soeng5 go2 di1 mat1 je5 soeng5 dou3 ngak1).

Go DEM CL what go COP SFP.

'You can check results online.'

C: 上到. 係電腦上. 你係出邊個電腦度上網 *H.K. Hong Kong Jockey Club Mark Six*. 睇到㗎. 今日開乜嘢? 睇到㗎 (soeng5 dou3. hai6 din6 nou5 seong5. nei5 hai6 ceot1 bin1 go3 din6 nou5 dou6 seong5 5 mong5. *H.K. Hong Kong Jockey Club Mark Six*. tai2 dou3 gaa3. gam1 jat6 hoi1 mat1 je5? tai2 dou3 gaa3).

Go COP. COP computer go. You COP outside DEM computer COP go online. *H.K. Hong Kong Jockey Club Mark Six*. Check COP SFP. Today result what? Check COP SFP.

'You can go online. Use computers to go online. You can go online by using the computer outside. *H.K. Hong Kong Jockey Club Mark Six*. You can check the result. What is today's draw result? You can check it.'

(4) *Cantonese-English Code-mixing*

The conversations that have been recorded contain some cases of intrasentential Cantonese-English code-mixing. For the purpose of the present study, Cantonese-English code-mixing is used to refer to the cases where utterances are basically produced in Cantonese but with English elements (lexical or syntactic) occasionally inserted or mixed into them. Extract 4 below shows an instance of Cantonese-English code-mixing.

The conversation is conducted among two Macanese J and V and one Macao Chinese M. It

LINGUISTICA

takes place in the law firm. The languages involved are Cantonese (plain characters) and English (italics).

Extract 4

V: 喂. 阿芳啊? 阿王生啊. 我要一箱黃色 *file* 啊. 兩箱啊 (wai3. aa3 fong1 aa2? aa3 wong4 sang1 aa2. ngo5 jiu1 jat1 seong1 wong4 sik1 *file* aa2. leong5 seong1 aa2).

Hi. PRT fong1 SFP? PRT wong Mr. SFP. I want one box yellow *file* SFP. two box SFP.

'Hi. Is that Fong? This is Mr. Wong. I want to order a box of yellow files. Two boxes.'

J: 邊隻啊? (bin1 zek3 aa2?)

Which one SFP?

'Which one?'

M: 又係呢個問題 (jau6 hai6 ne1 go3 man6 tai4).

Again COP DEM CL question.

'The same question again.'

V: A4 個個囉. *Antonio?* 佢唔係度嚟而家. 你拎住一箱以前黃色A4. 佢以後都無要呢個啦. 佢話個*file*你記得要黃色 (A4 go2 go3 lo3. *Antonio?* keoi5 m4 hai6 dou6 ngak1 ji4 gaa1. nei5 ling1 zyu6 jat1 seong1 ji5 cin4 wong4 sik1 A4. keoi5 ji3 hau6 dou1 mo4 jiu3 nik1 go3 laa1. keoi5 waa5 go3 *file* nei5 gei3 dak1 jiu3 wong4 sik1).

A4 DEM CL SFP. *Antonio?* he/she NEG in now. You send PRT one box past yellow A4. he/she after also NEG want DEM CL SFP. he/she ask CL *file* you remember send yellow.

'The A4 ones. Antonio? He is not in the office now. Can you send one box of the yellow ones as usual? He is not going to order these ones anymore. He asked you to remember to send the yellow files.'

(5) Cantonese-Mandarin Code-switching

By Cantonese-Mandarin code-switching, I refer to the alternation between Cantonese and Mandarin at sentence boundaries. As noted before, the Cantonese-Mandarin code-switching is very rare in my data. Only one instance of code-switching between Cantonese and Mandarin has been recorded, which involves an informant who is capable of speaking fluent Mandarin in addition to Portuguese, Cantonese and English. Extract 5 shows this instance of Cantonese-Mandarin code-switching.

The conversation takes place in the law firm between V and W. The language pair involved is Cantonese (plain characters) and Mandarin (italics and bold).

Extract 5

V: 你覺得你自己係兒童? (nei5 gok3 dak1 nei5 zi6 gei2 hai6 ji4 tung4?)

You think PRT yourself is child?

'Do you think of yourself as a child?'

W: 唔係囉 (m4 hai6 lo3).

NEG is SFP.

'I don't think so.'

V: 你頭先以為係波大. 咁兒童係乜嘢? (nei5 tau4 sin1 ji5 wai4 hai6 bo1 daai6. gam3 ji4 tung4 hai5 mat1 je5?)

You ASP think is bo1 daai6. LNK child is who?

'You thought you were bo1 daai6 just then? So who is a child?'

W: 兒童咪係兒童囉 (ji4 tung4 mai6 hai5 ji4 tung4 lo3).

Child EMP is child SFP.

'A child is a child.'

V: 即係你嘅名啊. **你的名字啊** (zik1 hai6 nei5 ge3 ming4 aa4. ***ni de ming zi a***).

EMP is your LNK name. Your name SFP.

'It is your name. Your name.'

In sum, it is hypothesised that Cantonese-Portuguese code-switching is the language alternation which regularly occurs in the data and bears interactional significance in the Macanese community under investigation in this study.

THE LOSS OF THE PORTUGUESE LANGUAGE AMONG THE YOUNG MACANESE

In general, most Macanese in Macao are multilingual and are capable of speaking fluent Portuguese, Cantonese and English, though they differ in their levels of proficiency. As the Portuguese language environment no longer exists in Macao, which is due to the recent economic and political changes in Macao, many Macanese families have found it more and more difficult to persuade their children to use Portuguese as their home language. For the young Macanese, basic education in Portuguese is regarded as a disadvantage since it suggests illiteracy in Chinese. Thus, they have resisted the effort made by their parents and teachers and are reluctant to expose themselves to a Portuguese-speaking culture. In any case, Portuguese is no longer an appealing language for the young Macanese generation who have been raised in a society where the predominant culture is influenced by the Hong Kong

LINGUISTICS

television channels in which all programs are involved mainly in Cantonese. Consequently, teenage Macanese are more proficient in Cantonese than Portuguese. In fact, more and more Macanese people, especially the younger generation, has started to learn Mandarin and written Chinese.

In order to examine how attitudes have affected the language choice among the Macanese and to explore their attitudes towards the minority language and the majority language, in other words, Portuguese and Cantonese respectively, I use questionnaires to collect the data. It is not surprising that in the questionnaires conducted among the three informants of the present study, two out of the three informants, namely J and C, self-report that they speak Portuguese, Cantonese and English. The remaining informant V indicates that he has the competence in Mandarin in addition to Portuguese, Cantonese and English. In the questionnaire, the older informant C, who is in his 50s, remarks that he speaks only Portuguese at home, whereas the other two younger informants J and V, who are in their 20s, indicate that they speak in both Portuguese and Cantonese when talking to their parents and siblings. More interestingly, one young informant, J, reports that he speaks English and Cantonese, as well as Portuguese at home. When asked what language(s) they use to speak to their children, or what language(s) they are likely to use when they have children, the older informant C indicates that he speaks Portuguese to his children. In contrast, the two young informants J and V believe that if they had children, they would speak Cantonese and English to them. When asked which language they think is important for the future generation, all informants express that Portuguese, English and Cantonese are equally important. As indicated in the questionnaires, the two young informants J and V feel more comfortable using both Portuguese and Cantonese on a daily basis than using Portuguese only, whereas the older informant C remarks that he feels more comfortable when he only speaks Portuguese. As we can see from the data, Portuguese is losing its ground among the local Macanese, particularly among the younger generation.

The Macanese attitudes towards Portuguese culture, Chinese culture and the Macanese identity have also been elicited by using the questionnaires. Macao's lifestyle and popular culture are remarkably affected by

Hong Kong, which has a similar political and economic system and where people speak the same dialect, Cantonese. Unlike their parents and grandparents, who previously looked down on the local Chinese, the young Macanese who are in their 20s and 30s have no difficulties in mingling with them. Most of the Macanese feel very proud of their distinctive Macanese identity, which is perceived as a combination of Portuguese and Chinese cultures. Clearly, as indicated in the questionnaires, all three informants remark that they have extensive exposure to the Hong Kong mass media, including Cantonese TV programs, movies, pop music, newspapers and magazines. All three informants express that they would identify themselves as Macanese instead of either Chinese or Portuguese, which is in line with the previous studies that suggest the Macanese ethnic identity is a distinct mixture of Portuguese and Chinese cultures (Yee, 2001).

As noted before, the Macanese community may have a tendency to lose their own Portuguese culture and the Portuguese language in the near future as they gradually integrate with the Chinese community through processes such as intermarriage and acceleration of cultural assimilation. Although some local scholars have pointed out the importance of maintaining the Portuguese language in post-1999 Macao, it seems that the Macao SAR government is more enthusiastic in restoring Chinese as the first official language than maintaining Portuguese as a second official language. The Basic Law stipulates that the Macao SAR will make language policies on Portuguese language education. However, the prospects for Portuguese language education are not promising. This is evident, for example, in the fact that local Chinese schools are unwilling to include Portuguese as a second language in the curriculum. All these have raised the question of whether the Macanese community as a distinct ethnic group with both Portuguese and Chinese cultures will become extinct in the future. Thus I claim that more awareness of how to preserve the linguistic and cultural distinctiveness of the Macanese community should be raised.

In sum, I have thus far demonstrated that the Portuguese language is losing its superior status in the Macanese community. It has become much less attractive to learn Portuguese in the Macanese community, particularly among the young Macanese. To account for the totality of the data, I claim that there

LINGÜÍSTICA

is a strong need to preserve the Portuguese language and the unique Macanese identity in the Macanese community. In the following section, I will examine the relations between language and ethnic identity in the Macanese community by adopting Interactional Sociolinguistic approach, including Gumperz's 'we-/they-codes' and 'situational/metaphorical' framework and Myers-Scotton's 'code-switching itself as an unmarked choice' model.

LANGUAGE AND ETHNIC IDENTITY IN THE MACANESE COMMUNITY: AN INTERACTIONAL APPROACH

As stated above, Interactional Sociolinguistics focuses on the negotiation of identities in code-switching and language choice in the multilingual contexts, and views social identities constructed in linguistic and social interaction. Relating language use to identities, there are two of principles that are common in multilingual contexts: identities are constructed in conversations and identity work is interactional. The perspective of Interactional Sociolinguistic approach was pioneered by Gumperz, who was interested in examining how linguistic variation is used as an index of speaker's identity in actual face-to-face conversation. The most famous sociolinguistic model of negotiation of identities through code-switching is the Markedness Model by Myers-Scotton (1993, 1998). This model views talk as a negotiation of rights and obligations between speaker and addressee, and attempts to explain language choices as negotiations of self-identity. In the first section, I argue that Cantonese-Portuguese code-switching can be regarded as a 'we-code' in the Macanese community, which suggests that the 'we-code' and 'they-code' distinction is not present in the way that Gumperz's (1982) 'we-/they-code' theory might have predicted. In the second section, I illustrate examples of situational and metaphorical code-switching following Gumperz's notions. In the final section, in line with Myers-Scotton's Marked Model, I hypothesise that Cantonese-Portuguese code-switching is an unmarked choice in the Macanese community.

In the first instance, I will explore Gumperz's concept of 'we-/they-codes' and their association with the notion 'identity'. The concept of 'we-code' and 'they-code' was first introduced into the code-switching literature by Gumperz (1982). According to Gumperz,

'we-code' and 'they-code' refer respectively to the ethnic minority language of a bilingual community and the majority language of the wider society within which that community forms a minority group. The concept of 'identity' is often invoked at the same time. For example, Gumperz (1982) also makes a connection between the 'we-/they-codes' and the notion of group identity:

The tendency is for the ethnically specific, minority language to be regarded as the 'we-code' and become associated with in-group and informal activities, and for the majority language to serve as the 'they-code' associated with the more formal, stiffer and less personal out-group relations. (p. 66)

It is by no means certain that the 'we-/they-codes' distinction is meaningful in all bilingual minorities. Some minority communities within a larger society may be relatively easy to identify, while others are the opposite. The complexity of the relationships between minority communities and majority communities, as well as the languages involved, implies that 'we-code' and 'they-code' can not be taken as given in any particular situation (Auer, 1998). Auer (1991) pinpoints the problematic nature of the notion of 'we-/they-codes' with the following remark: 'The often invoked characterisation of languages as a 'they-code' and a 'we-code' tends to be used as *a priori* schema imposed on code alternation data from outside' (p. 333). However, Gumperz (1982) emphasises that this straightforward association between communicative style and group identity is a 'symbolic one' and 'does not directly predict actual usage' in any given instance (p. 66).

I have shown the problematic nature of Gumperz's notion of 'we-/they-codes'. In this section, I argue that in the Macanese community Cantonese-Portuguese switching can be seen as a 'we-code' to signify the Macanese in-group identity.

According to By-census 2006, in Macao Cantonese is a majority language spoken by 95% of the total population, mainly among the Macao Chinese. It is the language which is most widely used in various domains. Portuguese functions as the minority language spoken by only 0.6% of the population, mainly among the Macanese, and is used only in the government and public sectors (Statistic and Census Service Macao SAR Government, 2007). In the Sino-Portuguese Joint Declaration of 1987 with regard to the transition

of Macao in 1999, Portuguese is designated to be the second official language (following Chinese) in the Macao Special Administrative Region.

Within the Macanese community in Macao, while Portuguese is the minority language, it is deemed appropriate for formal functions with higher status, such as government and official communications. On the other hand, Cantonese, the majority language, had gradually become the language of most Macanese homes by the late 1980s, alongside the growth and spread of Cantonese-speaking television and the popular culture of Hong Kong. The language has increasingly been considered appropriate in informal situations such as family gatherings among the Macanese. Although a simplistic equation of 'we' with ethnic minority language would predict that Portuguese should function as the 'we-code' for Macanese, the actual language situation of Macanese community proves more complicated. There is no straightforward association between the situation in which an utterance occurs and the language in which it is produced. In addition, the boundaries of the communities and those of the languages are by no means clear-cut in the case of Macao.

Based on the data of the study, it is observed that conversations in both informal and formal settings usually involve Portuguese and Cantonese. While Portuguese could be seen as the ethnically exclusive code, I argue that it is the ability to use Portuguese and Cantonese which most saliently characterises the Macanese identity. For the informants of this study, instead of having one language exclusively as the 'we' code, Portuguese and Cantonese both seem to share some of the features of 'we-code'. Portuguese is a 'we-code' since it excludes outsiders, particularly the majority Chinese community in Macao. However, Cantonese is also a 'we-code', as it is used among family members such as parents and siblings in informal situations. As noted before, all three informants indicated in the questionnaires that they feel more comfortable using both Portuguese and Cantonese on a daily basis, which supports my hypothesis that Cantonese-Portuguese switching can be seen as a 'we-code' in the Macanese community.

In the next section, I will turn to my data to illustrate how Cantonese-Portuguese switching can be used as a 'we-code' in different social settings, including both formal and informal situations.

In bilingual societies, very often bilinguals alternate between two languages according to different discourse domains. For example, the majority language usually serves as a 'they-code' and is used in public domains, whereas the minority language functions as a 'we-code' and is used in private domains. The 'they-code' can perform a range of functions, including 'creating distance, asserting authority, expressing objectivity and suppressing the taboo-ness of an interaction' (Bhatia and Ritchie, 2006, p. 342). Bhatia and Ritchie further list the functions of the 'we-code', including 'conveying in-group membership, informality, intimacy and emotions' (ibid.). Let us now look at some extracts from the conversations involving the Macanese informants which support my hypothesis that Cantonese-Portuguese switching can be regarded as a 'we-code' and used in different domains.

Extracts 6 and 7 were taken from conversations in an informal and a formal situation respectively, namely the 40th wedding anniversary banquet of a Macanese couple and in the law firm. Cantonese-Portuguese code-switching regularly occurs in these two domains. The differential uses of the codes in the conversations suggest that the 'we-code' and 'they-code' distinction does not manifest itself in the same way as Gumperz's (1982) original formulation. The following extracts will illustrate this point.

Extract 6

C: **Olha! Olha! O que está o gajo lá a fazer?** 嘩, 狂叫啊 (Olha! Olha! O que está o gajo lá a fazer? waa4, kwong4 giu3 aa3).

Olha! Olha! O que está o gajo lá a fazer? PRT, scream SFP.

'Watch! Watch! What is he doing? Screaming.'

D: 一白遮三醜啊 (jat1 baak3 ze1 saam1 cau2 aa3).

One white cover three ugly SFP.

'A white complexion is powerful enough to hide seven faults.'

C: **Já comprou o bilhete?**

'Have you bought the tickets?'

A: 頭先滴咗啲水落去. **Está na minha mala** (tau4 sin1 dik6 zo3 di1 seoi2 lok6 heoi3. **Está na minha mala**).

Before spill DEM CL water down. **Está na minha mala**.

'I spilled some water on it before. It is my handbag.'

LINGUÍSTICA

- C: 喂,喂,喂. **Não quero. Quero tinto pá** 狂叫啊 (wai2, wai2, wai2. **Não quero. Quero tinto pá.** kwong4 giu3 aa4).
 Hey, hey, hey. **Não quero. Quero tinto pá.** Scream SFP.
 'Hey, hey, hey. No, I don't want. I want red wine. I am screaming.'

Extract 7

- V: **Qual é a resposta da Salina? A resposta dela.**
 'How did Salina reply? Her reply.'
 J: 乜嘢 **resposta** 啊? 乜嘢 **resposta** 啊? (mat1 je5 **resposta** aa3? mat1 je5 **resposta** aa3?)
 What reply SFP? What reply SFP?
 'What reply? What reply?'
 V: *Ms. 狄波拉囉* (*Ms. dik6 bo1 laai1 lo3*).
Ms. dik6 bo1 laai1 lo3.
 'Ms. dik6 bo1 laai1 lo3.'
 J: 哦 (o2).
 Oh.
 'Oh.'
 V: **Espero que responde também fosse como a resposta da Salina.**
 'I hope that the reply would be the same as Salina's.'
 J: **Salina? O que ela disse?**
 'Salina? What did she say?'

Extracts 6 and 7 are two instances which show that Gumperz's 'we-/they-codes' distinction breaks down in some contexts. A Cantonese-Portuguese code-switching pattern has been frequently found in both social gatherings and in workplaces. In other words, the switching of both the minority language (Portuguese) and the majority language (Cantonese) is associated with both informal situations and formal situations. It is observed that the three informants J, V, and C, rarely speak in only one language variety in either public domains or private domains. In fact, their speech is characterised by Cantonese-Portuguese code-switching. In such cases, Cantonese-Portuguese code-switching begins to acquire 'language-like' properties. Consequently, I hypothesise that in the data of the present study, this Cantonese-Portuguese code-switching functions as a 'we-code' to convey their in-group Macanese identity.

To sum up, following Gumperz's concept of 'we-/they-codes', I have demonstrated that the notion of 'we-code' and 'they-code' is much more complicated than what is implied by the gross association of code

choice with situational factors. Therefore, based on the data of the present study, I have hypothesised that Cantonese-Portuguese code-switching serves as a 'we-code' and I also have argued that the adoption of Cantonese-Portuguese code-switching may itself be an 'act of identity'.

Research over the past three decades has highlighted local meanings and functions of code-switches in ways that can be subsummarised under two broad categories: situational and metaphorical code-switching. In this section, I briefly explain these two functional emphases of code-switching and then give examples of how situational/metaphorical code-switching generates meanings about identities.

Gumperz's (1982) model allows two types of language alternation: 'situational' and 'metaphorical' code-switching. Situational code-switching, as the term implied, are triggered by a change in the situation, such as changes in interlocutor constellation, context, or topic. Thus, situational code-switching is perceived as a 'direct consequence of diglossia' (Gumperz, 1982, p. 61), in other words, codes are switched when observable changes occur in the settings, for example, to accommodate a speaker who comes from a different language background. Extract 8 illustrates an instance of such switch.

Extract 8

- J: 呢個 **teste** 唔應該我哋做 (nei1 go3 **teste** m4 jing1 goi1 ngo5 dei6 zou6).
 This CL **teste** NEG should I PL do.
 'This test should not be our job.'
 V: 唔? (ng4?)
 What?
 'What?'
 J: 我話呢個 **teste** 唔應該我哋做. **É só puxar isto** (ngo5 waa6 nei1 go3 **teste** m4 jing1 goi1 ngo5 dei6 zou6. **É só puxar isto**).
 I say this CL **teste** NEG should I PL do. **É só puxar isto**.
 'I said that this test should not be our job. Only this one.'
 V: **Na minha casa também não há nada a ver comigo.**
 'It is none of my business either.'
 A: 呢個牌子好貴喔 (nei1 go3 paai4 zi2 hou2 gwai3 ngak3).
 This CL brand EMP expensive SFP.
 'This is an expensive brand.'

LINGUISTICS

- J: 貴嘅啊 (gwai3 ge3 aa3).
Expensive PRT SFP.
'It is expensive.'
- A: 義大利嘅嗎? 使唔使 5 個? (ji6 dai6 lei6 ge3 maa1? sai2 m4 sai2 m5 go3?)
Italian LNK SFP? Need NEG need five CL?
'Is it an Italian brand? Does it cost 500 dollars?'
- J: 1 千蚊到啦 (jat1 cin1 man1 dou2 laa1).
One thousand dollar around SFP.
'Around one thousand dollars.'

The conversation in Extract 8 takes place in the law firm. The law firm has created a multicultural work environment for 27 lawyers, notaries and trainees. Their multinational team comes from all around the globe, including Macao, Portugal, Mainland China, India, Angola and the Philippines. As the extract shows, from line 1 to line 4, the talk between two Macanese colleagues J and V is conducted in the alternation between Portuguese and Cantonese. They switch between the two codes as an unmarked choice in the Macanese community. In line 5, when a Macao Chinese colleague approaches them and addresses them in Cantonese, J and V shift to using Cantonese only to carry out the ensuing conversation, in recognition of the fact that their colleague A is not from the Macanese community. In this case, the switch from the mixed code of Portuguese and Cantonese to monolingual Cantonese is an instance of 'situational code-switching' (Gumperz, 1982, p. 61), which is used by J and V to accommodate A, a Macao Chinese, who does not speak Portuguese but joins the conversation. Thus, this switch is used to narrow the social distance between the interlocutors.

Now let us consider another example of situational code-switching. Extract 9 illustrates an instance of situational code-switching as well.

Extract 9

- J: **O que está a ouvir ?**
'Are you there listening?'
- V: **Uma música de um cantor ?**
'A song of the singer?'
- J: 咁你今晚同長毛過中秋.有無得諗啊? (gam3 nei3 gam1 maan5 tung4 coeng4 mou1 gwo3 zung1 cau1. jau5 mou5 dak1 nam2 aa1?)
EMP you tonight with Coengmou celebrate Mid-Autumn Festival. Would NEG EMP think SFP?

- 'So are you going to celebrate Mid-Autumn Festival with Coengmou? Would you think about it?'
- V: 咁過啦一齊 (gam2 gwo3 laa1 jat1 cai4).
EMP celebrate PRT together.
'Then celebrate it together.'
- J: 咁整個綠色嘅月餅啊 (gam2 zing2 go3 luk6 sik1 ge3 jyut6 beng2 aa1).
EMP give CL green LNK moon cake SFP.
'Then give me a green moon cake.'

The conversation in Extract 9 takes place in the same office. At the beginning of the conversation, as line 1 and line 2 show, the two Macanese colleagues J and V are chit-chatting in Portuguese, talking about the song that V is listening to. As the topic changes to the celebration of Mid-Autumn Festival, which is a traditional Chinese holiday, J switches from Portuguese to Cantonese. After that, J and V continue the rest of the conversation in Cantonese. Gumperz (1982, p. 61) termed 'situational' code-switching directly related to 'language choice in specific sets or domains of social activities'. Changing activity constellations, such as shifts in topics, will trigger a change in the language of the interaction. In this case, the switch from Portuguese to Cantonese is clearly situational, which is prompted by the change in topics.

Metaphorical code-switching, on the other hand, refers to changes in speaker's language choice when the situation remains the same. In this case, the function of metaphorical code-switching is to convey special communicative intent, which depends on the association between a particular language and a particular situation. Such switching 'occurs when there are changes in variety without external prompting' such as interlocutor, context or topic (Gumperz, 1982, p. 62).

Code-switching has a frequent correlation with reported speech in conversation. Framing a quotation is a significant function of code-switching. It is common for speakers to switch codes when they quote something mentioned by someone else before. The code used in the quotation may not necessarily be that of the actual speech being reported. Neither is the direction of the switch always significant. The use of code-switching not only marks 'the boundary between the quotative verb and the quote itself', but also gives speakers another 'voice' to encode expressive meanings (Gumperz, 1982, p. 78). Thus, code-switching in quotations is rather complex and involves additional phenomena apart from

LINGUISTICA

a simple switch to mark a quotation. The following extract illustrates an instance of code-switching in reported speech. Extract 10 illustrates an instance of metaphorical code-switching.

Extract 10

S: 敏感嘅問題來啦 (man5 gam2 ge3 man6 tai4 lai4 laa3).

Sensitive LNK question come SFP.

'Here comes the sensitive question.'

L: 有幾敏感? (jau5 gei2 man5 gam2?)

How sensitive?

'How sensitive?'

S: 好敏感. 有幾多個男朋友? (hou2 man5 gam2. jau5 gei2 do1 go3 naam4 pang4 jau5?)

Very sensitive. How many CL boyfriend?

'Very sensitive. How many boyfriends did she have?'

A: 四十年乜都化啦 (sei3 sap6 nin4 mat1 dou1 faa3 laa1).

Forty year PRT all fed up SFP.

'You will stop caring about this after all these forty years.'

C: 你唔好話有幾多個男朋友. 男女朋友 (nei5 m4 hou2 waa6 jau5 gei2 do1 go3 naam4 pang4 jau5. naam4 nei5 pang4 jau5).

You NEG PRT say have how many CL boyfriend.

Boy girl friend.

'Don't just say how many boyfriends. Boyfriends and girlfriends.'

S: 講錯咗 (gong2 co3 zo2).

Say wrong SFP.

'You said the wrong thing.'

C: *David* 係乜嘢? (*David* hai6 mat1 je5?)

David COP who SFP?

'Who is David?'

S: *David* 係曾經. 老公就話一個 (*David* hai6 cang4 ging1. lou5 gung1 zau6 waa6 jat1 go3).

David is ex. Husband EMP say one.

'David is the ex. The husband says that she had only one boyfriend.'

C: 好專一 (hou2 zyun1 jat1).

EMP faithful.

'Very faithful.'

L: 就信啊 (zau6 zeon3 aa3).

EMP believe SFP.

'We don't believe it.'

S: 老公就答佢一個. 老婆就答三個. 老婆個方面就話有三個. 而老公都話佢曾經有三個 (lou5

gung1 zau6 daap3 keoi3 jat1 go3. lou5 po4 zau6 daap3 saam1 go3. lou5 po4 go2 fong1 min6 zau6 waa6 jau5 saam1 go3. ji4 lou5 gung1 dou1 waa6 keoi5 cang4 ging1 jau5 saam1 go3).

Husband EMP answer he/she one. Wife EMP answer three. Wife DEM side EMP answer has three. And husband also answer he/she ASP has three.

'The husband answers that he had one girlfriend.

The wife answers three. The wife says that she had three boyfriends. And the husband also says three.'

L: **Ao contrário. Ela dissera que ele é mentiroso.** 你講大話. 打佢 (**Ao contrário. Ela dissera que ele é mentiroso.** nei5 gong2 daai6 waa6. daa2 keoi5).

Ao contrário. Ela dissera que ele é mentiroso. You lie. Beat him/her.

'She said that he was a liar. You lied. Beat him.'

In Extract 10, the conversation takes place during the 40th wedding anniversary banquet of the Macanese couple. The guests attending the banquet include both Macanese and Macao Chinese. They are playing a game called 'How well do the couple know each other?' The people involved in the conversation are three men and one woman from the Macanese community. They include C, who is one of the three informants in this study, and his Macanese friends, A, L and S. S, acting as the host of the anniversary banquet, asks the couple in Cantonese if they know how many ex-boyfriends or ex-girlfriends their partner had before they started dating. The husband says that he had had only one girlfriend before, but the wife says that he had had three. At this point (line 12), L, one of the couple's Macanese friends, switches to Portuguese and reports what the wife has said to her before. Note that there is no change during this conversation in either the interpersonal relations between the participants, the setting, the overall topic, or the key or mode of the interaction. Briefly, the switch from Cantonese to Portuguese is an instance of what Gumperz's (1982) calls 'metaphorical code-switching'. In Extract 10, this switch somehow indexes the Macanese identity and is shared by in-group Macanese members who are competent in both Cantonese and Portuguese.

Gumperz (1982) defines 'contextualisation cue' as any feature of linguistic form that contributes to the signalling of contextual presuppositions, and argues that code-switching functions as a 'conversational cue' (p. 131). Gumperz lists several conversational

functions that are noticeably associated with code-switching, namely ‘quotation’, ‘addressee specification’, ‘interjection’, ‘reiteration’, ‘message qualification’ and ‘personalisation v. objectification’ (Gumperz, 1982, pp. 75-83). There are many instances of switches which function to frame either direct quotations or reported speech. Addressee specification is a function of code-switching ‘serving to direct the message to one of several possible addressees’ (Gumperz, 1982, p. 77). In some cases, code-switching serves to mark an interjection or sentence filler. Another function is reiteration, where ‘a message in one code is repeated in the other code, either literally or in a somewhat modified form’ (ibid., p. 78). Such repetitions mainly serve the function to clarify what has been said, but often they may be used to emphasise a message. A significantly large number of switches comprise ‘qualifying constructions such as sentence and verb complements’, which is termed ‘message qualification’ (Gumperz, 1982, p. 79). Message qualification also takes the form of an argument as exemplified by the disjunctive argument. Finally, switches related to such things as ‘the degree of speaker involvement in a message; whether a statement reflects personal opinion or knowledge; or whether it refers to specific instances’ are defined as ‘personalisation versus objectivisation’ (ibid., p. 80).

Let us consider the following example. Extract 11 illustrates an instance of reiteration and reported speech.

Extract 11

J: **Salina? O que ela disse?**

‘Salina? What did she say?’

V: **Ela disse que ela é uma grande miúda.**

‘She said that she was a big child.’

J: 兒童? 唔係點啊? (ji4 tung4? m4 hai6 dim2 aa1?)
NEG COP what SFP?

‘Child? So what?’

V: **Assim que disseste. Ela é pequena.**

‘You once said that she was childish.’

J: **Eu não disse isto. Tu achas que tu és miúda? Eu só disse isto.**

‘I didn’t say that. I just said, ‘Do you think of yourself as a child?’

V: **Tu és muita pequena.**

‘You are really childish.’

J: **Não. 癡線嘅. 我話你覺得. 癡線嘅. 叫你聽囉. Tu achas que tu és 你覺得你自己係兒童? (Não.**

ci1 sin3 ge3. ngo5 waa6 nei5 gok3 dak1. ci1 sin3 ge3. giu3 nei5 teng1 lo3. **Tu achas que tu és** nei5 gok3 dak1 nei5 zi6 gei2 hai6 ji4 tung4?)

Não insane SFP. I say you think PRT. Insane SFP. Ask you listen SFP. **Tu achas que tu és** you think of yourself COP child?

‘No. You are insane. I said, “You thought?” You are insane. I asked you to listen. I just said, “Do you think of yourself as a child?”’

In Extract 11, J and V, the two young Macanese, are recalling a previous conversation about Salina, who is a female colleague working for the same law firm. The conversation takes place in the law firm. In line 1, J starts the conversation in Portuguese by asking V what Salina has said about herself. In line 2, V reports what Salina has said in Portuguese, that is to say, line 2 is reported speech. In line 3, J reiterates part of V’s reported speech about Salina claiming herself to be a child, only this time she switches to Cantonese. This reiteration seems to be an attempt on J’s part to seek clarification from V. From then on, J and V start to argue if J has made a comment that Salina was childish. In line 4, V claims that J has made such a comment using Portuguese. In line 5, J denies having done it, also in Portuguese. In line 6, V departs from the argument to make a side-comment that J is also childish. J and V both remain in Portuguese in lines 4, 5 and 6. In line 7, J switches back to Cantonese from Portuguese when repeating part of her utterance in line 5. It is an instance of Cantonese-Portuguese code-mixing within the sentence. In this case, the function of code-mixing is reiteration for emphasis.

In some other cases, code-switching serves to mark an interjection or sentence filler. Consider Extract 12 below, which is a good example of this phenomenon.

Extract 12

C: **Ela, agora está muito bem, não tem de aturar as duas irmãs. Porra, começa isso. 又要? (Ela, agora está muito bem, não tem de aturar as duas irmãs. Porra, começa isso. jau6 jiu3?)**

Ela, agora está muito bem, não tem de aturar as duas irmãs. Porra, começa isso. again?

‘She is alright now. She doesn’t have to put up with her two sisters. Shirt. It comes. Again?’

E: 又要? (jau6 jiu3?)

Again?

‘Again?’

LINGUÍSTICA

C: 又要 *aturar?* *É assim, é só esta vez* (jau6 jiu3 *aturar? É assim, é só esta vez*).

Again *aturar? É assim, é só esta vez*.

'To put up with again? This is the last time.'

Extract 12 is a private conversation carried out between a Macanese couple, C and E, where C is one of the three informants in the study. The conversation takes place at home. In line 1, C starts to talk about E's sister in Portuguese. At the end of line 1, C switches from Portuguese to Cantonese, marking an interjection of the phrase '又要' ('again'). In line 2, E repeats C's interjection '又要' ('again') in line 1. At the beginning of line 3, C repeats the interjection yet again in Cantonese. But then, he switches back to Portuguese within the same sentence to continue the rest of his utterance. This is a case of Cantonese-Portuguese code-mixing triggered by the interjection.

In sum, Extracts 11 and 12 are clear examples which illustrate some of the conversational functions of code-switching. Extract 11 illustrates the function of reported speech and reiteration, on the other hand, and Extract 12 demonstrates how code-switching occurs as an interjection. In the next section, I will examine Myers-Scotton's (1993) Markedness Model as an alternative identity-related account of the relations of language and ethnic identity in the Macanese community.

CANTONESE-PORTUGUESE CODE-SWITCHING ITSELF AS AN UNMARKED CHOICE IN THE MACANESE COMMUNITY

Myers-Scotton (1993) suggests that 'code-switching itself is the unmarked choice in situations where two sets of identities are normally indexed simultaneously in the community' (p. 117). When participants are bilingual peers, the unmarked choice may be switching between languages with no changes at all in the situation, that is to say, 'the pattern of using two varieties or more for the same conventionalised exchange is itself unmarked' (ibid.). In most parts of Africa, where speech communities are multilingual, ethnic identity is signalled by the use of the mother tongue with each language having particular associations.

The unmarked choice for many bilingual speakers having duo linguistic identities when they talk to people similar to themselves is a pattern of switching

between 'the two varieties indexical of the rights and obligations set which the speakers wish to be in force for the speech event' (Myers-Scotton, 1993, p. 120). Each switch needs to bear no special significance. Rather, it is the overall pattern of using two varieties which carries social meaning, such as the negotiation of two different rights and obligations balances as simultaneously salient (Myers-Scotton, 1993). Considering the data collected in the present study, I hypothesise that the Macanese's competence in Portuguese and Cantonese most saliently characterises their Macanese identity, and that the unmarked in-group code which most accurately represents the Macanese ethnic identity is Cantonese-Portuguese code-switching. The overall pattern of constant Cantonese-Portuguese code-switching in in-group interactions indexes their unique Macanese identity and helps them retain ethnic distinctiveness from other ordinary Cantonese speakers.

EXAMPLES OF CANTONESE-PORTUGUESE CODE-SWITCHING ITSELF AS AN UNMARKED CHOICE IN THE MACANESE COMMUNITY

The following extract between two young Macanese shows how code-switching itself can be used as the unmarked choice to index the Macanese identity.

Extract 13

V: 成日都唔得閒 (seng4 jat6 dou1 m4 dak1 haan4).
Everyday always NEG free.

'You are always busy.'

J: 你就唔得閒. 聽日囉. 聽日你得唔得閒? (nei5 zau6 m4 dak1 haan4. ting1 jat6 lo3? ting1 jat6 nei5 dak1 m4 daak1 haan4?)

You EMP NEG free. Tomorrow SFP? Tomorrow you free NEG free?

'You are busy. What about tomorrow? Would you be free tomorrow?'

V: 聽日? 好多帶睇嚟今晚 (ting1 jat6? hou2 do1 daai3 tai2 ngak1 gam1 maan5).

Tomorrow? EMP many tape watch PRT tonight.

'Tomorrow? I have many tapes to watch tonight.'

J: **nós vamos beber uma garrafa de whisky e já é muito. E vais tu. Tem de pagar multa.**

'We are going to drink a bottle of whisky. It is already a lot. You have to go. Otherwise, you will be punished.'

V: **Eu não disse nada.**

‘I didn’t say anything.’

J: 你要逼. 有乜法子. 仲八點? **Nem penses.** 已經夠啦. 走啦我. **Já lá vamos** (nei5 jiu3 bik1. jau5 mat1 faat3 zi2. zung6 baat3 dim2? **Nem penses.** ji5 ging1 gau3 laa3. zau2 laa3 ngo5. **Já lá vamos**). You need push. Has what choice. EMP eight o’clock? **Nem penses.** Already enough SFP. Leave I. **Já lá vamos.**

‘You need to be pushed. I have got no choice. Eight o’clock? Don’t hesitate. That is already enough. I am leaving. Leaving.’

V: 走啦? (zau2 laa4?)

Leave SFP?

‘Are you leaving?’

J: 走啦. 你望下幾點 (zau2 laa3. nei5 tai2 haa5 gei2 dim2).

Leave SFP. You look CL what time.

‘I am leaving. Have a look at what time it is now?’

V: **Também só vou ficar um bocadinho.**

‘I am just going to stay for a while.’

In Extract 13, the conversation between the two Macanese colleagues, J and V, shows a conversational exchange for which switching between Cantonese and Portuguese is an unmarked choice for Macanese peers. The conversation takes place in the law firm. In this exchange, J and V initiate the conversation in Cantonese by talking about going for a movie together. In line 4, J switches to Portuguese and asks V to go out for a drink. In line 5, V declines the offer by replying in Portuguese. The switching between Portuguese and Cantonese in the middle of line 6 is intersentential. In line 9, V switches back to Portuguese, emphasising that he is going to stay in the office rather than leaving right away. Following the Markedness Model, I hypothesise that Portuguese-Cantonese code-switching itself can be seen as ‘a product of unmarked choice’ in the Macanese community (Myers-Scotton, 1993). The overall pattern of constant Cantonese-Portuguese code-switching in this conversation conveys a message of dual identities, in this case, both Portuguese and Chinese. In Extract 13, the two Macanese peers, J and V, switch between Cantonese and Portuguese, not out of linguistic necessity, but to claim their in-group membership of the Macanese community.

Another example that lends support to the hypothesis that Cantonese-Portuguese code-switching

itself is an unmarked choice in the Macanese community indexing the unique Macanese identity is Extract 14 below.

Extract 14

D: 你哋唔好陪我啦. 我有啲嘢做 (nei5 dei5 m4 hou2 pui4 ngo4 laa1. ngo4 jau5 di1 je5 zou6).

You PL NEG EMP with me SFP. I COP LNK thing do.

‘Don’t go with me. I have something to do.’

S: 得啦. 我哋唔使陪你啦 (dak1 laa1. ngo4 dei5 m4 sai2 pui4 nei5 laa1).

Ok. I PL NEG need with you SFP.

‘Okay. We don’t need to go with you then.’

C: 小心啲啊 (siu2 sam1 di1 aa3).

Careful PRT SFP.

‘Be careful.’

S: **Bom fim de semana.**

‘Have a nice weekend.’

L: **Uma comida de batatas.**

‘The food and the potatoes.’

C: **Levar bolo. levar roupa.**

‘Rob the cake. Rob the clothes.’

In Extract 14, the conversation takes place near the end of the wedding anniversary banquet of the Macanese couple among three Macanese, D, S and C, who are mutual friends. C is one of the three informants in the present study. In line 1, D is leaving and saying goodbye to S and C. He uses Cantonese to tell S and C that there is no need to accompany him and he is leaving by himself. In line 2, S responds in Cantonese, expressing compliance to D’s request that she and C are not leaving with him. In line 3, C joins the conversation, bidding goodbye to D in a Cantonese leave-taking token. In line 4, S switches from Cantonese to Portuguese to wish D a good weekend. In line 5, L joins the conversation, speaking in Portuguese about the food and potatoes. In line 6, C continues speaking in Portuguese and makes a joke about the above-mentioned potatoes and the cakes. In line 4, 5, and 6, the conversation remains in Portuguese. This is yet another example that provides evidence for Cantonese-Portuguese code-switching itself being an unmarked choice in the Macanese community. Moreover, Extract 14 shows how effectively and efficiently the Macanese can modulate between two identities, in this case, the Chinese and Portuguese identities, by switching between Cantonese and Portuguese. J and V

LINGUÍSTICA

use Cantonese-Portuguese code-switching to symbolise their Macanese identity and social relationship. The Cantonese-Portuguese code-switching itself in such instances occurs frequently at either the beginning or the closing phase of the interaction. In Extract 14, the switch from Cantonese to Portuguese in line 4 brings the verbal exchange to a close, marked by the constructive use of Cantonese.

To sum up, Myers-Scotton's (1993) Markedness Model, like Gumperz's, can be viewed as an alternative account within an Interactional Sociolinguistic approach to examine the relations between language and ethnic identity in multilingual contexts. Following Myers-Scotton's (1993) concept that 'code-switching itself can be seen as an unmarked choice', examples of this type of language alternation have been found in the present study. Therefore, I have hypothesised that Cantonese-Portuguese code-switching can be regarded as an unmarked choice in the Macanese community and it symbolises the Macanese identity within which Portuguese and Chinese cultures are simultaneously salient.

CONCLUSION

Aiming to explore the patterns, identity-related social motivations and discourse functions of language alternation in the Macanese community in Macao and to raise awareness of the need to preserve the linguistic distinctiveness of this community, I have examined in this dissertation the negotiation of identity in multilingual contexts using an Interactional Sociolinguistic approach. This chapter concludes the dissertation by answering the research questions raised in the introductory chapter based on the findings from the data analysis.

In the first instance, a discussion on patterns of language alternation which are deemed relevant to the negotiation of identity in the Macanese community has been provided. This is followed by an analysis of identity-related social motivations and discourse functions of language alternation in the Macanese community as identified in the study. With the use of the Interactional Sociolinguistic approach, the study has laid an interactional foundation for the identity-related social motivations and discourse functions of language alternation in the Macanese community.

The first research question this study has attempted to address is what kinds of language

alternation are interactionally relevant to the Macanese community. Accordingly, based on the data collected for the present study, five types of language alternation have been singled out, namely Cantonese-Portuguese code-switching; Cantonese-Portuguese code-mixing; Cantonese-English code-switching; Cantonese-English code-mixing; and Cantonese-Mandarin code-switching. Analysis of conversational data has revealed that Cantonese-Portuguese code-switching is the type of language alternation which regularly occurs in the data and bears interactional significance in the Macanese community under investigation in this study.

The second research question has been set out to examine the identity-related social motivations of language alternation in the Macanese community in Macao. By adopting an Interactional Sociolinguistic approach, including Gumperz's notions of 'we-/they-codes' and Myers-Scotton's Markedness Model, two social motivations with reference to identity have been identified. Firstly, based on the data of the present study, I have hypothesised that Cantonese-Portuguese code-switching (rather than either of the two languages alone) serves as a 'we-code', and the code-switching is in itself an 'act of identity'. I have further demonstrated that the Gumperzian notion of 'we-/they-codes' is much more complicated than what is implied by the gross association of code choice with situational factors. Secondly, some instances of language alternation have been found to be in line with Myers-Scotton's (1993) argument that 'code-switching itself can be seen as an unmarked choice' (p. 162) in the Markedness Model. Thus, I have hypothesised that Cantonese-Portuguese code-switching can be regarded as an unmarked choice in the Macanese community, and it symbolises the Macanese identity within which Portuguese and Chinese cultures are simultaneously salient.

The third research question has been set out to examine the discourse functions of language alternation in the Macanese community in Macao. Using Gumperz's (1982) notion of 'situational/metaphorical' code-switching, I have found that language alternation between Cantonese and Portuguese carries the discourse functions of 'reported speech' and 'reiteration' (ibid.). **RC**

Author's note: The present paper is based on my Dissertation of Master of Science by Research in Linguistics, presented to the University of Edinburgh.

NOTES

- 1 The Mark Six Lottery is a 6 out of 40 lotto game conducted by Hong Kong Jockey Club Lotteries Limited, which is a subsidiary of Hong Kong Jockey Club. The Mark Six draw is held three times a week and

is telecast live on TV. Results of the Mark Six Lottery are announced via television, radio broadcast, newspapers, the HKJC website www.hkjc.com and the Hotline 1835288.

BIBLIOGRAPHY

- Agnihotri, R.K. and Sachdev, I. (eds.) (1998). *Social Psychological Perspectives on Second Language Learning*. London: Sage.
- Amaro, A.M. (1994). 'Sons and Daughters of the Soil: The First Decade of Luso Chinese Diplomacy'. *Review of Culture*, Macao, 20, pp. 12-67.
- Auer, P. (1984). *Bilingual Conversation*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company.
- (1991). 'Vom Ende deutscher Sätze'. *Zeitschrift für Germanistische Linguistik*, 19, pp. 139-157.
- (1995). 'The Pragmatics of Code-switching: A Sequential Approach'. In *One Speaker, Two Languages: Cross-disciplinary Perspectives on Code-switching*, edited by L. Milroy and P. Muysken. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 115-135.
- (1998). 'Introduction: Bilingual Conversation Revisited'. In *Code-switching in Conversation: Language, Interaction and Identity*, edited by P. Auer. London: Routledge, pp. 1-24.
- Austin, J.L. (1962). *How to Do Things with Words*. Oxford: Clarendon Press.
- Appel, R., and Muysken, P. (1987). *Language Contact and Bilingualism*. London: Edward Arnold.
- Benwell, B. and Stoke, E. (2007). *Discourse and Identity*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Bhatia, T.K. and Ritchie, W.C. (2006). 'Social and Psychological Factors'. In *The Handbook of Bilingualism*, edited by T.K. Bhatia and W.C. Ritchie. London: Blackwell Publishing Ltd, pp. 336-351.
- Blom, J. and Gumperz, J. (1972). 'Social Meaning in Linguistic Structure: Code-switching in Norway'. In *Directions in Sociolinguistics: The Ethnography of Communication*, edited by J. Gumperz and D. Hymes. New York: Holt, Rinehard and Winston, pp. 407-434.
- Bourdieu, P. (1982). *Ce que parler veut dire: L'économie des échanges linguistiques*. Paris: Fayard.
- Bradley, D. (1994). 'East and South East Asia'. In *Atlas of the World's Languages*, edited by C. Moseley and R. Asher. London: Routledge, pp. 159-192.
- Cameron, D. (1990). 'Demythologizing Sociolinguistics: Why Language Does Not Reflect Society'. In *Ideologies of language*, edited by J.E. Joseph and T.J. Taylor. London: Routledge, pp. 73-79.
- (2001). *Working with Spoken Discourse*. London: Sage Publications.
- Camillert, A. (1996). 'Language Values and Identities: Code Switching in Secondary Classrooms in Malta'. *Linguistics and Education*, 8, pp. 85-103.
- Chen, H. (2007). *Code-switching in Conversation: A Case Study from Taiwan*. Unpublished doctoral dissertation, University of Manchester, Manchester.
- Chin, N.B. and Wigglesworth, G. (2007). *Bilingualism: An Advanced Resource Book*. London; New York: Routledge.
- Cutler, C.A. (1999). 'Yorkville Crossing: White Teens, Hip Hop, and African American English'. *Journal of Sociolinguistics*, 3, pp. 428-442.
- Elster, J. (1989). *The Cement of Society: A Study of Social Order*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Edwards, J. (2009). *Language and identity: Key Topics in Sociolinguistics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Fasold, R. (1984). *The Sociolinguistics of Society: Introduction to Sociolinguistics*, Vol. 1. Oxford: Basil Blackwell.
- Fishman, J. (1965). 'Who Speaks What Language to Whom and When?' *La Linguistique*, 2, pp. 67-88. Reprinted in *The Bilingualism Reader*, edited by Li Wei. London: Routledge, 2000, pp. 89-106.
- Gafaranga, J. (2000). 'Medium Repair vs. Other-Language Repair: Telling the Medium of a Bilingual Conversation'. *International Journal of Bilingualism*, 4, pp. 327-350.
- and Torras, M.-C. (2001). 'Language Versus Medium in the Study of Bilingual Conversation'. *International Journal of Bilingualism*, 5, pp. 195-219.
- Gal, S. (1989). 'Language and Political Economy'. *Annual Review of Anthropology*, 18, pp. 345-367.
- Gardner-Chloros, P. (1995). 'Code-switching in Community, Regional and National Repertoires: The Myth of the Discreteness of Linguistic Systems'. In *One Speaker, Two Languages: Cross-disciplinary Perspectives on Code-switching*, edited by L. Milroy and P. Muysken. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 68-69.
- Giles, H. (1977). *Language, Ethnicity and Intergroup Relations*. London: Academic Press.
- Gumperz, J.J. (1982). *Discourse Strategies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- (1992). 'Contextualization and Understanding'. In *Rethinking Context: Language as an Interactive Phenomenon*, edited by A. Duranti and C. Goodwin. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 229-252.
- Heller, M. (1995). 'Language Choice, Social Situations, and Symbolic Domination'. *Language in Society*, 24, pp. 373-405.
- Hamers, J.F. and Blanc, Michel H.A. (2000). *Bilinguality and Bilingualism*. Cambridge: Cambridge University Press.

LINGÜÍSTICA

- Hatch, E. (1976). 'Studies in Language Switching and Mixing'. In *Language and Man: Anthropological Issues*, edited by W.C. McCormack and S.A. Wurm. The Hague: Mouton, pp. 201-214.
- Hoffman, D. (1989). 'Language and Culture Acquisition among Iranians in the United States'. *Anthropology and Education Quarterly*, 20, pp. 118-132.
- Husband, C and Saifullah Khan, V. (1982). 'The Viability of Ethnolinguistic Vitality: Some Creative Doubts'. *Journal of Multilingual and Multicultural Development*, 3, pp. 193-205.
- Joseph, J. (2004). *Language and Identity: National, Ethnic, Religious*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Johnstone, B. (1996). *The Linguistic Individual: Self-expression in Language and Linguistics*. New York: Oxford University Press.
- King, C.R. (1994). *One Language, Two Scripts: The Hindi Movement in Nineteenth Century North India*. Bombay: Oxford University Press.
- Le Page, R.B. and Tabouret-Keller, A. (1985). *Acts of Identity: Creole-based Approaches to Language and Ethnicity*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Li, D.C.S. (1996). *Issues in Bilingualism and Biculturalism: A Hong Kong Case Study*. New York: Peter Lang.
- (2002). 'Cantonese-English Code-switching Research in Hong Kong: A Survey of Recent Research'. In *Hong Kong English: Autonomy and Creativity*, edited by K. Bolton. Hong Kong: Hong Kong University Press, pp. 79-100.
- Li, P. (1996). 'Spoken Word Recognition of Code-switched Words by Chinese-English Bilinguals'. *Journal of Memory and Language*, 35, pp. 757-774.
- Li, W. (1998). 'The "Why" and "How" Questions in the Analysis of Conversational Code-switching'. In *Code-switching in Conversation: Language, Interaction and Identity*, edited by P. Auer. London: Routledge, pp. 156-176.
- Lo, A. (1999). 'Codeswitching, Speech Community Membership, and the Construction of Ethnic Identity'. *Journal of Sociolinguistics*, 4, pp. 461-479.
- Malešević, S. (2004). *The Sociology of Ethnicity*. London: Sage Publications.
- Meeuwis, M. and Blommaert, J. (1998). 'A Monolectal View of Code-switching: Layered Code-switching Among Zairians in Belgium'. In *Code-switching in Conversation: Language, Interaction and Identity*, edited by P. Auer. London: Routledge, pp. 76-99.
- Myers-Scotton, C. (1993). *Social Motivations for Codeswitching: Evidence from Africa*. Oxford: Clarendon Press.
- (1998). 'A Theoretical Introduction to the Markedness Model'. In *Codes and Consequences: Choosing Linguistic Varieties*, edited by C. Myers-Scotton. New York: Oxford University Press, pp. 18-38.
- (2006). *Multiple Voice: An Introduction to Bilingualism*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd.
- Milroy, L. and Li, W. (1995). 'A Social Network Approach to Code-switching: The Example of a Bilingual Community in Britain'. In *One Speaker, Two Languages: Cross-disciplinary Perspectives on Code-switching*, edited by L. Milroy and P. Muysken. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 136-157.
- Psathas, G. (1999). 'Studying the Organization in Action: Membership Categorization and Interaction'. *Human Studies*, 22, pp. 139-162.
- Pennington, M. and Yue, F. (1994). 'English and Chinese in Hong Kong: Pre-1997 Language Attitudes'. *World Englishes*, 30, pp. 1-14.
- Pereira, J.F.M. (1984). *Ta-Ssi-Yang-Kuo. Archivos e Annaes do Extremo-Oriente Português*. Macao: Direcção dos Serviços de Educação e Cultura/Arquivo Histórico de Macau. Facsimile of 1900 edition.
- Pina-Cabral, J. (2002). *Between China and Europe: Person, Culture and Emotion in Macao*. London: Continuum.
- Poplack, S. (1980). 'Sometimes I'll Start a Sentence in Spanish y Termino en Espanol: Toward a Typology of Code-switching'. *Linguistics*, 18, pp. 581-618.
- Rampton, B. (1995). *Crossing: Language and Ethnicity Among Adolescents*. London: Longman.
- Sebba, M. and Wootton, T. (1998). 'We, They and Identity: Sequential Versus Identity-related Explanation in Code-switching'. In *Code-switching in Conversation: Language, Interaction and Identity*, edited by P. Auer. London: Routledge, pp. 262-286.
- Searle, J. (1969). *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Simpson, A. (2007). 'Hong Kong'. In *Language and National Identity in Asia*, edited by A. Simpson. Oxford: Oxford University Press, pp. 168-186.
- Singh, R. (1983). 'We, They, and Us: A Note on Code-switching and Stratification in North India'. *Language in Society*, 12, pp. 71-73.
- Statistics and Census Service Macao SAR Government (2007). *Global Results of By-Census 2006*. Retrieved Dec 15, 2010, from <http://www.dsec.gov.mo/Statistic/Demographic/GlobalResultsOfBy-Census2006/GlobalResultsOfBy-Census20062006Y.aspx?lang=en-US>.
- Swigart, L. (2000). 'The Limits of Legitimacy: Language Ideology and Shift in Contemporary Senegal'. *Journal of Linguistic Anthropology*, 10, pp. 90-130.
- Tajfel, H. (1981). 'Social stereotypes and social groups'. In *Intergroup Behavior*, edited by J.C. Turner and H. Giles. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, pp. 144-165.
- Tannen, D. (1993). 'The Relativity of Linguistic Strategies: Rethinking Power and Solidarity in Gender and Dominance'. In *Gender and Conversational Interaction*, edited by D. Tannen. New York: Oxford University Press, pp. 165-188.
- Teixeira, M. (1982). *A Educação em Macau*. Macau: Direcção dos Serviços de Educação e Cultura.
- Wang, C. (1995). 'Macanese Literature of Portuguese Expression'. *Review of Culture*, Macao, 25, pp. 221-239.
- Woolard, K. (1989). *Double Talk: Bilingualism and the Politics of Ethnicity in Catalonia*. Stanford: Stanford University Press.
- Yee, H.S. (2001). *Macao in Transition: From Colony to Autonomous Region*. New York: Palgrave.

A Correspondência Luso-Brasileira

Narrativa de um Trânsito Intercultural

CLARA SARMENTO*

INTRODUÇÃO

“A *Correspondência Luso-Brasileira*: Narrativa de um Trânsito Intercultural” segue as histórias de vida entre Portugal e o Brasil das famílias Pinto da França e Garcez, com especial atenção ao percurso intercultural de Maria Bárbara Garcez Pinto de Madureira, nascida em Penafiel em 1779 e casada com o oficial de origem baiana, Luís Paulino Pinto da França. Durante as invasões francesas parte para o Brasil, passando a viver junto da corte, entre o Rio de Janeiro e a Baía, de onde nunca mais regressará. Viúva em 1824, sobre ela recai já há muito a responsabilidade da exploração do engenho açucareiro de Aramaré, que administrará até à morte, em 1851.

Este trânsito intercultural é documentado através das cartas trocadas entre diversos elementos

das famílias intervenientes, com especial relevo para as numerosas cartas da autoria de Maria Bárbara, cujo estilo surpreende pela cultura e pela originalidade de expressão numa mulher originária da fidalguia rural portuguesa da segunda metade do século XVIII. Maria Bárbara compõe uma visão participante, lúcida e esclarecida dos dramáticos acontecimentos que rodearam a independência do Brasil, muitas vezes oposta às versões propagadas pelas facções em conflito, não se coibindo de esclarecer e admoestar o marido e seus pares nas cortes em Portugal sobre as realidades do território. Atenta aos assuntos políticos, militares e administrativos, a família torna-se pouco a pouco uma nota residual, referida apenas quando afectada pelas circunstâncias históricas. Maria Bárbara inicia o seu percurso entre culturas como simples espectadora-leitora, tornando-se progressivamente numa comentadora-actora-protagonista-autora na sociedade, na política e na história.

Este caso de estudo ilustra um peculiar percurso de transição identitária intercultural, de uma dama provinciana portuguesa para uma senhora de engenho no Recôncavo Baiano, traduzido numa narrativa epistolar quase sempre simultânea, ou imediatamente consecutiva, a esse percurso. O processo de tradução intercultural assim narrado, tanto na primeira como na terceira pessoa, permite acompanhar a negociação de uma nova identidade, tão híbrida quanto assertiva. O conceito de tradução intercultural aqui utilizado baseia-se no pensamento articulado por Boaventura de Sousa Santos, que defende que a existência de diferenças – tanto epistemológicas como no senso comum e nas práticas, valores e experiências do quotidiano (ou seja, diferenças culturais) – faz com que a respectiva comparação tenha de ser feita através de procedimentos

* Doutorada em Cultura Portuguesa pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Professora Coordenadora no Instituto Politécnico do Porto, directora do Mestrado em Tradução e Interpretação Especializadas, coordenadora do Centro de Estudos Interculturais. Vencedora do “American Club of Lisbon Award for Academic Merit”, visiting scholar na Brown University, EUA, e vencedora do Prémio CES para Jovens Cientistas Sociais de Língua Oficial Portuguesa. Autora de numerosos livros e ensaios nas áreas da Literatura, Estudos Culturais e Interculturais e Estudos de Género, entre os quais *As Palavras, a Página e o Livro: A Construção Literária na Obra de Paul Auster* (2001); *Women in the Portuguese Colonial Empire: The Theatre of Shadows* (2008); *Condição Feminina no Império Colonial Português* (2008); *Cultura Popular Portuguesa: Práticas, Discursos e Representações* (2008); *From Here to Diversity: Globalization and Intercultural Dialogues* (2010).

Ph.D. in Portuguese Culture, from the University of Oporto. A tenured professor at the Polytechnic Institute of Oporto. Director of the Masters in Specialised Translation and Interpreting and coordinator of the Centre for Intercultural Studies. Winner of the ‘American Club of Lisbon Award for Academic Merit’, former visiting scholar at Brown University and winner of the ‘CES Award for Lusophone Young Social Scientists’. Author of numerous essays and books on literary, gender and cultural and intercultural studies, including *As Palavras, a Página e o Livro: A Construção Literária na Obra de Paul Auster* (2001); *Women in the Portuguese Colonial Empire: The Theatre of Shadows* (2008); *Condição Feminina no Império Colonial Português* (2008); *Cultura Popular Portuguesa: Práticas, Discursos e Representações* (2008); *From Here to Diversity: Globalization and Intercultural Dialogues* (2010).

ESTUDOS LUSÓFONOS

de busca de proporção e correspondência que, no seu conjunto, constituem o trabalho de tradução. Estes procedimentos permitem aproximações sempre precárias ao desconhecido a partir do conhecido, ao estranho a partir do familiar, ao alheio a partir do próprio. O exercício reiterado da tradução revela que os procedimentos desenvolvidos para conhecer outros saberes acabam por ser os mesmos com que cada saber conhece a experiência do mundo em geral.¹ Admitindo a diversidade de narrativas e de expressões de conhecimento situado, patentes na *Correspondência Luso-Brasileira*, a análise pretendida por este ensaio não se imobiliza na estrita objectividade positivista, mas antes articula-se com os contextos concretos e situados do seu objecto de estudo, com o propósito de construir o conhecimento de diferentes racionalidades e mundividências. Porque “o trabalho de tradução é o procedimento que nos resta para dar sentido ao mundo depois de ele ter perdido o sentido e a direcção automáticos que a modernidade ocidental pretendeu conferir-lhe ao planificar a história, a sociedade, a natureza”.²

A CORRESPONDÊNCIA LUSO-BRASILEIRA: HISTÓRIA E PROTAGONISTAS

As 127 cartas que constituem a compilação *Correspondência Luso-Brasileira*³ cobrem um período cronológico situado entre 1807 e 1823 e são da autoria de diversos membros das famílias Pinto da França e Garcez, pertencentes à pequena nobreza rural do Norte de Portugal e, na sua maior parte, há muito emigrados no Brasil ou a este território ligados pela emigração de familiares próximos.

O primeiro volume, intitulado “Das Invasões Francesas à Corte no Rio de Janeiro”, contém as 68 cartas trocadas no período de 1807 a 1821, na sua maioria entre Luís Paulino de Oliveira Pinto da França e o sogro e cunhados da família Garcez. Luís Paulino, oficial do exército, nasceu em Cachoeira, perto de Salvador da Baía, no Brasil, a 30 de Junho de 1771, e neste país faleceu a 8 de Janeiro de 1824, no posto de general. Regressado a Portugal ainda com poucos meses, foi criado no Porto, formou-se em Direito na Universidade de Coimbra e tomou parte muito activa no movimento patriótico que expulsou os invasores franceses do Porto. Embarcou em 1812 para o Rio de Janeiro, onde assumiu o comando do Regimento de Cavalaria, como coronel. Elevado a general, a Baía

elegeu-o como deputado às Cortes Constituintes de 1821, em Lisboa. Em 1823, foi enviado por D. João VI à Baía para ajustar um armistício com os revolucionários brasileiros. As forças portuguesas tinham, porém, abandonado já a Baía e, por isso, regressou ao Rio de Janeiro, onde devia juntar-se a outros negociadores. D. Pedro recusou-se a negociar com a comissão portuguesa, que decidiu seguir para Lisboa. Pinto da França ficou retido no Rio de Janeiro, por ter entretanto adoecido, e tentou a viagem em Dezembro de 1823, a bordo do brigue *Glória*, mas faleceu tragicamente no mar, antes de chegar a Portugal. Cultivou a poesia, de que se publicaram algumas composições no *Jornal de Coimbra*, *Parnaso Brasileiro* e *Miscelânea Poética* do Rio de Janeiro. Foi fidalgo-cavaleiro da casa real, marechal de campo, cavaleiro das ordens de Cristo, Nossa Senhora da Conceição e Torre e Espada, e condecorado com a medalha de ouro da Guerra Peninsular. A sua biografia repartida entre dois países pode resumir-se na frase “Sim, eu tenho duas Pátrias: a Bahia e o Porto. Aquela me viu nascer, esta cuidou dos meus primeiros dias e os encantou com as suas delícias”, com que abre uma carta enviada da Baía, em Agosto de 1820 (vol. 1, p. 196).

Podemos acompanhar o percurso biográfico e geográfico de Luís Paulino através dos remetentes e destinatários da sua correspondência. Neste primeiro volume, as cartas de 1807 a 1813 são ainda enviadas de Chaves para Bragança e Penafiel, fruto da participação dos membros masculinos de ambas as famílias na luta contra os invasores franceses. A partir de 1813, e até 1819, com o regresso do agora coronel Luís Paulino ao Brasil, as cartas começam a ser endereçadas, a partir da corte no Rio de Janeiro, para os sogros e familiares em Penafiel e no Porto, bem como para os cunhados emigrados na Baía. Nos três anos seguintes, trocam-se cartas entre a Baía, para onde Luís Paulino se mudara em 1819, após uma atribulada viagem por mar, e os mesmo destinatários, no Rio de Janeiro, no Porto e na própria Baía.

Os temas recorrentes neste primeiro conjunto de missivas são a resistência às invasões francesas, quando em território português, e, depois da viagem para o Brasil em 1813, a vida na corte do Rio de Janeiro, com suas faustosas festas palacianas, intrigas políticas e jogos de influências, bem como os primeiros sinais de mudança e ventos de independência, com a revolta de Pernambuco, em 1817, em cuja repressão

LUSOPHONE STUDIES

Luís Paulino desempenhou papel de relevo, o que lhe valeu grandes honrarias e promoção na carreira militar. As cartas da Baía, onde Luís Paulino reside aquando da revolução liberal do Porto em 1820, são dominadas pelas transformações políticas em que toda a família, tanto em Portugal como no Brasil, se vê envolvida. No geral, as cartas de Luís Paulino estão juncadas das mais reverenciais alusões ao soberano português e de loquazes testemunhos da sua própria fidelidade enquanto servidor, possíveis estratégias de auto-protecção em caso de um muito provável extravio. Com efeito, toda a correspondência alude à insegurança dos correios, navios e portadores, razão pela qual muitos nomes estão encriptados e diversas narrativas surgem truncadas ou plenas de alusões e subentendidos, que apenas um destinatário muito próximo conseguiria decodificar.

O segundo volume, intitulado “Cartas Baianas: O Liberalismo e a Independência do Brasil”, congrega as 59 cartas trocadas no período crucial de 1821 a 1823 e são maioritariamente endereçadas a Luís Paulino, agora residente em Lisboa enquanto deputado às primeiras cortes liberais, por sua mulher, Maria Bárbara Garcez Pinto de Madureira, seus filhos e cunhados, que permaneceram no Brasil. Perderam-se, contudo, todas as cartas enviadas em resposta por Luís Paulino, a partir de Lisboa. Deste modo, as cartas têm como origem geográfica Salvador da Baía e os engenhos de Aramaré e do Caboto, algures entre Santo Amaro e Cachoeira, no Recôncavo Baiano, nas imediações do rio Paraguaçu, e como destino Lisboa. Em 1823, reflectindo o trágico regresso de Luís Paulino ao Brasil e as malogradas negociações junto dos independentistas, trocam-se cartas de teor dramático entre a Baía e o Rio de Janeiro, onde o destinatário adoece e onde embarcará para a derradeira viagem.

Este segundo conjunto de missivas é dominado pela narração dos conflitos que precederam a adesão da Baía à causa da independência, com um profundo conhecimento participante dos eventos históricos em causa, bem como pelas questões inerentes à direcção do engenho de açúcar da família. Consumada a independência do Brasil, emerge nas cartas o dilema familiar da opção entre as duas pátrias: Portugal ou Brasil? A 13 de Abril de 1822, Maria Bárbara escreve de forma bem significativa: “Amo Portugal, gosto do Brasil e desejo o bem” (vol. 2, p. 88). E é também neste segundo volume de cartas que ganha

protagonismo a figura feminina excepcional de Maria Bárbara Garcez Pinto de Madureira, senhora de engenho e de um peculiar percurso de trânsito e tradução intercultural.

Maria Bárbara Garcez nasceu em Penafiel, em 1779, e casou aos 14 anos com Luís Paulino, amigo e condiscípulo em Coimbra do seu irmão mais velho, José Garcez. Dele terá dois filhos (Bento e Luís Paulino Filho) e duas filhas (Sabina e Maria Francisca). Durante as invasões francesas, o marido coloca-a em segurança no Brasil, em Salvador da Baía, sua terra natal. Em 1813, vai juntar-se ao marido no Rio de Janeiro. Ali faz vida de corte até 1819, altura em que regressa à Baía, de onde nunca mais regressará a Portugal, apesar das saudades de que tanto se lamenta nas suas cartas. Viúva em 1824, sobre ela recai há muito a responsabilidade da exploração do engenho de Aramaré, que administrará com grande energia até à data da sua morte, em 1851. O estilo das suas cartas numerosas surpreende pela cultura, lucidez e pela originalidade de expressão, numa mulher nascida na província nortenha na segunda metade do século XVIII, numa família da fidalguia rural, grupo social em que grassava a ignorância, sobretudo entre as mulheres. Mas foi contudo nessa classe, da nobreza das províncias, entre a toga e a espada, que se recrutaram os “progressistas”, permeados dos ideais pré-revolucionários, que constituíram os contingentes da liderança liberal. Nas suas cartas, Maria Bárbara cita Camões, reproduz máximas latinas e reporta-se constantemente aos novos conceitos românticos de “pátria”, “nação”, “independência” e “poder constitucional”. Não se coíbe de exprimir um intenso afecto pelo marido e os mais violentos sentimentos contra os seus inimigos.

A correspondência de Maria Bárbara permite-nos, acima de tudo, seguir “ao vivo” o percurso de transição intercultural de uma dama provinciana portuguesa que se transforma em senhora de engenho no Recôncavo Baiano, em plena guerra da independência, narrando na primeira pessoa o processo de negociação de uma nova identidade. A origem sociocultural de Maria Bárbara situa-se na chamada “nobreza das províncias”, um universo vasto, heterogéneo e ainda escassamente documentado. No geral, essa pequena nobreza vivia numa permanente situação económica precária, limitada à preponderância local. Os seus filhos eram

ESTUDOS LUSÓFONOS

invariavelmente encaminhados para o serviço militar, para a magistratura ou para as carreiras eclesiásticas, como forma de manter a casa de família e a miragem de alguma ascensão social. Para as filhas, restava “achar-lhes marido” com posses (“Ao menos, quando tenha dinheiro, tudo está coberto, sendo, como dizem os de cá [Baía], gente branca”, carta de 1807, vol. 1, p. 50) ou remetê-las, coercivamente e sem qualquer vocação, para um convento, como os “conventos de Vila do Conde e Arouca, que eram bons e custavam pouco” (vol. 1, p. 50). Com efeito, e citando o prefácio de António d’Oliveira Pinto da França ao primeiro volume, “exaustivamente se optava pelas soluções de recurso à toga, ao Exército e à Igreja, através de sinecuras destinadas a ‘arquivar’ indiscriminadamente seres humanos que não produziam, viviam do Estado e progressivamente agravavam a ruína nacional. As cartas reflectem bem o fenómeno de dependência dum Estado caduco, um poder e uma elite que viviam promiscuamente, o primeiro a conceder benesses, a segunda a intrigar para as obter” (p. 16).

Para os Garcez e os Pinto da França, cujas casas subsistiam com grandes dificuldades através do recurso à nomeação de juízes administradores que iam adiando as penhoras, o Brasil representara a grande oportunidade de recuperação económica, a que se veio somar a presença de Luís Paulino junto da corte e o acesso privilegiado ao soberano, que lhe permitiu obter sucessivas graças. Daí que, graças ao patrocínio de um tio desembargador, há muito ali fixado, e à influência de Luís Paulino, todos os irmãos Garcez (António, Antão, Feliciano, Manuel e Henrique), à excepção de José, encontravam-se já radicados no Brasil, nos anos que precederam a revolução de 1820. Por estas razões, a progressão nas carreiras e a obtenção de empregos e mercês ocupam uma parte considerável desta correspondência transatlântica, juntamente com os pedidos de toda a espécie que choviam do Porto e de Penafiel, apresentados por parentes, amigos e vizinhos, desejosos de uma palavra junto dos ministros reais, que lhes satisfizesse as pretensões.

Ao contrário dos cunhados residentes no Brasil, e sujeito às suas críticas mais severas, Luís Paulino não se poupa às despesas inerentes a quem pretende “representar” numa corte onde a vida era caríssima e o luxo extraordinário. A exibição pública do *status* – o “capital simbólico” de Pierre Bourdieu⁴ – é feita à custa das maiores despesas, que o regresso à Baía, em 1819,

onde Luís Paulino faria a “primeira figura, depois do governador” (vol. 1, p. 154), como inspector-geral da cavalaria da província, leva ao auge. Enquanto Luís Paulino narra com orgulho as mercês que a mulher recebe das “Grandes do Reino” por seu intermédio (vol. 1, p. 177), os irmãos de Maria Bárbara olham-no como um megalómano, vaidoso e dissipador, prestes a arruinar-se e arrastando consigo a família, como parece comprovar o naufrágio sofrido pelo casal e duas filhas na viagem entre o Rio de Janeiro e a Baía, tal era a pressa de tomar posse do cargo outorgado por D. João VI ou, no dizer de Antão Garcez, “correndo em busca de honra e dinheiro” (vol. 1, p. 172):

“E veja bem a bela notícia que também neste mês recebi! Saiu [Luís Paulino] daqui a 19 de Agosto, para a Bahia, com toda a família, em ocasião de boa monção, em que se pode chegar com 5 ou 6 dias de viagem. Porém, não o quis assim a sorte. Meteu-se num brigue inglês, a fim de evitar algum insulto dos corsários. Fretou-o por sua conta e, à moda do seu génio, saiu com a Mana bem doente. Foi tal a infelicidade que, ao fim de 17 dias, na barra falsa da Bahia, deu à costa às 5 da manhã, ainda com pouca luz. Não posso contar-lhe o que me diz a nossa Irmã, pois não me atrevo. Porém, forme ideia de duas pobres Senhoras, com a morte à vista, no estado que estariam, até mesmo quando foram postas no meio da areia, ao pé duma ilha quase de gente como, ou pior, que corsários. Enfim, não se pode imaginar tal aflição até ao momento em que lhes acudiram. A sua carta consterna. A sua sede foi grande, o que puderam salvar estava destruído, quase tudo. Veja, a nossa pobre Irmã e Família o que sofreram e para quê, meu irmão? Isto só à vista. Todos os dias lhe vejo menos arranjo ao nosso Cunhado. Tudo é fartura, tudo são honras e, enfim, nada me importaria, mas é casado com uma Irmã a quem amo. Ele está cada vez mais insuportável. Deus lhe dê um momento em que pense que pode acabar e deixar uma Mulher e filhos do seu próprio génio. [...] Conheço-o e conheço-me. Agora é feito outro e sei que é filho da Bahia...” (vol. 1, pp. 172-173)

Aos olhos do senso comum expresso pelo cunhado, Luís Paulino é, cultural e individualmente, “filho da Baía”, apesar de na vida pública ser um feroz defensor da união e agente da coroa portuguesa.

LUSOPHONE STUDIES

Essa filiação cultural, essa miscigenação intercultural, justificaria o seu gênio ambicioso e impetuoso, bem como a atracção temerária pelas infindáveis riquezas e oportunidades do Brasil. Por sua vez, Luís Paulino mostra-se ciente do perigo a que expusera a família, mas prefere relevar o seu próprio heroísmo e capacidade de liderança na narração que faz do naufrágio, apresentando-o como mais um dos muitos reveses da fortuna que conseguiu vencer com sucesso.⁵ Na sua demanda de riqueza, são inúmeras as vezes em que Luís Paulino exprime o seu profundo fascínio pelos faustos do Brasil. Em 1814, pouco depois da chegada ao Rio de Janeiro, escreve ao sogro: “Este País é belo, grande e rico, mas por isso mesmo quem aqui tem 200 mil cruzados não tem para fazer figura nenhuma e se pode dizer mesmo que é pobre, para viver entre gente” (vol. 1 p. 92). E também:

“É uma terra caríssima e de um luxo extraordinário pela sua natural grandeza e riqueza. Eu já lhe tenho dito coisa alguma a respeito dos gastos e luxo deste País, que lhe parecerá extraordinário, mas persuada-se que lhe não tenho figurado nem uma ligeira sombra do que isto é. Hoje, não há no mundo uma Corte de mais carestia que esta. Parece que não se faz caso de dinheiro. Não aparece traste rico que se não venda logo; as coisas de gosto mais esquisito aqui vêm, porque, em outra parte, ninguém as pagaria. Há poucos dias chegaram aqui louças e porcelanas da maior raridade. Venderam-se xícaras e pires por 30 mil réis cada uma. Já é coisa grande. Pois saiba, ainda houve Senhoras que desdenharam e que disseram que xícaras de 30 mil réis não podiam ser boas para um chá de aparato. Maria Bárbara tem testemunhado isto com admiração e zangadum tal luxo. [...] esta terra é boa. Porém, é para quem tem emprego lucrativo, porque os que vivem dos seus bens têm grandes gastos e o que vale é serem também grandes os rendimentos dos proprietários [...] aquilo [o engenho de Aramaré] não tem dado açúcar, tem dado e vai dando muito ouro. São estas as melhores propriedades do mundo e as dessa terra, na verdade, só dão dinheiro de sardinhas.” (vol. 1, pp. 92-93)

No decorrer do século XIX brasileiro, o sentido da riqueza ostentatória reforça-se, passando a significar cada vez mais a qualidade visível dessa riqueza e a sua utilização na convivência social. Em 1819, Luís Paulino

escreve ao cunhado José, o único que se quedara em Portugal, “Não duvides de ver-me caminhar a grandes empregos, mesmo de alcançar um título” (vol. 1, p. 155) e, no ano seguinte, “A roda dos meus parentes aqui é da mais pura e melhor nobreza, vive toda em abundância e esplendor e, portanto, não tendo de que envergonhar-me nem afligir-me, não posso estar melhor. Tenho andado agora sobre uma grande barca de vapor, atravessando esta espaçosa Bahia com uma velocidade suma, para assistir a várias funçanatas e convites destes grandes proprietários do Recôncavo” (vol. 1, p. 185), e também “Enfim, quem se não trata e não despende não mantém a dignidade da sua representação, nem conserva as suas amizades e eu tenho muitas e boas na Corte” (vol. 1, p. 179). Contudo, através da leitura da correspondência trocada pelo casal entre 1821 e 1823, apercebemo-nos de que toda esta ostentação se baseava no endividamento constante, e que a obtenção de letras de crédito e de favores de agiotas sustentava a representação social da família.

Para os personagens desta correspondência, o Brasil é muito mais (ou muito menos...) do que um “novo mundo”. O Brasil é um meio que se pretende rápido e fácil de construir fortunas, ou de recuperar aquelas que séculos de indigência e má gestão delapidaram. Fortunas já reais ou ainda utópicas, adquiridas através do comércio, do tráfico, das mercês, do jogo político, da produção de açúcar ou das estratégias matrimoniais. Todas estas possibilidades são referidas e ponderadas em cartas do mais declarado e cruel pragmatismo.

FALAM OS HOMENS: (BREVES) PALAVRAS SOBRE AS MULHERES

O primeiro volume da *Correspondência Luso-Brasileira* é inegavelmente dominado pelas personagens masculinas. Das 68 cartas compiladas, 60 são escritas pelo punho de homens e centradas em assuntos de política, dinheiro e jogos de interesse. É sintomática uma missiva trocada entre dois dos irmãos Garcez, entre o Rio de Janeiro e Penafiel, em 1818: após longas páginas dedicadas a pedidos, favores, intrigas familiares, alianças estratégicas, questões de dinheiro e heranças – temas que parecem dominar toda a vida, quer em Portugal quer no Brasil – a carta remata com a singela e redutora frase: “Enquanto a mulheres, meu caro, tudo é a mesma coisa” (vol. 1, p. 109).

ESTUDOS LUSÓFONOS

Em todas as cartas, o imperativo cortês de escrever às mulheres, sejam elas esposas, mães ou irmãs, não é esquecido, mas nunca passa de uma intenção sempre adiada, declaradamente negligenciada por falta de tempo (e de valor, presume-se), restrita a meras notas de cortesia no final do texto. No discurso dos sujeitos de toda a acção e de toda a escrita – que os homens parecem ser – que representação merecem então as mulheres, meros objectos das suas decisões e parcas atenções? Com efeito, as mulheres são representadas como objectos que urge colocar passivamente nos poucos espaços aceitáveis que a sociedade lhes reserva, nunca esquecendo cautelosamente que “filhas no Brasil aos 12 anos são mulheres feitas” (vol. 1, p. 46). Às sobrinhas solteiras, há que providenciar o sustento através das “tornas” do engenho que escaparam ao morgadio. As sobrinhas casadas que contestam em vão a discriminação na herança resultante do morgadio são apelidadas de “tormento” (vol. 1, p. 51). Se, apesar de todos os esforços, as negociações para um proveitoso matrimónio falharem, há que remeter a mulher solteira para um convento acessível. Em geral, nas mulheres louva-se a moderação decorrente da educação portuguesa, por oposição ao gosto pelo luxo e a indolência, que serão já características da aculturação brasileira.

Na pacatez da província portuguesa, era com grande agrado que se recebiam as novidades do distante Brasil, cujo luxo e exotismo seria difícil de compreender, por falta de referentes comuns na sua descrição. Recorde-se: “Eu já lhe tenho dito coisa alguma a respeito dos gastos e luxo deste País, que lhe parecerá extraordinário, mas persuada-se que lhe não tenho figurado nem uma ligeira sombra do que isto é” (vol. 1, p. 93). Por isso, muitas cartas contêm detalhadas listagens dos presentes que as acompanham na viagem do Brasil para Portugal, com rigorosas instruções quanto aos seus destinatários e qual a hierarquia a seguir no momento da escolha. Para as mulheres da família, enviavam-se leques, brincos, colares, lenços, esteiras, feixes de açúcar, madeiras, doce de maracujá, café, “chapéus da Costa da Mina feitos pelos negros”, flores, pérolas, entre muitos outros objectos “exóticos”.

As narrativas transatlânticas escritas por mulheres que subsistem no primeiro volume desta colectânea são as oito breves notas que Maria Bárbara dirige aos pais e aos irmãos em Portugal. Na curta missiva escrita na

Baía, em 1812, e endereçada ao pai, em Penafiel, Maria Bárbara, então já com 33 anos, reitera as saudades e a lembrança constantes da família; exprime profunda alegria por em breve ir receber o marido que regressa ao Brasil; refere com orgulho os feitos militares do filho mais velho, Bento, na resistência às invasões napoleónicas; lamenta-se sobre as indefinidas doenças e melancolia de que sofre e termina com algumas notas sobre os dois filhos mais novos, Luís Paulino Filho e Sabina. Juntamente segue uma brevíssima “carta anexa para a mãe”, com curtas linhas de “saudade”. Dois anos mais tarde, localiza-se nova carta, da Baía para Penafiel, em que Maria Bárbara narra aos pais o aborto que acabara de sofrer, bem como as suas eternas doenças e saudades; alude à queda de Napoleão e à vida da família real no Brasil; refere algumas festas religiosas e palacianas; dedica longas linhas à descrição de intrigas familiares e de jogos de influência na corte; e lamenta-se sobre a “pobreza” em que vive e as desventuras que sofre, devido à pouca ambição e excessiva probidade do marido (vol. 1, p. 86). Curiosamente, estas observações são em tudo o oposto daquilo que Luís Paulino escreve ao sogro, apenas uma semana mais tarde: “Sim, sou vítima de altos desejos e empresas e não deixo de ter jeito para aquilo a que me proponho” (vol. 1, p. 91).

Na *Correspondência Luso-Brasileira* surgem, se bem que de forma breve e quase sempre indirecta, outras personagens femininas, como por exemplo, Maria Libória Máxima Guilhermina, mãe de Maria Bárbara, de que se reproduzem duas cartas, na verdade pequenos exercícios de escrita em estilo barroco, próprios de uma dama nascida de família humilde, que fizera fortuna recente no Brasil. Os textos não mais contêm do que fórmulas de amabilidade, recomendações familiares, lamentos sobre a saúde e os inevitáveis pedidos de favores para o portador. Sobre as duas filhas de Maria Bárbara e Luís Paulino – Sabina e Francisca – as cartas complementam aquilo que a biografia comprova. Maria Sabina, dócil e vulnerável, vive sujeita à devoção por um marido brutal e verá morrer cedo a única filha, logo substituída por bastardos mestiços que dissiparão a herança. Na única e breve carta que subsiste de Sabina para o pai, sobre uma recente doença da mãe, a jovem inclui notas extemporâneas sobre a felicidade conjugal em que viveria, com um marido que “parece que todos os dias me ama mais” (vol. 2, p. 67). Mentira ou ilusão, a verdade é que numa carta quase simultânea Maria Bárbara reitera que Sabina é infeliz, doente, virtuosa e

vive isolada no engenho do marido, essa “víbora” que ela ama cegamente. Por seu lado, Maria Francisca é a filha tardia, nascida já no Brasil, que morrerá solteira aos 48 anos, 13 anos depois da mãe. Deixará em testamento ao seu sobrinho Salvador, português distante, o sobrado na cidade da Baía, prontamente vendido. Devido à sua idade, as cartas contêm apenas os comentários que os pais sobre ela tecem, sempre elogiosos e cientes de que ela é já filha do Brasil: “tem unidas a uma gentil beleza europeia toda a viveza e graça brasileiras” (vol. 1, p. 185).

Da leitura das cartas coligidas no primeiro volume depreende-se que as actividades de mulheres como Maria Bárbara e outras damas das suas relações restringem-se ao mais puro ócio, entrecortado de idas a banhos de mar na Praia do Botafogo, visitas com leitura e comentário de cartas e grande sátira aos hábitos do Portugal rural e provinciano. Em 1814, o recém-chegado Luís Paulino escrevia já: “A pintura da feira, dos socos e capotes, e da rústica fidalguia, por força move o riso, até a qualquer escravo mulato desta terra, que é mais polido e açucarado e mais retórico do que era o sábio Frei Bartolo nos seus sermões” (vol. 1, p. 99). Será decerto humilhante para o autor da carta, o cunhado José Garcez, em Penafiel, saber que a sua descrição dos hábitos portugueses fora alvo de escárnio público por parte da “Viscondessa de Vila Nova e outras Senhoras de amizade, que estavam com ela [Maria Bárbara] quando chegou a carta” (vol. 1, p. 99). Num só parágrafo, Luís Paulino declara o seu afastamento da cultura provinciana portuguesa e exalta o círculo social que abrilhantava o quotidiano da sua família, ciente de que a comunidade de origem de tal tomaria imediato conhecimento.

A ociosidade de Maria Bárbara revela-se nos variados argumentos que evoca para não escrever mais amiúde à família em Portugal, por contraste com o extraordinário volume de correspondência que endereçará ao marido, depois da sua partida para Lisboa. Desde a filha que lhe “tem dado que fazer com os pasmos que lhe sobrevieram na subida dos queixais” (vol. 1, p. 143), até à areia que o vento arrasta sobre o papel de carta, passando pelos longos meses a “banhos e ares” em São Cristovão (vol. 1, p. 113), tudo são pretextos para atrasar a escrita. Numa breve carta de 1818 ao irmão, no Porto, Maria Bárbara, então no Rio de Janeiro, desculpa-se por não lhe escrever com frequência e mantém as mesmas temáticas de há seis

anos atrás: o permanente lamento sobre “lágrimas”, “rugas” e “tristeza”, saudades, a família, o tempo que passa, as doença indefinidas (vol. 1, pp. 120-121).

A correspondência de Maria Bárbara permite-nos, acima de tudo, seguir “ao vivo” o percurso de transição intercultural de uma dama provinciana portuguesa que se transforma em senhora de engenho no Recôncavo Baiano, em plena guerra da independência, narrando na primeira pessoa o processo de negociação de uma nova identidade.

Para além do evidente quotidiano ocioso, inferem-se daqui as características naturais de uma identidade individual, bem como as dinâmicas próprias de um círculo familiar tão alargado quanto disperso geograficamente. Contudo, muita da apatia e infelicidade expressas nas cartas de Maria Bárbara irá também de encontro às convenções sociais, às expectativas do senso comum actuante junto dos destinatários. Isto é, Maria Bárbara escreve aquilo que se espera de alguém com o seu papel social de esposa casta, modesta e devota e de filha obediente, apenas afastada dos seus pelos deveres conjugais. Na realidade, cedo se compreende, pela leitura das (poucas) cartas de Maria Bárbara e pelas (poucas) referências que merece de seu marido e irmãos, que ela toma parte muito activa nas intrigas e conflitos familiares, não se coibindo de assumir partidos e forjar alianças. E é o próprio Luís Paulino quem fornece uma primeira pista sobre a “senhora de engenho” que irá dominar toda esta correspondência a partir de 1821 quando, retido na corte, escreve que não

ESTUDOS LUSÓFONOS

tem tempo para a administração do engenho, tarefa que delega na mulher... ou que ela tomou já para si, muito antes ainda de enviuvar (vol. 1, p. 140).

Na correspondência masculina, a mulher apenas assume protagonismo no contexto das alianças matrimoniais, em que o casamento é exclusivamente conotado com a obtenção de propriedade e/ou ascensão social. Aqui, as mulheres são simples objectos transaccionados e necessariamente lucrativos para as famílias envolvidas, numa realidade sintetizável na frase com que Luís Paulino alude à intenção de um cunhado em contrair matrimónio: “Ele tem tido constantemente vontade de casar-se, bem entendido, para armar dinheiro” (vol. 1, p. 93). Com efeito, o percurso matrimonial dos irmãos Henrique Garcez (homem de corte, brigadeiro do exército brasileiro e comendador da Ordem de Cristo) e António Garcez (desembargador na Baía e no Rio de Janeiro), os mais presentes nesta correspondência, é por demais ilustrativo. Henrique Garcez casa (“toma estado”) com uma viúva rica, “feia e velha” e já com muitos filhos, de quem não terá geração: “Henrique pode [...] morrendo a Senhora que não é menina, levar para o Reino 100 mil cruzados [...] Seguraram-me que o rapaz ‘chupita’ alguns mil cruzados. Deus o ajude!” (vol. 1, pp. 93, 97-98). A primeira pretendida de António Garcez casara com outro, pois “venceu o coração e não a lei, porque o modernismo a tudo chega” (vol. 1, p. 83). Aos 40 anos, contudo, casa com uma menina de 16 anos, “de boa família, não fidalga”, “sem beleza, mas galante” que “me ajudará na velhice” (vol. 1, pp. 101 e 163). Em carta ao irmão José, em Portugal, António Garcez descreve com o maior calculismo e frieza as circunstâncias que presidem ao enlace, bem como as relações que de outra forma manteria com o sexo oposto:

“Virei a possuir o melhor de 60 000 cruzados por morte do Pai, que é velho, e a Mãe, logo que ele falte, se entrega à minha discrição, e já desta quantia receberei em bens vinte. Enfim, não é grande porção, porém não há outras, e se há são meninas daquela idade que querem meninos o que já não sou. Daqui em diante devia acabar namoro, mesmo porque só poderei dar uma fodinha a peso de dinheiro ou furto, mas pelo furto lá vem um galiquito que faz acabar mais breve os dias da vida [...] Seguro-lhe que não estou apaixonado rigorosamente, estimo a pequena e as paixões duraram até aos

30. [...] Já disse que a minha Teresinha traz, em propriedades, valor de 50 mil cruzados e se me promete para a casa logo que nos recebamos, que foram 22. A isso se obrigam. No mesmo dia, antes do laço, se satisfaz a este ajuste. Vem a ser 70 e tantos e, por morte dos velhos, anda de 30 a 40.” (vol. 1, pp. 144 e 163)

Afirma ainda que vem tratando deste “negócio” há dois anos, com “experiência e segurança”, muito satisfeito com a perspectiva de a noiva não demandar luxos, pois “tem sido tratada com o sistema da Europa, porque a Mãe é de Lisboa. O Pai, filho das Ilhas. Já isto é um dote no Brasil onde rara é a família que não tenha ‘cabritos’” (vol. 1, p. 163). Depreende-se que o valor da noiva aumentará em proporção inversa à aculturação e miscigenação da família. Concretizada a aliança, é ainda com crueza que, no mesmo parágrafo, tanto descreve os mais ínfimos itens do enxoval como resume a consumação do casamento com “pela uma hora principiaram as lágrimas, para se seguirem os gostos” (vol. 1, p. 166).

No entanto, Luís Paulino e Maria Bárbara rejeitam com veemência esta aliança, que adjectivam de “vergonha” (vol. 1, p. 186), pois o valor pecuniário da noiva não vem acompanhado de título aristocrático, condição ao que parece *sine qua non* para as aspirações do casal, que o noivo injuriado qualifica de “etiquetas ridículas” (vol. 1, p. 193). Esta suposição comprova-se aquando dos casamentos do filho e da filha mais velhos, Bento e Sabina. Para o primogénito, Luís Paulino traçara objectivos matrimoniais ambiciosos: escolhera-lhe para noiva a filha do barão de Santo Amaro, um casamento que projectaria a família para os píncaros da nobreza local, com “interesse de fazenda a maior esplendor da nobreza [...] cujo dote, fora o que depois havia de vir por herança, passava muito de meio milhão” (vol. 1, p. 197). Porém, Bento optou por casar com a filha de um coronel, de estatuto social idêntico ao da sua família, o que desencadeou a ira incontida do pai, que rompe com ele, apodando-o nas suas cartas, entre muitas outras expressões disfóricas, de “homem que foi meu filho”, “monstro de ingratidão”, “monstro e indigno [...] falho de brios e sentimentos”, “alma destituída do amor da glória e da boa representação”, “quem não tem altos sentimentos não é meu filho”, “vil escória da minha geração”, que casou “como um negro, às escondidas” (vol. 1, p. 197-198). Este caso ilustra, contudo, a afirmação crescente do individualismo

LUSOPHONE STUDIES

afectivo, que por vezes leva a que prevalecessem os destinos pessoais em relação aos interesses da casa familiar.

Para compensar este contratempo na sua estratégia de promoção social, Luís Paulino conferiu expressamente ainda maior brilho ao casamento da filha Sabina com Rodrigo António Brandão Pereira Falcão, futuro barão de Belém, homem abastado que, com os bens que receberia em herança, poderia vir a ser um dos vassallos mais ricos de todo o reino: “O meu pesar, longe de me fazer esmorecer a respeito da magnificência e dignidade, me estimulará para os testemunhar mais nesta aliança tanto do meu gosto” (vol. 1, p. 192). Os qualificativos deste enlace, descrito como o verdadeiro contrato comercial que era, são bem eloquentes: “ilustríssima distinção”, “gastador e valentão”, “nascido com 300 escravos para o servir”, “melhor do que ele, em qualidade de nascimento, ninguém”, “contrato em vantagem”, “dignidade”, “minha escolha e contento”, “glória e decência”, “aparato”, “magnífico”, “estadão”, “pompa”, “brilhantismo”, “criados fardados de novo e ricamente”, “magnificência e delicadeza do jantar”, “baile de aparato brilhantíssimo”, “segundo todas as formalidades dos casamentos dos fidalgos e pessoas de qualidade” (vol. 1, pp. 197-201). A ostentação do luxo – característica da vida no Brasil que Luís Paulino reconhecia fascinado desde as suas primeiras cartas – eclode na detalhada descrição das formalidades e pompa do casamento de Sabina, em carta ao cunhado José Garcez, com instruções para que esta fosse lida à família da mulher, em Penafiel. Luís Paulino comprova e divulga assim o seu sucesso na demanda comum a todos os trânsitos interculturais Portugal-Brasil: a obtenção de fortuna e a ascensão social.⁶

Quase em simultâneo, Maria Bárbara escreve sobre o mesmo assunto ao irmão, muito mais lacónica e referindo apenas a “regra e aparato” do casamento da filha (vol. 1, p. 202-203). Exprime, contudo, alguma preocupação pelo futuro de Sabina (que os seus irmãos no Brasil partilham entre si sem rodeios, pois era já do conhecimento público que o noivo tinha vários filhos ilegítimos mestiços) e pela raiva do marido em relação ao filho Bento. Contudo, é inexorável ao secundar o marido no desprezo pelas mulheres “inferiores em nobreza e idade” que os “homens da família” (Bento e o seu irmão António) desposam. Maria Bárbara comunga, sem qualquer dúvida, das ambições e preconceitos actuaes no senso comum desta pequena

nobreza sem título, transferida pelas circunstâncias para um “novo mundo” em que, na verdade, pouco ou nada mudara.

Como causa e consequência da ambição sócio-material dominante, a sociedade baiana oitocentista apresentava-se fortemente hierarquizada. No topo da sociedade do Recôncavo encontrava-se uma aristocracia rural que aspirava a condições de nobreza nos moldes que se verificavam em Portugal. Kátia Mattoso reitera que, no Brasil, uma pessoa nobre poderia ser reconhecida pela sua linhagem ou pela colocação dos seus bens e educação ao serviço da pátria. Mesmo que um indivíduo não fosse fidalgo de linhagem, poderia ser agraciado pelo imperador de acordo com a sua disposição em servir o império.⁷ Anna Ribeiro de Araújo de Goês, senhora de engenho da segunda metade do século XIX, deixou uma elucidativa referência a esse respeito:

“Os Araújo Goês, do Catu, que ali ocupavam vasta área de território, gozaram sempre da reputação de homens probos, cumpridores de seus contratos, nunca desmentindo da espécie de aristocracia formada pela classe muito considerada dos senhores de engenho, que era a segunda nobreza do país, como era na França a magistratura. Tendo gozado de grandes privilégios nos tempos coloniais, conservavam ainda bastantes garantias no Império, como ainda vi na minha mocidade.”⁸

Kátia Mattoso ressalva que, apesar da aspiração ao *status* de nobreza, os senhores de engenho do Recôncavo constituíam-se essencialmente numa aristocracia de riqueza e poder, que desempenhou e assumiu muitos dos papéis da nobreza portuguesa. É essa aristocracia que dá à Baía certas tonalidades da sua opulência. Mattoso defende ainda que o casamento endogâmico seria uma das principais tácticas utilizadas por esses clãs para expandirem as suas possessões e reforçarem laços sociais e políticos entre a aristocracia local.⁹

Porém, todas estas preocupações dos Pinto da França e dos Garcez cedo ficariam para trás, com a eclosão no Porto do pronunciamento liberal de 1820, que conduziu à reunião das cortes e ao regresso do rei a Portugal, com as consequentes movimentações que levarão à independência do Brasil, sob a égide de D. Pedro. Neste conturbado momento da história vai emergir também, no microcosmos da *Correspondência*

ESTUDOS LUSÓFONOS

Luso-Brasileira, uma renovada personagem feminina, tão independente quanto a nova nação.

ESCREVE A MULHER: MARIA BÁRBARA, SENHORA E DE ENGENHO

O segundo volume da *Correspondência Luso-Brasileira* (1821-1823) é dominado pela assunção de Maria Bárbara Garcez Pinto de Madureira, agora com 43 anos e administradora plenipotenciária do engenho de açúcar de Aramaré, adquirido pelo sogro em meados do século anterior. Pela forte ligação que havia criado com o Brasil, e sentindo-se indispensável à gestão do engenho, não acompanha o marido a Portugal, quando este é eleito deputado às Cortes Constituintes de 1821. Tais circunstâncias estão na origem das 25 cartas de Maria Bárbara aqui compiladas, parte do vasto volume de correspondência trocada entre o casal, antes da morte de Luís Paulino, em Janeiro de 1824. As cartas de Maria Bárbara distinguem-se agora pela sua vivacidade e rigor descritivo, bem distantes das ociosas notas de cortesia e lamento até então endereçadas aos irmãos e à família em Portugal. Funcionam também como uma chave para a compreensão de muitos dos subentendidos que juncam a correspondência de autoria masculina, ao desvendarem tanto o verdadeiro referente de muitas das suas alusões veladas, como o real estado das finanças familiares, por oposição às descrições de pompa e abundância que Luís Paulino reiteradamente endereçava aos cunhados.

Nos seus textos, Maria Bárbara ataca e acusa com singular fervor os inimigos políticos do marido ausente e afirma quase ter tomado a iniciativa de mandar publicar documentos comprometedores contra os conspiradores. Afirma-se capaz de matar, incitando Luís Paulino à vingança e à acção, queixando-se da brandura geral dos costumes e da justiça: “Eu quero ver punidos os infames”, “Se pudesse queria arrancar-lhes as línguas [...] beber-lhes o sangue”, “Eu, eu tenho ânimo de tirar-lhe aquele coração”, “Desafronta-te ou, aliás, eu tiro-lhe a vida. Sou capaz, não duvides” (vol. 2, pp. 57-61). Enquanto senhora de engenho, Maria Bárbara vive em constante trânsito entre a Baía e Aramaré, onde permanece sozinha por largas temporadas, contra a vontade de filhos e parentes, pois o interior e o recôncavo baianos estavam já em poder das forças independentistas. A viagem entre a cidade de Salvador e o engenho de Aramaré, no extremo interior

do Recôncavo, não estava isenta de dificuldades e era feita por barco até Santo Amaro e depois a cavalo ou de carro puxado a bois ou a cavalos, durante cerca de 20 quilómetros. Um dos riscos do isolamento revela-se quando Maria Bárbara cai doente de “febre” e nenhum médico de Salvador aceita fazer a viagem para a tratar, sob o “dilúvio” que cai incessantemente. Com grande dificuldade e despesa, um médico militar e a filha Sabina acabam por velá-la durante semanas (vol. 2, p. 65). Incidentes como este e o passado episódio do naufrágio recordam que o Brasil ainda era em muito um território hostil e de difícil domesticação para a elite colonial branca.

As cartas trocadas tanto com o marido como com os filhos, Bento e Luís Paulino Filho, constituem uma verdadeira “correspondência comercial”, em que Maria Bárbara menciona quantias e valores precisos sobre as safras, anuncia a aquisição de gado, decide as rendas a retirar ou não da parte dos filhos e narra a severidade com que gere e disciplina os serventes:

“Dar-me-ei por feliz se fechar no Natal com mil e duzentos pães. Vim achar a boiada magríssima e tudo por fazer. Já se enxugou um tabuleiro vizinho ao nosso e vou cuidar doutro para o Bento, mas a este não tiro renda nem meação; ao que dou ao Luís só perdorei a renda. Se eu para aqui não venho, não teríamos em breve que moer, nem os nossos lavradores de Xangô [os filhos], como tu lhes chamas. Já comprei 34 bois. Agora estou à espera de potros, para comprar ao menos 36; mas os gastos são horrorosos, a família dobrou-se-me, e de que modo! Deus se lembre de mim. [...] o alambique vai indo mal, pois Peregrino, Mocinho e Onofre, ladrãoíssimo. [...] Enfim, a falta de assistência agora ao Engenho não me faz mal, pois eu sei regular-me. Ah, pobre, pobre Aramaré, tens sido vítima grande grande do ladrão Coelho. Tenho achado coisas! Se partíssemos juntos, asseguro-te que Aramaré se acabava de todo. Isto a que estava votado. [...] Sim, meu Luís, estou só, só. Falas-me que se te demorares me mandas buscar. Eu bem gosto teria de abraçar-te, mas crê que, se não tinha ficado, o Engenho de Aramaré, dentro em pouco, era campo onde foi Tróia!” (vol. 2, pp. 63, 89 e 105)

Através da representação que Maria Bárbara faz de si própria nas cartas, conclui-se que os filhos prestam-lhe contas rigorosas e que a incompetência daqueles

LUSOPHONE STUDIES

a tornou indispensável à sobrevivência do engenho. Justificará assim a sua opção por permanecer no Brasil e deixar partir o marido, exacerbando talvez a sua preocupação com a família crescente, com os escravos a sustentar e com a necessidade de criar poupança e assegurar o futuro:

“E acabo por dizer-te que até ao ano de 1824 querei achar-me em Portugal. Quero acabar os meus dias na minha Pátria, beijar ainda a mão querida duma Mãe e abraçar os irmãos que me restam. Mas não quero deixar os meus sem pão e, para segurar isto, é forçoso sacrifícios”. (vol. 2, p. 132)

O “sacrifício” da permanência no Brasil adquire um valor acrescentado nos momentos de desânimo e de perigo, como aqueles que se seguem à partida de Luís Paulino para Portugal (escreve Maria Bárbara: “Infame gente. Eu a detesto. Vou-me, vou-me embora logo que a sorte o permita. Quero deixar um país onde a Ciência e a Virtude são ramos desconhecidos”, vol. 2, p. 58), ou que advêm do caos criado pela guerra da independência:

“Da Mãe nada lhe posso dizer, pois há quatro meses que dela nada sei, porque não há comunicação alguma. [...] Não sou exagerado: o soldo não se paga, aqui tudo está caro, já não comemos senão salgados. [...] todos os portos estão proibidos de mandar para a Cidade qualquer género que seja. [...] eu espero em Deus que a minha Mãe nada lhe há-de acontecer, pois ela é uma Senhora de muito respeito e juízo; portanto hão-de respeitá-la. E mesmo a sua estadia lá fora [no engenho] fará com que não lhe confisquem os bens”. (vol. 2, pp. 138-139),

escreve Bento, em Março de 1823. Neste juízo negativo permanecia já há muito o primogénito, para quem aquele país “não é habitado por gente que conhecesse o grande Mundo e que nele tem vivido. Aqui não se vive, vegeta-se”, proposição com que rematava uma carta de 1818, dirigida ao tio em Portugal (vol. 1, p. 146). Esta visão pessimista de Bento é em tudo oposta àquela com que o seu pai, em simultâneo, louvava ao mesmo destinatário as opulências do Brasil.

Assumindo o papel de mãe-coragem, líder na ausência do marido, o discurso de Maria Bárbara nunca expõe dúvidas nem solicita autorizações. Ela narra sem vacilar as decisões administrativas tomadas, no contexto de uma evolução/libertação identitária que

as circunstâncias políticas e históricas propiciaram. Porém, e de modo a moderar a sua assertividade, sem raia a emancipação e permanecendo sempre dentro dos cânones do expectável, Maria Bárbara matiza a sua escrita com lamentos e saudades e afirma-se doente, mas trabalhando incessantemente a bem da família e por amor ao marido, agora sem tempo para ir aos “banhos” que lhe fariam recuperar a saúde.

Era relativamente comum que as mulheres dos maiores fazendeiros, quando viúvas, assumissem toda a autoridade e controle dos bens, nos quais se incluíam os escravos. Charles Boxer é categórico ao afirmar que “não pode restar dúvida de que uma viúva, rica ou pobre, podia levar uma vida livre, menos presa e recatada do que uma mulher casada e suas filhas”.¹⁰ Na sua *História da Vida Rural no Brasil*, Mary del Priore e Renato Venâncio informam que, no ano de 1759, havia já seis senhoras de engenho em Santo Amaro, bem como 37 senhores de engenho. No censo de Goiás, em 1818, encontram-se também várias donas de engenho, como Dona Marina Pereira, que tinha a propriedade por compra e 11 escravos no trabalho da lavoura.¹¹ No mundo quotidiano, o elemento feminino era o centro de todas as rotinas familiares e a sua actividade nessa esfera detinha grande significação social, comparada às actividades do trabalho no espaço público reservado aos homens. Era responsabilidade das senhoras da época toda uma série de serviços e trabalhos de casa: lidar com as equipas de cozinheiras, amas de meninos, carregadores, ganhadores, fiadeiras, costureiras, lavadeiras, passadeiras, pintores, pedreiros e barbeiros. A senhora de engenho detinha uma função proeminente na harmonia do quotidiano da família patriarcal.¹² A já citada Anna Ribeiro de Araújo de Goês defendia que as mulheres deveriam estar preparadas para tomar o lugar dos homens, se a situação a tal conduzisse, o que fica claro nos enredos dos seus romances e folhetins moralistas. Em *Letícia* (1908), por exemplo, a protagonista assume o lugar do pai após a sua morte, ordenando os escravos, negociando com os atravessadores e vendendo a produção. Mas Maria Bárbara assume tais funções em vida do marido, quando ainda nem mesmo se previa o trágico desfecho de Luís Paulino, nem o perigo das expropriações na fase da independência. Conta com o seu pleno consentimento e apoio, mesmo tendo dois filhos varões adultos que, contudo, tudo relatam e justificam perante a mãe, sequiosos de aprovação, como se depreende na carta que

ESTUDOS LUSÓFONOS

Luís Paulino Filho lhe dirige, em Fevereiro de 1822: “O Engenho vai na melhor marcha e seja-me lícito dizer que nunca se fez em anos o que eu tenho feito em dias” (vol. 2, p. 66). Ironicamente, quase em simultâneo, Maria Bárbara reporta ao marido a incompetência dos filhos enquanto administradores, o que a tornará a ela vital para a sobrevivência dos recursos familiares. Os protagonistas alteram-se conforme o autor da carta, mas é incontestável que, às funções tradicionais da mulher, Maria Bárbara havia já somado com determinação as funções de gestão e decisão no espaço exterior do engenho, território masculino por excelência, o que apenas comprova o carácter de excepção desta personagem e das circunstâncias familiares e históricas que a rodearam.

No geral, os homens e as mulheres que comandavam as plantações de cana eram seguidos por um grupo diversificado de trabalhadores especializados e agregados, que orbitavam nas suas franjas, prestando ao senhor das terras os seus serviços. Eram mestres-de-açúcar, purgadores, caixeiros, calafates, caldeiros, carpinteiros, pedreiros, barqueiros, entre outros. A eles juntavam-se outros grupos a animar a vida económica e social das áreas litorais. Mercadores, roceiros, artesãos, lavradores de roças de subsistência e de cana e até mesmo desocupados compunham a população que gravitava em torno de pequenos ou grandes proprietários. O número de escravos que esses dois últimos segmentos possuíam (de um a várias dezenas) permite inferir a enorme diversidade de origens sociais e de situações económicas. A maior parte dos engenhos aninhava-se na mata, o que se explica pela maior fertilidade dos terrenos bem vestidos de capa verde e pela abundância de lenha, necessária às fornalhas, alimentadas num labor que, às vezes, durava dia e noite, oito ou nove meses. Junto dos engenhos era comum instalarem-se alambiques, como sucede em Aramaré. Os engenhos não podiam afastar-se muito do litoral, sob pena de, sendo um só o preço dos géneros de exportação, não competirem com os demais fazendeiros, cujo produto não sofria com as despesas de transporte. Por essa razão, a maior parte dos engenhos localizava-se à beira de rios como o Paraguaçu, o Jaguaribe e o Sergipe, na Baía.¹³

Eram, sem dúvida, imensas as adversidades que qualquer senhor de engenho, independentemente do seu género, enfrentava num Brasil em plena convulsão. Em todas as cartas familiares desta época são constantes as alusões a dívidas, a pedidos de crédito, à falta de

dinheiro e ao pagamentos de favores, com recurso desesperado ao soldo do primogénito, a agiotas e à venda improvisada de caixas de açúcar. Maria Bárbara afirma que, apesar de providente e parcimoniosa, tinha ainda maior dificuldade em obter crédito após a partida do marido:

“Enquanto ao assistente Almeida, já te disse que eu, fazendo mesmo os maiores sacrifícios, na vindoura safra nada quero dele, pois desde que daqui saíste eu não lhe sou em nada obrigada. Até ultimamente me abateu a mesada, pois diz não pode e que faz sacrifícios. Eu é que não posso aturá-lo. Ultimamente, precisando da sua firma nas duas letras vencidas, negou-se sem ter nisto o menor desembolso. [...] Que mundo patife! [...] Pago vestuário de negros, mantas noventa, carretos, tudo, tudo, e o alambique não dá para tudo, pois a aguardente está muito barata, bem como o açúcar. Enfim tu sabes se gosto ou não de poupar, pois gosto muito de dar conta de mim. O pior é estarmos sem cavalos e os bois a morrerem muito. Deus me dê paciência.” (vol. 2, pp. 93-94)

A tudo isto vêm juntar-se as constantes intrigas políticas, rivalidades familiares, inimizades generalizadas, recusas em “firmar letras”, violentas intempéries, doenças, morte de animais, num elenco de contratempos sempre rematado com a corajosa previsão de boas safras e fortuna num futuro indefinido, o tal “depois”, quando Maria Bárbara puder por fim entregar a gestão do engenho ao filho e partir para junto do marido, o que nunca virá a suceder. Do conjunto de todas as cartas é possível inferir um padrão retórico recorrente no discurso de Maria Bárbara: os longos parágrafos de lamentação pelos mais diversos motivos (saúde, dinheiro, trabalho, clima, família, política, traições, intrigas, idade) terminam invariavelmente numa breve declaração de esperança que, segundo ela, será motivada em exclusivo pelo desejo de corresponder às preocupações e expectativas do marido.

Plenamente integrada nas estruturas de pensamento vigentes na sociedade brasileira de então, Maria Bárbara é assumidamente uma senhora de engenho escravagista, essencialista na sua animalização do colectivo “negro”, que se escandaliza com a mera hipótese de emancipação.¹⁴ Exprime o receio de que negros e mulatos, libertos ou escravos, se revoltam a coberto do dissídio entre a elite branca, mas compreende

LUSOPHONE STUDIES

que também neste campo ocorrem manipulações políticas e estratégias alarmistas: “Os malditos bodes e negros são os nossos pecados, que, se fossem de cima, infelizes famílias acabariam às mãos deles horrorosamente” (vol. 2, p. 74); “Não suceda, como dizem sucede agora em Pernambuco, que os pretos e pardos (corja do diabo) apedrejam e dão cacetada em todo o lojista” (vol. 2, p. 90); “Eu não nego que a mulatada seja infame. É, pois são soberbos, mas como temos boas leis, demos-lhes quem os escute e castigue. Já saberás que a crioula da Cachoeira fez requerimentos para serem livres. Estão tolos, mas a chicote tratam-se. Aviso-te mais que, em nome dos cativos daqui, há aí quem meta às Cortes requisitos” (vol. 2, p. 87). Com efeito, o peso numérico dos escravos na Baía e as revoltas recentes ali ocorridas não podiam deixar de assustar os senhores de engenho, receosos de uma rebelião igual à de São Domingos, que conduziria à república negra do Haiti. A ideia de que apenas as tropas europeias podiam conter os escravos, dada a fraqueza das forças locais, era há muito invocada pelos defensores da união e, decerto com a intenção de captar o apoio dos senhores de engenho, várias vozes exageravam o risco, dando como iminente uma formidável rebelião de escravos. Porém, nem todos se deixavam convencer, como se depreende deste passo de Maria Bárbara: “Todos os dias se finge que os negros são temíveis, a fim de as tropas persistirem aqui. Armem os Regimentos da Província e não tenham medo. Eu estou no Brasil há 12 anos e, falando-se tanto dos perigos que podem haver em razão da escravatura na província da Bahia, no decurso deste tempo, que de mortes que tem havido? Nada, nada, só boas leis e doçura. Tudo o mais é peta” (vol. 2, p. 118). Não deixa de ser curioso o emprego da palavra “doçura” para designar as leis e os costumes que regiam a escravatura na Baía.

Atenta aos assuntos políticos, sociais, económicos e militares, que agora dominam quase todas as cartas, o quotidiano familiar tornou-se uma nota residual na correspondência de Maria Bárbara, referida apenas quando afectada pelas circunstâncias históricas. Os filhos, o marido, ela própria tornaram-se actores sociais na plena acepção da palavra, vivendo agora o seu quotidiano em pleno palco da história, um quotidiano que se confunde com a construção da própria história. A narrativa epistolar está juncada de quadros violentos, como o da fuga de Maria Bárbara para bordo de um navio holandês, em Abril de 1822,

aquando dos sangrentos episódios na Baía, resultantes da oposição à tomada de posse do governador de armas da província. De todos os acontecimentos oferece uma visão participante, comentada, se necessário contra as versões propagadas pelas facções em conflito, pois “Eu vi, eu vi numa Gazeta um ofício [...] Eu vi, eu vi, sou verdadeira testemunha” (vol. 2, p. 87). Sem advogar a independência, exigindo apenas um tratamento justo e igualitário para o Brasil, Maria Bárbara não se coíbe de admoestar os políticos e criticar os excessos de todos os intervenientes no momento histórico, sem distinção. Na qualidade de espectadora participante e privilegiada, esclarece e exorta com veemência o marido e seus pares nas cortes em Portugal sobre aquilo que crê ser a realidade da situação e as verdadeiras aspirações da Baía, como se pode verificar nestes excertos de Maio, Junho, Julho e Agosto de 1822, vésperas do “Ipiranga”:

“Tu não podes formar ideia da rivalidade que há entre Europeus e Brasileiros, e os malditos praistas fizeram este mal irreparável. Não se iludam aí: nada fazem com os brasileiros por força. Doçura e mais doçura, igualdade e mais igualdade.” (vol. 2, p. 106)

“As contínuas desordens têm posto esta bela Província em puríssima miséria. Pobres habitantes dela, que bem têm sofrido. E ainda se ralha deles e ainda são insultados. Que mais lhe querem? Dar-lhes ferros? É só o que falta.” (vol. 2, p. 113)

“Eu não entendo de política, mas a meu ver, com bem pouca têm andado sobre um objecto tão melindroso como este do Brasil. Os brasilienses estão sentidíssimos ao infinito com algumas das falas que aí se têm feito relativo a este fértil reino. E, na verdade, os Senhores Deputados que as fizeram assentam que o Brasil é algum covil de negros, onde, perdoa-me, muito se enganarão, mas o pior é que nós pagamos cá o que lá se faz.” (vol. 2, p. 125)

“Eu não posso por mais tempo calar-me. Eu desespero de ver que nessa Corte só aparecem factos mentirosos e a verdade se oculta, para que não seja socorrida a pobre Bahia, nas suas calamidades. Não, não, aqui não querem a independência. Aqui só desejam gozar dos privilégios de que aí se gozam. Os brasileiros não são enteados, são filhos.” (vol. 2, p. 127)

ESTUDOS LUSÓFONOS

Pouco a pouco, o discurso apelativo assenta cada vez mais nas dicotomias entre o “aqui” e o “ai”, o “cá” e o “lá”, “essa corte” e “este fértil reino”, reflectindo o distanciamento e a progressiva secessão entre Portugal e o Brasil que, de tão omnipresente no quotidiano, invade já o pensamento e a expressão individuais. Apesar do fervor com que defende a sua pátria de adopção, Maria Bárbara não faz a apologia da independência, nem hesita em exprimir profundo horror perante o desbaste das árvores e a ocupação da Igreja dos Afritos pelas tropas sublevadas de D. Pedro (vol. 2, p. 128), num curioso apontamento proto-ecológico. Numa perspectiva mais lata, também não se apercebe do quão próxima está a independência e de como é generalizada e violenta tal aspiração.

Curiosamente, em carta ao pai, o primogénito afirma que Maria Bárbara é “uma Senhora e em nada se mete de políticas” (vol. 2, p. 136). Na correspondência masculina, entre os dois filhos varões e Luís Paulino, Maria Bárbara é relegada ao seu papel meramente familiar, ignorada ou reduzida a breve nota sobre a sua saúde e obstinação na recusa em abandonar Aramaré. Esta alternância entre omissão e condescendência resultará da incapacidade por parte dos filhos de avaliar as reais qualidades de Maria Bárbara (uma incapacidade em muito ditada pelo preconceito) e também do desconhecimento do seu elevado grau de cumplicidade com o marido. Ao que se associará a dificuldade em assumir perante a figura paterna que, na verdade, é ela a senhora do engenho, devido à incompetência que terão demonstrado os “lavradores de Xangô” (vol. 2, p. 63). Porque, na realidade, as cartas que Maria Bárbara escreve ao marido – sempre sigilosas e enviadas com grandes cuidados, por portadores de confiança – em nada diferem das dos filhos nas temáticas e nos eventos narrados, delas se distanciando apenas na intensidade das lamentações e das expressões de ódio e afecto.

No final desta narrativa epistolar que as famílias Pinto da França e Garcez criaram involuntariamente, a independência do Brasil e a morte de Luís Paulino acabarão por dispersar os seus elementos. Maria Bárbara assume-se adepta da causa brasileira e permanecerá no Brasil até à morte, tal como o filho mais novo. Bento, o filho mais velho, manter-se-á fiel a Portugal, mas Sabina seguirá o marido, feroz independentista. Como feliz epílogo, permanece a descrição radiosa que Bertand Filipe Alberto Patroni faz de Maria Bárbara,

em *A Viagem de Patroni pelas Províncias Brasileiras de Ceará, Rio de São Francisco, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro nos Anos de 1829 e 1830*. Seis anos volvidos sobre a morte de Luís Paulino, numa viuvez que irá durar 28 anos, a senhora do engenho de Aramaré brilha ainda na sociedade baiana, reunida no engenho Brito de Iguape, entre Cachoeira e Santo Amaro:

“Ilustre e muito bela viúva do Marechal Luís Paulino Pinto da França [...] A companhia era escolhida: todos os ricos lavradores de Iguape ali apareceram; reinava a profusão e a alegria por toda a parte; e a deusa a quem se dedicavam tantas oferendas fazia a alma daquele congresso respeitável. Eu lhe ouvi cantar uma breve ária, a doçura da sua voz encantou meus sentidos e fez em mim a mesma impressão que Vénus fizera ao pai dos deuses, quando as lácteas tetas lhe tremiam no concílio celeste, congregado para decidir da sorte dos lusitanos nos mares da Índia.”¹⁵

TRÂNSITOS, TRADUÇÕES E NARRATIVAS INTERCULTURAIS: TEORIAS E CONCLUSÕES

A *Correspondência Luso-Brasileira* traça o itinerário de um constante movimento entre culturas, narrando a várias vozes um processo nem sempre bem sucedido de trânsito e adaptação intercultural. A necessidade de traduzir por palavras as práticas, valores e realidades de uma nova cultura – ou seja, de proceder a uma tradução intercultural – é mais evidente nas cartas trocadas entre os dois lados do Atlântico e nos comentários sobre a vida no Brasil, por comparação a Portugal. Esta representação polifónica de um movimento de transculturação pessoal, familiar, social e grupal, ao longo de quase duas décadas, funciona como uma tradução por vezes consecutiva, outras vezes simultânea, dos eventos vividos e testemunhados. Esta “tradução consecutiva e simultânea” tem um profundo valor documental, por não estar sujeita aos filtros da memória, algo que interfere sempre no processo das representações, pois lembrar não é ver, mas sim reconstruir as experiências do passado, com as imagens, ideias, juízos e valores do presente.

Juntamente com as autobiografias, as cartas e os diários compõem um subgénero que se poderá designar por “literatura do íntimo”. As cartas pessoais, por serem

LUSOPHONE STUDIES

manifestações por excelência do âmbito privado, têm a sua escrita associada à mulher, sobretudo em finais de setecentos e ao longo de todo o século XIX. Apesar de prevalecer a prática missivista anónima e quotidiana – característica que não a torna menos importante, tendo em conta os novos espaços de sociabilidade que as cartas constituem – a correspondência de muitas mulheres tem vindo a tornar-se uma fonte de estudo reconhecida, principalmente quando se trata de personagens influentes, com suas vastas teias de relações. Às mulheres em geral reservava-se a tarefa de manter os parentes distantes informados sobre o quotidiano familiar e de fazer circular as novidades mais recentes. Surge assim uma certa especialização feminina na tarefa de secretariar, mantendo em simultâneo os laços da vida da família. No caso de Maria Bárbara, o seu quotidiano doméstico incluía não só a vida familiar, mas também a supervisão da propriedade e o governo do engenho e seus escravos, num contexto muito distinto do das classes médias europeias em ascensão na Europa.¹⁶

Sendo as cartas estruturas de comunicação informais, elas permitem que no seu conteúdo ocorra não só a narrativa das emergências mas também a narrativa das ausências, adaptando aqui os conceitos que têm vindo a ser desenvolvidos por Boaventura de Sousa Santos.¹⁷ No caso presente, na *Correspondência* ocorrerá uma narrativa das emergências por nela se fazer ouvir a voz subalterna, mas em ascensão, da mulher, da colona, da burguesa, epitomizada na figura de Maria Bárbara. Mas encontra-se também aqui uma narrativa das ausências pois, para além das vozes emergentes, ou através (e por causa) dessas mesmas vozes, acede-se ainda à narração – de outro modo silenciada – da vida privada, do pessoal, do íntimo, do diálogo conjugal, do quotidiano da mulher emancipada dentro das estruturas sociais vigentes e aceitáveis. Este “relato da norma”, esta “história da vida privada” num período histórico tão pouco normal e tão cheio de acontecimentos públicos constitui um manancial de informação vital e complementar às histórias oficiais, uma informação tendencialmente ausente do cânone das grandes narrativas. Permite compreender a diversidade infinita da experiência humana e o risco que se corre de, com os limites de conhecimento e as exclusões impostas por cada saber, se desperdiçar experiência, isto é, de se considerar inexistentes ou impossíveis experiências culturais na

verdade disponíveis (as “ausências”) ou possíveis (as “emergências”).¹⁸

A diversidade de práticas, conhecimentos, actrizes e actores resultantes dessa narrativa das ausências e das emergências pode, sem uma interpretação crítica cuidadosa, conduzir a uma pluralidade de narrativas e identidades encerradas sobre si mesmas, que ora se encontram ora se desencontram, sem que daí resulte nenhuma interacção construtiva. O trabalho de tradução será, por isso, a capacidade de pôr em relação, de comunicar, de criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, de encontrar pontos de convergência e também pontos de divergência. É o que sucede nas cartas aqui analisadas que, a partir de uma visão eurocêntrica, introduzem novos elementos no quadro do quotidiano e movimentam-se no sentido da tradução intercultural. Partilham conceitos e mundividências alternativos, exprimindo-os de uma forma o mais compreensível possível para o leitor distante no espaço e no tempo. Existem, contudo, elementos que não podem ser traduzidos, razão pela qual se alude à incompreensão política entre a metrópole e o Brasil, à dicotomia entre o “aqui” e o “lá”, à sátira ao Portugal rural por parte das damas já “brasileiras”, entre tantos outros exemplos de incomunicabilidade. Mas esses hiatos na comunicação também são parte fundamental da tradução intercultural.

A tradução permite, assim, criar inteligibilidades recíprocas entre diversas experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis, reveladas por narrativas das ausências e por narrativas das emergências. No caso da *Correspondência*, pela multiplicidade das vozes nela registadas, o processo de tradução intercultural que ocorre não atribui a nenhum conjunto de experiências nem o estatuto de totalidade exclusiva nem o estatuto de parte homogénea. As experiências do mundo são vistas em momentos diferentes do trabalho de tradução como totalidades ou como partes, dado serem realidades que não se esgotam nessas totalidades ou partes. Permitem-nos também ver o subalterno tanto dentro como fora da relação de subalternidade, como no caso da figura paradigmática de Maria Bárbara, que tanto é hetero-representada como mãe de família quase privada de discurso autónomo, como se auto-representa enquanto senhora de engenho escravagista, eloquente e autónoma. O conhecimento desta e de outras narrativas das ausências e das emergências aumentam extraordinariamente o número e a diversidade de

ESTUDOS LUSÓFONOS

experiências disponíveis e possíveis, dado que o trabalho de tradução cria inteligibilidade, coerência e articulação num mundo assim enriquecido por uma tal multiplicidade e diversidade.¹⁹

Atenta aos assuntos políticos, sociais, económicos e militares, que agora dominam quase todas as cartas, o quotidiano familiar tornou-se uma nota residual na correspondência de Maria Bárbara, referida apenas quando afectada pelas circunstâncias históricas.

Maria Bárbara Garcez inicia o seu percurso entre culturas como simples espectadora e leitora passivamente fiel do seu papel social. À medida que o tempo passa – e movimentando-se sempre dentro dos estreitos limites permitidos pela norma – torna-se progressivamente numa comentadora esclarecida, numa actriz autónoma, numa protagonista de carácter e, por fim, na autora do seu próprio papel, na sociedade, na política e na história. Um papel que desempenha com desenvoltura, apesar de (ou talvez por) ser um papel novo e quase desconhecido para ela própria e para a sociedade em geral. Pertencendo ao grupo dominado no interior da sociedade senhorial, Maria Bárbara sabia como transitar dentro da lógica paternalista, conseguindo alcançar os seus objectivos sem, para isso, chocar com a ideologia dominante e utilizando frequentemente o discurso do dominador. Maria Bárbara evoluiu dentro das limitações impostas pelo cânone e aproveitou a sua posição social privilegiada para construir a sua própria trajectória.

Para todos os intervenientes nesta correspondência, a narrativa da experiência pessoal contribui para conferir sentido e coerência às referências frequentemente aleatórias e caóticas que constituem a sua experiência do real. Por isso, ordenam a experiência ao enquadrá-la numa estrutura narrativa, porque contar ou escrever

uma história envolve sempre interpretações, dado que seleccionar, de entre todo o conjunto de experiências vividas, os eventos e as personagens a enfatizar, é já por si um acto de interpretação. As narrativas pessoais nunca são simples reflexos da realidade vivida, são antes mediadas pela necessidade de representar o indivíduo como possuindo um certo sentido de identidade e de controlo, perante si próprio e os demais. Cada território fornece diferentes meios de mediar ideologicamente as vivências, personagens e acontecimentos. Mas quando o território espaço-temporal – como o território colonial ou o espaço-tempo da revolução e da independência – é ainda quase desconhecido, quando é ainda um espaço instável, de mobilidades várias, sem fronteiras culturais bem definidas, quando não existem mediadores ideológicos prévios, tudo tem de ser reorganizado, re-apresentado, traduzido num código inteligível.

O Brasil pré- e pós-colonial funciona, assim, como uma zona de contacto, usando de novo a terminologia de Boaventura Sousa Santos, uma zona de fronteira, onde as periferias e as margens dos saberes e das práticas são as primeiras a emergir. Só o aprofundamento do trabalho de tradução permite ir trazendo para a zona de contacto os aspectos que cada saber ou prática considera mais centrais ou relevantes.²⁰ O espaço físico, a identidade e o discurso interseccionam-se e influenciam-se mutuamente e os diferentes espaços e territórios frequentados ou representados em imagens e narrativas são experimentados e compreendidos das mais diversas maneiras. Para Michel de Certeau, o espaço é activado pelas práticas retóricas daqueles que o frequentam e as opções semióticas e enunciativas do viajante privilegiam, transformam e omitem elementos espaciais, de modo a fazê-los significar algo ou, pelo contrário, coisa nenhuma.²¹

Assim, nas zonas de contacto intercultural, cabe a cada prática cultural decidir os aspectos que devem ser seleccionados para tradução. Em cada cultura há aspectos considerados demasiado centrais para poderem ser postos em risco pelo confronto que a zona de contacto pode representar, ou aspectos que se considera serem inerentemente intraduzíveis noutra cultura. Exemplo disso, e tema fulcral neste estudo da *Correspondência Luso-Brasileira*, será a libertação da mulher do seu estado de opressão – premissa base para a manutenção da sociedade patriarcal –, um aspecto que poderia ser até propiciado pelas circunstâncias históricas extraordinárias em curso na zona de contacto

Brasil, mas que a cultura dominante jamais coloca em risco. A questão do que é ou não traduzível não se limita ao critério de selectividade que cada prática ou saber decide adoptar na zona de contacto. Para além da selectividade activa há o que poderíamos designar a selectividade passiva. Esta consiste naquilo que numa dada cultura se tornou impronunciável devido à opressão extrema de que foi vítima durante longos períodos. Trata-se de ausências profundas, de vazios sem possibilidade de preenchimento, vazios que dão forma à identidade imprescritável dos saberes e práticas em questão.²² Na *Correspondência*, trata-se sem qualquer dúvida da questão da escravatura. O grande ausente, o grande silenciado é aquele que, contudo, sustenta toda a estrutura do engenho, da economia e da sociedade: o escravo.

No caso desta *Correspondência* há um claro domínio dos temas ligados à intriga política e familiar, ao dinheiro, à ascensão social, como se as práticas e valores da província portuguesa tivessem sido transportados incólumes para o novo território brasileiro. O Brasil, espaço imenso, tão diferente e exótico, emerge nas descrições do engenho, da vegetação, do clima, do luxo, da indolência, mas transformado em simples adjuvante ou oponente na narrativa onnipresente do enriquecimento e da promoção social. As zonas de contacto assim criadas nunca são verdadeiramente híbridas. Tudo aquilo que não se enquadra nesta grande narrativa subjacente, guia de todos os trânsitos entre Portugal e o Brasil, é simplesmente omitido, pois não tem qualquer significado para os actores em cena. Todos os processos de silenciamento e produção de não-existência que ocorrem nestas cartas – como o silenciamento das mulheres na correspondência masculina, o silenciamento dos escravos em toda a

correspondência, os processos culturais sem palavras que os reconheçam ou nomeiem – contribuem para a construção e fortalecimento das assimetrias na relação entre culturas, indivíduos, sociedades e géneros, próprias do colonialismo e do patriarcado. Porque, e citando de novo Boaventura de Sousa Santos, “as culturas só são monolíticas quando vistas de fora ou de longe. Quando vistas de dentro ou de perto é fácil ver que são constituídas por várias e por vezes conflituais versões da mesma cultura”.²³

No momento da escrita da carta, está em jogo não só a conservação das memórias familiares, mas também a identidade individual e social do seu autor. As memórias são construídas por grupos sociais porque, apesar de serem os indivíduos que “lembram” no sentido literal da palavra, são os grupos sociais que determinam o que é ou não “memorável” e também a forma como algo será recordado.²⁴ Pode-se, portanto, afirmar que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como colectiva, na medida em que ela é também um factor basilar do sentimento de continuidade, coerência e auto-(re)construção de um indivíduo ou de um grupo. A maior contribuição destas cartas não estará tanto na sua credibilidade como documento, no sentido positivista, pois, tal como afirma Sidney Chalhoub a propósito da ficção literária, esta “busca a realidade, interpreta e enuncia verdades sobre a sociedade, sem que para isso deva ser a transparência ou o espelho da ‘matéria’ social que representa e sobre a qual interfere”.²⁵ A interpretação aqui feita da *Correspondência Luso-Brasileira* busca, isso sim, sentidos mais complexos, ao analisar criticamente os discursos que regem a lógica da narrativa intercultural e as práticas que movem as representações do real. **RC**

NOTAS

- 1 Consultar Boaventura de Sousa Santos, “A filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascal”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 80, Março 2008, pp. 29-30.
- 2 Boaventura de Sousa Santos, *A Gramática do Tempo: Para uma Nova Cultura Política*. Porto: Afrontamento, 2006, p. 124.
- 3 António Manuel Monteiro Cardoso, António d'Oliveira Pinto da França (eds.), *Correspondência Luso-Brasileira*, 2 vols. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2008. Todas as referências serão provenientes desta edição e as respectivas páginas assinaladas no texto, entre parênteses.

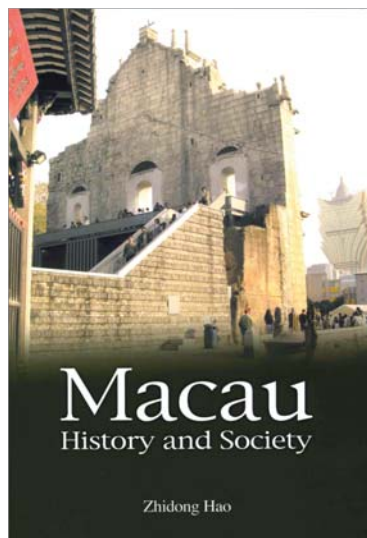
- 4 Consultar Pierre Bourdieu, *Razões Práticas sobre a Teoria da Acção*, trad. Miguel Serras Pereira. Oeiras: Celta Editora, 1997 [1994].
- 5 “Tua Irmã e Sabina, que saltaram da cama em camisa, corriam como doidas e quase sem sentidos, de uma parte para a outra. Maria Francisca, nua, e que elas trouxeram a rasto, dava gritos e parecia entender o perigo. Considera como eu estaria. Eram 4 para as 5 horas da madrugada. Já corria a animá-las e a dizer-lhes que sossegassem, já corria a um lado e ao outro, gritando à gente que não perdesse o acordo. Uns lá me entendiam, outros não me entendiam (porque o navio era inglês e inglesa toda a sua tripulação) e outros não me

ESTUDOS LUSÓFONOS

obedeciam e cada um tratava de si. Enfim, no meio daqueles horrores, já à força de promessas, já de ameaças, tratei de aproveitar o bote para salvar as Senhoras e, lançado este ao mar, lancei-as a ele. Levando eu debaixo dum braço a Maria Francisca e, debaixo do outro, os papéis e ofícios pertencentes a Sua Majestade, única coisa que tratei de salvar a par da minha família. Assim remei para uma costa que desconhecíamos, sem saber se na chegada à praia seria despedaçado o bote em alguns rochedos ou virado pelas vagas. Deixo, enfim, miudezas da narração e concluo que, salvas assim, era uma cena tocante ver as Senhoras nuas e soltos os cabelos, beijando a areia e levantando as mãos e olhos para agradecer aos Céus! Os trabalhos que passei para salvar o resto fariam uma larga história. [...] Porém, a minha perda foi muito grande, pois eu tinha fretado o dito navio todo por minha conta e trazia nele, como se costuma dizer, a minha casa em prazo. Para salvar alguma coisa estive dois dias e duas noites na praia, prometendo e gastando um dinheirão e metendo-me continuamente ao mar, rodeado de bandos e bandos de bárbaros ladrões, de forma que o que escapou às ondas dificilmente escapava a estes” (vol. 1, pp. 179-180).

- 6 Ironicamente, o casamento de Bento será feliz e com geração. Bento virá a ser nobilitado (1.º conde da Fonte Nova, par do reino, general, cavaleiro de Torre e Espada) e, tanto ele como a sua mulher e filhos – já “perdoados”, mas sempre com grande resistência por parte de Luís Paulino e Maria Bárbara – constituirão o grande esteio familiar desta última durante a guerra da independência. Por seu lado, e como foi já apontado, Sabina morrerá negligenciada aos 56 anos, dois anos depois da mãe e um ano antes do marido, sem filhos sobreviventes, e toda a fortuna será delapidada pelos descendentes ilegítimos de Rodrigo Falcão, falecido em 1855, durante uma epidemia de cólera. Falcão revelar-se-á fervoroso independentista e abandonará prontamente todo e qualquer contacto com os sogros, evidenciando ainda em vida de Luís Paulino grande animosidade para com este, baiano de nascimento mas representante de D. João VI no armistício com os revolucionários.
- 7 Kátia M. de Queirós Mattoso, “A opulência na província da Bahia”, in Luiz Felipe de Alencastro (ed.), *História da Vida Privada do Brasil*, vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 154.
- 8 Consultar Maria Clara Mariani Bittencourt (org.), *Obras de Anna Ribeiro de Araújo de Góes: Longos Serões do Campo*, vol. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 1.
- 9 Kátia Mattoso, “A opulência na província da Bahia”, pp. 154 e ss. Sobre as estratégias matrimoniais das famílias da elite baiana oitocentista, ver idem, *Família e Sociedade na Bahia do Século XIX*. São Paulo: Corrupio, 1988, pp. 136-159.

- 10 Charles Boxer, *A Mulher na Expansão Ultramarina Ibérica*. Lisboa: Livros Horizonte, 1977, p. 75.
- 11 Consultar Mary del Priore, Renato Venâncio, *Uma História da Vida Rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006, pp. 29-46 e 101-122.
- 12 Kátia Mattoso, “A opulência na província da Bahia”, p. 157.
- 13 Mary del Priore, Renato Venâncio, *Uma História da Vida Rural no Brasil*, pp. 42 e 36-37.
- 14 Em Goiás, no século XIX, há testemunhos de que as mulheres brancas, além de mães, eram donas de terras e cruéis com empregados e escravos. É certo que a história de submissão da mulher está carregada do mito da fragilidade que justificou historicamente a protecção paternalista dos homens sobre as mulheres. No entanto, na história do Brasil e, especificamente na região de Goiás, a violência por parte da mulher branca, dona de engenho, contra as mulheres negras, escravas, data de meados do século XIX, sendo comuns as referências em que escravas tinham olhos, dentes, unhas ou orelhas arrancados por ordem das suas senhoras. Consultar Tereza Martins Godinho, “Traços da violência praticada por mulheres brancas contra mulheres negras no período escravocrata, em fazendas no Estado de Goiás”, in *Actas do Seminário Internacional Fazendo Gênero*, n.º 7. Florianópolis: Fundação Ford, 2006; M. J. Silva, *Quilombo do Brasil Central: Violência e Resistência Escrava 1719-1888*. Goiânia: Kelps, 2003.
- 15 Consultar Bertand Filipe Alberto Patroni, *A Viagem de Patroni pelas Províncias Brasileiras de Ceará, Rio de São Francisco, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro nos Anos de 1829 e 1830*. Lisboa: Tip. Lisbonense, 1851.
- 16 Consultar Andréa Lisly Gonçalves, *História & Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, pp. 99 e ss.
- 17 Consultar Boaventura de Sousa Santos, “A filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascal”, pp. 11-43, e *A Gramática do Tempo*, pp. 87-125.
- 18 Boaventura de Sousa Santos, “A filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascal”, p. 33.
- 19 Consultar Boaventura de Sousa Santos, *A Gramática do Tempo*, pp. 114 e 119.
- 20 Consultar *ibidem*, p. 121.
- 21 Michel de Certeau, *The Practice of Everyday Life*, trad. Steven Rendall. Berkeley: University of California Press, 1988 [1984], pp. 196-198.
- 22 Boaventura de Sousa Santos, *A Gramática do Tempo*, p. 121.
- 23 *Ibidem*.
- 24 Peter Burke, *Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 70.
- 25 Sidney Chalhoub, *Machado de Assis, Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 92.



Zhidong Hao, *Macau: History and Society*

LIN HANG*

In *Macau History and Society* (Hong Kong: Hong Kong University Press, 2011), Zhidong Hao considers the study of the history and society of Macao to be also a study of China's confrontation with the west in the past 450 years, as well as possible confrontations in the future (p. 2). In his effort to achieve this aim, the author puts the former Portuguese enclave at the southern part of China in the context of Greater China and uses the past as a method to explore Macao's own personality, culture, and identity.

The book consists of an introduction, eight individual chapters, a brief chronicle of major events in Macao's history and a bibliography. In the initial chapter Hao gives a succinct history of how Macao came into being through a discussion on the Portuguese maritime expansion in Asia and the imperial Chinese government's defensive and passive strategies coping with merchant capitalism. Conventional Chinese historiography records that Portuguese traders succeeded in establishing settlement in Macao through bribery. However, Hao makes reference to K.C. Fok's term 'Macao formula' and suggests that there were

actually hidden political, military and economic considerations (pp. 16-17).

Chapter 2 concentrates primarily on the development of Macao's political system in the long history span. Hao examines first Macao and China in international conflicts which include not only conflict between the Portuguese and the Dutch (pp. 20-21), but also clashes among the Portuguese, British, and Chinese (pp. 21-23), which culminated in the First and Second Opium Wars (pp. 23-27). Then the author takes a careful look at the contested dual jurisdiction system and the new form of joint sovereignty that were developed and implemented by the colonial and Chinese governments. Hao addresses the term sovereignty and argues that the Portuguese did not have full control over the land; nor does the Chinese central government now (p. 53).

The focus of the next chapter is the economic development and the livelihood of people from all walks of life in Macao in the past, present and future. Macao's earlier economic history is surveyed in terms of arsenal, opium and the coolie trade, whilst most of the contemporary discussion talks almost exclusively of the gambling industry (pp. 74-82). Hao tries to divide the economic history of Macao into several periods which are characterised by some dominant sectors. However, this division is somewhat artificial as many activities, such as fishing and gambling, transcend periods.

The following three chapters, chapter 4 to 6, are the best well-written parts of the book which deal

* 林航 M.A. in Chinese Studies from the University of Würzburg (Germany). He is a Ph.D. candidate at the Graduate School of the Humanities and Institute for Sinology, University of Würzburg. Research fields: history of the conquest dynasties, history of the Song dynasty, premodern cultural and intellectual history of China.

Mestrado em Estudos Chineses na Universidade de Würzburg (Alemanha), onde actualmente prepara o seu doutoramento. Campos de pesquisa: história das dinastias conquistadoras, história da dinastia Song, história cultural e intelectual pré-moderna da China.

RECENSÃO

with Macao's culture, social interaction, faiths and religions, and literature and arts. Emphasising the significance of a Macanese community, Hao examines the Macao model of clash and cooperation of cultures and civilisations, although not really much is new that cannot be found in existing literature. It is noteworthy that his discussion of Chinese views of the West goes well beyond the Chinese in Macao. Nonetheless, this is not unreasonable if we take into consideration that the Chinese population grew proportionately over the century and Macao has been constantly receiving new Chinese immigrants from the mainland. In his examination of religious lives of people in Macao, Hao reflects on the various religions represented in Macao, including Buddhism, Daoism, Catholicism and Protestantism. His primary focus is on the architectural and intellectual legacy of both Chinese and Western religions, noting the interaction and mixture of elements of different origins. The theme of clash and integration continues in Hao's investigation of literature and arts. After studying Chinese literature of Macao from the Ming and Qing, contemporary Chinese literature and arts in Macao, and Westerners' paintings and poems in and about Macao, Hao finds that artistic skills have not been interchanged much between Chinese and the West in Macao.

Chapter 7 deals with social issues and problems in contemporary Macao, covering a wide range of topics such as race, gender, class stratification, traffic, pollution, crime, gambling addiction, as well as problems in education—all with a considerable history. In the concluding chapter, the author raises several thought-provoking questions concerning the political, economic, cultural and social identities of Macao in the future (pp. 197-205). As possible solutions to these questions, Hao suggests that the Macao SAR could promote itself as a place where different cultures exchange and mingle. He further adopts the example of the facade of the São Paulo church to represent the vision he is advocating for Macao's future. Although the facade of the São Paulo is conventionally described as a typical merging of Chinese and Portuguese cultures, we should never forget that it was in fact designed by an Italian with much of the labour undertaken by Japanese, so that the facade is indeed a mixture of Italian, Portuguese, Japanese and Chinese imagery. Therefore, Hao argues that, rather than building its own culture, Macao will

continue to act as a junction of all the powers and cultures surrounding it (p. 207).

Macao History and Society is doubtlessly an inspirational and ground-breaking piece on Macao's society and culture in historical, cultural, and sociological perspectives. Three major themes run through the book: first, to appreciate Macao's history in the greater context of China's history and to further promote Macao's unique role in China's development; second, to consider how Macao is an illustrative example of the clash and integration of different civilisations and cultures; and third, to suggest improvement to the existing Macao model by promoting a more active civil society and public sphere. Hao provides readers with rich details of and insightful ideas on Macao's history, society, politics, and culture that current scholarship has not yet systematically studied. On the basis of that, he also puts forward grounded recommendations about making strategic use of its unique historical, cultural and geographical capital to develop Macao into a city of culture and a world-class destination for tourism and recreation.

Hao's book offers comprehensive studies on the historical aspects of Macao and indicates the links between history and current situations. However, readers might expect more in-depth information on other topics or issues which could help enhance their understanding of Macao's contemporary society and its future prospects. For instance, various organisations and religious groups in Macao hold collective religious festivals or events which contribute to a considerable extent to a new process shaping and reinforcing the cultural identity of Macanese in modern times. The author makes use of Chinese historical material along with the ever-growing body of Chinese language literature since the 1990s, but does not consult Portuguese language scholarship which is helpful for appreciating Portuguese views about Macao, in particular before the handover. Earlier works such as C.R. Boxer's *Fidalgos in the Far East, 1550-1770: Fact and Fancy in the History of Macao* (The Hague: Martinus Nijhoff, 1948) and Christina Miu Bing Cheng's *Macao: A Cultural Janus* (Hong Kong: Hong Kong University Press, 1999) are also relevant. Still, Hao has been able to put together a valuable work which is a book that everyone who is interested in Macao's culture and society should have on his or her shelf to consult frequently. **RC**

RESUMOS

Os Portugueses e o Comércio de Escravos nas Filipinas (1580-1600)

Tendo como pano de fundo a fusão das coroa portuguesa e espanhola, os autores descrevem neste artigo o papel de relevo que os comerciantes lusos tinham no comércio escravo das Filipinas, identificando um circuito de escravos que ligava Malaca e Macau a Manila. Assim, é bastante provável que Macau fornecesse as Filipinas de cativos provenientes do Japão e da Coreia, pois um elevado número de escravos era transportado anualmente na nau que realizava o circuito comercial entre Macau e Nagasáqui. Paralelamente, pode-se também identificar, neste artigo, um circuito comercial de escravos asiáticos que ligava Malaca a Manila, assim como um terceiro que ligaria praças indianas, sob administração portuguesa, às Filipinas, os quais seriam os grandes fornecedores de escravos africanos. Apesar da escassez de documentação, pode-se reconhecer que esta rede de comércio escravo era movimentada e financiada por interesses e dinheiro de investidores privados, mormente comerciantes locais, não existindo sobre eles um controlo régio efectivo.

[Autores: Maria de Deus Beites Manso e Lúcio de Sousa, pp. 6-21]

O Contributo de Nanban Tçuzu para o Comércio Luso-Japonês. Sobre o Papel de Rodrigues como Agente Comercial de Ieyasu

No século XVI, Nagasáqui tinha-se tornado num porto comercial florescente de importância considerável e a grande nau de Macau frequentemente chegava com enormes quantidades de seda chinesa. Nessas circunstâncias, ser nomeado agente comercial de Ieyasu era uma distinção de honra tanto para Rodrigues como para os Jesuítas. Face à especificidade do comércio internacional do Extremo Oriente, a atribuição de tal nomeação conferia, em larga medida, privilégios a Rodrigues para controlar o comércio em Nagasáqui, ao invés de simplesmente servir de mediador no comércio da seda

crua e de outras mercadorias a granel. Neste caso tão particular, as decisões de Rodrigues exerciam uma forte influência sobre os assuntos internos dos Jesuítas, determinando, até certo ponto, a continuidade da missão no Japão. Esta nomeação indicava ainda que Ieyasu atribuía uma grande importância à especial relação existente entre os Jesuítas e os mercadores portugueses, dado ser consentânea com os seus interesses comerciais.

[Autores: Chen Xizi e Liu Xiaoshan, pp. 22-32]

Malaca: Uma Cidade Cosmopolita no Sudeste Asiático

A cidade é um produto da memória colectiva e da materialização da cultura dos seus habitantes, um repositório da história, o centro da memória colectiva da sua comunidade. A região do Sudeste Asiático é constituída por uma massa de terra e por arquipélagos situados no “mar Mediterrâneo” da Ásia (mar da China Meridional, mar de Java e estreitos de Malaca), sendo um ponto de cruzamento entre rotas comerciais e de miscigenação de civilizações ao longo de séculos. Aqui, a diversidade, a tolerância e a hibridiz têm sido preservadas à medida que importantes tradições cosmopolitas passam de geração em geração através de estratos e produções culturais tangíveis e intangíveis.

Este artigo apresenta um panorama geral da história de Malaca, uma das cidades mais híbridas e cosmopolitas do Sudeste Asiático, como uma narrativa dos processos de sobreposição e entrelaçamento de culturas atribuídos a pessoas que vieram dos quatro cantos do mundo, designadamente os malaio, os indianos, os portugueses, os javaneses, os árabes, os portugueses, os neerlandeses e os britânicos. A importância das viagens do almirante Zheng He no início do século XV e o desenvolvimento urbano de Malaca são enfatizados, bem como os contributos subsequentes dos portugueses, dos neerlandeses e dos britânicos para a estratificação da cidade. A fragmentação pós-colonial de Malaca

é analisada enquanto exemplo dos desafios sociais, económicos, políticos e ideológicos que enfrenta. A duradoura integridade da cidade tem sido ameaçada e afectada por interesses, conflitos ideológicos e dissidências políticas, pelo turismo de massas, pela mercantilização do património, pelo desenvolvimento especulativo e por problemas de ordem ambiental, desafios contemporâneos que tantas outras cidades consideradas Património Mundial pela UNESCO enfrentam.

[Autor: Johannes Widodo, pp. 33-49]

Portugal, China e os Novos Regimes Republicanos: Continuidades e Rupturas no Diálogo Sino-Português em Torno da Questão de Macau (1909-1911)

Num mundo em mudança, Portugal e China, apesar das suas especificidades históricas e geográficas, no início do século XX desencadearam, quase em simultâneo, o processo político e social que conduziu ao fim da monarquia portuguesa e da dinastia imperial chinesa, e à instauração dos regimes republicanos. Entre 1908 e 1928, Portugal e China viveram a primeira fase da construção das suas Repúblicas, num ambiente interno de grande agitação social e de profundas divisões políticas. A nível externo, dois factos vão ser marcantes no modo como evoluiu, em cada um dos países, a formação dos respectivos regimes republicanos: a I Guerra Mundial, entre 1914 e 1918, e a Revolução Bolchevique de 1917. Macau manteve-se como o principal elo de ligação entre Portugal e a China e, apesar das mudanças de regime político operadas nesses dois países, ambos herdaram e assumiram as orientações políticas delineadas pelos antigos regimes monárquico e imperial.

[Autor: Alfredo Gomes Dias, pp. 50-63]

O Debate de 1911-1912 Sobre o Modelo Político de Macau

Este artigo incide sobre a história da Primeira República Portuguesa e o respectivo impacto em Macau durante

RESUMOS

a primeira década do século xx. Macau era uma sociedade bastante conservadora que não via com bons olhos as orientações das autoridades coloniais de Lisboa, caso pretendessem mudar o equilíbrio local de poderes que privilegiava o grupo residente de luso-descendentes, os “macaenses”. Muito embora a maioria da população fosse de etnia chinesa, a sua representação política era nula, designadamente no centro tradicional do poder local, o Leal Senado. O autor analisa o breve mandato de Álvaro Melo Machado, como primeiro governador republicano do território luso-asiático, e explica por que motivo o seu impulso à reforma foi bloqueado por grupos de interesse que se serviam das suas ligações partidárias em Lisboa para impossibilitar a entrada em vigor das reformas. Machado procurou reestruturar os órgãos do governo através da extinção do Leal Senado e da criação de uma nova estrutura legislativa e executiva capaz de profissionalizar a administração de Macau e assegurar uma maior representação para as comunidades que viviam na colónia. Tal reforma tinha por base um projeto de estatuto para a colónia elaborado por Machado e debatido numa comissão que representava os grupos portugueses da sociedade de Macau. A iniciativa de Machado foi vetada em Lisboa e seriam necessárias várias décadas para a sua consecução. A visão de Melo Machado, governador de transição entre a monarquia e a república, foi símbolo evidente do espírito revolucionário que animou a década de 1910 em Macau e na China. Actualmente, Machado pode ser reconhecido como alguém que esteve muito à frente do seu tempo e dos seus contemporâneos, dotado de uma capacidade pragmática de introduzir a mudança e melhorar as condições de vida das comunidades.

[Autor: Arnaldo Gonçalves, pp. 64-85]

Revoluções e Revoltas na Primeira República. Ensaio sobre Violência Política (1910-1926)

Neste artigo procede-se, em jeito de ensaio, a uma análise da violência política durante a I República, considerando as suas dimensões conjunturais e estruturais.

Em termos estruturais, procura demonstrar-se que a violência política assumiu papel central na luta pelo controlo do Estado e foi responsável pela inexistência de um consenso mínimo em torno do regime e do seu programa reformador. No plano da conjuntura, procuramos compreender a evolução das diferentes tipologias de violência política e a sua adequação aos problemas políticos e ideológicos que cada período colocou, procurando encontrar elementos de ruptura e de continuidade. Assim, parece evidente que o primeiro período de violência ficou marcado pelas reacções ao projecto reformista da república, considerando a matriz ideológica estabelecida pelo Governo provisório; que o segundo período não pode dissociar-se da opção republicana de entrar na guerra ao lado dos aliados; e que o terceiro período fica marcado por uma nova clivagem ideológica, vinda dos sectores operários e da questão social. Fica também patente a crescente tensão entre a república e o exército e a gestação de uma cultura política exaltadora do poder forte e autoritário que impedisse a conflitualidade e sustentasse o interesse nacional.

[Autor: Miguel Dias Santos, pp. 86-99]

A Identidade Macaense: A Alternância de Códigos e a Mistura de Códigos na Comunidade Macaense em Macau

O presente estudo teve como ponto de partida a constatação diária de que, no meu bairro em Macau, as escolhas linguísticas de alguns dos meus vizinhos macaenses diferem das dos chineses de Macau. A par do cantonês, do inglês e do mandarim, também falam português. Nas suas conversas em grupo, alternam com frequência entre o cantonês e o português. A verificação dos fenómenos de alternância linguística em causa levou-me a questionar as motivações sociais e as funções da alternância de códigos/mistura de códigos da comunidade macaense em Macau. Na realidade, a discussão lança luz sobre a noção de *we-code* e *they-code* introduzida por Gumperz (1982), que parece não ser

suficiente para explicar as motivações sociais da comunidade macaense. Com base nos dados recolhidos entre informadores macaenses, num aniversário de casamento e numa sociedade de advogados, defendo que a alternância de códigos entre o cantonês e o português funciona como um *we-code* destinado a espelhar a singularidade da identidade macaense, a qual assenta na combinação das culturas portuguesa e chinesa. Em consonância com o “Modelo de Marcação” (*Markedness Model*) de Myer-Scotton (1993), apresento a hipótese de a alternância de códigos entre o cantonês e o português corresponder a uma escolha não marcada na comunidade macaense.

[Autor: Linda Lam Ho, pp. 100-128]

A Correspondência Luso-Brasileira: Narrativa de um Trânsito Intercultural

“A Correspondência Luso-Brasileira: Narrativa de um Trânsito Intercultural” explora a experiência intercultural entre Portugal e o Brasil, entre 1807 e 1823, de duas famílias oriundas da pequena nobreza rural do Norte de Portugal, com especial atenção ao percurso intercultural feminino. A *Correspondência* é uma representação polifónica de um movimento de transculturação pessoal, familiar, social e grupal, ao longo de quase duas décadas, e funciona como uma tradução por vezes consecutiva, outras vezes simultânea, dos eventos históricos testemunhados. O conceito de tradução intercultural aqui utilizado baseia-se genericamente no pensamento de Boaventura de Sousa Santos, tal como é expresso em *A Filosofia à Venda, a Doutra Ignorância e a Aposta de Pascal* (2008) e em *A Gramática do Tempo: Para uma Nova Cultura Política* (2006). Esta análise da *Correspondência* articula os contextos concretos e situados do seu objecto de estudo, com o propósito de construir o conhecimento de diferentes momentos históricos, racionalidades e mundividências. Buscam-se sentidos complexos, ao analisar criticamente os discursos que regem a lógica da narrativa intercultural e as práticas que movem as representações do real.

[Autor: Clara Sarmento, pp. 129-146]

ABSTRACTS

The Portuguese and the Slave Trade in the Philippines (1580-1600)

Using the union of the Portuguese and Spanish crowns as their backdrop, the authors describe the important role played by Portuguese traders in the Philippines' slave trade, identifying a slave route that linked Malacca, Macao and Manila.

It is quite likely that Macao was supplying slaves sourced in Japan and Korea, since many slaves were carried on the annual trade voyage between Macao and Nagasaki. At the same time, a trade route for Asian slaves linking Malacca to Manila can be observed. A third route connecting the markets in those parts of India that were under Portuguese administration provided the main source of African slaves for the Philippines. Despite scant documentation, it is obvious that this slave route was pushed forward and financed thanks to the wealth and interest of private investors who were predominantly local and thus there was no effective crown control over their activities.

[Authors: Maria de Deus Beites Manso and Lúcio de Sousa, pp. 6-21]

Nanban Tçuzu's Contribution to Japanese-Portuguese Commerce: On Rodrigues' Role as Ieyasu's Commercial Agent

By the 16th century Nagasaki had become a thriving commercial port of considerable importance and the great *nao* from Macao often arrived with very large quantities of Chinese silk. In this context, Rodrigues' appointment as Ieyasu's commercial agent was a signal honour both personally and for the Jesuits. Given the features of international trade in the Far East, to a large extent such an appointment granted Rodrigues privileges to dominate commerce in Nagasaki above and beyond negotiating the trade in raw silk and other bulk commodities. Thus his conduct had a significant impact on the Jesuits' internal affairs and, to a certain extent, determined the survival of the mission in Japan. Furthermore, such an appointment also indicated that Ieyasu

attached great importance to the special connection between the Jesuits and the Portuguese merchants; it suited his commercial strategy.

[Authors: Chen Xizi and Liu Xiaoshan, pp. 22-32]

Melaka: A Cosmopolitan City in Southeast Asia

The city is a product of collective memory and the materialisation of its inhabitants' culture, a repository of history, the locus of the collective memory of its community. The Southeast Asia region consists of land mass and archipelagos located around Asia's 'Mediterranean Sea' (the South China Sea, Java Sea and the Straits of Malacca) where trade routes cross and civilisations have mingled for centuries. It is here that diversity, tolerance and hybridity have been kept as valuable cosmopolitan traditions passed down the generations via both tangible and intangible cultural productions and layers.

This article gives a broad overview of the history of Melaka, one of the most hybrid and cosmopolitan cities in Southeast Asia, as a narrative of the cultural layering and interweaving processes attributed to people who hailed from across the world, such as Malay, Indian, Chinese, Javanese, Arabs, Portuguese, Dutch, British. The significance of Admiral Zheng He's early 15th century voyages to the urban development of Melaka will be highlighted, as will the subsequent contributions to the layering of the city made by the Portuguese, Dutch and British. Melaka's post-colonial fragmentation is examined as an illustration of the social, economic, political and ideological challenges it faces. The long-standing integrity of the city has been threatened and damaged by vested interests, ideological conflict, political divides, mass tourism, the commodification of heritage, speculative development and environmental problems: contemporary challenges faced by many other UNESCO World Heritage cities. [Author: Johannes Widodo, pp. 33-49]

Portugal, China and the New Republican Regimes: Continuity and Rupture in the Sino-Portuguese Discussions on the Question of Macao (1909-1911)

In the changing world of the early 20th century, Portugal and China unleashed, almost simultaneously, and despite their historical and geographical differences, political and social processes that would culminate in the downfall of the Portuguese monarchy and the Chinese imperial dynasty. Between 1908 and 1928, China and Portugal underwent the first stage in the construction of their republics, in an atmosphere of major social unrest and profound political divisions. Beyond their borders two events would be crucial in how their respective republican regimes developed: the 1st World War (1914-1918) and the 1917 Bolshevik Revolution.

Macao remained the main link between Portugal and China and, in spite of the political changes in both countries, they both inherited and adopted political trends defined by the former monarchic and imperial regimes.

[Author: Alfredo Gomes Dias, pp. 50-63]

The 1911-1912 Debate on the Political Model of Macao

This article looks at the history of Portugal's first Republic and its impact on Macao in the first decade of the 20th century. Macao was a very conservative society where the orientations of the colonial authorities in Lisbon were not welcome if they appeared to change the local balance of power that favoured the resident group of Portuguese descendants named 'Macanese'. Although the Chinese ethnic group was the largest group of the population it did not have any political representation, namely in the traditional centre of local power, the Leal Senado (Loyal Senate). The author goes through the short mandate of Álvaro Melo Machado, first Republican Governor of the Portuguese Asian territory, and explains why his impetus for reform was blocked by the local lobbies using their party connections in Lisbon to prevent the

RESUMOS

reforms. Machado looked to restructure the organs of government, extinguishing the Leal Senado and creating a new legislative and executive structure that would professionalise Macau's administration and assure larger representation to every community living in the colony. That reform for a new statute for the colony was prepared by Machado and discussed in a Committee representative of the Portuguese groups of Macao society. Blocked in Lisbon, it took several decades before Machado's initiative became reality. The vision of Melo Machado, a transitional Governor between the monarchy and the Republic, was quite emblematic of the revolutionary spirit that animated the 1910 decade both in Macao and China. Machado may be acknowledged today as someone much ahead of his time and contemporaries who had a pragmatic way of changing things to improve the livelihood of the local communities. [Author: Arnaldo Gonçalves, pp. 64-85]

Revolutions and Uprisings in the First Republic. An Essay on Political Violence

This article examines political violence during the First Republic in terms of the context and structures of the time. Structurally, it posits that political violence played a major role in the struggle for control of the State and was the leading factor behind the lack of any minimum consensus vis-à-vis the regime and its programme of reforms. In terms of context, it seeks to understand the development of the different strains of political violence and how it was used to respond to the political and ideological issues at each stage, in an attempt to identify elements of disruption and continuity. Thus it appears that the first period of violence was marked by reactions to the Republic's reformist programme and the ideological framework established by the provisional government; the second period is connected to the republican decision to join the war alongside the Allies, while the third phase is marked by yet another political shift, starting in the working class and related to social issues. There

are also signs of growing tension between the Republic and the army, and the emergence of a political culture in which strength and authoritarianism would dampen conflict and sustain the national interest.

[Author: Miguel Dias Santos, pp. 86-99]

Macanese Identity: Code-switching and Code-mixing in the Macanese Community in Macao

This study I have conducted started from my everyday observation made in my neighbourhood in Macao that some of my Macanese neighbours' language choices are different from other Macao Chinese. In addition to Cantonese, English and Mandarin, they also speak Portuguese. In their in-group conversations, they alternate between Cantonese and Portuguese frequently. Accounting for these language alternation phenomena led me to question the social motivations and functions of code-switching/code-mixing of the Macanese community in Macao. In fact, the discussion sheds light on the Gumperz's (1982) notion of 'we-/they-codes', which appears to be insufficient to explain the social motivations of the Macanese community. Based on the data collected in a wedding anniversary and a law firm among the Macanese informants, I argue that Cantonese-Portuguese code-switching functions as a 'we-code' to signify a unique Macanese identity, which is a combination of Portuguese and Chinese cultures. In line with Myer-Scotton's (1993) Markedness Model, I hypothesise that Cantonese-Portuguese code-switching is an unmarked choice in the Macanese community [Author: Linda Lam Ho, pp. 100-128]

Correspondência Luso-Brasileira: A Narrative of Intercultural Traffic

Correspondência Luso-Brasileira explores the intercultural experience of two families from the minor gentry of northern Portugal between 1807 and 1823 with particular attention paid to the female intercultural perspective. *Correspondência*

is a multifaceted representation of personal, family, social and group transculturation over almost two decades. It functions as a kind of consecutive or sometimes simultaneous interpretation of the historic events witnessed. The concept of intercultural translation used herein is generically based on the thought of Boaventura de Sousa Santos as expressed in *A Filosofia à Venda, a Doutra Ignorância e a Aposta de Pascal* (2008) and *A Gramática do Tempo: Para Uma Nova Cultura Política* (2006). This analysis of *Correspondência* links the specific contexts and positions of its subject in order to construct an understanding of different historical moments, rationales and world views. Complex meanings are sought through a critical analysis of the discourse governing the intercultural narrative and the practices underlying the representations of reality.

[Author: Clara Sarmiento, pp. 129-146]



郵票
Selo

中國 澳門
塔石廣場
文化局大樓
澳門特別行政區政府文化局
《文化雜誌》編輯部

INSTITUTO CULTURAL do Governo
da Região Administrativa Especial de Macau
Revista de Cultura
Praça do Tap Seac, Edifício do Instituto Cultural
Macau, China

RC

Boletim de Assinatura Subscription Form Aquisição de Publicações Back Issue Order

- ☐ Desejo fazer uma assinatura anual (4 números) da RC Edição Internacional a partir do n.º _____
- ☐ I would like to subscribe to RC International Edition (4 issues) starting from No. _____
- ☐ Desejo adquirir o(s) seguinte(s) número(s) _____ da RC Edição Internacional
- ☐ I would like to buy No(s) _____ of RC International Edition
- ☐ Desejo adquirir o(s) seguinte(s) número(s) _____ da RC Edição Portuguesa e/ou _____ da Edição Inglesa
- ☐ I would like to buy RC back issue(s) No(s) _____ of the Portuguese Edition and/or No(s) _____ of the English Edition

Nome / Name

Endereço / Address

Tel.

e-mail

Forma de Pagamento Payment

- ☐ Junto envio o saque bancário em nome do **Conselho Administrativo do Fundo de Cultura** n.º _____ no valor de MOP / US\$ _____
- ☐ Enclosed please find bank draft no. _____ payable to **Conselho Administrativo do Fundo de Cultura** for the amount of MOP / US\$ _____
- Endereçar a / Send to**
Revista de Cultura – Instituto Cultural do Governo da RAEM
Edifício do Instituto Cultural – Praça do Tap Seac – Macau, China
- ☐ Cartão de Crédito / Credit Card
- ☐ Visa ☐ Master

Nome do portador do cartão / Cardholder's name

N.º do cartão / Credit card no.

Validade (mês/ano) / Expiry date (m/y)

Por favor, indique os 3 últimos algarismos constantes da zona reservada para a assinatura na parte posterior do cartão



Please write the last 3 digits of the number printed on the signature strip at the back of your credit card



Eu, _____, autorizo o Instituto Cultural do Governo da RAEM a debitar o meu Cartão de Crédito no montante de _____ pela aquisição da(s) publicação(ões) referida(s).

Data

Assinatura do titular do cartão

I, _____ hereby authorize the Instituto Cultural do Governo da RAEM to debit my account stated as above, for the amount of _____ in order to buy the above-mentioned publication(s)

Date

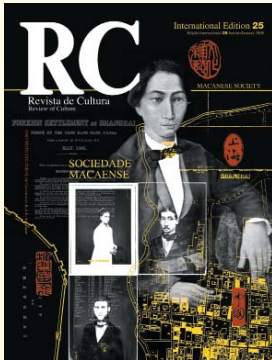
Signature of cardholder

50% de desconto do preço de capa na compra de 4 exemplares.
discount off cover price when buying 4 issues.

Números anteriores Edição Internacional

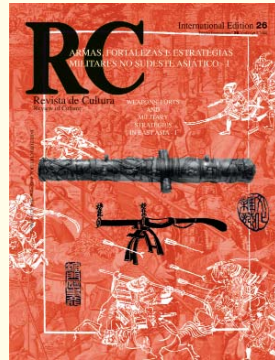
Revista de Cultura

Back issues International Edition Review of Culture



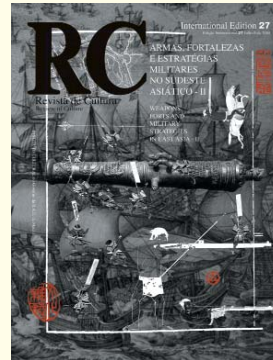
N.º 25 Janeiro/January 2008

Sociedade Macaense
Macanese Society



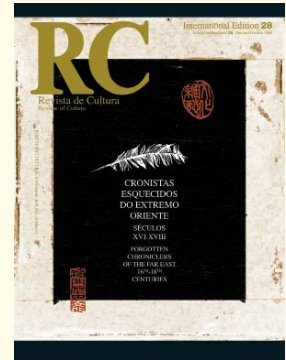
N.º 26 Abril/April 2008

Armas, Fortalezas e Estratégias
Militares no Sudeste Asiático - I
Weapons, Forts and Military
Strategies in East Asia - I



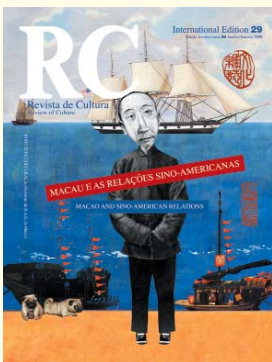
N.º 27 Julho/July 2008

Armas, Fortalezas e Estratégias
Militares no Sudeste Asiático - II
Weapons, Forts and Military
Strategies in East Asia - II



N.º 28 Outubro/October 2008

Cronistas Esquecidos do Extremo
Oriente, Séculos XVI-XVIII
Forgotten Chroniclers of the Far East
16th-18th Centuries



N.º 29 Janeiro/January 2009

Macau e as Relações Sino-Americanas
Macao and Sino-American Relations



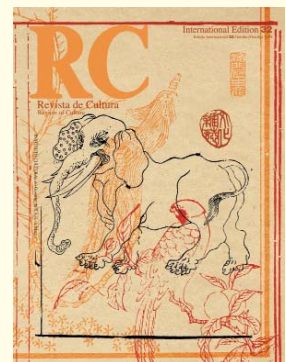
N.º 30 Abril/April 2009

Cidades e Fronteiras
Cities and Borders

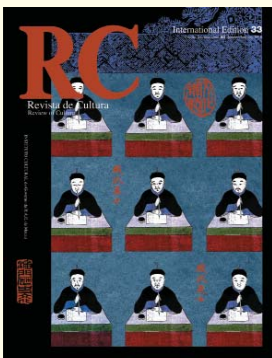


N.º 31 Julho/July 2009

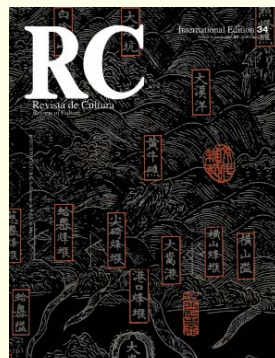
Diálogo Inter-artes e Macau
Inter-arts Dialogue and Macao



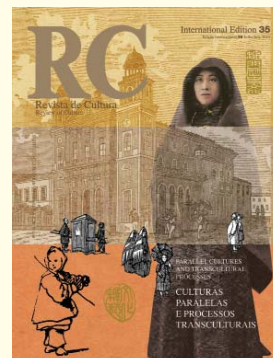
N.º 32 Outubro/October 2009



N.º 33 Janeiro/January 2010

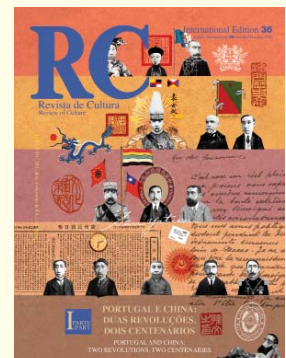


N.º 34 Abril/April 2010



N.º 35 Julho/July 2010

Culturas Paralelas
e Processos Transculturais
Parallel Cultures
and Transcultural Processes



N.º 36 Outubro/October 2010

Portugal e China:
Duas Revoluções, Dois Centenários - I
Portugal and China:
Two Revolutions, Two Centenaries - I

Para encomendar qualquer destes exemplares ou para fazer uma assinatura, preencha e envie s.f.f. o formulário destacável da página anterior. Para saber da disponibilidade dos números das séries anteriores (edição portuguesa e edição inglesa) bem como da edição chinesa, queira contactar-nos: rci@icm.gov.mo

To buy any of these issues or to subscribe, please fill in and mail the form on the opposite page. Please contact us at: rci@icm.gov.mo concerning previous series in English and Portuguese, or the current Chinese series.

